

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RANIELE DUARTE OLIVEIRA**

**“PENNADAS FURTIVAS”  
Política, humor e crítica na imprensa de Uberaba/MG (1899-1903)**

**UBERLÂNDIA  
2021**

**RANIELE DUARTE OLIVEIRA**

**“PENNADAS FURTIIVAS”**

**Política, humor e crítica na imprensa de Uberaba/MG (1899-1903)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Chaves Abdala

**UBERLÂNDIA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

O48p  
2021      Oliveira, Raniele Duarte, 1988-  
          “PENNADAS FURTIIVAS” [recurso eletrônico] : política, humor e crítica na imprensa de Uberaba/MG (1899-1903) / Raniele Duarte Oliveira. - 2021.

          Orientadora: Mônica Chaves Abdala.  
          Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.  
          Modo de acesso: Internet.  
          Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5002>  
          Inclui bibliografia.

          1. História. I. Abdala, Mônica Chaves, 1958-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

André Carlos Francisco  
Bibliotecário – CRB-6/2047



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

|                                    |  |                 |       |                       |       |
|------------------------------------|--|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | História   |                 |       |                       |       |
| Defesa de:                         | TESE DE DOUTORADO, Ata 11, PPGHI   |                 |       |                       |       |
| Data:                              | Vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um                                    | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 18:00 |
| Matrícula do Discente:             | 11713HIS016  |                 |       |                       |       |
| Nome do Discente:                  | Raniele Duarte Oliveira  |                 |       |                       |       |
| Título do Trabalho:                | "Pennadas Furtivas": política, humor e crítica na imprensa de Uberaba/MG (1899-1903) |                 |       |                       |       |
| Área de concentração:              | História Social  |                 |       |                       |       |
| Linha de pesquisa:                 | História e Cultura   |                 |       |                       |       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Comida, cultura e sociabilidade  |                 |       |                       |       |

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Florivaldo Paulo Ribeiro Júnior (UFU), Regma Maria dos Santos (UFG/UFCAT), Sandra Mara Dantas (UFTM), Tadeu Pereira dos Santos (UNIR), Mônica Chaves Abdala orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Mônica Chaves Abdala, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Chaves Abdala, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regma Maria Santos, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Mara Dantas, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3198807** e o código CRC **E3007796**.

**RANIELE DUARTE OLIVEIRA**

**Banca Examinadora**

**Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Chaves Abdala (Orientadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Mara Dantas (UFTM)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regma Maria dos Santos (UFCAT)**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Tadeu Pereira dos Santos (UNIR)**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior (UFU)**

À História, com gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Diferente do mestrado, em que tive bolsa de estudos e estava simultaneamente fazendo disciplinas no curso de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (possuindo o privilégio de conversar com muitas pessoas sobre a pesquisa e participar de atividades acadêmicas em diferentes instituições), no doutorado, já em outro contexto da vida, não tive as mesmas possibilidades de diálogo e participação em eventos para apresentar e discutir o trabalho. Na luta como professora concursada no estado de Minas Gerais, lecionando para turmas do Ensino Fundamental, encarando sobrecarga de afazeres num cenário de muito temor e incertezas provenientes da pandemia de COVID-19, a tese que aqui se mostra é resultado de um esforço pessoal, mas é também resultado de um trabalho muito cuidadoso e dedicado realizado pela minha orientadora Mônica Chaves Abdala, a qual agradeço infinitamente por me acompanhar numa jornada de sete anos, contando o tempo do mestrado e do doutorado. Agradeço pela paciência, pela honra das aulas, pelas reuniões de orientação, pela credibilidade atribuída ao trabalho e pela generosidade em compartilhar comigo seus conhecimentos. Seu empenho para me formar uma doutora me trouxe incontáveis ensinamentos não só como pesquisadora, mas também como pessoa. Com a Mônica aprendi a pensar melhor nas palavras e na maneira de dizê-las; passei a rever meus comportamentos e minhas posturas, tanto na academia, quanto fora dela. Expresso meu afeto e minha imensa gratidão. Muito obrigada por tudo, professora!

Agradeço igualmente à Sandra Mara Dantas. Essa professora se fez presente em toda a minha formação acadêmica, do meu primeiro dia na graduação em História ao último dia do meu doutorado, que se concretiza nessa defesa. Seu trabalho comigo contabiliza um total de quinze anos, caminhando para mais. Sem dúvida, é uma das minhas maiores referências de historiadora. Com ela conheci autores, aprendi teorias, metodologias e inúmeros aspectos ligados à produção historiográfica. Aprendi também uma das coisas que considero mais importantes: o amor pelo ofício de historiador/a. Foi ela que lá em 2006/07 me orientou nos meus primeiros escritos acadêmicos na Universidade de Uberaba e no final da graduação me incentivou a seguir em frente academicamente. Já em 2010/11, matriculada no curso de Geografia, com ela lecionando no curso de História/UFTM, me convidou para participar da maior quantidade de atividades possíveis: me integrou em grupos de estudos, grupos de pesquisa, me ajudou no levantamento de fontes, na escrita e na correção de materiais, me

incluiu em projetos de extensão, me levou em trabalhos de campo, me ajudou na publicação de artigos e graças a ela tive a publicação do meu primeiro texto impresso, num livro. Da mesma maneira, me incentivou no processo de ingresso no doutorado. E neste, já depois do exame de qualificação, no qual participou da banca, gentilmente me convidou e me recebeu em sua casa para discutir a pesquisa em um momento de muita apreensão. Diante de tudo isso, não consigo expressar nas palavras o meu sentimento de gratidão. Muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer todos os meus professores e professoras das disciplinas que cursei nesse doutorado. A tese apresentada é resultado do trabalho carinhoso da Mônica e da Sandra, mas vários outros professoras/as deixaram sua contribuição na minha formação: Kátia Rodrigues Paranhos, Adalberto de Paula Paranhos, Jean Luiz Neves Abreu, Jacy Alves de Seixas, Sérgio Paulo Morais, Paulo Roberto de Almeida e Ana Paula Spini. Esta última faço um agradecimento especial, pois num dia de tempestade, depois de uma aula, teve a solidariedade de tirar do próprio corpo o casaco que usava para me emprestar. Cedeu não só o casaco, como fez a gentileza de me levar até a Rodoviária de Uberlândia para eu retornar à Uberaba. Não vou me esquecer nunca!

Estendo os agradecimentos aos membros das bancas de qualificação e defesa pela leitura do trabalho e considerações valiosas: a já citada Sandra Mara Dantas e também Regma Maria dos Santos, Tadeu Pereira dos Santos e Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior. Agradeço à Ana Paula Spini e Jeremias Brasileiro por aceitarem compor a banca como suplentes. Reconheço ainda o trabalho sempre solícito das secretárias do PPGHIS (UFU).

Agradeço do mesmo modo as minhas musas e familiares: minha mãe, minha irmã e minha avó. Respectivamente: Sandra Margarida Duarte, Raiane Duarte Oliveira e Maria Luiza Oliveira. Delas é proveniente a inspiração e a força que me coloca de pé para encarar os desafios do cotidiano. Durante os cinco anos de doutorado vivi muitas transformações e turbulências na minha vida pessoal. Sem elas, impossível seria a motivação para concluir o curso. Agradeço também os meus amigos que se fizeram presentes na jornada: Francisco Belarmino, Rozelaine Silva, Alessandro Eliziário Dornelos e Antônio Lisboa. Cito ainda meu namorado, amigo e parceiro, Márcio Toshiaki Uehara. Não poderia deixar de mencionar os meus “doguinhos” que partiram durante o período do curso: Mickey Ângelo e Bandite. Mais do que meus amigos, esses dois eram meus companheiros inseparáveis para todas as horas. Com eles tive a experiência do amor integral, recíproco, pleno e mais terno. Amor eterno...

Deixo o meu abraço a todos os meus alunos/as da Escola Estadual Dr. José Mendonça, uma instituição da periferia de Uberaba, que atende uma clientela proveniente da região nordeste. No decorrer de todo o curso me deparei inúmeras vezes com falas tanto de colegas de trabalho quanto de colegas da academia dando a entender que lecionar na escola pública e fazer simultaneamente o doutorado era algum tipo de fracasso profissional e intelectual. No início, esse perfil de fala me gerava um imenso mal estar porque eu “comprava” o discurso. No entanto, com o decorrer do tempo fui me blindando, mudando de opinião e de postura. Ser professora de História na escola pública é sim um grande desafio e um exercício de muita luta, mas é também um grande aprendizado, uma experiência que me humaniza e me muda. Obrigada, alunos/as!

Por fim, deixo um agradecimento *In memoriam* a Manoel Felipe de Souza, autor cujos escritos analisei nesta tese. Por cinco anos esse sujeito histórico me intrigou, me desafiou e me pregou muitas peças. Mas, graças a ele, tive a oportunidade de ampliar meus horizontes de pesquisa. E, como afirma Marc Bloch: “O objeto de estudo da História é, por natureza, o homem”.<sup>1</sup> Nesse sentido, investigar e me debruçar sob os registros de Manoel Felipe de Souza reafirmou o meu comprometimento com a produção historiográfica e me deixou na certeza que estudar História é, e vai continuar sendo, a minha melhor escolha.

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. p. 54.

*Recria tua vida,  
sempre, sempre.  
Remove pedras  
e planta roseiras  
e faz doces.  
Recomeça.*

*Cora Coralina*

## RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar uma coluna de jornal intitulada “Pennadas Furtivas”. Publicada no periódico uberabense *Lavoura e Comércio*, essa coluna, entre os anos de 1899 e 1903, foi espaço de escrita de Manoel Felipe de Souza. Ao incentivar o progresso, a modernidade e a civilização, este colunista produzia crônicas para a folha. Partindo da perspectiva de que os jornais são ao mesmo tempo fonte e objetos de pesquisa, para entender o sentido da coluna foram feitos mapeamentos que levaram em conta a imprensa no município e o conteúdo das colunas do periódico, em especial das “Pennadas Furtivas”. Tanto o seu autor, quanto as crônicas em si, são portadoras de uma complexidade, porque uma coisa é como Manoel Felipe de Souza se via e se colocava no jornal, outra é o que de fato praticava. A forma ferrenha como tratava as questões da cidade em suas crônicas, muitas vezes era reflexo de um tom ressentido, de alguém que conversava com as elites econômicas, escrevia para elas, as divertia e fazia rir, mas não era parte delas. Enquanto nas páginas do periódico aconteciam os mais sisudos debates envolvendo a questão política do estado de Minas Gerais, Manoel Felipe de Souza, um escritor da *Belle Époque*, para assegurar sua sobrevivência assumia vários papéis. Era um homem multifacetado, intelectual do interior, que com diferenças de atuação utilizava sua pena como uma arma, pois de modo criativo e também provocativo se apropriou do discurso civilizacional para impulsionar a superação de práticas vistas como atrasadas.

**Palavras-chave:** imprensa; Manoel Felipe de Souza; Pennadas Furtivas.

## ABSTRACT

The objective of the work is to analyze a newspaper column entitled “Pennadas Furtivas”. Published in the uberabense journal *Lavoura e Comércio*, this column, between the years 1899 and 1903, was the space for the writing of Manoel Felipe de Souza. By encouraging progress, modernity and civilization, this columnist produced chronicles for the sheet. From the perspective that newspapers are both a source and objects of research, to understand the meaning of the column, mappings were made that took into account the press in the city and the content of the journal's columns, in particular of the “Pennadas Furtivas”. Both its author and the chronicles themselves carry a complexity, because one thing is how Manoel Felipe de Souza saw himself and put himself in the newspaper, another is what it actually was. The fierce way in which he treated the issues of the city in his chronicles it was often a reflection of a resentful tone, of someone who talked to the economic elites, wrote to them, amused them and made them laugh, but was not part of them. While the most serious debates took place on the pages of the periodical involving the political issue of the state of Minas Gerais, Manoel Felipe de Souza, born of the *Belle Époque*, took on several roles to ensure his survival. He was a multifaceted man, interior intellectual, that with differences in performance used his pen as a weapon, because creatively and provocatively appropriated the civilizational discourse to boost the overcoming of practices seen as backward.

**Keywords:** press; Manoel Felipe de Souza; Pennadas Furtivas.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 12  |
| <b>I. MANOEL FELIPE DE SOUZA E A IMPRENSA EM UBERABA</b>  |     |
| 1.1 O autor das “Pennadas Furtivas” e seu trânsito na imprensa .....  | 41  |
| 1.2 A imprensa uberabense nos anos finais do Império .....  | 59  |
| 1.3 A imprensa ingressa na República .....  | 77  |
| 1.4 A imprensa durante a publicação das “Pennadas Furtivas” no <i>Lavoura e Comércio</i> .....                          | 87  |
| <b>II. O LAVOURA E COMÉRCIO: FUNDAÇÃO, TEMAS ABORDADOS, OS PAPÉIS DE MANOEL FELIPE DE SOUZA E O HUMOR NO JORNAL</b>     |     |
| 2.1 O <i>Club da Lavoura e Comércio de Uberaba</i> e o jornal <i>Lavoura e Comércio</i> .....                           | 106 |
| 2.2 O periódico e a busca por representação política em nível estadual .....  | 118 |
| 2.3 O conjunto da folha: suas partes e assuntos discutidos .....  | 135 |
| 2.4 Os papéis de Manoel Felipe de Souza e o humor no jornal .....   | 147 |
| <b>III. A COLUNA “PENNADAS FURTIVAS”</b>  |     |
| 3.1 A “Cidade da Roça”: civilização e modernidade em Uberaba .....  | 167 |
| 3.2 Os retardos da civilização no olhar do colunista: os indígenas e as práticas culturais e religiosas dos negros..... | 184 |
| 3.3 Mais empecilhos à civilização: alguns divertimentos e os maus tratos aos animais.....                               | 202 |
| 3.4 Política, economia e outros olhares sobre aspectos sociais na pauta das “Pennadas”.....                             | 216 |
| 3.5 M. F., o espiritismo e outras dimensões do sobrenatural.....  | 228 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 249 |
| <b>FONTES CONSULTADAS</b> .....   | 254 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 256 |
| <b>APÊNDICES</b> .....  | 264 |
| <b>ANEXOS</b> .....   | 311 |

---

## INTRODUÇÃO

Uberaba é uma cidade que desde seus primórdios teceu relações com a vida no campo. Renato Muniz Barreto de Carvalho, ao realizar um estudo sobre o desenvolvimento histórico-geográfico da expansão urbana no município, constatou que a precedência da vida rural na relação campo/cidade se fez presente desde o começo de sua ocupação enquanto núcleo urbano, no início do século XIX. Quando a paróquia foi elevada a vila, em 1836, a economia era de caráter rural, baseada no cultivo de milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar para fabricação de aguardente. A criação de gado, segundo o autor, naquela época também já era realizada em grande escala. A pecuária e a agricultura imprimiam sua marca. Na década de 1850, quando foi elevada à cidade, a atividade agropecuária firmou-se ao lado da intensificação do comércio com outras regiões. Em suas palavras, “tornou-se pólo comercial do Triângulo Mineiro e do Brasil Central”<sup>2</sup>, interligava o sul e o centro-oeste, abastecendo povoações que se formariam no interior do país. As estradas, em seu ver, foram fundamentais para consolidação do município como centro comercial. Embasando-se nos estudos de pesquisadores como Eliane Mendonça Marquez de Rezende e Luís Augusto Bustamante Lourenço<sup>3</sup>, afiançou também que sua rede viária e condição de ponto nodal, entre 1827 e 1859, fez de Uberaba o principal centro distribuidor de sal para uma imensa área de pecuária extensiva que incluía o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Existiam na cidade pousos para tropas, boiadas e carros de boi.<sup>4</sup>

A condição de entreposto comercial, no que se refere ao atendimento de uma vasta região do Brasil central, fazia com que muitos fazendeiros se estabelecessem como atacadistas de sal, trazido de Santos.<sup>5</sup> Nesse contexto, Uberaba, na ótica do autor, era um lugar onde as atividades ligadas à pecuária e ao comércio contribuíam para moldar a economia e interferiam na forma como se dava a expansão da cidade. No entanto, a situação de destaque enquanto entreposto comercial se modificou com a introdução do gado zebu no final do século XIX. A sociedade que se estruturou em função do comércio se voltou para a atividade pastoril e a

---

<sup>2</sup> CARVALHO, Renato Muniz Barreto de Carvalho. **Vida e morte de um córrego**: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lajes. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 175.

<sup>3</sup> REZENDE, Eliane M. M. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica (1811-1910). Uberaba: Arquivo Público de Uberaba. 1991. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010.

<sup>4</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 175.

<sup>5</sup> CARVALHO, Op. Cit., 166-169.

criação de zebuínos projetou o município em nível nacional. Contudo, na análise desse estudioso, isso refletiu na dinâmica de crescimento da cidade e no ritmo do comércio que, em seu ver, diminuiu consideravelmente. As aplicações no setor rural se tornaram mais intensas que as aplicações nas atividades urbanas. A cidade não se modernizou e se renovou da mesma forma que no período anterior. A não ser na área central, onde se situavam os palacetes dos grandes fazendeiros, a ausência de melhoramentos de infraestrutura, como falta de calçamento e poeira nas ruas, era uma constante. Carvalho reiterou também que os interesses envolvidos com a atividade pastoril contribuía para que os latifundiários investissem na modernização de suas fazendas e em aplicações financeiras fora da terra.<sup>6</sup> O autor concluiu, portanto, que no final do século XIX e início do século XX, a decadência comercial, em função também da expansão dos trilhos da Mogiana à Uberlândia (1895) e à Araguari (1896), gerou certo decréscimo da urbanização, a não ser em áreas concentradas. Logo, naquele período, Uberaba se fechou em valores decorrentes de uma vida voltada para atividades agropastoris.<sup>7</sup>

Nesse ângulo, é corrente entre os pesquisadores locais, dentre os quais se pode citar Rezende, Lourenço e o próprio Carvalho, a ideia de que Uberaba no final do século XIX perdeu o posto de cidade primaz e entreposto comercial, entrando numa fase de crise econômica. A atividade comercial em recessão foi substituída pela atividade pastoril. A crise econômica sinalizada por esses autores, no entanto, não era uma especificidade do município. Dada a mudança de regime político e regime de trabalho, a dívida externa com a Inglaterra e os levantes no interior do território, o Brasil em geral estava mergulhado em recessão econômica.

Dentro dessa conjuntura, a cidade, cuja trajetória histórica esteve pautada na questão do entreposto comercial e do ruralismo, gestou desde o Império uma imprensa que ganhou envergadura com periódicos representantes desses setores. Já no Segundo Reinado, *O Paranaíba* (1874), primeiro periódico fundado no município, apresentava como proposta se dedicar “aos interesses comerciais, agrícolas, industriais e fabris de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”. Havia a *Gazeta de Uberaba* (1875), que anunciava esses mesmos objetivos. Nos primeiros anos da República, *O Tempo* (1893) e *A Gazetinha* (1893) aderiram às discussões desses setores. No programa de *O Tempo* constava a defesa de interesses agrícolas, comerciais e industriais. Na *Gazetinha*, do mesmo modo se discutiam assuntos de interesse agrícola. Havia também a *Revista Agrícola* (1896), que sinalizava a força do setor ruralista sendo um órgão do

---

<sup>6</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 201.

<sup>7</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 197.

Instituto do “Gremio Agroscientifico dos estudantes do Instituto Zoo Technico de Uberaba”, que publicava artigos de interesse agrícola, escritos por ilustrados professores e cientistas que estudavam o campo. *O Trabalho* (1900), igualmente apresentava proposta parecida ao ser um “órgão de doutrina e propaganda, dedicado aos interesses da agricultura, commercio e indústria ruraes”<sup>8</sup>. Todos esses periódicos indicam que em Uberaba o apego aos valores agrícolas, pastoris e comerciais surgiu no Império e se perpetuou na República.

Além desses periódicos, no final do século XIX, foi fundado na cidade o *Lavoura e Comércio*, que entrou em circulação em 6 de julho de 1899. Dirigido por Antonio Garcia Adjuto, era um bi semanário, publicado regularmente às quintas-feiras e domingos. No seu primeiro número apresentou-se na folha de capa o seu programa que, criado no bojo do *Club Lavoura e Comércio*, tinha como objetivo convergir os interesses de sujeitos pertencentes ao *Club*. A função do mesmo era promover a reunião de fazendeiros e comerciantes diante da mencionada crise econômica que naquele momento afetava a vida financeira do país.<sup>9</sup> O jornal surgiu assim como um órgão de imprensa que visava se atentar aos assuntos e interesses de pessoas ligadas aos setores que o intitulavam. Sua criação se deu num contexto de incipiente expansão da vida urbana que permanecia atrelada ao meio rural. No que se refere a esse assunto, o jornal era um elo entre o campo e a cidade. Isto porque, por meio dele, negócios do mundo rural eram noticiados e desenrolados no meio urbano. Era também um veículo de divulgação das aspirações de sujeitos pertencentes não só às elites latifundiária e comercial de Uberaba, mas também desses mesmos grupos em municípios vizinhos e cidades de diferentes partes do estado de Minas Gerais. Sua expressividade e circulação excedia o recorte geográfico do Triângulo, pois era distribuído com relevância até mesmo em Goiás. Sua grande faceta era tratar de um espaço onde vozes ruralistas e comerciais podiam se encontrar.

Nesse jornal, assinada pela abreviatura M. F., de Manoel Felipe de Souza, havia uma coluna intitulada “Pennadas Furtivas”, que pelo uso do humor irônico, da crítica ácida e de vários outros recursos de escrita e linguagem, possuía uma abordagem que destoava das demais. Tendo em vista essa singularidade, ela se destacava no conjunto do jornal, que trazia em seu bojo uma discussão político-econômica árida. Assim sendo, por meio da problematização dessa coluna, o presente trabalho tem como mote a investigação da maneira como o autor das “Pennadas Furtivas”, um intelectual atuante na imprensa do período, utilizava seu espaço de

---

<sup>8</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/07/1931. n. 377. p. 3

<sup>9</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

escrita para apregoar ideais daquele período. Em meio aos debates mais sisudos envolvendo a questão política do estado de Minas, Manoel Felipe de Souza foi se construindo como um homem da *Belle Époque*, representante e incentivador do progresso, da civilização e da modernidade, tríade tão marcante no discurso dos intelectuais da Primeira República.

A narrativa desse autor ia ao encontro daquela dos dirigentes do jornal e seus colaboradores quando o assunto era a superação de práticas e formas de pensar que viam como atrasadas. Tanto o articulista quanto outros colaboradores, donos de terras e representantes do setor comercial, não queriam ser vistos como chucros e atrasados. Pelo contrário, o periódico e seus convidados traziam a proposta de folha moderna e queriam ser vistos como tal. Para isso, ideias civilizadoras eram expostas por meio de artigos que traziam à tona tensões e conflitos incutidos na sociedade da época.

Manoel Felipe de Souza, nas suas “Pennadas Furtivas” de estreia no periódico, anunciou que sua coluna tinha como propósito despertar o riso de quem lia. Apresentou-se como humorista e afirmou que a coluna seria o “espaço para pequenos e risonhos oásis”. Enquanto nas demais colunas se discutiria os assuntos “sérios”, as “Pennadas Furtivas” se propunham ser o espaço do humor. Se caracterizando como uma pessoa avessa, o articulista assegurava que os dois ramos chaves do jornal, a lavoura e o comércio, encontrariam nos seus escritos “antídoto aos seus teimosos bocejos”<sup>10</sup>. Sua coluna serviria para contrastar a densidade das discussões político-econômicas, fazer o leitor rir e se divertir.

No entanto, ao aprofundar a leitura do conteúdo da coluna, constatou-se que o perfil de texto construído pelo autor, além do humor, acionava outros recursos característicos de crônicas: metáfora, ficção, ironia, sarcasmo e figuras de linguagem. Por meio desses recursos, Manoel Felipe desconstruía a ideia de que a civilização na cidade era algo pronto e acabado. Enquanto parte da intelectualidade municipal, munida da conotação de engrandecimento, afirmava que Uberaba era a “princesa do sertão”, na apresentação de sua proposta para o periódico, o colunista elucidava que a “próspera” cidade, em seu ver, era na verdade a “odalisca do sertão.” Ao proceder dessa forma, ele expunha as mazelas do progresso almejado. Nesse sentido, a escolha da coluna se deu porque, ao construir crônicas, ele mostrava o outro lado da civilização desejada. O próprio título “Pennadas Furtivas” remetia a sua intencionalidade. As “Pennadas” tinham a conotação do farto borrão da tinta da pena de quem escreve, mas também eram uma metáfora para o ataque. As afirmações contidas na coluna, sob o verniz da civilidade,

---

<sup>10</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

apresentavam implicitamente o propósito de cravar farpas, daí o adjetivo “furtivas”. O sentido desse adjetivo remetia também ao fato de que, de modo sorrateiro, disfarçado, dissimulado, estaria de prontidão observando o cotidiano com a finalidade de, em subterfúgio, adquirir elementos para construir seus escritos.

Quando o *Lavoura e Comércio* foi fundado, Uberaba já contava com uma diversificada rede de jornais, com objetivos e propostas variadas. Essa imprensa, que teve fundação ainda à época do Império, quando ingressou na República continuou sendo instrumento de poder. A diversidade de periódicos revelou a pluralidade de grupos que circulavam na imprensa municipal. Contraditoriamente construída, a realidade representada nos jornais do período esboçou as diferentes perspectivas de grupos que, para além da atuação na esfera municipal, buscavam ter voz no âmbito estadual. O fato era que esses órgãos faziam reconhecer identidades, exibiam maneiras próprias de estar no mundo e significar simbolicamente posições sociais, demonstrando assim serem agentes ativos na imprensa da Primeira República.

A publicação de muitos periódicos desde o Império deixou como traço marcante na cidade uma quantidade significativa de jornais feitos em baixas tiragens e de vida efêmera. No caso do *Lavoura e Comércio*, além de se distinguir no aspecto da longevidade, se notou que seu diretor tinha como grande preocupação atender assuntos provenientes de disputas políticas. Esse jornal demonstrava que as elites políticas, econômicas e intelectuais do Triângulo se utilizavam da imprensa como peça chave na manutenção de seus interesses, ao mesmo tempo em que procuravam modos de integrarem-se aos grupos dominantes no nível estadual.

Prontamente, a leitura integral da coluna confrontada com a leitura completa do jornal permitiu entender que nem todos os colaboradores agiam da mesma forma. No seu início de circulação, a tônica político-econômica estava em combater a instauração de um Imposto Territorial, que no ver dos seus idealizadores lesava fortemente os ruralistas e comerciantes do município. A discussão a respeito dos impostos e da forma como as decisões políticas tomadas em esfera estadual eram recebidas por parte desses grupos compunha a parte “séria” do jornal.

Foi nesse contexto que Manoel Felipe de Souza, ao fazer parte do quadro fixo de colaboradores, com lugar de destaque na primeira ou segunda página, se apresentou com o objetivo de trazer olhares humorísticos da cidade para a folha. Ao lado dele, outros intelectuais tinham espaços próprios dentro do periódico. Manoel Felipe deveria ser o humorista; Frederico Maurício Draenert, o homem da ciência; Sylvio Dinarte, o autor dos Folhetins, entre outros. Havia muita gente escrevendo e debatendo sobre política municipal, estadual e federal.

Comentava-se da finada monarquia, do Império e da República. Os debates políticos publicados caminhavam sempre em defesa dos interesses do grupo gestor do jornal e o colunista aqui estudado, quando escrevia sobre o assunto, agia da mesma forma, sendo contra o Imposto Territorial e as pessoas que criticassem Antonio Garcia Adjuto que, além de diretor do periódico, era presidente da Câmara Municipal.

A coluna “Pennadas Furtivas” foi impressa no jornal *Lavoura e Comércio* entre 1899 e 1911 e dentro dos 1240 números dos doze anos de sua publicação, foi possível contabilizar centenas de “Pennadas”. Durante o recorte temporal desta pesquisa, 1899 a 1903, em meio aos 468 números publicados, houve 190 “Pennadas”. A escolha desse recorte se deve à duração dos embates político-partidários travados na imprensa municipal entre os jornais *Lavoura e Comércio* e *Gazeta de Uberaba*, que foi fundada bem antes do *Lavoura*, em 1875. Quando terminou o mandato do então governador de Minas Gerais, em 1898, Chrispim Jacques Bias Fortes, o candidato que o sucedeu, Silviano Brandão, gerou em Uberaba a oposição de um grupo de fazendeiros que, insatisfeitos com suas proposições políticas e econômicas, se articularam e fundaram um *Club da Lavoura e Comércio*, um *Partido da Lavoura e Comércio* e um jornal, o *Lavoura e Comércio*. Em contrapartida, favorável à eleição de Silviano Brandão, a *Gazeta de Uberaba*, muito tradicional na imprensa uberabense, se tornou porta-voz dos grupos que apoiavam o novo governador. De um lado Militino de Carvalho, engenheiro agrônomo, redator da *Gazeta*. Do outro, *Garcia Adjuto*, advogado, diretor geral e redator do *Lavoura*. Num jogo de forças e busca por representatividade na política estadual, os grupos ruralistas aos quais esses intelectuais pertenciam se utilizavam da imprensa para defender seus negócios. E esses não eram apenas de viés municipal, mas também de viés estadual, uma vez que ambos os jornais concentravam vozes latifundiárias da região.

A partir dos debates estampados naquele mundo de papel e tinta é possível perceber a forma como as elites rurais do município estavam se posicionando em relação às transformações políticas no estado de Minas. Daí, a justificativa para o recorte temporal: 1899, ano de início da circulação do *Lavoura e Comércio*, e 1903, ano de fusão do *Partido Lavoura e Comércio* com o *Partido Republicano Mineiro*. Nesse momento a *Gazeta de Uberaba* se tornou o primeiro jornal diário de Uberaba<sup>11</sup> e o *Lavoura e Comércio* passou por uma espécie de ruptura, pois Antonio Garcia Adjuto continuou como seu diretor, mas daí em diante sua redação foi assumida

---

<sup>11</sup> Segundo Hidelbrando Pontes, daí em diante, até maio de 1909, se dedicou à defesa de interesses gerais, mas, ao seu ver, alheio à política local. PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 25/04/31. n. 364. p. 3.

por outra pessoa, Francisco Jardim<sup>12</sup>. Travada na e por meio da imprensa, a rivalidade entre os dois jornais perdurou até a morte do então governador do estado, em fevereiro de 1902. O óbito de Silviano Brandão é um marco de referência para se entender o uso dos jornais do setor ruralista e comercial como instrumento de embate político. Depois da mudança de governador os debates entre os jornais cessaram. Os grupos dirigentes tanto do *Lavoura e Comércio* quanto da *Gazeta de Uberaba* se viram representados. Desse modo, se pode afirmar que a morte de Silviano Brandão foi um divisor de águas no debate estampado em setores da imprensa uberabense. Logo, o estudo prévio desse embate político-partidário não ocorre aquém da análise da imprensa na cidade e da coluna “Pennadas Furtivas”.

Faz parte da perspectiva adotada no trabalho pensar os periódicos ao mesmo tempo como fonte e objeto de pesquisa. Refletir sobre o contexto no qual o jornal *Lavoura e Comércio* estava sendo produzido ajuda a entender melhor a imprensa na qual o autor das “Pennadas Furtivas” se movia. Abre caminho para se compreender também seus posicionamentos dentro de um ambiente social da *Belle Époque*. Essa expressão remete aos anos finais do século XIX e primeiros anos do século XX quando, em diferentes partes do globo, a crença na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de que os “males sociais” poderiam ser resolvidos tecnicamente, esteve em alta.<sup>13</sup> A coluna “Pennadas Furtivas”, nesse sentido, era um espaço de incentivo à inserção na *Belle Époque* e na vida que se considerava moderna e civilizada. No entanto, ao invés de se afirmar que a civilização na cidade era algo concretizado, fazia-se o contrário: caçoava-se de sua realidade e mostravam-se outros olhares sobre ela.

Estudos de História por meio da imprensa demonstram a relevância da compreensão das representações e das práticas expressas nas páginas dos jornais, entendidos como espaços de afirmação de sociabilidades e difusão e visibilidade pública de concepções, propostas e projetos construídos na esfera cultural da sociedade. Enquanto fontes documentais são considerados também, conforme afiançam Renée Barata Zicman e Tania Regina de Luca, como agentes históricos na medida em que intervêm nos episódios e processos sociais, ao mesmo tempo que são instrumentos que produzem sobre a realidade, contextualizados nela. Partindo dessa premissa, com o propósito de entender a atuação de Manoel Felipe de Souza no jornal *Lavoura e Comércio*, o trabalho que aqui se apresenta se ancora na perspectiva da “História cultural”. A

---

<sup>12</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 18/07/31. n. 376. p. 3-4.

<sup>13</sup> DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 7.

partir daí se bifurca entre três veredas da produção historiográfica atual: a imprensa, o humor e as crônicas em jornais na transição do século XIX para o século XX.

Abordagens variadas colocam a cultura no centro de reflexões historiográficas. A “História cultural” toma por objeto a compreensão das formas e dos motivos ou, em outras palavras, “das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados.”<sup>14</sup> Ao gestar diferentes tipos de representações, fossem elas de enaltecimento ou de críticas, a imprensa uberabense criava estratégias simbólicas de ordenamento, que tinham como fim contribuir na promoção de mudanças na sensibilidade, na psique, no autocontrole, nos modos e nos hábitos da população, além de reivindicar e proferir embates fervorosos entre os diferentes grupos sociais.

Nessa perspectiva, a problemática geral que orienta a presente tese é: como Manoel Felipe de Souza, um intelectual atuante na imprensa, autor da coluna “Pennadas Furtivas”, se tornou uma voz da modernidade e do discurso civilizacional, ao se apropriar criativamente dessas concepções e incentivar, por meio de suas crônicas, a superação de práticas vistas como atrasadas? O ponto chave do trabalho é a análise de uma coluna de jornal estudada em suas bases mais amplas: o próprio jornal onde era publicada e a imprensa municipal, situando a forma como o autor das “Pennadas” se comportava frente aos debates da época. Nesse processo, à medida que a coluna é explorada seu autor se configura como um personagem.

O trabalho traz a contribuição de alargar as discussões sobre o periodismo no Triângulo Mineiro, apresentando elementos que visam agregar conhecimento à compreensão das dinâmicas da imprensa no interior. Propõe também propiciar visibilidade à existência e atuação de cronistas dessa região. Manoel Felipe de Souza é um exemplo. Figura controversa, e muitas vezes contraditória, pontuava as práticas que considerava sinônimas de selvageria e atraso da cidade e apresentava diretrizes do que precisava ser feito para que a urbe se tornasse civilizada. Com o seu humor cáustico e riso irônico era um intelectual cujo olhar permite a reflexão a respeito das maneiras como as ideias da tríade citada eram apropriadas e interpretadas na imprensa longe das capitais. Partindo dessa premissa, trata-se de um trabalho que, entrecruzado pelo viés da imprensa, do humor e das crônicas, colabora na direção de apontar alguns caminhos a respeito da prática jornalística e o exercício literário no interior de Minas Gerais.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. Introdução - Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1985. p. 19.

Os conceitos chaves utilizados nesta tese são: representação, prática e apropriação, de Roger Chartier; cultura, de Michel de Certeau; civilização e civilidade, de Norbert Elias; progresso, de Paolo Rossi; modernidade e modernização, de Marshall Berman e Anthony Giddens. Para fazer um contraponto à tríade de conceitos – civilização, progresso e modernidade - se faz uso da leitura de Jean Starobinski para tratar os avessos da civilização: barbárie, selvageria e atraso. O uso desses autores para a discussão desses conceitos faz parte de uma seleção realizada a partir do repertório intelectual construído ao longo da trajetória acadêmica da autora. Sobre jornalismo e imprensa levam-se em conta as contribuições de Nelton Araújo e Heloísa de Faria Cruz. Além desses autores será ampliada a literatura sobre imprensa, com Ana Luiza Martins e Maria de Lourdes Eleutério; estruturas de poder e engrenagens políticas que deram sentido à Primeira República, com Renato Lessa, que traz uma abordagem sobre o governo de Campos Sales; José Murilo de Carvalho, que discorre sobre os domínios locais e sua participação no poder nacional; Rodrigo Patto Sá Motta, que escreve sobre o Federalismo e os Partidos Republicanos; e Cláudia Viscardi, que aborda as disputas na política oligárquica. Para a história de Uberaba, recorre-se a André Azevedo da Fonseca, Eliane Mendonça Marquez de Rezende e Renato Muniz Barreto de Carvalho. Além desses pesquisadores são levadas em conta as contribuições de autores e autoras que discutem a região: Florisvaldo de Paulo Ribeiro Júnior, Luís Augusto Bustamante Lourenço e Sandra Mara Dantas. Para a reflexão relativa à *Belle Époque*, Ana Maria Daou, Carmem Negreiros, Fátima Oliveira, Rosa Gens e de novo José Murilo de Carvalho constituem-se em referências. Sobre a história do humor se faz uso de Elias Thomé Saliba. Quanto às crônicas, Maria Cristina Ribas, Regma Maria dos Santos, Matheus de Mesquita e Pontes, Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos, Eliane Vasconcellos e Maria Isabel da Silva inspiraram a análise.

Ao escrever um texto intitulado “O mundo como representação”, o historiador Roger Chartier mostrou que o conceito de representação envolve duas famílias de sentidos: (1º) “a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado”. Nessa acepção, “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória”, envolve a “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente”. (2º) “a representação como a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou

pessoa.”<sup>15</sup> Nessa acepção a representação é uma apresentação literal de uma presença. Nesses dois ângulos o conceito foi utilizado no trabalho, imbricado aos conceitos de prática e apropriação. As práticas, para Chartier, são as ações dos sujeitos no mundo e apropriação é a forma como os sujeitos dão significado e o interpretam: “visa uma história social dos usos e das interpretações”; “sustenta as operações de produção de sentido”<sup>16</sup>. As compreensões (ou incompreensões) que os sujeitos criam para explicar o mundo, no ponto de vista de Chartier, traduzem seus interesses e posições que, por sua vez, “estão sempre colocadas num campo de concorrências e de competições que visam legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas”<sup>17</sup>.

O conceito de cultura adotado é o de Michel de Certeau. Trata-se de um conceito polissêmico, com diversas variações, interpretações e usos, abrangendo modos de vida nos quais os sujeitos, não passivos à realidade, incorporam valores e os modificam segundo suas visões de mundo. Integra hábitos, comportamentos, crenças e costumes partilhados. Engloba o conjunto de significados construídos para explicar a realidade. O uso do conceito no trabalho, desse modo, não entende cultura como algo totalizante e universal. Ao contrário, o conceito é percebido no plural, considerando as diferenças de experiências sociais dos grupos e entre os grupos; fazeres e práticas partilhadas, não engessadas no tempo e em constante movimento.<sup>18</sup>

Partindo da premissa de que a tese visa apontar também que não havia um tratamento homogêneo da imprensa em relação à tríade progresso, modernidade e civilização, se faz necessário pontuar a maneira como esses conceitos são entendidos no decorrer do trabalho. Para a definição do conceito de progresso são utilizadas as reflexões de Paolo Rossi. Ao escrever sobre as origens da ideia de progresso, o autor explica que na segunda metade do século XIX esse conceito afirmou-se vigorosamente sendo identificado à concepção de que na história estaria presente uma lei que tendia, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade. Seria um processo de aperfeiçoamento consoante ao crescimento do saber científico e da técnica. Estes, por sua vez, seriam as principais fontes do progresso político e moral. O autor afirma também que nesse período termos como avanço, crescimento, melhoramento, ampliação, aumento, extensão e incremento foram frequentemente usados pelos falantes e indicados nos

---

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. Introdução “Por uma sociologia Histórica das Práticas Culturais”. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1985. p. 17.

<sup>16</sup> CHARTIER, Op. Cit., p.180-185.

<sup>17</sup> CHARTIER, Op. Cit., p. 17.

<sup>18</sup> CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

dicionários como sinônimos de progresso<sup>19</sup>. No Brasil do final daquele século a ideia de progresso, tal como apresentada por Paolo Rossi, se fez presente nos discursos que afirmavam o engrandecimento do país. Florisvaldo de Paulo Ribeiro Júnior confirmou essa perspectiva ao apontar que as elites do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba eram “consensuais” ao acreditar que as apropriações das representações do progresso seriam o caminho natural de manutenção de seus domínios locais e regionais, ao mesmo tempo em que firmavam as possibilidades de integrarem-se aos grupos dominantes nos níveis estadual e nacional.<sup>20</sup>

Em Uberaba o anseio de modernidade e de modernização deixou marcas na transição dos séculos XIX/XX. Ser moderno e modernizar os espaços e as relações socioculturais fizeram parte dos ideários daquele período. Para a compreensão dos conceitos de modernidade e modernização são empregadas as contribuições de Marshall Berman e Anthony Giddens.

No ponto de vista de Berman, “modernidade designa um conjunto de experiências, de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida que é compartilhada por homens e mulheres”. Em sua ótica, “ser moderno” é “encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento e autotransformação”. Já a modernização “é fazer algo se tornar moderno, é a transformação das coisas ao redor”<sup>21</sup>.

Para Giddens, “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Os modos de vida produzidos pela modernidade desvencilharam “todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes.” Em seu ver, existiram também “continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um, nem outro, formaram um todo à parte”<sup>22</sup>.

No que diz respeito aos conceitos de civilização e civilidade são usadas as considerações de Norbert Elias. Ao analisar livros de etiqueta e boas maneiras do século XIII à sociedade de corte de Luís XIV, Elias nota que o conceito de civilização expressa as descrições que a sociedade ocidental pontua como seus motivos de orgulho: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo”<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: UNESP, 2000. p. 94-114.

<sup>20</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo de Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana**: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais (1888-1928). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008. p. 18.

<sup>21</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>22</sup> GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p. 11-16.

<sup>23</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 23.

Pode se referir a uma variedade de fatos e atividades humanas passíveis de serem descritas como civilizadas. Trata-se de um processo de mudanças nas condutas e sentimentos humanos. Ocorre numa longa duração e envolve as mudanças nos padrões do que a sociedade exige e proíbe. Já a civilidade, para o autor, diz respeito aos gestos e falas polidas, atitudes refinadas, olhares, sorrisos e humores afáveis, maneiras elegantes de se portar.

No início do século XX as cidades brasileiras foram inundadas por discursos que tinham como propósito civilizá-las. De acordo com Ribeiro Júnior, naquele período, a nascente República “elegeu, entre outros, o sertão como um dos lugares onde o Brasil se regeneraria, encontrando-se com as matérias primas da futura civilização”<sup>24</sup>. Segundo ele, no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, os discursos da imprensa pregavam a superação dos obstáculos à civilização. Em Uberaba não era diferente. Os jornais incentivavam a formação de novos hábitos, considerados civilizados. O simples fato de ler os jornais estava vinculado à ideia de distinção, pois saber ler era um privilégio em uma população de analfabetos; era uma forma de o morador, além de educar os modos, demonstrar polidez, refinamento. Nesse ponto, o conceito de civilização é utilizado no trabalho porque está presente nos discursos dos jornais analisados, seja afirmando o ufanismo, seja desconstruindo-o.

Jean Starobinski afirma que desde sua primeira utilização, a palavra civilização foi objeto de diferentes acepções, pluralizada, e por isso, de maneira alguma um termo unívoco. Seus significados poderiam variar de uma nação para outra remetendo a “processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos.” Faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado: o “anticivilizado”, o “incivilizado”, o “não civilizado”, o “bárbaro”. O civilizado coexiste na presença do considerado anticivilizado, pois podem ou não ser antagônicos. Starobinski afiança também que o anticivilizado, o bárbaro, deve ser posto fora da condição de prejudicar, caso não possa ser “educado ou convertido”<sup>25</sup>. No discurso de Manoel Felipe de Souza é possível identificar os fatores que na cidade, em seu ver, eram os antônimos da civilização, pois abordava o “não civilizado” nas crônicas.

A respeito das concepções de jornalismo e imprensa levaram-se em conta os apontamentos de Nilton Araújo e Heloísa de Faria Cruz. Araújo chama atenção para a distinção entre jornalismo e imprensa. Em seu ver, “o jornalismo é o conjunto de técnicas,

---

<sup>24</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Op. Cit., p. 87-95.

<sup>25</sup> STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.14-15.

saberes e éticas voltadas para a captação de informações”. Já a imprensa se refere à “divulgação sistemática dessas informações”<sup>26</sup>. Heloísa de Faria Cruz afirma que a mesma “deve ser entendida como linguagem constitutiva do social, experiência e prática cultural que detém historicidade e peculiaridades próprias”; “requer ser trabalhada e compreendida, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe”<sup>27</sup>. Assim, partindo da perspectiva dessa autora, a imprensa neste trabalho é entendida como prática cultural da e na sociedade.

No que concerne à imprensa no Império, recorre-se à contribuição de Ana Luiza Martins e Daniela Magalhães da Silveira, que problematizou a atuação de Machado de Assis num periódico dirigido à família. Para a transição de século é feito um diálogo com Maria de Lourdes Eleutério. De acordo com as proposições desta última autora, a imprensa naquele período era fonte de investimentos e difusão de novas tecnologias. Os processos de impressão se aperfeiçoavam, bem como a organização das vendas e os espaços de produção. A periodização se intensificava: mensal, quinzenal, semanal, diária. O cotidiano da jovem República, conforme afirma, era delineado nos jornais e a modernidade técnica agilizava a produção. A crença no progresso era destaque nas páginas sob a forma de reportagens, entrevistas e crônicas. Além disso, o Brasil contava com um crescente contingente de colaboradores a empregar. Os homens de letras se deparavam com diferentes atividades ligadas à imprensa. Desse modo, ficavam à disposição dos periódicos que procuravam lucros num mercado cada vez mais competitivo.<sup>28</sup>

Ainda em relação à literatura sobre a imprensa, a utilização dos jornais como principais fontes de pesquisa desta tese tem como ponto de partida o entendimento de que o estudo dos mesmos não se restringe à análise de textos isolados. Aquilo que é publicado não corresponde à realidade em si, pois resulta de uma seleção e interpretação de quem escreve, bem como da postura política adotada pelo jornal. Para fundamentar essa percepção foi feito o levantamento de um conjunto de pesquisadores que são concordantes ao afirmar que a utilização da imprensa periódica como fonte para a produção historiográfica não deve ser dissociada da investigação

---

<sup>26</sup> ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. **VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói, 2008.

<sup>27</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890/1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

<sup>28</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. In: 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 94.

do seu lugar social de inserção. Os autores selecionados - Tania Regina de Luca, Renée Barata Zicman, Maria Helena Capelato, Simone da Silva Bezerril e Maurilio Dantielly Calonga - são concordantes também quando apontam a ausência de imparcialidade e de neutralidade na imprensa, pois o uso dos jornais como fontes documentais se dá articulado ao levantamento de sua historicidade.

Tania Regina de Luca afirma que “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa”<sup>29</sup>. A respeito da imprensa afiança que a mesma “ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. O historiador, de sua parte, “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”, questão que para a autora estava longe de ser exclusiva da imprensa. Para ela, o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia. Os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo, em seu ver, tampouco se dissociam do público que o jornal pretende atingir. Dessa maneira, as considerações de De Luca apontam para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam. A autora prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção, delineando uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica.<sup>30</sup>

Segundo Renée Barata Zicman, nas relações da História com a imprensa é possível destacar dois grandes campos de estudo. O primeiro é aquele que a autora chama de “História da imprensa”, que busca reconstruir a trajetória dos órgãos de imprensa apresentando suas principais características para um determinado período. O segundo é aquele que a pesquisadora denomina de “História através da imprensa”: abrangendo os trabalhos que a tomam como fonte primária para a pesquisa histórica. Para essa autora, a “imprensa é rica em dados e elementos que permitem um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas manifestações de vida, sejam elas culturais, políticas, etc.”<sup>31</sup> Contudo, em seu ver, “os jornais não são uma ‘ponte’ ou

---

<sup>29</sup> LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2008, p. 118.

<sup>30</sup> LUCA, Op. Cit., p. 141.

<sup>31</sup> ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, jun. 1985. p. 89-102.

‘trampolim’ em direção à realidade”<sup>32</sup>, um estudo mais atento dos órgãos de imprensa tomados como fonte do conhecimento histórico é um pressuposto necessário a todo trabalho que utiliza este tipo de fonte documental, pois para Zicman a imprensa age sempre no campo de interesses e posições. Assim, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais, de acordo com essa estudiosa, deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos consultados. A autora reitera ainda que mesmo quando não se faz História da imprensa propriamente dita, mas antes o que se chama História por meio da imprensa, é necessário historicizar os jornais.

Já para Maria Helena Capelato, após a década de 1970, a imprensa “passou a ser concebida como espaço de representação do real”. O historiador passou a estudar os jornais como “agente da história, captando o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas suas páginas.” Considera que “a construção do fato jornalístico abrange não apenas elementos subjetivos de quem os produziu, mas expressa também interesses aos quais os membros dos jornais estão vinculados”. Para a autora os impressos, nesse aspecto, “não são meros transmissores, imparciais e neutros, dos acontecimentos [...] por meio deles apregoam-se as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade”. Na ótica de Capelato, nos vários tipos de periódicos se “encontram projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade”. Por isso, “tem a função de ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor”<sup>33</sup>. Dessa forma, para essa pesquisadora, a imprensa escrita se impõe como uma força política, instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Logo, não é nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Na mesma linha de pensamento de Capelato, Simone da Silva Bezerril<sup>34</sup> entende que os periódicos permitem uma infinidade de abordagens, sendo possível encontrar nesse tipo de fonte dados sobre diferentes questões. E assim como outros autores, afirma não existir neutralidade no jornalismo uma vez que o mesmo, segundo ela, “é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõe a redação)”. É a linha editorial e os jornalistas que decidem o que será ou não publicado. Esse processo, para Bezerril, implica uma seleção que reflete na

---

<sup>32</sup> ZICMAN, Op. Cit., p. 89-102.

<sup>33</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 24-34.

<sup>34</sup> BEZERRIL, Simone da Silva. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Anais do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. Disputas políticas e práticas de poder. Universidade Estadual do Maranhão. 07 a 10 de julho de 2011.

abordagem e no enfoque que se dá a cada publicação. Informações podem ser fragmentadas ou distorcidas de acordo com o interesse da linha editorial ou do jornalista que escreve a matéria. Esta, por sua vez, “não implica o fato em si, trata-se de uma abordagem, uma análise e interpretação”. Dá-se de acordo com o ângulo de quem vê. Nessa perspectiva, a estudiosa afirma ser necessário, antes de eleger os jornais como fontes de pesquisa, saber a história “[dos] próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estavam vinculados”<sup>35</sup>, isto é, não podem ser tomados como indiferentes ao contexto em que são produzidos.

Outro autor que discute a abordagem dos jornais é Maurilio Dantielly Calonga<sup>36</sup>, que debate possibilidades usuais da imprensa como objeto e fonte de pesquisas. No seu ponto de vista, a renovação das abordagens políticas e culturais da História redimensionou a importância da imprensa escrita. A mesma passou a ser considerada como fonte documental na medida em que enuncia discursos e expressões. Passou a ser vista também como agente histórico na medida em que intervém em episódios e processos sociais. Por isso, é importante verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um determinado contexto. O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringem a um conjunto de vocábulos, pois desvelam relações sociais. O trabalho com a imprensa constitui-se, em sua ótica, em possibilidade de conhecimento da participação de grupos sociais em contextos específicos.

Prontamente, as considerações apresentadas por De Luca, Zicman, Capelato, Bezerril e Calonga ajudam a situar o uso das fontes documentais no trabalho. Seus apontamentos oferecem subsídios que permitem afirmar que os jornais não são meros “receptáculos” de informações, pois são produzidos dentro de contextos sociais vinculados a interesses e posições que refletem nas representações da cidade, sejam elas de enaltecimento ou de discordância do engrandecimento. Trabalhar nessa perspectiva é reconhecer que a imprensa uberabense não apenas noticiava fatos, uma vez que era também esfera atuante na criação de projetos para a cidade e para o Triângulo. Isso significa que não havia imparcialidade no que era publicado.

Para analisar a questão do humor são utilizadas as contribuições de Elias Thomé Saliba. Levando em conta uma perspectiva interdisciplinar, esse autor salienta que diversas áreas o têm como objeto. Quem estuda esse campo de pesquisa não investiga propriamente o que faz as

---

<sup>35</sup> BEZERRIL, Op. Cit., 2011.

<sup>36</sup> CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? *Revista de Comunicação & Mercado/UNIGRAN*. Dourados, v. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

peessoas rirem, mas o porquê de elas rirem. São os usos sociais e não o conteúdo das piadas que definem a cultura humorística de uma época. A história cultural que privilegia o humor engloba a análise de seus usos, apropriações e interdições sociais. Segundo Saliba, “para o historiador da cultura, mais importante do que analisar o conteúdo das formas cômicas ou sua originalidade é analisar seus usos, reconstruindo suas práticas e sucessivas apropriações contidas em todos os planos da vida.”<sup>37</sup> Seu eixo central de estudo é estabelecer um diálogo crítico dos usos, das práticas e das representações humorísticas.

Além disso, o autor define o humor como social. Para ele, ainda que assuma muitas formas, o humor não pode ser reduzido a uma única regra. Em vez disso, afiança que devemos vê-lo como um processo e não como uma visão ou um comportamento. Esclarece também que para cada teoria que explica as bases do humor é possível encontrar muitos exemplos pertinentes, mas também se encontram outros que não estão de acordo com as teorias. Portanto, o próprio termo humor, nas suas mais variadas nomenclaturas, sofre da síndrome dos vocábulos “guarda-chuvas” que reúnem uma infinidade de fenômenos.<sup>38</sup>

Ao analisar o humor na *Belle Époque*, Saliba averiguou que por meio da piada ou do texto voltado simplesmente à diversão é possível identificar elementos inerentes a conflitos e tensões sociais de uma época. De acordo com ele, a representação humorística brasileira nasceu como uma forma de cartas e de uma sociedade de excluídos, baseada no personalismo. Por trás da diversão que o humor oferece, há também o brasileiro tentando se situar na sociedade. Portanto, para o autor, o humor é transgressivo e no caso do brasileiro se trata, no fundo, de uma faceta da forma como se lida com a coisa pública. O que provoca o riso, em sua ótica, não são necessariamente as piadas, mas a sociabilidade. Por isso, o riso é uma forma instintiva de criar laços sociais. O humor, por sua vez, cria e projeta múltiplos significados: “é performático, ajuda as pessoas a se situarem no mundo, cria palavras ou dá novos significados a elas”<sup>39</sup>.

Em relação às crônicas, Maria Cristina Ribas define o gênero como uma intersecção dos discursos jornalístico e literário. Remetendo a estudos de Antonio Candido, Afrânio Coutinho e Moisés Massaud, aponta traços específicos para a sua definição: “graciosidade”,

<sup>37</sup> SALIBA, Elias Thomé. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisa. **Revista História** (São Paulo). n. 176, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332#:~:text=Apresenta%20um%20resumo%20das%20Opesquisas.estudos%20a%20respeito%20do%20tema.>> Acesso em: 20 jan. 2019. DOI: [doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332)

<sup>38</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 9-10.

<sup>39</sup> SCARRONE, Marcello. Entrevista à Elias Thomé Saliba. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. ano 7. n. 79. abril 2012. p. 30-35.

“coloquialidade” e “leveza para tratar de coisas sérias”. Segundo ela, muitas vezes existe uma dificuldade de localização da crônica no jornal, pois o espaço que ocupa e lhe imprime uma materialidade nem sempre é claramente identificável. Aspecto também elencado por ela é a necessidade de se considerar a pluralidade de tecidos textuais que pode aparecer em uma mesma coluna e sob um mesmo rótulo, além da nomeação do cronista e sua assinatura como tal. A respeito da (auto)nomeação do cronista, afirma que o uso de pseudônimos ou iniciais em lugar de assinatura é prática comum. Além disso, a possibilidade de encontrar um mesmo autor assumindo mais de uma posição discursiva nas crônicas é corrente.

Regma Maria dos Santos entende as crônicas como um gênero que “insemina nos elementos gráficos sobre o papel o rebuliço cotidiano das ruas.”<sup>40</sup> Para ela, definir a função social de um cronista numa sociedade vai além do caráter efêmero e breve que sua produção expressa. Para entender as crônicas publicadas nos jornais, é necessário não apenas analisar o seu conteúdo, mas também observar a sua própria forma, percebendo as especificidades que dialogam com outras formas textuais presentes no jornal. Diversos caminhos de pesquisa se apresentam e múltiplas são as referências sobre a crônica como objeto de estudo. Nesse sentido, a autora afiança a necessidade de compreender a forma como o cronista percebe e interpreta as transformações de seu tempo.<sup>41</sup>

Ao analisar a relação entre jornalismo e história nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade, Matheus de Mesquita e Pontes argumenta que há uma relação interdisciplinar entre jornalismo, literatura e história. Segundo ele, por meio das crônicas, enquanto fonte documental, é possível apreender o contexto histórico da sociedade brasileira. Afirma que elas se tornaram um território livre no qual habitam várias linguagens. Ao assumir o posto de um laboratório produtor de códigos linguísticos, adquirem o *status* de gênero com autonomia estética no jornalismo impresso. Além disso, o autor salienta que, ao tratar da relação história e literatura, no que diz respeito à crônica, é necessário desenvolver um olhar sobre a vida cotidiana. Nesse sentido, entende que diferente da narrativa produzida por um historiador ou até por literatos que trabalham outros gêneros, o cronista não faz recortes e seleção de temas previamente definidos, pois não existe o interesse em demonstrar ao leitor resultados de uma elaboração consolidada. Ao contrário disso, a intenção da crônica em sua concepção é manter uma interpretação ampla e

---

<sup>40</sup> SANTOS, Regma Maria dos (Org.). **Brevidades**, Lycídio Paes. São Paulo: EDUC - Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002. p. 17.

<sup>41</sup> SANTOS, R. M. dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycídio Paes. Uberlândia: ASPPECTUS, 2005. p. 18.

simples de ser entendida e identificada com a vida do leitor. Sua forma de narrar é própria da questão do consumo e da vida corrida na sociedade moderna. Um artigo ou ensaio, segundo ele, leva tempo para ser produzido. Já a crônica é uma alternativa mais rápida ao jornalismo.<sup>42</sup>

Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos e Eliane Vasconcello, afirmam que as características da crônica jornalística são o jogo de imagens, o humor, a reflexão, o posicionamento político, filosófico e estético, a linguagem e o tom comunicativo com possibilidade de diálogo entre cronista e leitor. Sua função é comover, distrair, fazer sorrir, escrever de forma a meditar e filosofar sempre que possível. Apresentam-se como um vínculo de divulgação cultural, experiências políticas e sociais, buscando soluções para o seu momento de escrita. Ademais, reiteram que o conceito de cotidiano é inerente à própria natureza da crônica, pois nela o cronista o registra.<sup>43</sup>

Maria Isabel da Silva, por sua vez, apresenta mais um recurso das crônicas: a metalinguagem. Ao analisar as crônicas de Drummond, essa autora constatou que no processo de criação deste autor havia personagens que, através de diálogos, operavam metaforicamente para ironizar e criticar a complexidade da língua portuguesa. Baseando-se nos apontamentos de Chalhoub, a autora ressalta que a função metalinguística é sempre uma relação de linguagem, em que uma se refere a outra. Sua origem está nos estudos sobre poética, a retórica. Todo enunciado enviado cumpre uma finalidade: pode servir para transmitir um conteúdo intelectual, exprimir (ou disfarçar) emoções e desejos, para hostilizar ou atrair pessoas, iniciar e manter diálogos. Diferentes mensagens veiculam diferentes significados, que mostram na sua forma e no seu efeito o seu modo de funcionar.<sup>44</sup>

A respeito da *Belle Époque*, Ana Maria Daou; Carmem Negreiros, Fátima Oliveira e Rosa Gens<sup>45</sup>; e, novamente, José Murilo de Carvalho<sup>46</sup> são autores que caracterizaram o período - que se compreendeu entre as últimas décadas do século XIX até a eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914. Daou define *Belle Époque* como a expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, se

---

<sup>42</sup> PONTES, Matheus de Mesquita e. Jornalismo e História nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade: 1930-1950. **OPISIS**. Revista do NIESC, v. 4., 2004. p. 84-92.

<sup>43</sup> BASTOS, Dilza Ramos; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; VASCONCELLOS, Eliane. A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação. **Revista Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro. v. 7. n. 1. jan./jun. 2008. p. 71-94.

<sup>44</sup> SILVA, Maria Isabel da. **A metalinguagem na crônica de Drummond**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. p. 24-30.

<sup>45</sup> DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

<sup>46</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo, antes isoladas.<sup>47</sup>

Negreiro, Oliveira e Gens<sup>48</sup> definem o período como resultado da prosperidade econômica que teve como epicentro a Europa. Segundo as pesquisadoras o eixo principal das mudanças ocorridas no período relaciona-se às transformações urbanísticas que modificaram o panorama de muitas cidades europeias e latinoamericanas. Associando a *Belle Époque* à reconfiguração do espaço das cidades, essas autoras refletem sobre a ressignificação do sentido do moderno, compreendido, não mais como a oposição antigo e novo, mas como ponto transitório no fluxo do tempo, em meio à aceleração contínua que marca a experiência na transição do século XIX para o XX.<sup>49</sup>

Já José Murilo de Carvalho, tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro, define esse período como o “espírito francês da *Belle Époque*”, quando o brilho republicano expressava-se em fórmulas europeias, especialmente parisienses. Segundo o autor, mais que nunca, o mundo literário voltava-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris. Os literatos, em sua perspectiva, se dedicavam a produzir para o sorriso da elite carioca, com as “antenas” estéticas voltadas para a Europa. Assim, para Carvalho, no Rio de Janeiro reformado com o “bota-baixo” de Pereira Passos, circulava um mundo de *Belle Époque* fascinado com a Europa, mas envergonhado do Brasil, em especial do Brasil pobre e negro. Para ele era uma *Belle Époque* que se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro um Brasil branco, europeizado e civilizado.<sup>50</sup>

Articulado a essa parte conceitual e teórica o arcabouço metodológico do trabalho se baseia nas contribuições de Renée Barata Zicman, Tania Regina de Luca, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas, Ana Flávia Cernic Ramos. Também nesse aspecto, Regma Maria dos Santos, Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos e Eliane Vasconcellos contribuem. Zicman apresenta uma maneira de proceder nos estudos que utilizam jornais no fomento do conhecimento histórico. Para isso, considera a seguinte fórmula: “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal. O “atrás” do jornal, segundo a autora, é tudo aquilo que contribui para sua realização e intervém no seu controle: sociedade proprietária, empresa, editora e corpo de

---

<sup>47</sup> DAOU, Op. Cit., p. 7.

<sup>48</sup> NEGREIROS, Carmen; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (Orgs.). **Belle Époque**: a cidade e as experiências da modernidade. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019.

<sup>49</sup> NEGREIROS, Op. Cit., p. 8.

<sup>50</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 37-39.

redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal a estudiosa entende as características formais da publicação, o estilo da apresentação das matérias e notícias, a distribuição dos artigos, a publicidade, a parte redacional (principais colunas e sessões do jornal) e as principais tendências de publicação. Por fim, “em frente” do jornal diz respeito à audiência da publicação ou ainda seu público leitor alvo. Para a autora, esses três momentos – “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal – devem ser levados em conta quando se investiga os assuntos dos periódicos.<sup>51</sup>

De Luca igualmente exhibe uma maneira de proceder nos estudos históricos que utilizam jornais. A pesquisadora apresenta uma perspectiva de produção do conhecimento “dos”, “nos” e “por meio dos” periódicos. Uma História “dos” periódicos, de acordo com a sua explicação, se refere ao uso dos mesmos como objetos de pesquisa. Já “nos” e “por meio dos” periódicos envolve a apreensão de dados, informações e relatos que, presentes nos periódicos, são dotados de historicidade passível de análise.<sup>52</sup>

Assim sendo, a metodologia adotada neste trabalho consiste na análise “inter jornais” e “intra jornal”. Na análise “inter jornais”, conforme afirma Zicman, é feito o estudo comparativo de tendências (orientações e atitudes) de diferentes jornais frente a um mesmo assunto, ou seja, a comparação da importância de um mesmo tema entre os diferentes jornais consultados. Nesse aspecto, a tese faz um levantamento, uma análise e um mapeamento da imprensa no município, levando em conta sua diversidade de jornais e materiais impressos, recorrendo aos registros do memorialista Hidelbrando Pontes, realizados para o jornal *Correio Católico*.

Já na análise “intra jornal”, segundo Zicman, a investigação gira em torno da tendência de um jornal frente a um mesmo assunto, isto é, o estudo se baseia na consulta de uma série de artigos sobre um determinado assunto no interior de um mesmo jornal. Logo, tomando como procedimento de pesquisa também esse viés “intra jornal”, dentro do *Lavoura e Comércio* é feito o levantamento das colunas do periódico e seus principais assuntos discutidos e realizado também o levantamento dos principais temas abordados nas “Pennadas Furtivas”.

Desse modo, a análise “intra jornal” e “inter jornais” segue uma esquematização metodológica que conta basicamente com três momentos: o primeiro é o mapeamento da imprensa em Uberaba; o segundo, o mapeamento do jornal *Lavoura e Comércio*; e, por fim, o mapeamento da coluna “Pennadas Furtivas”.

---

<sup>51</sup> ZICMAN, Op. Cit., p. 89-102.

<sup>52</sup> LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2008, p. 111.

Nesses mapeamentos se privilegia a seleção, o agrupamento e a categorização de artigos que ajudam a responder a questão da pesquisa. E na construção dos mesmos seguem-se alguns passos apresentados por De Luca, em quatro etapas<sup>53</sup>: (1º) Caracterização dos grupos sociais ligados aos jornais: identificação dos fundadores, proprietários, diretores, postura político ideológica, propostas, ligações cotidianas com diferentes poderes, assim como o levantamento dos articulistas e seus vínculos com o jornal. (2º) Caracterização dos aspectos formais e materiais dos jornais: número de páginas, tipo de papel, qualidade da impressão, formato, periodicidade, data de fundação, local de publicação e presença/ausência de ilustrações e/ou imagens. (3º) Caracterização do conteúdo dos jornais: levantamento dos títulos e principais temas publicados, a organização, a distribuição das colunas e sessões e a disposição dos textos. (4º) Caracterização dos aspectos financeiros e da clientela dos jornais: identificação dos financiadores, da tiragem, dos agentes publicitários, dos modos de venda, da distribuição e do preço articulados à identificação do perfil de público que o jornal visava atingir.

Para pensar as articulações entre os textos publicados nos jornais e o seus contextos de produção, são importantes as contribuições de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, e novamente de Ana Flávia Cernic Ramos. Para os dois primeiros, o pressuposto essencial das “metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente”. Para ambos os autores é então fundamental relacionar texto e contexto: “buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”<sup>54</sup>. Também, para os autores os impressos são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade. Revelam formas simbólicas de luta pelo poder de representar, afirmando-se com as posições de sujeitos e/ou de grupos.

Já Ana Flávia Cernic Ramos, ao analisar as crônicas de Machado de Assis na coluna “Balas de Estalo”, publicada no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, discute o papel do uso do pseudônimo “Lélio” na série, assim como a construção da identidade desse personagem-narrador dentro da coletividade do grupo de “baleiros”, designação atribuída aos articulistas que escreviam na coluna. Apresenta também a interação de Machado de Assis com

---

<sup>53</sup> DE LUCA, Op. Cit. p. 142.

<sup>54</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 337-378.

o programa da série e suas características fundamentais. Investiga os debates literários em que Machado de Assis esteve envolvido desde a década de 1870 e como estes refletiam na confecção de suas crônicas nas “Balas de estalo”. Aborda a relação da literatura com as principais teorias científicas que se popularizaram no Brasil a partir da década de 1870 e analisa o modo como seu personagem-narrador se tornou mais sisudo e melancólico diante da profunda decepção com os rumos tomados pela discussão da lei dos sexagenários, de 1885. No ver da autora, seu personagem-narrador interpretou a nova lei emancipacionista não como mais um passo rumo ao fim da escravização, mas como um retrocesso que denunciava o aspecto de “farsa” que a política imperial havia adquirido, pois indenizava os senhores.<sup>55</sup> Nesse sentido, para abordar a série “Balas de Estalo”, Ramos fez uma contextualização bibliográfica da década em que as crônicas foram escritas. Listou os assuntos discutidos nas “Balas”. Apresentou a relação de Machado de Assis com a *Gazeta de Notícias* e contextualizou também a atuação da imprensa no terceiro quartel do século XIX.

Alguns desses passos são realizados na pesquisa sobre as “Pennadas Furtivas”. Levando em conta os anos do recorte temporal, 1899 a 1903, foi possível averiguar qual era o cenário das cidades do Triângulo Mineiro naquele período, problematizar a relação de Manoel Felipe de Souza com o jornal *Lavoura e Comércio* e também tecer um panorama geral da atuação da imprensa no município frente às demandas de participação política na esfera estadual. Para “Balas de Estalo”, Ramos fez um exercício metodológico que foi o de analisar a interlocução entre o conteúdo das crônicas, os posicionamentos dos dirigentes do jornal e o contexto vivenciado. Tal exercício, igualmente, é viabilizado no estudo das “Pennadas Furtivas”, pois ao analisar essa coluna se coloca em debate a interlocução: textos, postura do jornal e contexto vivenciado. Ainda em relação aos passos metodológicos de Ramos, vale destacar o manuseio que a autora realiza das fontes e serve de referência para o estudo de “Pennadas Furtivas”. A autora compara o assunto das “Balas” do dia com o assunto de outras colunas. Observa o que outros jornais publicavam a respeito desses mesmos assuntos e se participavam das polêmicas tratadas. Analisa os aspectos comuns entre Lélío e outros artigos de imprensa. Trabalho semelhante é feito na análise das “Pennadas Furtivas” considerando a proposta metodológica apresentada por Zicman: do “intra” e “inter” jornais. Nesse ponto, é possível comparar o que

---

<sup>55</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886). São Paulo: Unicamp, 2016. p. 302.

era discutido nas “Pennadas Furtivas” e o que estava sendo discutido nas outras colunas publicadas no mesmo número ou em números anteriores do jornal.

Inaugurada na década de 1880, “Balas de Estalo”, em seus quatro anos de publicação diária (1883-1887), contabilizou o conjunto de mais de 900 crônicas. Dentre essas, 125 foram escritas por Machado de Assis com o pseudônimo Lélío. Isso significa que dentro de um extenso conjunto de crônicas o recorte e objeto de Ramos foram aquelas escritas por Machado de Assis durante o seu tempo de participação na série, de 1883 a 1886. Nesse sentido, Ramos sinalizou a importância da leitura completa da série escrita pelo literato. Segundo ela, essa leitura ajudou a perceber a unidade ficcional, assim como as mudanças sofridas pelo narrador. Diferente de Ramos que utilizou como referência para seu recorte o tempo de escrita de Machado de Assis na série, no presente trabalho a referência para o recorte temporal, conforme apresentado, são os embates político-partidários travados na imprensa local. Dado o descompasso entre o volume de material disponível e o tempo de escrita da tese, em termos de uma análise mais minuciosa, não é possível contemplar os doze anos de publicação da coluna. Contudo, isso não significa uma redução de leitura. Pelo contrário, para realizar esse recorte foi feita a leitura completa da coluna, entre 1899 e 1911. Essa leitura atenciosa colaborou no melhor entendimento das bandeiras defendidas por Manoel Felipe de Souza.

Ainda no que se refere à questão metodológica, no trabalho com as crônicas, Regma Maria dos Santos, ao estudar a produção de Lycídio Paes, que escreveu na imprensa mineira ao longo do século XX, apontou como procedimento acompanhar as pegadas do cronista manifestas em suas concepções sobre temas como memória, história, cotidiano e política. Com isso, sua proposta foi entender a crônica, e o seu aspecto temático, dentro de uma abrangência que não se refere apenas às possibilidades materiais e concretas do cronista, mas, também, a um aspecto criativo e estético.<sup>56</sup> Assim como Lycídio Paes, M. F. era um “ilustre desconhecido”, que não chegou a figurar nos compêndios ou obras reconhecidas em outras partes do país, mas que ao ter sua coluna publicada em um jornal que era um dos mais importantes do Triângulo Mineiro e Goiás, sendo uma referência de imprensa do interior, conseguiu difundir o seu trabalho entre os leitores do periódico nessas regiões. Desse modo, seguindo parte das orientações metodológicas de Santos, foram investigadas as representações do autor a respeito dos temas presentes em suas crônicas.

---

<sup>56</sup> SANTOS, Regma Maria dos (org.). **Brevidades, Lycídio Paes**. São Paulo: EDUC - Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002. p. 17.

Para analisar crônicas jornalísticas, a metodologia proposta por Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos e Eliane Vasconcellos<sup>57</sup> é organizá-las segundo a variedade temática, estabelecendo categorias e fazendo o seu levantamento quantitativo. Pode-se fazer o levantamento de informações referentes aos seus aspectos intelectuais e à sua forma textual, verificar se são divididas em partes, se constituem ou contêm diálogos, analisar com profundidade suas palavras em busca da transparência do subjetivo e do pessoal do autor. A partir daí, é possível registrar, reorganizar os fatos e redimensioná-los proporcionando novos ângulos de interpretação para o conteúdo das crônicas. Nesse sentido, pontuam que é preciso levar em conta o vocabulário e a intencionalidade do cronista. Em relação ao jornal, suporte das crônicas, chamam atenção para a necessidade da observação de sua forma gráfica de montagem, seus aspectos físicos, seu contexto de criação e sua divisão.

As sugestões dessas autoras também foram colocadas em prática no procedimento com as crônicas de Manoel Felipe de Souza. A organização temática e o agrupamento dos assuntos discutidos nos textos somaram-se aos caminhos traçados. Na análise das representações do autor para as diferentes temáticas, procurou-se captar suas subjetividades, aquilo que ele falava abertamente, mas também aquilo que ele deixava a entender. A verificação de suas intencionalidades, por meio do cruzamento das temáticas mais recorrentes em suas crônicas, igualmente foi procedimento adotado. As observações sobre a forma gráfica do jornal, situando o que era publicado em cada uma de suas quatro páginas, e o contexto de fundação da folha, conforme propuseram as autoras, ficaram contemplados na metodologia sobre imprensa.

As fontes utilizadas no trabalho são consultadas nos sites da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba (Codiub), da Hemeroteca Digital Brasileira e do Arquivo Público Mineiro (APM). Foi consultada também uma documentação no Arquivo Público de Uberaba (APU). No primeiro site estão disponíveis números digitalizados do jornal *Lavoura e Comércio*. No segundo, números também digitalizados da *Gazeta de Uberaba*. No terceiro, jornais publicados no município no século XIX. As demais fontes, não menos importantes, são um conjunto de textos sobre o histórico da imprensa no município, publicados no jornal *Correio Católico* pelo memorialista Hidelbrando Pontes e também o inventário de Manoel Felipe de Souza, disponível do mesmo modo no Arquivo público de Uberaba. Cruzar

---

<sup>57</sup> BASTOS, Dilza Ramos; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; VASCONCELLOS, Eliane Vasconcellos. A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação. **Revista Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro. v. 7. n. 1. jan./jun. 2008. p. 71-94.

as informações das diferentes fontes documentais, atribuir atenção aos seus detalhes, analisá-las com minúcia é uma característica do trabalho. Em muitos momentos há descrição densa das fontes. Nesse ponto, os procedimentos utilizados se relacionam ao paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg. Nele o historiador “é equiparado a um detetive que, movido pela suspeita, vai em busca de traços, de pegadas, de vestígios, como um policial que presta atenção nas evidências e analisa cada elemento em relação ao conjunto”<sup>58</sup>.

Além disso, conforme sinalizado no início desta introdução, são utilizados no trabalho os princípios da História Cultural cuja produção intelectual no campo da historiografia, ao longo do século XX, se expandiu consideravelmente a partir de contribuições do grupo dos *Annales* que, ao ampliar os domínios da história, abriu novos caminhos de investigação. Prontamente, a análise da coluna em “Pennadas Furtivas” se baseia na interpretação e interrogação de seus sinais. Os procedimentos de pesquisa e análise aqui apresentados, tendo como ponto de partida pensar como se dava o diálogo da parte, no caso a coluna, com o todo, o jornal *Lavoura e Comércio* e a imprensa no município, nortearam a estruturação dos capítulos. O primeiro tem como foco a investigação da trajetória de Manoel Felipe de Souza e a imprensa em Uberaba na transição do século XIX para o XX. O segundo faz um mergulho no jornal *Lavoura e Comércio*. Analisa a força do ruralismo no periódico, o que era publicado nas demais colunas e a forma como o humor era utilizado pelo colunista e outros colaboradores. Por fim, o último capítulo analisa as representações de Manoel Felipe sobre diferentes temas em suas crônicas.

---

<sup>58</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**CAPÍTULO I:**  
**MANOEL FELIPE DE SOUZA E A IMPRENSA EM UBERABA**

Muito antes da fundação do jornal *Lavoura e Comércio* já existia uma imprensa em Uberaba. Pensando nisso, o objetivo geral deste capítulo é apresentar elementos da trajetória de Manoel Felipe de Souza, autor da coluna “Pennadas Furtivas”, e o seu trânsito na imprensa em diferentes tipos de publicações. Partindo da premissa de que esse autor, antes de chegar ao jornal, já atuava no periodismo local, desde o Império, o capítulo almeja também apresentar aspectos do desenvolvimento da imprensa na cidade. Com vistas à melhor compreensão do autor, a finalidade dessa discussão é trazer para o plano de análise o ambiente da produção escrita no qual ele circulava. Entender os materiais publicados e os sujeitos que os produziam oferece subsídios para pensar a realidade de um intelectual que tirava parte de seu sustento dos trabalhos que realizava no mundo das letras e contribui para pensar também a realidade dos prelos numa cidade do interior, buscando identificar o que houve de mudança e o que houve de permanência na transição de regime político. A pesquisa que analisa a coluna e seu autor é colocada em diálogo com a imprensa na cidade. Desse modo, não basta ler a coluna, é preciso aprofundá-la no seu contexto, percebendo a diversidade de periódicos que existiam na urbe.

Do Império à República, Manoel Felipe de Souza percorreu o universo das letras com a produção de contos, crônicas e poemas. No *Almanach Uberabense* publicou um conto e vários poemas, no *Lavoura e Comércio* contribuiu principalmente com as “Pennadas Furtivas”. Partindo da apresentação de elementos de sua trajetória o capítulo delinea o desenvolvimento da imprensa no município do momento em que foi criado o primeiro jornal, em 1874, até o momento em que o articulista publicou o último texto das “Pennadas Furtivas” no *Lavoura e Comércio*, em 1911. Para isso, o capítulo foi organizado em quatro partes. Na primeira, realiza-se uma discussão a respeito da trajetória do autor e suas diferentes publicações no *Almanach Uberabense*. Na segunda, se discute a fundação da imprensa no município, dos anos finais do Império, até a instauração da República, isto é, de 1874 a 1889. A terceira se refere aos primeiros anos da imprensa republicana na cidade até o ano que antecedeu à criação do *Lavoura e Comércio*, de 1890 a 1898. Por fim, a quarta parte abrange especificamente o período em que Manoel Felipe de Souza escreveu a coluna para o jornal, de 1899 a 1911. Para estas três últimas partes foram construídos quadros que, quando confrontados, permitiram a identificação da produção impressa municipal na transição de séculos (XIX/XX).

As principais fontes utilizadas no capítulo são o *Almanach Uberabense*, de 1895 e 1903; os registros do memorialista José Mendonça sobre Manoel Felipe de Souza; o inventário do articulista e uma série de textos intitulados “A Imprensa em Uberaba”, publicados entre 21

de março de 1931 a 23 de abril de 1932 por Hidelbrando Pontes<sup>59</sup>, no jornal *Correio Católico*. Além dessas fontes foram consultados também jornais uberabenses do século XIX.

Nos *Almanaches*, Manoel Felipe de Souza escreveu um conto e vários poemas. Nos registros de José Mendonça consta um breve histórico do autor e suas funções na imprensa. No inventário há fatos de sua vida e morte. Em Pontes, em ordem cronológica, com riqueza de detalhes, o memorialista formulou um levantamento dos 175 impressos que circularam na urbe entre 1874 e 1932 e publicou no referido jornal. O Arquivo Público de Uberaba transcreveu os textos e os compilou num único documento, que foi consultado na pesquisa. A série de textos diz respeito a um trabalho produzido na década de 1930 em que o olhar do autor para o passado da imprensa na cidade vem carregado de exaltação, pois em sua perspectiva, esta era no interior do Brasil a expressão do progresso, da modernidade e da civilização. Foi com uma ótica de engrandecimento, que não é exclusiva de Pontes, que os registros que existem sobre Manoel Felipe de Souza e o periodismo em Uberaba foram elaborados. Outros memorialistas como Antônio Borges Sampaio, que viveu antes do autor, e José Mendonça, que viveu depois, apresentaram um olhar de enaltecimento da urbe e sua imprensa. Por fim, nos jornais do século XIX, é possível apreender informações sobre anúncios que ajudaram a situar o modo como a publicidade contribuía para sua manutenção. Para isso, foram consultados números do *Eco do Sertão*, do *Volitivo*, da *Gazeta de Uberaba* e do próprio *Lavoura e Comércio*.

Em relação aos periódicos, de modo sistematizado, Pontes colocava em seus textos o título do impresso, o ano de início de circulação, seus proprietários, seus redatores, seus principais colaboradores, o formato, os tipos de folhas utilizadas na impressão, a localização das redações e tipografias. Quando possível, citava a tiragem, o nome das oficinas tipográficas onde eram confeccionados, o valor da assinatura anual, semestral, trimestral ou mensal, fragmentos de editoriais, a frequência das publicações e o encerramento dos periódicos. Trata-se de um levantamento da imprensa em Uberaba importante para a pesquisa porque deixou pistas a respeito da constituição da mesma não só na cidade, mas em outras localidades do Triângulo

---

<sup>59</sup> Hidelbrando Pontes, segundo Carvalho, nasceu em 1879, em Jubaí, distrito de Conquista/MG e morreu em Uberaba, em 1940. Passou pela administração pública. Em 1912, foi eleito vereador pelo Partido Republicano Mineiro Democrata e ocupou também o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal. Colaborou em diversos órgãos da imprensa de Uberaba e de outras cidades, incluindo Uberlândia, Belo Horizonte e São Paulo. Escreveu várias obras: “Algumas notas sobre a constituição geológica e riquezas naturais do Triângulo Mineiro”; “O município de Uberaba”; “Notícia estatístico-corográfica e histórica do município de Araxá” e “História de Uberaba e a civilização no Brasil Central”. Na ótica de Carvalho, “Pontes foi o mais produtivo intelectual uberabense na primeira metade do século XX”. Ver: CARVALHO, Renato Muniz Barreto de. **Vida e morte de um córrego**: a história da expansão urbana de Uberaba, MG. e do córrego das Lajes. Uberlândia/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2004. p. 206.

Mineiro. Tendo em vista que a maioria dos jornais do período era de tiragem curta e de vida efêmera, muitos dos periódicos registrados por Pontes não existem mais, e sem o levantamento seria difícil tomar conhecimento deles e encontrar seus exemplares. Foi preciso delimitar o trabalho de Pontes e o que foi construção de categorias de análise desta pesquisa, apresentadas a partir dos dados que o memorialista deixou.

Com base nos registros sobre Manoel Felipe de Souza e nos vestígios deixados por Pontes sobre a imprensa na cidade, o procedimento adotado no capítulo envolve a análise da participação do autor no *Almanach Uberabense*, construindo a partir daí suas representações como intelectual e identificando seu trânsito na imprensa em diferentes publicações e papéis. Outro procedimento adotado no capítulo foi o agrupamento das informações proporcionadas por Pontes. Esse agrupamento foi esquematizado em quadros que tiveram como critério de organização os itens propostos no mapeamento que, conforme explicado na introdução, segue as orientações de Tania Regina de Luca: identificação dos proprietários, diretores, redatores e colaboradores; frequência de publicação; duração; formato; valor das assinaturas, localização das oficinas e tipografias; e os propósitos gerais dos periódicos.

Por meio dos quadros construídos é possível caracterizar os grupos sociais ligados aos impressos: membros fundadores, sócios e diretores, postura político-ideológica, propostas, ligações cotidianas com diferentes poderes, levantamento dos articulistas e seus vínculos com os impressos; caracterização dos aspectos financeiros, da tiragem, dos agentes publicitários, dos modos de venda e distribuição, das oficinas tipográficas, do caráter de empresa atribuído a parte dos jornais, dos tipos de folhas utilizadas, do maquinário e da identificação do perfil de público que os periódicos almejavam atingir; título e principais temas abordados, organização, quantidade de páginas e colunas, disposição dos textos e se era jornal ou revista. Além disso, é possível identificar a participação de Manoel Felipe de Souza em diferentes títulos que compunham a imprensa municipal.

### **1.1 O autor das “Pennadas Furtivas” e seu trânsito na imprensa**

Poeta, jornalista, humorista, escritor, cronista, escrivão . Do conto ao poema e à crônica jornalística, Manoel Felipe de Souza é um autor que se autodefine como “moreno”<sup>60</sup> e oferece

---

<sup>60</sup> Ver Anexo I: única imagem encontrada de Manoel Felipe de Souza. p. 311.

muitas leituras e visões de mundo, um homem multifacetado que para assegurar sua sobrevivência assumia vários papéis. Sua obra é constituída por um trânsito entre diversos tipos de produção. No *Almanach Uberabense* escrevia poemas e contos, no jornal *Lavoura e Comércio* produzia os textos da coluna “Pennadas Furtivas”. Contudo, em ambas as publicações a imagem que construiu de si era a de um homem erudito, ilustrado, letrado. A escrita poética e a escrita jornalística faziam parte de seu repertório intelectual. A fluidez de sua linguagem resultava em textos de diferentes gêneros, com o uso de diferentes recursos literários.

A documentação levantada sobre ele não permite um aprofundamento em sua trajetória pessoal. Em seu inventário<sup>61</sup> consta que nasceu em 1844, na cidade de Campo Belo. Seus filhos não tinham nenhum documento que comprovasse essa data e assim buscaram na escola onde estudou, em Campo Belo, um atestado no qual se declarava que ele concluiu os estudos, em 1866, aos 22 anos. Era filho de Antônio Mariana de Souza e de Maria Cândida de Jesus. Casou-se com Amélia Alexandrina de Souza, dessa união deixou cinco filhos: Lucília, Maria, Acrísio, Alceu e Joviano. Além disso, consta que faleceu em 1915.

Esse documento, confeccionado em fins de 1916, foi requerido por seu filho Alceu Novaes de Souza. Dele foi possível perceber que da vida de intelectual, homem letrado e escritor, conseguiu adquirir uma casa,<sup>62</sup> seu bem de maior valor deixado na herança. Pela descrição do imóvel, era confortável para os parâmetros da época, contava com muro e água canalizada – esta última característica foi citada várias vezes no inventário, o que indica ser um luxo à época. Após sua morte, o valor da venda do imóvel foi dividido entre seus cinco filhos. Fora a casa, o que o autor deixou foram apenas dívidas, em especial aquelas relacionadas às despesas de saúde nos seus últimos meses de vida. Para Alceu Novaes, Manoel Felipe deixou uma pequena quantia em dinheiro. Pelo documento se notou que, embora fosse função dos cinco filhos realizar o rateio do pagamento das dívidas deixadas pelo pai, o filho que mais apresentou recibos de pagamentos foi Alceu Novaes. Além das dívidas, foi preciso pagar alguns impostos: um pago à Câmara Municipal, referente à própria morte do autor, em relação aos gastos funerários, e outro pago à Coletoria Municipal referente aos valores herdados. Isso sem falar nos valores pagos para confeccionar o próprio inventário. No pagamento desses impostos o filho Joviano Novaes de Souza também contribuiu.

---

<sup>61</sup> INVENTÁRIO (1915). Manoel Felipe de Souza (inventariado); Alceu Novaes de Souza (inventariante). 2º Vara. CX. 329. Disponível no Arquivo Público de Uberaba (APU).

<sup>62</sup> Segundo o inventário a casa se situava à rua João Pinheiro, esquina com a rua do Rosário, área próxima ao centro da cidade.

Pelo inventário foi possível saber também que Manoel Felipe de Souza se casou duas vezes. Na primeira, como já citado, teve cinco filhos, e na outra com Clarinda de Melo Souza, não deixou herdeiro. No documento consta que à época do segundo casamento contava com a idade de 65 anos. Pelas informações presentes no início do documento se percebeu que sua viúva tentou providenciar o inventário. No entanto, como era o segundo casamento e o autor já passava dos sessenta anos, o juiz de direito da Comarca decidiu que à Clarinda de Melo não caberia o cargo de inventariante. Encerradas as reuniões destinadas à partilha dos bens, registrou-se que Clarinda de Melo Souza contactou um procurador e entrou com um Termo de Apelação solicitando participação na herança, coisa que não foi alcançada. Em linhas gerais, por meio do inventário se deduziu que, na altura dos seus 54 anos, Manoel Felipe já era um homem maduro quando, desde a sua fundação, começou a escrever no jornal *Lavoura e Comércio* e, antes dele, contribuir no *Almanach Uberabense*.

Suas atividades como escrivão e atuando na imprensa uberabense não o tornaram um homem de grande fortuna, mas foram o bastante para adquirir uma casa e constituir uma família. Além disso, se percebeu que seu filho Alceu Novais, apesar das dívidas deixadas, teve a preocupação em providenciar um funeral que considerava à altura de seu pai. Na nota de itens comprados ficou explícito seu esforço em providenciar trajes que representassem Manoel Felipe como um homem de prestígio: terno de casimira, camisa branca com colarinho, botinas de verniz, meias, gravata preta e um caixão com ornamentos dourados.<sup>63</sup> Essas informações poderiam parecer irrelevantes, mas à medida que a pesquisa e a discussão sobre o autor vão se desenrolando, se nota que os detalhes de seu funeral transmitiam o peso da imagem que seus familiares gostariam que ele tivesse na vida e na morte. Ele era a representação do homem da *Belle Époque*, alguém que almejava ser visto como moderno, civilizado e polido. Nesse sentido, a escolha cuidadosa dos itens do funeral, demonstrando fineza, reforçava a imagem do homem da época. A aparência dos trajes era uma referência não só de gostos, mas de estilo. As formas das vestimentas deveriam priorizar a elegância e remeter à posição social do indivíduo.<sup>64</sup> E sua posição social era de elite intelectual.

Saindo das informações do inventário e entrando na investigação da trajetória intelectual de Manoel Felipe de Souza, vale ressaltar que durante meses realizando o estudo da coluna “Pennadas Furtivas” sua identidade permaneceu uma incógnita, pois na mesma constava apenas

---

<sup>63</sup> INVENTÁRIO (1915). Manoel Felipe de Souza (inventariado); Alceu Novaes de Souza (inventariante). 2º Vara. CX. 329. Disponível no Arquivo Público de Uberaba (APU)

<sup>64</sup> SCHMITT, Juliana. **Mortes vitorianas: corpo, luto e vestuário**. São Paulo: Alameda, 2010.

a abreviatura M. F. O mistério foi solucionado após a leitura do trabalho de Josiane Amaral de Amorim que pesquisou o surgimento do *Almanach Uberabense* e a forma como a literatura se desenvolveu na cidade no final do século XIX e início do século XX.<sup>65</sup> Lendo o trabalho se chegou à essa informação. De acordo com a autora, além dos pseudônimos, cujo uso era comum entre os escritores da época, os nomes de muitos dos colaboradores dos *Almanachs* vinham abreviados.<sup>66</sup> Esse era o caso de M. F. que em suas palavras “foi um dos mais ilustres literatos que viveram em Uberaba.”<sup>67</sup> Vale salientar que a autora o definiu como literato e não como jornalista. Sabendo que ele transitava por diferentes tipos de publicações e periódicos é possível dizer que era reconhecido na cidade no campo literário e no campo jornalístico.

A própria Amorim apontou que naquele momento para a maioria dos escritores e poetas era muito raro e penoso ter o privilégio de colocar suas produções literárias em livros. Em função disso, publicavam em jornais, revistas, almanaques e periódicos que lhes permitiam dar uma amostra de seus trabalhos.<sup>68</sup> Além disso, afirmou que “a maioria dos escritores uberabenses não eram apenas escritores literários, pois escreviam textos diversos como artigos e ensaios.”<sup>69</sup> Ela citou o exemplo de Felício Buarque, diretor da *Revista Uberaba*, que em 1894 publicou uma obra chamada *As origens republicanas*. Andrade Júnior, que produzia poemas e charadas. Antônio Borges Sampaio que, em 1895, escreveu um breve histórico de Uberaba para o *Almanach*, além de produzir biografias e textos de curiosidades. Citou também o caso de Atanásio Saltão que, conforme averiguado no mapeamento da imprensa no município, atuava em jornais, e no *Almanach* de 1903, além de poemas contribuiu com um ensaio intitulado *Dinheiro*. Francisco Jardim, que a partir de 1903 assumiu cargo no jornal *Lavoura e Comércio*, escreveu para o *Almanach* de 1904 um conto intitulado *Idyllio*. Manoel Felipe de Souza estava nesse mesmo contexto produzindo para diferentes impressos.

O trabalho de Amorim teve também a relevância de reforçar a questão da presença de intelectuais na cidade. Como seu foco era *Almanach*, a autora sinalizou que esse tipo de produção resultou de um período em que Uberaba era uma referência na concentração de jornalistas, escritores e poetas. Em seu ver, o desenvolvimento do campo intelectual foi propiciado pelo desenvolvimento econômico oriundo da centralidade que desempenhava em

---

<sup>65</sup> AMORIM, Josiane Amaral. **A literatura no Almanach Uberabense (1895-1911)**. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Letras). Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Uberaba, 2012. p. 1.

<sup>66</sup> AMORIM, Op. Cit., p. 17.

<sup>67</sup> AMORIM, Op. Cit., p. 16.

<sup>68</sup> AMORIM, Op. Cit., p. 13.

<sup>69</sup> AMORIM, Op. Cit., p. 14.

transações comerciais entre o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Esse desenvolvimento econômico estimulava e atraía instituições de ensino, imprensa e associações literárias. Entre as instituições de ensino havia a Escola Normal (1882), o Colégio Nossa Senhora das Dores (1885), o Instituto Zootécnico (1896), o Ginásio Diocesano (1903), a Sociedade de Instrução Mútua de Cooperação de Ideias (1903) e o Grêmio Literário (1904). Todas elas serviram para atrair letrados para a urbe. A esse respeito, incorporando um olhar ufanista, afirmou: “Uberaba era uma das cidades mineiras mais prestigiadas por ser avançada em matéria de ensino; se tornava mais atraente para inúmeros jornalistas, poetas e prosadores.”<sup>70</sup> Em seu ver havia um ambiente com jornais, revistas, escritores, editores, tipografias, livrarias e leitores que colaboravam para o desenvolvimento intelectual. Em diferentes vertentes (jornalística, literária, poética, etc) havia pessoas escrevendo. Nesse cenário Manoel Felipe construiu o seu *status* de componente da elite intelectual, recebendo tanto elogios quanto críticas pelos seus escritos.

Ainda sobre a trajetória pessoal e intelectual do autor, no livro “História de Uberaba”, do memorialista José Mendonça, consta que ele veio de Monte Alegre para Uberaba. Nessa cidade ocupou o cargo de escrivão de órfãos e, de modo também ufanista e enaltecedor, Mendonça afirmou que foi “um dos mais brilhantes literatos que viveu em Uberaba”. O memorialista sinalizou a veia humorística do autor e lembrou que ele fundou jornais e foi colaborador na *Gazeta de Uberaba* e no *Lavoura e Comércio*. A esse respeito, afirmou:

Escritor e poeta humorístico, sarcástico, suas produções eram admiradas por toda a nossa população. Em *Lavoura e Comércio* manteve uma seção intitulada *Pennadas Furtivas*, que conquistou aplausos gerais em toda esta região. É pai do nosso caro amigo Professor Alceu de Souza Novais, jornalista e poeta de méritos excepcionais, um dos intelectuais que honraram a nossa civilização, a nossa cultura. Avô de Rui de Souza Novais, o grande e magnífico jornalista que todo o Brasil Central preza e admira.<sup>71</sup>

Mendonça igualmente o definiu como alguém do campo literário: “escritor e poeta humorístico” que tinha uma seção no jornal. No entanto, para além do enaltecimento atribuído a Manoel Felipe por Amorim e Mendonça é preciso fazer algumas ponderações a respeito do ambiente intelectual e letrado que havia no município à época em que o escritor ali viveu.

---

<sup>70</sup> AMORIM, Op. Cit., p. 12.

<sup>71</sup> MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro: bolsa de publicações do município de Uberaba. 2008.

André Luis Oliveira<sup>72</sup>, afirma que entre 1880 e 1905, Uberaba teve um aumento do letramento. Um dos exemplos que o autor cita é a grande presença de periódicos que em seu ver eram a evidência não só de letrados, mas de leitores diferenciados, como intelectuais e outros profissionais alfabetizados, como professores, engenheiros, juristas, comerciantes, médicos, farmacêuticos, padres e jornalistas. Oliveira menciona que muitos professores da Escola Normal atuaram como articulistas dos principais jornais da época.<sup>73</sup> No entanto, o letramento ainda não se dava a passos largos. O autor traz alguns dados a respeito da população e da escolarização no município com base nos censos de 1872 e 1890.

No censo de 1872, o levantamento indica que a população total de Uberaba naquele ano era de 10.598 habitantes, sendo livres um total de 8.716 e escravizados um total de 1.882. Em relação à escolarização constatou que numa população de 10.598 habitantes, 9.988 eram analfabetos. Entre os habitantes livres esse número era de 8.106 e entre os escravizados era de 1.882. Em relação a essa quantidade de analfabetos, os dados apresentados pelo autor indicam que entre a população de seis a quinze anos a maioria não frequentava a escola. Com base nesses dados, chega a três conclusões. A primeira é que em 1872 havia em Uberaba um grande percentual de escravizados (17,59%). Todos eram analfabetos, pois o ensino escolar lhes era negado. A segunda é que o número de analfabetismo entre os homens era superior. Por fim, a terceira conclusão é a de que entre a população de seis a quinze anos, dos que tinham acesso à escolarização, a frequência ainda era pequena. O autor constata que entre um total de 49 frequentadores, 45 eram homens e só 4 eram mulheres. Conclui também que não havia nem tantas escolas e nem tantos professores, pois pouco se alfabetizava. Não havia valorização da escola e do professor. Esses fatores dificultavam a formação de uma sociedade letrada.<sup>74</sup>

Para o censo de 1890 esses dados se modificaram. De acordo com Oliveira, já na República, a população do município praticamente dobrou, chegando a um total de 20.818. Sua justificativa para isso foi o crescimento da cidade e a chegada de imigrantes. Além disso, citou a presença dos trilhos da Mogiana favorecendo a vinda de muita gente para Uberaba e a região do Triângulo Mineiro. Somando-se aos aspectos de ordem econômica e social, no âmbito educacional, comentou que naquele momento o município já havia desenvolvido uma trajetória histórica de concentrar literatos. A questão política também contava, porque dentro do modelo

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, André Luís. **A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., p. 124.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., p. 84-85.

de expansão das escolas normais, credenciou-se a receber uma instituição do gênero. Sua função seria formar e licenciar docentes para a região. Todavia, mesmo com tudo isso, o autor ressalta que para esse período a ausência de escolas e de professores continuou e por mais que a escolarização estivesse avançando o analfabetismo ainda predominava.<sup>75</sup>

Nesse ângulo, com base nos dados apresentados por Oliveira pode-se afirmar que os índices de analfabetismo no município eram altos e o letramento não se dava em todos os grupos sociais, mas apenas entre aqueles, restritos, que tinham oportunidade de estudar. Ainda que a cidade possuísse instituições de ensino como colégios e grêmios literários, os mesmos permaneciam muito associados à formação das elites. Autora que reforça esse ponto de vista é Eliane Mendonça Marquez de Rezende<sup>76</sup>. Ela ressalta que os estabelecimentos de ensino eram espaços onde não só as elites da cidade, mas de toda a região, se formavam. Os estabelecimentos, em sua ótica, atuavam na formação cultural da população triangulina e goiana. Segundo ela, mesmo contando com bons colégios, muitas famílias abastadas mandavam seus filhos estudarem em escolas no Rio de Janeiro e São Paulo. Isso, conforme afirma, foi ainda mais viabilizado depois da chegada dos trilhos da estrada de ferro, em 1889. Ainda sobre essa questão da formação dos jovens reiterou que os cursos de direito e medicina eram os mais cotados, gerando o mais alto *status* social.<sup>77</sup> Logo, a escolarização era para poucos.

Esse fator do letramento restrito à formação das elites refletia na imprensa que havia no município. Quem escrevia, fosse para jornais, revistas, panfletos e almanaques, era quem havia tido a oportunidade de estudar, não acessível a todos. Manoel Felipe de Souza, conforme identificado, não nasceu e nem teve a escolarização e o letramento feito em Uberaba. Pelas poucas informações da documentação o que é possível dizer sobre sua formação intelectual é que “concluiu os estudos em Campo Belo”. Sobre esses estudos não constam informações nem no inventário e nem na literatura levantada sobre ele. Por isso, o modo como se tornou poeta, escritor, cronista, humorista, jornalista e todas as designações que lhes são atribuídas não foi possível de ser alcançado nos materiais consultados. O que se sabe, por meio do mapeamento e análise da imprensa em Uberaba, é que ele era proveniente de uma família que tinha outros membros atuando na imprensa municipal e depois que ele morreu seus descendentes continuaram atuando no ramo. Nasceu e estudou em Campo Belo, foi para Monte Alegre, de lá

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., p. 87.

<sup>76</sup> REZENDE, Eliane M. M. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica (1811-1910). Uberaba: Arquivo Público de Uberaba. 1991. p. 96-109.

<sup>77</sup> REZENDE, Op. Cit., p. 96-109.

foi para Uberaba e, de acordo com o que citou Amorim, nos seus últimos dias de vida foi para Sacramento. A partir daí entende-se que ele foi um homem que circulou por Minas Gerais.

Mesmo com poucas referências sobre sua trajetória pessoal e profissional, a partir dos materiais que ele publicou, seu perfil remete a um intelectual que fazia da pena uma arma. Nesse caso, para entender melhor essa questão do seu *status* de elite intelectual são úteis as considerações de André Azevedo da Fonseca<sup>78</sup> que, ao pesquisar o jornal *Lavoura e Comércio*, traçou um panorama das elites em Uberaba na primeira metade do século XX. Ele as dividiu em quatro grupos: urbanas, agrárias, políticas e ilustradas. As elites urbanas abarcavam comerciantes, industriais, altos funcionários públicos e profissionais liberais que periodicamente procuravam os jornais para noticiar um julgamento favorável a sua conduta social e familiar, destacando seu bom caráter. As elites agrárias envolviam os criadores de gado que o pesquisador define como “a nata da elite econômica da cidade”<sup>79</sup>, cuja fortuna abria caminho para a exibição social em diferentes instâncias, inclusive nos impressos. As elites políticas eram os poucos indivíduos que podiam se autodenominar chefes políticos locais: prefeitos, ex-parlamentares, secretários e também funcionários públicos do primeiro escalão. Os personagens do poder local igualmente utilizavam a imprensa para divulgar seus feitos, inflar seu prestígio e trocar elogios entre seus pares. Por fim, em relação às elites intelectuais Fonseca explica que as pessoas que pertenciam a esse grupo - advogados, médicos, jornalistas, professores e também funcionários públicos - do mesmo modo buscavam reverência, adoração e consagração social por meio dos jornais: “mais do que brilhantes, queriam ser *brilhantíssimos, extraordinários e perfeitos.*” Contudo, Fonseca ressalta que esses sujeitos não eram necessariamente abastados, muito menos aspiravam diretamente o poder político: “ainda que precisassem daquele circuito de amabilidades para obter visibilidade e garantir privilégios sociais, a glória que almejavam era de outra natureza: tratava-se de uma consagração que pretendia imortalizá-los nos cabedais da cultura de Uberaba”. Mais do que isso, o grande desejo desse setor das elites, segundo o autor, era ter o prazer de ter “o reconhecimento de sua capacidade intelectual, de seu refinamento de espírito e da elegância de sua prosa.” Por isso, “eles projetavam um ideal de erudição local e, para confirmar essa imagem, procuravam escrever artigos empolados, repletos de circunlóquios e citações de autores clássicos.”<sup>80</sup> Esse era o caso de Manoel Felipe de Souza que por meio de seus escritos passava a imagem de alguém

---

<sup>78</sup> FONSECA, André Azevedo. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Ed. UFPR, 2020. p. 100-116.

<sup>79</sup> FONSECA, Op. Cit., p. 110.

<sup>80</sup> Todas as citações do parágrafo são da mesma página: FONSECA, Op. Cit., p. 124.

que queria ser visto como “brilhante”, um elevado homem de letras, reconhecido pela sua capacidade intelectual; um homem capaz de transitar por diferentes gêneros literários.

Para o *Almanach Uberabense* escreveu nos anos de 1895, 1903 e 1904. Esses almanaques eram divididos em partes e para a sua primeira edição, lançada em 1895, sobre a parte literária, seus organizadores, Diocleciano Vieira e Arthur Costa, anunciaram:

[...] traz algumas peças litterarias, contos, phantasias e composições poéticas de pennas adestradas no cultivo do alphabeto das musas. Como somos contrários ao convencionalismo em letras e não gastamos palavras em elogios mutuos, não abrimos excepção a este ou aquele escriptor, por um spirito iniquo de favoritismo; aceitamos para as colunas de nosso Almanak, francas de todas as intelligencias, trabalhos de nomes conhecidos e igualmente ensaios de *dilletanti* que nos pareceram dignos de publicidade.<sup>81</sup>

Desse modo, a parte denominada como “litteraria”, na qual Manoel Felipe contribuiu em peso, reunia um seleto grupo de intelectuais que os organizadores do impresso consideravam dignos de ter o trabalho divulgado. Era um grupo cujos materiais publicados no número foram escritos entre 1893 e 1894. Isso indica que naquele período estavam circulando na cidade homens e mulheres letradas que se voltavam para a produção literária. Seu objetivo era produzir poesias, contos e fábulas que pudessem entreter, mas também engrandecer o ambiente intelectual e social da urbe. O projeto comum que partilhavam era o de alocar Uberaba no pedestal da civilização no Brasil Central. Não queriam ser vistos como habitantes de uma cidade tacanha, sem “extraordinários” escritores e letrados. Pelo contrário, um mundo de letras em expansão contribuiria para a elevação da cidade à civilização.

Para esse *Almanach* de 1895, Manoel Felipe colaborou com os poemas: *Protesto*, *Sem fala*, *O que é que Deus não sabe*, *Um sonho*, *Quinau*, *Chromo* e *Receita*. Houve também o conto *Morte do Índio Affonso*. O texto que abriu a parte “litteraria” do *Almanach* foi de sua autoria. Tratava-se do conto *Morte do Índio Affonso*<sup>82</sup>, cujo traço marcante foi a apresentação do olhar que parte dos habitantes de Minas Gerais e, nas entrelinhas, o próprio Manoel Felipe de Souza, tinha dos indígenas e seus aldeamentos: “feras”, “selvagens”. Partindo da perspectiva

<sup>81</sup> VIEIRA, Diocleciano; COSTA, Arthur. **Almanak Uberabense**. Rio de Janeiro. 1895. p. 5. Vale salientar que na capa deste almanaque de 1895 a grafia consta “*Almanak*”, mas no interior do documento está “*Almanach*”.

<sup>82</sup> SOUZA, Manoel Felipe. **Morte do Índio Afonso**. In: VIEIRA, Diocleciano; COSTA, Arthur (orgs.). **Almanak Uberabense**. Rio de Janeiro. 1895. p. 83-89.

de que o índio Afonso era um selvagem, o conto foi dividido em seis partes<sup>83</sup> e resumidamente tinha o propósito de narrar a emboscada armada para matar o índio e seus filhos.

No decorrer do conto, Manoel Felipe lembrou o escritor mineiro Bernardo Guimarães, autor de *O Índio Afonso*, “que tanto se interessava pelas cousas do sertão”. Ao se apropriar do personagem Afonso para escrever seu conto, se colocava no porte de Bernardo Guimarães, uma de suas referências literárias. Elas eram inspirações para seu estilo e seus modos de pensar. À moda de Bernardo Guimarães, além de ver o indígena como um selvagem, era um autor que também ironizava, parodiava e se recusava a romancear a realidade.

Bernardo Guimarães era um escritor que nos seus romances e poesias versava a desconstrução de imagens idealizadas dos indígenas, como afirma Poliana Gonçalves Lima.<sup>84</sup> Por meio de seus personagens e suas transformações, havia ocasiões em que os representava pela via da sátira. Exemplo disso, segundo a autora, se deu no poema “O elixir do pajé”, no qual Bernardo Guimarães desconstruiu com muita ironia a imagem do “bom selvagem”. Além disso, de acordo com Lima, por meio dos romances “O ermitão do muquém”, “Jupira” e “O Índio Afonso”, Bernardo Guimarães apresentou uma prosa que reafirmou sua postura de desconstrução da representação romantizada e idealizada dos indígenas. Especificamente sobre “O Índio Afonso”, afiança que a imagem criada para o personagem Afonso pendia mais para um “facínora” e “mau selvagem” do que para um herói de caracterização romântica. O “índio” de Bernardo Guimarães é aquele, nas palavras da autora, “aculturado”. É na verdade um sertanejo, um homem típico do sertão que não queria se submeter às leis urbanas, preferindo viver com a família no meio da floresta. Nada parecido com aquele “puro”, “ingênuo” e “herói” apresentado, por exemplo, por José de Alencar. É um “índio” que cometeu um crime para vingar a honra de sua irmã.

Lima afirma que a abordagem do indígena nas três obras analisadas - “O ermitão do muquém”, “Jupira” e “O Índio Afonso” - remete à ideia de que o “índio bom” é aquele que já havia se rendido à “civilização branca”. Enquanto o “índio mau” era aquele tido como ainda selvagem. Por isso, na narração do escritor, Afonso só despertava simpatia porque era um sertanejo e não um indígena. Lima assevera que a linha seguida por Bernardo Guimarães nas três obras é a de retirar a figura do indígena do centro do romantismo.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Ver Anexo II: Morte do Índio Affonso. p. 312.

<sup>84</sup> LIMA, Poliana Gonçalves. **A visão bernardina do índio n’O Ermitão do Muquém**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras. 2008.

<sup>85</sup> LIMA, Op., Cit., p. 46.

Tudo indica que Manoel Felipe de Souza pretendia seguir a mesma linha do personagem de Bernardo Guimarães, um “mau selvagem”, como pondera Lima. No conto “Morte do índio Affonso” de Manoel Felipe, o índio foi morto numa emboscada, e sobre tal ocorrido deixou subentendido que se tratava de uma “fera”, a quem ninguém teria coragem de dar voz de prisão.<sup>86</sup> Fez referências a inimigos do índio, à promessa de vingança de seus filhos no momento da morte, entre outras, e sugeriu o dito popular: “quem com ferro fere...”, recorrendo às reticências e deixando aos leitores a conclusão.

O motivo do mandado de prisão que deu origem à emboscada não é enunciado claramente, mas a ideia de selvageria e de periculosidade do personagem Afonso e de sua família inicia o conto, como que a justificar a atitude que será tomada pelos “civilizados”, que em seu diálogo sugerem não haver outra saída:

[...] Precisamos acabar com aquele canguçá, custe o que custar, por ser nosso encarniçado inimigo e de toda a nossa família. Si não dermos cabo d'elle, elle dará cabo de nós, um por um. Disso estou bem certo, eu que por milagre de Deus já escapei das balas *enraivadas* de sua carabina. Enquanto elle e seus filhos viverem, nós não temos garantia. A nossa tranquilidade só pode nascer com o último rugido daquela fera.

<sup>87</sup>

Nessa mesma edição de 1895, o autor contribuiu com vários poemas que foram escritos em agosto de 1894. Neles, um conjunto de oito no total, abordava os seguintes temas<sup>88</sup>: o fim do casamento pela morte de um dos cônjuges, cenas do cotidiano como a queda de uma criança da rede, postura religiosa se declarando cristão, crença na possibilidade de encontrar divindades em sonhos e a esperança nas calmarias depois das tempestades.

No almanaque de 1903, a divisão em partes realizada na edição de 1895 foi mantida. A parte destinada aos poemas e contos se ampliou. Ao invés de ser intitulada como “litteraria” recebeu o nome de “letras, sciencias, etc”. Foi designada também no alto de suas páginas como “parte recreativa” e apresentou materiais escritos por inúmeras pessoas. Além dos poemas e poesias de diferentes autores contemplou textos densos e volumosos. Fotografias e muitos anúncios também foram integrados nessa parte. Nesta edição Manoel Felipe de Souza contribuiu com o poema *QVANTVM MVTATVS*, apresentado em letras “garrafais”, no qual se

<sup>86</sup> SOUZA, Manoel Felipe. **Morte do Índio Afonso**. In: VIEIRA, Diocleciano; COSTA, Arthur (Orgs.). **Almanak Uberabense**. Rio de Janeiro. 1895. p. 88.

<sup>87</sup> SOUZA, Op. Cit., p. 83.

<sup>88</sup> No *Almanak* os poemas de Manoel Felipe com essas temáticas estão concentrados entre as páginas 124 e 130.

referia à América e ao Brasil antes da chegada dos europeus. Declarava que essas terras eram um “imenso tesouro inexplorado”, cujo futuro foi modificado quando Colombo, que adjetiva como “valente palinuro”, aqui pisou. A partir daí retoma a temática indígena e (re)apresenta o modo como os via, demonstrando entender que os europeus impuseram uma norma aos costumes:

## I

Um gigante dormia áquem do mar,  
Dormia no seu solio soberano  
Cerulea immensidade do oceano  
Velava o seu tranquilo resomnar.

Sem cuidados, sem sonho e sem scismnar  
sem vexame, sem jugo, sem tyranno,  
Via o tempo ir rolando de anno em anno,  
Dos séculos o continuo desfilar.

Amethystas, topazios e diamantes,  
metaes e pedrarias offuscantes  
soberba e rica flora mal encobre.  
Este imenso thesouro inexplorado  
Com desdem era visto e desprezado,  
Por inc’las semi-nús e côr de cobre.

## II

Mas um dia mudou-se o seu futuro:  
Elle viu-se de chofre despertado,  
apenas o seu dorso foi pisado  
Por Colombo, o valente palinuro.

O índio côr de cobre e pelo duro,  
surpreso, descontente, intimidado,  
Vai procurando o bosque mais cerrado  
Entre pragas, protestos e esconjuros

E desta sorte tudo se transforma  
O costume europeu impõe a norma  
Ao gigante que acaba de acordar

A taba pouco a pouco despovoa  
 O índio que ao deserto corre, voa,  
 como estátuas de bronze a desfilar.

### III

Correndo com as feras dos covis,  
 perplexas da feroz hilariedade,  
 o gentio demanda a liberdade  
 no denso coração de seu paiz.

E lá onde da selva a imperatriz  
 Se embalava em serena ociosidade  
 Brancas divas, princezas da cidade,  
 arrastam lindas sedas de Paris.

Vem depois do cocar o chapelinho,  
 teteias de filós e brando arminho  
 E outras que minha penna mal define.

Em vez da inúbia tosca do selvagem  
 Repete o perpassar da branda aragem  
 As doces partituras de Bellini.

Assim como no conto, no poema a representação que Manoel Felipe constrói para o indígena é aquela relacionada à selvageria e rusticidade se contrapondo à civilização. Os habitantes da terra, designados como “inc’las semi-nús e côr de cobre”, antes da invasão dos europeus, assim como no conto, para ele eram “feras”. No entanto, com a apropriação europeia do território, a situação se modificou. O indígena “cor de cobre” e “pelo duro” foi obrigado a demandar a liberdade no interior do Brasil. Enquanto isso, os costumes europeus, positivamente, no seu olhar, foram se inserindo no país. A vida rudimentar do indígena foi substituída por “branda aragem”. Seus instrumentos toscos de música cederam lugar às partituras de Bellini, célebre compositor italiano de óperas no século XIX. O cocar das indígenas abriu espaço para as damas de “chapelinho”, “teteias de filós”; “brancas divas”, “princesas da cidade” que arrastavam aqui as sedas de Paris. Essa estratégia de contrastar o “civilizado” e o “selvagem” perpassa toda a obra de Manoel Felipe de Souza, demonstrando

que ele era um homem do interior que possuía demasiado apreço pela civilização vinda da Europa. Sua literatura firmava uma conotação de constante superioridade.

A preocupação com a norma culta da língua portuguesa também era um traço marcante da personalidade do autor. Nas “Pennadas Furtivas” a linguagem e seu uso também eram objetos de sua atenção mordaz, ao cravar farpas em quem, a seu ver, estava lidando com a língua portuguesa de modo errado. Pelas “Pennadas” nota-se que era leitor de ampla literatura, não só nacional, como Bernardo Guimarães, mas também estrangeira. Constantemente citava em seus textos autores clássicos como Miguel de Cervantes, Mirabeau e La Fontaine.

Certa vez discorreu longamente sobre um livro intitulado “Magnólias”. Não mencionou qual era o autor, mas descreveu com minúcias suas impressões da leitura. Segundo ele, o livro se tratava de uma brochura onde os contos eram de enredo fácil e os mais extensos não alcançavam três páginas: “leitura leve, colóquios de plantas, flores e passarinhos, às vezes assume ares de La Fontaine”.<sup>89</sup> Sem perder a oportunidade, alfinetava, mostrava seus olhares preconceituosos, dava suas “pennadas”. Em relação aos contos deste livro afirmou que se tratava de “tetéias literárias” que se “já não fossem muito *zurradas*, fariam a glória do autor”.<sup>90</sup>

Assim como no conto e nos poemas, nas “Pennadas Furtivas” seus conhecimentos de literatura marcavam presença. Na obra de Miguel de Cervantes demonstrava especial apreço pelo personagem Dom Quixote de La Mancha, pois com frequência em suas “pennadas” fazia o uso dos termos “quixotesco” e “quixotesca”. Usava-os para se referir, por exemplo, aos espetáculos de touradas caracterizando-os como “quixotesco e sangrento espetáculo” ou “quixotesca e pré-histórica tragédia”. Nesse ponto, suas leituras e apropriação de elementos literários transportados para a coluna faziam da língua portuguesa e seus usos não só um instrumento de trabalho, mas também um arsenal para debater questões gramaticais de modo a se colocar como erudito.

Em várias “Pennadas Furtivas” “palestrou” sobre gramática, explicando a composição de frases, a pronúncia e a acentuação de palavras e questões gerais da língua portuguesa. Quando alguém ou algum grupo fazia o uso que julgava incorreto das palavras, criticava. Exemplo disso ocorreu num restaurante na rua Barão do Ataliba, quando um grupo de jovens tomava cerveja e discutia o que ele chamou de “as dificuldades da língua vernácula”.

---

<sup>89</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 13/02/1902. n. 273. p. 1.

<sup>90</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 13/02/1902. n. 273. p. 1.

Segundo ele, o debate girava em torno da pronúncia das palavras *récita* ou *recita* e também *trêmula* ou *tremúla*. Ao narrar na coluna o diálogo do grupo, se posicionou afirmando a necessidade de se conhecer termos gramaticais (verbos e vocábulos paroxítonos e proparoxítonos) que, em seu ver, ainda que teóricos, eram de suma importância para se entender a linguagem: “não há dúvida que a prática é um poderoso recurso e até indispensável, mas completamente despida de teoria não é, não pode ser perfeita, mormente em matéria de linguagem”.<sup>91</sup> Muitas vezes sua abordagem era cáustica, permeada por elogios irônicos e olhares críticos. No seu modo de ver e no seu relato, os integrantes do grupo não eram intelectuais de tão baixa estirpe, mas intelectuais de nível médio, capazes de ter um conhecimento mais adequado em relação aquilo que estavam discutindo e apresentando: “Vê-se que na prática elles têm alguma embocadura, mas admira que, sendo todos mais ou menos *ilustrados* – literatos, engenheiro, jornalistas – nem ao menos por descuido tenham dado a mínima dentada na teoria, da qual parecem tão distantes como Uberaba da Hottentotia”.<sup>92</sup>

Pelos apontamentos do autor nota-se que os “ilustrados” da cidade se reuniam nos restaurantes para discutir assuntos que consideravam salutaros. Esses assuntos abarcavam desde o uso correto ou incorreto das palavras até política, cultura, economia e ocorrências do cotidiano. Além dos restaurantes, os cafés eram importantes espaços de sociabilidade onde as informações publicadas nos jornais eram comentadas e discutidas. Partindo do princípio de que boa parte da população era analfabeta, a leitura em voz alta e a socialização de ideias nos restaurantes e cafés movimentavam a vida dos habitantes que queriam se inteirar do que estava acontecendo na cidade, no país e no mundo.

Ora elogiar, ora criticar, também fazia parte da dinâmica das “Pennadas Furtivas” que poderiam apresentar idas e vindas. Exemplo disso se deu em relação à participação das mulheres na imprensa municipal. Relacionada à linguagem, para esse período entre 1899 e 1903, Manoel Felipe de Souza teve momentos de elogio e momentos de crítica às mulheres. Elogiou as “gentis redactoras” do “jornalzinho” feminino intitulado *Passiflora*:

Bons artigos, escritos com lógica e critério, e, ainda mais, com correção gramatical, o que não é muito comum nos jornaes do sertão, que de ordinário vem eriçados de *filistrias* lógicas e linguísticas que os tornam intragáveis. Esta allusão não vai com vistas a ninguém, eu fallo em these. Com a devida vênia dou as boas-vindas a *Passiflora*, que pequeno e sadio calcou a arena com passo firme, andando por si,

<sup>91</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 18/01/1900. n. 57. p. 1.

<sup>92</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 18/01/1900. n. 57. p. 1.

independente de carrinho para ensinar-lhe a marchar. Mais gentil seria elle si tivesse uns salpicos, si trouxesse em linhas métricas e rimadas a candidez das gentis redactoras.<sup>93</sup>

O autor critica a ausência de correção gramatical na maior parte dos jornais do interior. Nesse ponto, novamente pelo domínio das letras, se coloca num patamar intelectual e cultural mais elevado, de grande entendedor das regras que regem a língua portuguesa, capaz de identificar erros de escrita e corrigi-los.

Enquanto enalteceu as colaboradoras da *Passiflora*, sem dar muitos detalhes do que se tratava, em outro número, criticou o uso da linguagem de “certas escriptoras” que produziram para o *Lavoura e Comércio*. Afirmou estar “mais ou menos desapontado” e ter “perdido o requebrado” diante do que suas colegas, não citou quais, haviam escrito para a folha:

Quando arrebatado as alturas de firmamento azul, e ainda acima delle, pelo rytmo inebriante da linguagem das referidas colaboradoras, quando engolfado na melodia que escapa das cordas da lyra astral, tangidas pelos dedos invisíveis de tão hábeis pianistas, quando lá do accumulo de taes pompas litterárias, encaro o baixo local onde eu e o colleguismo da terra chafurdamos, o desanimo me avassala e da-me vontade de atirar a penna de rabiscador a um canto, deixa-la entregue a inanição e ao assalto da ferrugem. Entretanto, debaixo de certo ponto de vista eu levo decidida vantagem ás ethereas colaboradoras, questão de meio: a minha algaravia, vulgar e rastejante está ao alcance de todos, é comprehendida por sábios e analphabetos, por gregos e troianos, por civilizados e botocudos, ao passo que a linguagem dellas, baptizada pelas pacíficas distâncias, elevada com alturas que percorrem, escapam a comprehensão de muita gente boa, de gravata limpa e collarinho em pé. [...] E, despencando das alturas, onde estas poucas e pálidas referências me fizeram gravitar, desço ao solo duro da pátria. Impresso nos mesmos typos que têm gravado as belezas da viagem interplanetária, uso todavia de linguagem da terra, linguagem nossa.<sup>94</sup>

Ironizando e criticando o perfil de escrita das colegas, Manoel Felipe de Souza abordou o seu próprio perfil de escrita para o jornal: não queria apresentar uma linguagem muito pomposa, pelo contrário, acreditava ser necessária uma construção acessível a todos. As críticas presentes nessa “pennada” apresentaram novamente a estratégia do contraste, sua linguagem e a das *outras*: viagem interplanetária (escritoras)/linguagem da terra (ele próprio). Logo, a reflexão que é possível fazer, é que o autor, dentro do mundo da *Belle Époque*, diferente do estilo de

<sup>93</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 13/06/1901. n. 203. p. 1.

<sup>94</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 27/06/1901. n. 207. p. 2.

escrita das colaboradoras que criticou, com os pés fixos no chão e os olhos abertos à realidade, pretendia contribuir para a transformação de Uberaba rumo ao progresso. Ao invés de ficar “viajando”, queria falar de coisas concretas da vida na cidade.

No entanto, uma coisa era o que Manoel Felipe de Souza apregoava, outra é o que de fato fazia. Essa concepção de linguagem acessível a todos na prática tinha suas restrições. Devido ao alto índice de analfabetismo, nem todas as pessoas tinham acesso e eram leitoras de Bernardo Guimarães, Miguel de Cervantes, Mirabeau e La Fontaine. Além disso, nem todas conseguiam entender suas críticas. Nesse sentido, é importante frisar que o conteúdo do jornal *Lavoura e Comércio*, assim como dos almanaques, se destinava às elites do município e da região. Então, mesmo sendo um conhecedor de regras gramaticais da língua portuguesa e leitor de clássicos da literatura, o autor que dizia se empenhar em construir uma linguagem literária e jornalística capaz de ser entendida por qualquer público, na prática não contemplava a todos.

Ainda em relação à gramática e à linguagem, tinha preocupação com o uso excessivo de alguns substantivos associados a determinados adjetivos, que em sua concepção geravam um tom muito melífluo nos textos, algo que também o incomodava:

“O sol tombava no ocaso, tingindo o horizonte de listas sanguíneas; o passaredo oculto na espessa ramagem da selva densa não desferia partituras de Verdi nem de Carlos Gomes, mas soltava modulações hilariantes que o echo repetia além enquanto um regato crystalino serpeava por entre alamedas viridentes. Ao longe uns sons de flauta queixosa traduziam em notas plangentes as torturas doridas de algum penante.” É mais ou menos deste modo que os jornalistas notáveis iniciam o seu espinhoso tirocínio. Eu era assim. A gente derruba um chapão, as vezes bonito, mas já servido por diversas gerações e pensa que é phrase nova, que aquillo é seu. Eu era assim, já falei! \_ Que mal há escrever estas cousas? Si o bosque é espesso, si a flauta soa, si o regato é crystalino é porque é mesmo, e a culpa não é do literato; não é elle que fez o mundo. \_ Não é elle que fez o mundo, bem sei; mas é preciso aprender a viver no mundo e dizer as mesmas cousas por diferentes maneiras. É preciso, sobretudo, na junção dos adjectivos com os substantivos haver muita versatilidade. Não há muito tempo eu li acerca deste assumpto num autor francez criteriosos e ao mesmo tempo humorísticos conselhos. Já não me lembro bem, mas elle diz mais ou menos isto: ‘a união do adjectivo com o substantivo não deve ser um vínculo eterno, indissolúvel como o casamento, mas um simples concubinato.’ Elle desenvolveu o assumpto com maestria admirável e um chiste que me encantou. Desde então tomei para cá cuidado na liga dos adjectivos, em cujo processo eu fatalmente delinquia por falta de um conselho amigo. Hoje procuro quanto posso quebrar o vínculo secular entre adjectivos e substantivos como estes: regato crystalino, branca rosa, terno amor, tristes ais, doce encanto, virgem bella. Aceitei gostosamente a licção que o referido escritor, num momento de

inspiração feliz, soltou nas folhas de um livro aos ventos da publicidade. [...] Só de longe, furtivamente, devem encontrar com os substantivos, seus conhecidos, mostrar-lhes o ar de sua graça e céleres desaparecer nas sinuosidades linguísticas...<sup>95</sup>

Por aqui se percebe que Manoel Felipe de Souza desaprovava a excessiva adjetivação, algo muito comum por exemplo nos romances de José de Alencar. Densa caracterização de cenários, descrição de paisagens, ações e personagens por meio de adjetivações para o autor era um perfil de abordagem que evitava utilizar. Preferia uma linguagem mais dinâmica, sem floreios. O uso imoderado de substantivos seguidos de adjetivos era um recurso estilístico do romantismo, e assim como Bernardo Guimarães, o autor queria romper com visões muito idealizadas da realidade. Via o exagero sentimental e com muita pompa como desnecessários.

Ainda relacionado a essas questões de linguagem e também de narrativa, outro aspecto presente nos escritos de Manoel Felipe era a discussão sobre acontecimentos contados por terceiros: “chegou ao meu conhecimento por intermédio de terceira pessoa; por conseguinte, eu sei d'elle por ouvir dizer e conto a história como me foi contada. É curta e simples, mas um tanto enredada.”<sup>96</sup> Essa prática de ouvir de outros e discutir em seus textos significava que entre o ocorrido e a divulgação do mesmo, o autor lidava com fatos que haviam passado por um crivo que era o do relato de quem presenciou o ocorrido e a chegada desse até os ouvidos do colunista, que assim produzia suas “Pennadas”. Nessas circunstâncias, os acontecimentos poderiam ser objeto do aumento ou da minimização dos fatos de acordo com as ideias que queria transmitir. Nesse processo de (re)apropriação e composição de seus trabalhos fazia uso de suas referências literárias, apresentando também diversas figuras de linguagem.

Por fim, outro aspecto das “Pennadas Furtivas” era que o seu autor tinha o hábito de emitir respostas a comentários sobre sua pessoa ou sobre a coluna. Respondeu, por exemplo, a um colega que afirmou que ele tinha cheiro de percevejo. Em resposta à crítica, ressaltou seus bons hábitos de higiene incluindo o uso de um requintado sabão russo. Outro exemplo, foi a crítica a Fidélis Reis, formado em engenharia agrônômica, em 1898, pelo Instituto Zootécnico. Segundo Manoel Felipe, por meio de um elogio irônico, Fidélis Reis o teria chamado de “cronista cintilante”, o que o irritou. Diante disso, criticou não só Fidelis Reis, mas também todos que no Instituto Zootécnico haviam se formado. Logo, tratava-se de um autor que, por

---

<sup>95</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 21/02/1901. n. 171. p. 1.

<sup>96</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 25/03/1902. n. 285. p. 2.

meio de sua escrita, criticava, mas também era criticado. E quando as críticas aconteciam, nem sempre encarava tranquilamente. Pelo contrário, usava sua pena para atacar.

A partir do conto, dos poemas publicados nos *Almanachs* de 1895 e 1903 e dos pareceres apresentados pelo autor em suas “Pennadas Furtivas”, no que diz respeito à citação de autores clássicos, regras gramaticais e preocupações com os usos da língua portuguesa, é possível traçar um paralelo entre suas publicações nos dois impressos - *Almanachs* e *Lavoura e Comércio*. Havia temáticas semelhantes: a cidade, o olhar pejorativo sobre os indígenas e a concepção de que a referência da civilização no mundo era Paris. Também se notavam a ironia, o humor, a ficção e as metáforas, tanto nos poemas quanto nas “Pennadas”. Isso revela que se tratava de um habitante do interior que tinha os olhos voltados para a Europa, esse fato não era exclusivo do Rio de Janeiro. Em cidades afastadas do litoral, como era o caso de Uberaba, havia habitantes cujo fascínio pela cultura europeia era utilizado como uma forma de distinção. Manoel Felipe de Souza não queria ser associado a um habitante de uma terra erma e distante na qual só havia uma população “selvagem”. Ao invés disso, se via como um homem de letras e ao transitar por diferentes periódicos, com a publicação de escritos em diferentes formatos, utilizava sua pena para caracterizar aquilo que considerava civilizado, mas também aquilo que via como impertinente a esse mundo almejado. Para tanto, utilizava estratégias de escrita como elogios irônicos, sarcasmo, figuras de linguagem, metáforas, ficção, metalinguagem e humor.

## 1.2 A imprensa uberabense nos anos finais do Império

O espaço conquistado por Manoel Felipe de Souza na imprensa não veio do nada. Para ter uma coluna de destaque sempre na primeira ou na segunda página do jornal *Lavoura e Comércio*<sup>97</sup>, trabalhou com afinco. O espaço e a visibilidade que conseguiu neste jornal foi resultado de uma trajetória que se iniciou no Império e se estendeu pela República. Foi proprietário, redator, editor e colaborador de muitas folhas. Para chegar a essa conclusão foi preciso fazer um levantamento da imprensa no município.

O primeiro jornal que se tem registro em Uberaba, *O Paranaíba*, foi fundado na época do Império. Antes dele, os periódicos que chegavam possivelmente eram adquiridos em centros urbanos de maior expressão e se enquadravam à lógica de atender as elites locais. Expressavam

---

<sup>97</sup> Ver Anexo III: Número inaugural do jornal *Lavoura e Comércio*. p. 320.

uma instância de informação para uma minoria alfabetizada que entendia a leitura como associada à formação de novos hábitos culturais. Além disso, não se pode afirmar que os periódicos que chegavam ao município eram trazidos pelos trens, uma vez que a instalação da primeira malha ferroviária na cidade só se deu em 1889, com a Companhia Mogiana.

Impresso em 1º de outubro de 1874, *O Paranaíba*, segundo o memorialista Hidelbrando Pontes, foi o primeiro jornal editado nos Sertões da Farinha Podre. Fundado por “ilustrado médico francês”, Henrique Des Genettes, se dedicava a atender os interesses comerciais, agrícolas, industriais e fabris de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Pontes afirmou também que foram publicadas apenas três edições desse jornal, que foi substituído pelo *Eco do Sertão*. Nas suas poucas edições a tiragem constou de 200 exemplares. Com quatro páginas e três colunas e um formato de 37 x 25, sua assinatura anual para Uberaba era de 8\$000 e a semestral de 5\$000. Segundo o autor, sua tipografia custara a Des Genettes quatro contos de réis, o prelo era manual, com alavanca, pés e suportes em cruz. Além disso, o memorialista apresentou duas teorias para a denominação *O Paranaíba*. A primeira é que o seu fundador queria demonstrar simpatia a José Paranaíba, que iria se casar com uma de suas parentas mais próximas. Daí o título seria uma homenagem ao sobrenome do amigo. A segunda tem origem com um “brilhante jornalista” do Triângulo, Cherubino Santos, que discordava dessa opinião. A propósito da imprensa de Uberaba, esse jornalista teria escrito no hebdomadário *O Araguari* que Des Genettes havia escolhido esse nome por causa do Rio Paranaíba, que dividia a província de Minas Gerais da província de Goiás. Segundo Pontes, o pai de Santos sugeriu a Des Genettes a ideia de mudar o nome do jornal para *Eco do Sertão*, visto que era o primeiro “echo do progresso que repercutia nestes sertões”.<sup>98</sup>

Essa imprensa fundada em Uberaba na fase do Segundo Reinado colaborou para a irradiação das letras na região, uma vez que era comum às oficinas tipográficas mais bem equipadas, designadas no período como “verdadeiras empresas”, imprimir outros jornais e materiais não só para a cidade, mas também para outros municípios. Na cidade um mesmo prelo poderia produzir diferentes jornais. O prelo da tipografia de Des Genettes, por exemplo, serviu à impressão não apenas do *Paranaíba* e do *Eco do Sertão*, mas também dos jornais *O Beija-Flor*, *O Bobo*, *a Gazeta de Uberaba*, *O Uberabense* e *O Relâmpago*. Pontes afirmou que Des Genettes, ao adquirir um segundo prelo, maior e mais aperfeiçoado, abriu mão do que tinha. Aquele antigo prelo, de acordo com ele, passou a servir à tipografia Americana onde se

---

<sup>98</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 21/03/1931. n. 360.

imprimia, sob a chefia de J. A. de Paiva Teixeira, também conhecido como Cazuzo, o periódico intitulado *O Progresso*.

As oficinas tipográficas uberabenses produziam também materiais que circulavam não só no Triângulo, mas em outras áreas da província. Pontes explicou que em 1881, “o antigo prelinho [do Cazuzo] foi vendido por 800\$000 à Cherubino Santos, de Bagagem, atual Estrela do Sul.” Lá, imprimiu os periódicos: *Estrela do Sul* (1881), *Esperança* (1883), *Bagagem* (1884), *Palladio e Garimpeiro* (1886), *Evangelista* (1889), *Canário, Filho da Luz e Familiar* (1891) e *Jaty* (1893). Ainda com fôlego para impressão, Pontes reiterou que esse mesmo prelo, em 1894, foi novamente vendido. Dessa vez ao major Tertuliano Goulart que o levou para Araguari. Naquele mesmo ano o prelo serviu à impressão do primeiro periódico publicado na cidade: *O Araguari*. Depois foram impressos outros, dentre os quais o autor lembrou *A Myosotis*. Mudando de dono, em 1906, para o major Augusto de Lima, nele ainda se imprimiu *O Triângulo*, também de Araguari. O uso de um mesmo prelo e a sua revenda para diferentes cidades era indício não só da forma como se dava a irradiação da imprensa na região, mas também da precariedade de recursos para se produzir os periódicos.

Igualmente se imprimia em Uberaba jornais de outras cidades. Era o caso por exemplo do prelo manual Boston e da tipografia do jornal *A Lucta*, que foi vendida para o major João Luiz da Silva, de Uberabinha (hoje Uberlândia). Nela foram impressos jornais daquela cidade: *Gazeta de Uberabinha*, *O Progresso* e outros, ressaltou Pontes.<sup>99</sup> Ainda em relação à colaboração de Uberaba para a difusão da imprensa na região durante a segunda fase do período imperial, foi possível identificar que algumas folhas publicavam notícias não só de Uberaba, mas também de outras cidades do Triângulo, de outras regiões da província e de outras províncias. Exemplo disso era *O Uberabense*: “É do programma do Uberabense continuar a ser o advogado das províncias de Minas, Goyaz e Mato Grosso e parte de São Paulo que lhe fica limítrofe.”<sup>100</sup> *O Waggon*, também: interesses de Uberaba, Prata, Monte Alegre e sul de Goiás.<sup>101</sup>

Nos últimos quinze anos do Império, em termos numéricos, calculando com *O Paranaíba* e o *Eco do Sertão*, foi possível contar em Uberaba 37 títulos de impressos, incluindo

<sup>99</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 20/06/31. n. 372. p. 3.

<sup>100</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 18/04/1931. n. 363. p. 3

<sup>101</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 16/05/1931. n. 367. p. 4.

jornais e uma revista.<sup>102</sup> A respeito dos grupos sociais ligados a eles, para os anos entre 1874 e 1889, por meio das informações apresentadas por Pontes, se realizou o mapeamento esquematizado num quadro<sup>103</sup> que permitiu a identificação dos membros fundadores, proprietários, diretores, redatores e colaboradores que constituíam a imprensa municipal naquele momento. A partir desse mapeamento aprendeu-se que uma mesma pessoa poderia ser proprietária de um periódico e mudar o seu nome, exemplo de Des Genettes acima citado, que mudou o nome do *Paranaíba* para *Eco do Sertão*. Outra situação era uma mesma pessoa ser dona de diferentes jornais como era o caso de José Alexandre de Paiva Teixeira, proprietário do *Beija-Flor*, da *Gazeta de Uberaba* e do *Relâmpago*, além de aparecer como associado de outras folhas como *O Uberabense* e a *Gazetinha Mineira*. Para esses anos notou-se também a presença de integrantes de uma mesma família atuando, a Paiva Teixeira, além de José Alexandre, que é mencionado como J. A. de Paiva Teixeira e também designado como Cazuzo, havia Dário Augusto de Paiva Teixeira, que apareceu como proprietário de *A Vespa*.

Outro elemento percebido no mapeamento foi a questão dos associados que esses impressos poderiam abranger. Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior, por exemplo, apareceu, junto com outras pessoas, como um dos proprietários do *Progresso* e do *Tiradentes*. Deste último, Dário Augusto de Paiva Teixeira constou também como proprietário associado. A respeito da constituição de firmas e associados foi possível identificar os casos de Paiva Teixeira, Ribeiro e Magalhães; Oliveira, Penna e Teixeira; Gomes e Teixeira; Alves e Vannir; e João Aquino da Silva e Oliveira. Notou-se uma predominância da família Teixeira. Além disso, à época dos últimos anos do Império e de transição para a República, alguns periódicos estavam se empenhando para apresentar um caráter de negócio e/ou empresa. Era o caso d'*O Uberabense* e d'*O Monitor Uberabense*. Ambos se constituíram em firmas com razão social e se inseriram no incipiente mercado tipográfico que se formava na cidade e na região.

A respeito do *Uberabense*, que antes era o *Eco do Sertão*, Pontes afirmou que sob o título de “A Nossa Empresa”, esse jornal em artigo de fundo subscrito por José Alexandre de

---

<sup>102</sup> *Beija Flor* (1875), *Gazeta de Uberaba* (1875), *O Relâmpago* (1876), *Primeiro de Abril* (1876), *Uberabense* (1876), *O Bobo* (1876), *O Progresso* (1878), *Gazeta de Uberaba* (1879), *O Recreio* (1880), *Correio Uberabense* (1880), *O Mineiro* (não consta o ano de fundação), *A Vespa* (1881), *O Tiradentes* (1881), *A Moça* (1881), *A Violeta* (1882), *Monitor Uberabense* (1882), *O Carrapato* (1882), *O Denunciante* (1882), *O Nevoeiro* (1882), *O Raio* (1883), *O Paladino* (1883), *O Inglês* (1883), *Aurora Mineira* (1883), *O Waggon* (1884), *O Volitivo* (1884), *O Dentista* (1884), *O Rabequista* (1885), *O Filho do Povo* (1885), *O Caipira* (1885), a *Gazetinha Mineira* (1886), a *Aurora Mineira* (1887), a *Revista da Semana* (1887), o *Jornal de Uberaba* (1889), *A Marcha* (1889) e *O Clarim* (1889).

<sup>103</sup> Ver Apêndice I - intitulado “A imprensa em Uberaba no império (1874-1889)” - quadro 1: proprietários, redatores e colaboradores. p. 264.

Paiva Teixeira (Cazuza), Antônio Hermógenes da Silva Ribeiro e Antônio Augusto Pereira de Magalhães, declarou:

O fundador da empresa Echo do Sertão, o sr. Dr. Henrique Raymundo Des Genettes, cedeu aos novos proprietários Antônio Hermógenes da Silva Ribeiro e Antonio Augusto Pereira de Magalhães, a parte que nella tinha, como o mesmo nosso amigo já o declarou em artigo publicado no n.º 66 do dito jornal, em cuja ocasião patenteou as razões que teve para effectuar a cedência. Coincidindo aquella circunstância com a chegada a esta cidade de novo saldo e espaçoso prelo e diverso material que o fundador da empresa com o seu sócio Paiva Teixeira tinham encomendado nos Estados Unidos, e do qual a empresa actual fez aquisição, vae ella entrar em nova phase, continuando na direção da officina, como impressor responsável, o antigo associado José Alexandre de Paiva Teixeira, em sociedade com os cessionários sob a razão social de Paiva Teixeira, Ribeiro & Magalhães.<sup>104</sup>

Percebe-se que essa designação de empresa, além da constituição de firmas e associações, estava ligada também às condições materiais dos jornais. Prelos que vinham de outros países, como os Estados Unidos, e o aumento de formato por meio do aparelhamento das “empresas” se tornavam também símbolos de engrandecimento não só da imprensa, mas da cidade:

[...] então entendeu ella [a empresa] dever assignalar no paiz esta época, que marcava mais um ponto na vista do progresso mudando o título do periódico, o Echo do Sertão passa a chamar Uberabense, designando assim a única cidade conhecida no Império, com o nome Uberaba, e cuja importância comercial, posição geographica, riqueza do solo, salubridade do clima, credito financeiro e recursos naturaes lhe prophetizão um futuro grandioso.<sup>105</sup>

Dessa maneira, em fins do Império as melhorias materiais eram encaradas como sinal de progresso. E ainda sobre a conotação de ver os jornais como empresas, no *Monitor Uberabense*, de 1882, se anunciava:

Em continuação do Correio Uberabense do subscrito José Augusto Gomes da Silva e José Augusto de Paiva Teixeira, sob o título A Nossa Folha, vê-se o seguinte: na melhor harmonia e por acordo amigável retirou-se da empresa do Correio Uberabense o nosso prestimoso amigo Major Joaquim José de Oliveira Penna, entrando como seu sucessor, o

<sup>104</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 18/04/31. n. 363. p. 3.

<sup>105</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 09/05/31. n. 366. p. 4.

redactor político Gomes da Silva. A nova empresa do Monitor Uberabense aparecerá sob a firma de Gomes & Teixeira.<sup>106</sup>

Por aí se notou novamente que os donos dos meios de produção da imprensa no município se moviam em grupos restritos, a maior parte das vezes de caráter familiar. Compravam e vendiam as tipografias, mudavam o nome dos jornais, constituíam firmas e associações encaradas como empresas referenciadas como representação do progresso e do avanço da cidade. Para entender melhor essa questão da imprensa enquanto empresa à época do Império, em Uberaba, foram úteis as considerações de Ana Paula Goulart Ribeiro, Alex Lombello Amaral e também de Ana Luiza Martins que trouxeram informações e perspectivas relacionadas ao mercado tipográfico e à forma como os jornais faziam para se manter.

Ana Paula Goulart Ribeiro, ao discutir elementos do mercado da imprensa no Primeiro Reinado, afirmou que há na historiografia brasileira uma tendência a se opor a um modelo político-panfletário, difusor de ideias, ao industrializado, vendedor de notícias e espaço comercial. Trata-se para a autora da representação de dois modelos de jornalismo, um de opinião e outro informativo que, grosso modo, corresponderiam a duas fases distintas de sua história no Brasil. A primeira diria respeito à imprensa predominante no período que vai de 1821 a mais ou menos 1880/1890, e a segunda, àquela hegemônica no período posterior. Para Ribeiro, esta periodização aponta tendências e aspectos estruturais importantes do desenvolvimento da imprensa no país. No entanto, em seu ver, como toda periodização, apresenta problemas e envolve uma complexidade, pois para ela o modelo que se desenvolveu à época da Independência e do Primeiro Reinado era essencialmente político-panfletário. Mas, ao lado dos periódicos panfletários e efêmeros, já havia alguns jornais mais independentes, estáveis, informativos e organizados a partir da lógica de empresa.<sup>107</sup>

A autora explicou que na primeira fase imperial, como os jornais tinham uma estrutura artesanal, fundá-los não exigia investimentos iniciais altos. Para os padrões da época, abrir um jornal era relativamente barato. Isso facilitava a proliferação de títulos e permitia “aventura individual”. Qualquer indivíduo letrado - literato, médico, clérigo, militar etc. -, que desejasse atuar na vida pública encontrava relativa facilidade para rodar um jornal. Contudo, essa situação

---

<sup>106</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 09/05/31. n. 366. p. 4.

<sup>107</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais eletrônicos do V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo. 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

se modificou no fim do século XIX e no início do XX. Os jornais de estrutura simples começaram a ser substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa, dotadas de equipamentos gráficos sofisticados. Novos processos de produção foram introduzidos e as tipografias perderam o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica. A autora afixou também que na maioria das grandes cidades, houve uma redução considerável do número de impressos. Muitos veículos pequenos desapareceram e poucos surgiram no seu lugar. Esses, porém, eram bem mais estáveis e regulares. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, tornou-se inviável, uma vez que montar uma empresa jornalística passou a exigir capitais cada vez maiores. Somente indivíduos ou grupos capazes de reunir grandes recursos podiam fazer face aos altos investimentos exigidos pelos novos aperfeiçoamentos técnicos. Na ótica da estudiosa, ao incorporarem uma lógica de mercado, os jornais começaram a buscar novas formas de legitimação. Apesar de continuarem atrelados a interesses políticos e ideológicos específicos, começaram a se apresentar como neutros e imparciais. Ainda que essa imparcialidade fosse apenas teórica, a centralidade da sua narrativa passou a ser os fatos, os acontecimentos, cada vez mais, passou a se guiar pelo princípio da notícia. E no mesmo movimento em que se tornavam empresas, os jornais também tendiam a se apresentar como mais informativos.<sup>108</sup>

Autor que também comentou sobre essa conotação como empresa no Império foi Alex Lombello Amaral. Em estudo sobre a imprensa na região das Minas, na primeira metade do século XIX, afirmou que já naquela época apareciam nas folhas daquela área da província sociedades empresariais com vários acionistas e também sociedades de caráter sócio educativo, filantrópico e político.<sup>109</sup> Em outra pesquisa, dessa vez no Segundo Reinado, o autor apresentou outra perspectiva a respeito dessa questão do mercado na província. Para ele, os recursos financeiros das folhas mineiras naquele período nunca foram provenientes do mercado, e sim dos apoios políticos. Para sobreviver financeiramente uma folha precisava de “amigos”, ou seja, apoiadores políticos que denominou como “fornecedores de azeite”. Então, para esse

---

<sup>108</sup> RIBEIRO, Op. Cit., p. 3.

<sup>109</sup> AMARAL, Alex Lombello. Prosopografia e redes de jornais mineiros na primeira metade do século XIX. **Anais eletrônicos do XX Encontro Regional de História (ANPUH/MG)**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG. 2016. p. 2. Disponível em: <[http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh.pdf](http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

pesquisador, os aspectos financeiros relacionados aos periódicos precisam ser analisados com relação à política, e não exclusivamente com explicações de mercado.<sup>110</sup>

Ana Luiza Martins igualmente fez referência ao mercado tipográfico à época do Império. Em seu ver “o caráter mercantil, inerente àquela atividade, ainda não encontrava consumidores que a tornassem lucrativa no quadro da ordem escravocrata, do fraco comércio interno e do analfabetismo reinante.”<sup>111</sup> Para a autora, salvo os jornais impressos em grande formato, os periódicos traziam “fatura modesta, papel ordinário, dimensões reduzidas, saindo de prelos toscos que se instalaram nas principais capitais”. A produção de livros, não vingou devido aos reveses mercantis marcados pelo baixo consumo. Então, “num país de fraco poder aquisitivo, o gênero periódico figurou como suporte fundamental do impresso no Brasil ao longo do século XIX”.<sup>112</sup>

As considerações apresentadas por Ribeiro, Amaral e Martins trouxeram à baila a realidade de uma imprensa que se desenvolvia num contexto onde tanto o mercado tipográfico quanto o mercado consumidor dos impressos eram rudimentares. As taxas de analfabetismo eram altas e o poder aquisitivo para obtenção dos periódicos era restrito. Esse era o quadro do periodismo uberabense naquele período. A partir daí, seguindo as pistas deixadas por esses autores, foi possível levantar a hipótese de que a imprensa empresa que se configurou em Uberaba tinha mesmo o propósito de atender uma diminuta elite letrada, e a maioria continuava muito atrelada aos debates político-partidários.

Nessa imprensa do Império em Uberaba, uma mesma pessoa realizava várias funções. Os proprietários e/ou diretores poderiam atuar nos periódicos também como redatores como era o caso de Des Genettes no *Paranaíba* e no *Eco do Sertão*, e José Alexandre Teixeira que no *Beija-Flor* era ao mesmo tempo o proprietário e o redator. Situação similar acontecia com as funções de editor e colaborador. Era o caso de José Augusto de Paiva Teixeira que no *Progresso* e no *Filho do Povo* apareceu como editor, mas na *Vespa* e na *Violeta* era colaborador. Outro fator levantado foi a distinção entre editor e redator. No *Uberabense*, J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza) foi mencionado como editor e Antônio Borges Sampaio como redator; José Augusto de Paiva Teixeira, no *Progresso*, desempenhava a função de editor. Havia também

---

<sup>110</sup> AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e chimangos**: imprensa e política em São João Del-Rei (1876-1884). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. p. 10.

<sup>111</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 47.

<sup>112</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 57.

distinção entre os tipos de redatores. Isso ficou evidente no *Monitor Uberabense* que tinha Antônio Borges Sampaio como redator político; Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior como redator chefe; e J. Gaspar da Silva como redator literário. Antônio Borges Sampaio apareceu também como redator político da *Gazetinha Mineira*.<sup>113</sup>

A questão de membros de uma mesma família atuando nessa imprensa se fazia presente também entre os redatores e colaboradores. Exemplo era Antônio Borges Sampaio, que no *Relâmpago* era redator e Zeferino Borges Sampaio, que era colaborador no mesmo jornal. Havia parentes que atuavam em folhas diferentes: Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior era redator no *Correio Uberabense* e no *Monitor Uberabense*. Enquanto isso, José Antônio Gomes da Silva era colaborador na *Violeta*. Com o mesmo sobrenome, atuando no *Volitivo* havia João Rodrigues Cordeiro e João Rodrigues Fernandes, bem como Elisiario Ribeiro de Vasconcellos e Olympio de Vasconcellos.<sup>114</sup>

A respeito da tiragem, Pontes apresentou informações apenas do *Paranaíba*, com 200 exemplares, e do *Rabequista*, com 10000 exemplares. Amaral afirmou que os periódicos de tiragem diminuta tinham um grande efeito e a explicação disso estava nos diversos relatos de leitura em voz alta, que era o costume da época. Segundo o pesquisador, exatamente por ser uma sociedade de analfabetos havia uma cultura oral e as folhas a princípio se encaixavam nessa cultura, suas informações eram ampliadas oralmente.<sup>115</sup> Outra vertente para a disseminação das notícias entre a população analfabeta era o “boca a boca”. Em uma cidade do interior do porte de Uberaba os acontecimentos chegavam ao conhecimento geral de forma rápida. As pessoas iam transmitindo os fatos umas às outras. A respeito dessa questão, Boris Fausto afirma que os jornais eram uma fonte para o “boca a boca” que, segundo ele, retransmitia e transfigurava as notícias.<sup>116</sup>

No quesito frequência de publicação<sup>117</sup>, os impressos uberabenses do período eram em sua maioria semanários. Nesta modalidade, contando com *O Paranaíba* foi possível identificar

<sup>113</sup> Ver Apêndice I, quadro 1: proprietários, redatores e colaboradores. p. 264.

<sup>114</sup> Ver Apêndice I, quadro 1: proprietários, redatores e colaboradores. p. 264.

<sup>115</sup> AMARAL, Alex Lombello. Prosopografia e redes de jornais mineiros na primeira metade do século XIX. **Anais eletrônicos do XX Encontro Regional de História (ANPUH/MG)**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG. 2016. p. 7. Disponível em: <[http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh.pdf](http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

<sup>116</sup> BORIS, Fausto. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala São Paulo, 1908-1928**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 21.

<sup>117</sup> Ver Apêndice I, quadro 2: frequência de publicação. p. 266.

19 semanários<sup>118</sup> sendo 2 apresentados como hebdomadários; 3 periódicos com dias de publicação indeterminados<sup>119</sup> e 4 folhas com edição única.<sup>120</sup> Em relação à duração<sup>121</sup> constatou-se que a maioria não alcançava longevidade, era de vida efêmera. O tempo de circulação variava de três, seis meses, um ano ou no máximo dois anos. Segundo Pontes, acontecia de se imprimir um jornal por um, dois ou três meses e no final deste tempo mudar o seu nome. Era comum também jornais tirarem um ou dois números e depois desaparecerem. Ou saírem durante algum tempo, sumirem e, anos depois, voltarem a ser publicados. Os dois jornais mais longevos pelos registros de Pontes foram *O Progresso*, com quase um ano, e o *Correio Uberabense*, com quase dois. O autor salientou além disso que muitos tipógrafos, quando se viam em crise financeira, faziam uso desse recurso: cobravam o primeiro trimestre; quando o prazo pago acabava se encerrava também a existência da folha.<sup>122</sup> Pontes justificou essa curta duração devido à pouca aceitação do público, que nesse caso poderia devolver o impresso à redação quando a distribuição tinha sido feita apenas no perímetro urbano.<sup>123</sup> No entanto, essa justificativa do autor parece insuficiente, porque além do fator do analfabetismo e da dificuldade de acesso pelo valor cobrado pelos periódicos, havia também os debates políticos que davam sentido à existência de muitas folhas.

Sendo a imprensa do Império essencialmente de opinião, um dos principais instrumentos da luta política, havia um grande número de publicações que, conforme abordado por Ana Paula Goulart Ribeiro e Alex Lombello Amaral, possuíam estrutura produtiva bastante artesanal, empregando em geral prensas tipográficas rudimentares. No modo de ver de Ribeiro, eram publicações de formato pequeno e muito irregulares na sua periodicidade. Então, para ela, essa irregularidade e efemeridade dizia respeito ao seu próprio papel social. Como estavam ligados às lutas do seu tempo, os jornais seguiam a dinâmica dessas lutas. Eram guiados por uma lógica conjuntural: apareciam e desapareciam conforme os conflitos nos quais estavam envolvidos.<sup>124</sup> Esse argumento de Ribeiro para a irregularidade da frequência também foi ao

---

<sup>118</sup> *Beija-Flor, Gazeta de Uberaba, Relâmpago, Progresso, Correio Uberabense, A Vespa, A Violeta, O Carrapato, O Waggon, O Volitivo, O Caipira, Gazetinha Mineira, Aurora Mineira, Jornal de Uberaba, A Marcha e o Clarim. O Uberabense e o Filho do Povo*, Pontes designou como “hebdomadário”, termo sinônimo de semanário.

<sup>119</sup> *O Recreio, O Dentista e Revista da Semana*

<sup>120</sup> *1º de Abril, A Moça, O denunciante e O Rabequista*

<sup>121</sup> Ver Apêndice I, quadro 3: duração dos periódicos. p. 267.

<sup>122</sup> Ver Apêndice I, quadro 3: duração dos periódicos. p. 267. Esse fator da curta duração refletiu na pesquisa e devido à dificuldade de, no tempo presente, encontrar jornais preservados do período.

<sup>123</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 21/03/1931. n. 360.

<sup>124</sup> RIBEIRO, Op. Cit., p. 2.

encontro do argumento de Lombello, quando o mesmo asseverou que para explicar a imprensa do período não se deveria levar em conta apenas os aspectos do mercado, mas também as dinâmicas políticas nas quais os periódicos estavam envolvidos. Conforme abordado mais à frente, boa parte dos periódicos de Uberaba naquele período traziam em seu bojo discussões políticas, representando dimensões do processo de formação do jornalismo municipal e de sua afirmação enquanto ator político nas disputas públicas.

Quanto ao formato<sup>125</sup>, de acordo com Pontes, 90% das folhas publicadas na cidade eram de “pequeno formato” com proporções entre 30 x 27 centímetros. No formato *mignon*, de poucos centímetros, apareceu *O Carrapato* e o *Jornal de Uberaba*, que Pontes descreveu como “jornalzinho”. Com a mudança de formato teve o *Eco do Sertão*, que diminuiu, e *O Volitivo* e a *Gazetinha Mineira* que aumentaram. Apenas dois periódicos foram designados como de “grande formato”: *Correio Uberabense* e *Monitor Uberabense*. Outro periódico que com a mudança de dono e de nome passou pelo aumento de formato foi *O Uberabense*. Justamente estes dois últimos periódicos que tiveram aumento de formato - *Monitor Uberabense* e *O Uberabense* - receberam a designação de “empresas”. Ou seja, dentre os vários jornais citados por Pontes, apenas dois foram mencionados dessa forma. Isso indica novamente que esse caráter de “empresa” que os próprios jornais se atribuíam dizia respeito a um número restrito de periódicos. A maioria continuava sendo produzida de modo rudimentar.

Vale salientar que na imprensa do Império, conforme afiançou Ana Luiza Martins, a partir da década de 1850 uma mudança formal se observou, pois se criou a profissão de jornalista e se firmou a profissão de tipógrafo. Além disso, os “jornaizinhos” de quatro folhas (in - 8º) começaram a ralear para dar lugar aos grandes jornais, o que pode ser observado nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro.<sup>126</sup> Em Uberaba, fundada na década de 1870, a imprensa local, como foi possível observar pela análise do quadro sobre os formatos<sup>127</sup>, ingressou na década de 1880 tendo como característica esses jornais de quatro folhas. Isto é, enquanto no Rio de Janeiro, na década de 1850, esse perfil de jornal começou a ralear, em Uberaba ele continuou em evidência do fim do Império até os primeiros anos da República. Isso demonstrou que a realidade da imprensa na cidade era diferente daquela da capital do país.

---

<sup>125</sup> Ver Apêndice I, quadro 4: formato dos impressos. p. 267.

<sup>126</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 52-54.

<sup>127</sup> Ver Apêndice I, quadro 4: formato dos impressos. p. 267.

Martins afirmou igualmente que na perspectiva material os avanços técnicos no Império foram modestos, vindo a modernizar-se efetivamente só com a República.<sup>128</sup> Nesse sentido, no que concerne aos aspectos materiais da imprensa uberabense, em específico o tipo de papel utilizado e ornamentos nas folhas, foi possível mapear no levantamento de Pontes algumas informações. *O Beija-Flor*, por exemplo, era impresso em papel colorido<sup>129</sup>; *O Recreio*, tinha o cabeçalho ornado de caricaturas carnavalescas<sup>130</sup>; na *Gazetinha Mineira*, “o cabeçalho veyo em typo manuscripto com um traço por baixo”.<sup>131</sup> A respeito da quantidade de páginas e colunas, o memorialista apresentou poucas informações.

Quanto às assinaturas dos periódicos<sup>132</sup> poderiam ser anuais, semestrais ou trimestrais. Poderiam ser vendidas dentro ou fora da cidade, neste último caso tinham um valor maior. Apenas *O Progresso* teve assinatura trimestral, o restante era anual e semestral. *O Recreio* era vendido pela série de 10 números. Ainda em relação ao valor das assinaturas, os mais caros eram os que tinham os maiores formatos e os produzidos nos moldes de “empresa”: o *Correio Uberabense* e o *Monitor Uberabense*, ambos com os mesmos valores de assinatura anual (dentro da cidade 10\$000; fora da cidade 12\$000).

Em relação à localização<sup>133</sup> dos espaços de produção dos impressos, Pontes também apresentou poucas informações. Dos que foi possível mapear, notou-se uma presença nas ruas Direita, Tristão de Castro e São Sebastião, logradouros na área central da cidade. Além disso, apreendeu-se que oficina e redação poderiam funcionar no mesmo espaço. Esse era o caso do *Paranaíba* e do *Monitor Uberabense*. Para o *Eco do Sertão* o autor fez menção apenas ao logradouro da redação e para a *Gazeta de Uberaba* apenas ao endereço da oficina. Tal dado indicou um elemento que compunha a realidade das tipografias da cidade: seus donos, além de produzir seus próprios jornais, abriam espaço para a impressão de jornais provenientes de outras redações, o que possivelmente geraria alguma renda.

Outro elemento notado é a ausência do nome de figuras femininas atuando como diretoras, proprietárias, redatoras ou colaboradoras nesse período. Foi apurado que homens se inspiravam em mulheres para escrever suas folhas. Esse foi o caso dos jornais *A Moça* e *O*

<sup>128</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 57.

<sup>129</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 11/04/1931. n. 362. p. 3.

<sup>130</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 09/05/1931. n. 366. p. 3.

<sup>131</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 23/05/1931. n. 368. p. 3.

<sup>132</sup> Ver Apêndice I, quadro 5: valor das assinaturas. p. 268..

<sup>133</sup> Ver no Apêndice I o quadro 6: localização das oficinas tipográficas. p. 269.

*Clarim*. O primeiro: “dedicado ao bello sexo uberabense”<sup>134</sup> e o segundo: “pequeno e interessante semanário crítico, dedicado ao bello sexo, propondo-se a dizer a verdade nua e crua”.<sup>135</sup> Com um nome feminino havia também *A Violeta*.

A respeito da imprensa feminina no século XIX, Martins afirmou que a participação das mulheres nos impressos, fosse como consumidoras ou como produtoras, era tímida. Afiançou que salvo iniciativas isoladas, algumas com mensagens inovadoras, a grande tônica dessa produção pautava-se em, nas suas palavras, “açucaradas publicações” com títulos alegóricos, sugestivos da suposta fragilidade da figura feminina: *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-Flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho* e *A Primavera*. Esses impressos nasciam de clubes recreativos e/ou literários, associações que se queriam fazer representar, reforçando o papel dependente da mulher naquela sociedade em transição. De qualquer modo, para Martins, conformava-se a mulher ao mercado do impresso, não apenas como leitora e produtora de textos e periódicos, mas também como consumidora de produtos anunciados. Nesse último caso, a mulher mobilizava todo um mercado ao se tornar objeto da atenção de editores que, visando o lucro e ensinamento de hábitos, investiam em publicações sobre economia do lar, produtos de saúde e beleza e trabalhos domésticos.<sup>136</sup>

Autora que também traz informações a respeito da participação das mulheres na imprensa do Império é Daniela Magalhães da Silveira, num estudo sobre a relação entre colaboradores e leitores da revista *Jornal das Famílias*, publicada no Rio de Janeiro, com edição da livraria de B. L. Garnier, de janeiro de 1863 a dezembro de 1878. Esse periódico teve como principal colaborador Machado de Assis. Além dele havia outros, e diferente da imprensa uberabense que só contava com figuras masculinas abordando as mulheres, no periódico analisado por Silveira, havia colaboradoras, e uma delas era Paulina Philadelphia que, apostando no riso, teve lugar garantido ao lado de Machado de Assis. Esse periódico, sendo formado por sessões e textos que pretendiam atrair o público feminino, tinha como principais objetivos “recrear” e “instruir”, educar a parcela de leitoras a quem os escritos eram dedicados. Abordava-se economia doméstica, higiene e “utilidade das famílias”. Os textos eram narrados de forma a demonstrar às leitoras o papel ocupado por elas, apresentando um forte caráter moralizador e religioso. E, de acordo com Silveira, a maioria dos colaboradores posicionavam-se como instrutores de mulheres leitoras, mas recorriam a caminhos diferentes.

---

<sup>134</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 09/05/1931. n. 366. p. 4.

<sup>135</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 23/05/1931. n. 368. p. 4.

<sup>136</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 67-69.

Ensinavam a cuidar de suas casas, escolher seus cônjuges e educar seus filhos. Acreditavam que com essa abordagem chegariam ao futuro da nação, isto é, aos filhos de suas leitoras. Isto posto, para Silveira, quando apostavam no riso, tal como Paulina Philadelphia, adotavam a posição de criticar aquelas que não se enquadravam no ideal civilizador. Contudo, nem todos os colaboradores se comportavam da mesma forma. Machado de Assis, no modo de ver de Silveira, procurava muito mais se aproximar do dia a dia de suas leitoras se tornando sensível a elas, mesmo quando considerava preciso abrir mão da proposta de educá-las. Além disso, a autora ressaltou que sessão presente em todos os números e que parecia agradar a todas era a de “Modas”, que trazia moldes de vestidos e outros figurinos para serem confeccionados pelas próprias leitoras ou modistas, com explicações detalhadas, para diversas ocasiões.<sup>137</sup>

Outro dado identificado sobre a imprensa uberabense desse momento era que a mesma trazia uma diversificação de propostas. Existiam jornais com vertente político-partidária, de viés literário, crítico e noticioso, abordando vários temas, que apresentavam ou não anunciantes e também de cunho humorístico. A respeito da vertente político-partidária é importante ressaltar que durante o Segundo Reinado os partidos Conservador e Liberal eram hegemônicos no cenário brasileiro. Em teoria, eram partidos opostos, com projetos políticos distintos.<sup>138</sup>

O Partido Conservador englobava em sua composição burocratas e grandes latifundiários ligados ao setor agroexportador e também grandes comerciantes que se preocupavam com as instabilidades políticas, receosos do perturbado período das revoltas regenciais. Seus partidários preconizavam a centralização do poder nas mãos do imperador de forma a manter o modelo escravocrata, por meio do endurecimento da ordem pública. Então, em linhas gerais, reafirmavam os ditames nos quais se assentava o Império brasileiro, baseado no latifúndio e na escravização. Já o partido Liberal era gerido por profissionais liberais e donos de terra que tinham sua produção voltada para o mercado interno. Seus adeptos estabeleciam em seu programa o pensamento de respeito ao foro privado. Pautando-se no liberalismo individual e econômico, eram contra o excesso de poder nas mãos da monarquia, defendendo uma descentralização político-administrativa na configuração estatal brasileira.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005. p. 110.

<sup>138</sup> De acordo com Ilmar Matos, é preciso nuançar os conflitos entre liberais e conservadores no período. Para ele, ambos os partidos não eram tão opostos. Ver: MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017.

<sup>139</sup> LIMA, Guilherme da Conceição de. **Confrontos periódicos: os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884)**. **Revista Santa Catarina em**

Outro partido importante que surgiu no Segundo Reinado foi o Republicano. Martins afiança que na perspectiva da História da Imprensa o ano de 1870 é um marco que vem carregado de significados, pois nele se dá a fundação do Partido Republicano, a criação do jornal *A República* e o lançamento do *Manifesto Republicano*, redigido e secundado pelos bacharéis e jornalistas Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, que balizaram o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana. Acalentado no Brasil desde o século XVIII, o ideal republicano retornou no último quartel do século XIX sob as penas de jornalistas apresentando programas do partido. Entre 1870 e 1885 a propaganda republicana arregimentou poucos correligionários, mas a ideia de República foi encampada e propalada por uma imprensa ativa, onde militavam liberais, jovens oficiais, cafeicultores do sudeste e integrantes mesmo do Partido Republicano Paulista (PRP), que fizeram dos prelos instrumentos fundamentais da campanha republicana. Em São Paulo, alguns jornais agregavam republicanos: *Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas* e *A Província*, que apesar de afirmar ser um órgão sem partido levou seus acionistas a divulgarem atos oficiais do Partido Republicano Paulista. Datam desse período, inúmeras pequenas folhas de proposta republicana que se espalharam pelo interior, “precárias na fatura e efêmeras na duração”.

Ainda a respeito dessa questão dos partidos em suas inter-relações com a imprensa, Martins afirma que as lentes da política abertas com o Segundo Reinado presidiram as novas páginas periódicas assinadas em sua maioria por servidores do trono. Política e imprensa, a serviço dos partidos – Conservador ou Liberal – andavam atreladas a grupos familiares. Os partidos e respectivas famílias se faziam representar por meio dos jornais, demarcando suas posições, ambições e lutas. Logo, a relação entre política e imprensa foi algo quase que permanente nesse período, sendo possível identificar jornais políticos ligados aos tradicionais grupos familiares que se sucediam, fossem eles conservadores, liberais ou, mais tarde, ligados ao Partido Republicano. Segundo a autora, o quadro não era conciliador, porque além dos jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, havia panfletos que sob anonimato denunciavam as mazelas do cotidiano e propunham rupturas.<sup>140</sup>

O confronto político-partidário pela via das penas era igualmente muito presente na imprensa de Uberaba. Parte dos jornais fundados na cidade à época do Império tinha fins políticos, ou seja, em cada fase política do município travavam-se campanhas partidárias por

---

**História.** Florianópolis: UFSC. v.11, n.2, 2017. p. 65-66. Disponível em: <<https://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/2045>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

<sup>140</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 48-58.

meio deles. Como averiguado, havia na cidade a predominância de uma imprensa ligada a grupos familiares. Pela ação da escrita, os redatores podiam fazer uso de linguagem agressiva visando se defender ou atacar adversários políticos. Críticas e ironização eram provenientes de todos os lados. Muitas vezes as campanhas partidárias excediam o mundo das letras, pois os debates acalorados poderiam resultar em jornalistas sendo agredidos fora das redações e tipografias. Entre 1874 e 1889, portanto, os debates político-partidários estavam em cena nos jornais. Havia a *Gazeta de Uberaba* (1875), órgão do Partido Conservador; o *Correio Uberabense* (1880), do Partido Liberal; *O Tiradentes* (1881), primeiro jornal republicano que se publicou na cidade; o *Monitor Uberabense* (1882), continuação do *Correio Uberabense*, que tinha como uma de suas bandeiras a questão política. Seu redator político era Antônio Borges Sampaio, do Partido Liberal. Havia ainda a *Gazetinha Mineira* (1886), representante do Partido Liberal; e *A Marcha* (1889), segundo jornal republicano criado no último ano do Império.

Ainda nesse ponto político-partidário, a *Gazeta de Uberaba* era um dos principais exemplos dos embates travados na imprensa uberabense do período. Fundado em 1875, esse jornal teve no seu início o redator e diretor José Alexandre de Paiva Teixeira (Cazuza). Funcionou sob seu comando até 1876, quando cessou sua publicação. A folha retornou à circulação em 1879, dessa vez como um diário de grande formato sob a direção de João Caetano e Rosa. No papel, desde sua fundação, era um jornal que se afirmava como “sem cor política”, mas na prática, possuía militantes do Partido Conservador que, por meio da pena, afirmavam defender os interesses de Uberaba e zonas circunvizinhas. Um ano depois de sua fundação, esse periódico entrou em lutas partidárias com o *Correio Uberabense*, que tinha como representantes os integrantes do Partido Liberal Joaquim Antônio da Silva Júnior e J. Gaspar da Silva. Enquanto isso, na *Gazeta de Uberaba* figurava João José Frederico Ludovice, representante político declarado do Partido Conservador. Em 1885, o jornal mudou novamente de direção e os embates políticos continuaram pela ponta da pena de Juventino Polycarpo Alves de Lima, juiz Municipal de Uberaba à época, e um político conservador cujas lutas partidárias se fizeram presentes nas respostas às colunas publicadas no jornal *Monitor Uberabense*. Depois que este último parou de circular, a *Gazeta* continuou suas lutas partidárias tecendo comentários às linhas publicadas na *Gazetinha Mineira*, que era redigida também pelo Tenente Coronel Antônio Borges Sampaio, do Partido Liberal.<sup>141</sup> Após mudanças de direção, a *Gazeta* passou a representar o Partido Republicano Mineiro.

---

<sup>141</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/04/1931. n. 364. p. 3.

Em relação às publicações que Pontes classificou como literárias, críticas e noticiosas havia *O Waggon*: “crítico e literário”; *O Volitivo*: “literário, crítico e noticioso”; o *Jornal de Uberaba*: “noticioso e comercial”. O *Beija-Flor*, se dizia “recreativo, crítico, literário, comercial e político, gerido por José Alexandre Teixeira.”<sup>142</sup> No quesito literatura, Martins afiança que, ao lado do folhetim, o conto e a crônica marcaram presença na imprensa do Império. Na impossibilidade de editar-se um romance, dada a inexistência de uma editoração nacional, produzia-se o conto, que tinha espaço de publicação garantida nas revistas. Nos jornais os romances apareciam, nas palavras da autora, só “aos bocaditos”, em forma de folhetim, que interessava comercialmente como atração de primeira página. O recurso da seriação, segundo a autora, instigava a leitura seguinte e garantia o consumo da publicação enquanto lá se encontrasse. A crônica, por sua vez, exercia papéis múltiplos. Aproximava-se do artigo na característica comum de voltar-se para as ocorrências contemporâneas, no seu acontecimento imediato. Para Martins, marcada pela reflexão despreziosa, redundava na forma ideal do trato literário de eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero.<sup>143</sup>

Para essa fase nenhuma das folhas levantadas por Pontes se apresentou como religiosa. Apreendeu-se também que nem todos os números contavam com anunciantes. Esse foi o caso do *Eco do Sertão*, de 06 de junho de 1875<sup>144</sup>, e do *Volitivo* de 21 de setembro de 1884<sup>145</sup>, números nos quais não constou nenhuma propaganda. Já na *Gazeta de Uberaba*, em número de 1889, constaram muitos anúncios relacionados à saúde como clínicas médico-cirúrgicas e itens voltados à prevenção de doenças. Além desse perfil de anúncio havia aqueles de casas à venda e hotéis dentro e fora da cidade e também aqueles de casas comerciais e relativos a fazendas.<sup>146</sup> Esse aspecto de ter ou não anunciantes é importante porque os mesmos contribuíam financeiramente na existência dos jornais, inclusive interferindo na linha editorial. Aqueles que não os possuíam ficavam restritos a arcar com os custos de sua produção a partir de recursos próprios e os valores adquiridos com as vendas e assinaturas.

O humor também se fazia presente nessa imprensa em periódicos que apresentavam as propostas de humorístico, recreativo, noticioso, literário e crítico. *O Relâmpago*: “crítico, humorístico, recreativo, satyrico, literário, noticioso e comercial. Seu redator-chefe era o tenente

<sup>142</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 11/04/1931. n. 362, p. 3.

<sup>143</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 69-70.

<sup>144</sup> NÃO ASSINADO. *Eco do Sertão*. 06/06/1875. n. 33. p.1-4.

<sup>145</sup> NÃO ASSINADO. *O Volitivo*. 21/09/1884. n. 8. p.1-4.

<sup>146</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. 27/04/1889. n. 633.

coronel Antonio Borges Sampaio”; *O Primeiro de Abril*: “noticioso, dedicado aos interesses dos mentirosos, redigido por Laurindo e Itajubá”<sup>147</sup>; *O Bobo* se dizia “crítico, humorístico e noticioso.”<sup>148</sup> Ainda sugerindo o viés do humor havia *O Recreio* que, segundo Pontes, tinha o “cabeçalho por baixo, ornado de caricaturas carnavalescas”; *O Mineiro*: “humorístico, crítico e noticioso”<sup>149</sup>; *O Carrapato*: folha humorística e crítica que, segundo o memorialista, “na satyra valia por cem”; *O Raio*: “órgão crítico e chistoso”; *O Paladino*: “recreativo e literário”; *O Dentista*: “pequena folha humorística, bastante chistosa.”<sup>150</sup> Com um nome provocativo havia *A Vespa*. Contudo, Pontes não apresentou o programa desse jornal. O fato é que desde o Império havia em Uberaba uma imprensa que se utilizava do humor, fosse para fazer críticas à política, fosse para recreação ou divertimento. A respeito do humor na imprensa do Império, Martins afirmou que a comunicação pela sua via ganhou popularidade num país cujo contexto era o de difícil propagação da palavra escrita. A válvula de escape pela via das caricaturas e do humor era uma expressão plausível de fácil e imediata comunicação.<sup>151</sup>

Martins afirmou também que ao lado dos jornais colocou-se o gênero periódico revista. Essa modalidade de publicação, segundo ela, se fez presente já nos primeiros anos da Imprensa Régia, persistiu no Império e se difundiu como gênero de sucesso no país. Nesse período, tinha um caráter de leitura ligeira e amena, acrescida do recurso da ilustração, se adequava ao consumo de uma população sem tradição de leitura, uma vez que permitia a assimilação rápida da mensagem.<sup>152</sup> Para Uberaba, nessa fase, houve apenas a *Revista da Semana*, propriedade de José Antônio de Paula Júnior e Companhia e Francellino Cardoso, publicada em dias indeterminados, apareceu no último trimestre de 1887 e desapareceu seis meses depois.

Em relação à atuação do articulista Manoel Felipe de Souza nessa imprensa de fins do Império, averiguou-se que ele apareceu como proprietário, em parceria com José Augusto de Paiva Teixeira, do *Waggon* e da *Gazetinha Mineira*, além de constar como redator do *Filho do Povo*. Deste modo, fosse como dono de jornais ou como redator, o articulista já estava em ação.

<sup>147</sup> As citações sobre *O Relâmpago* e *O Primeiro de Abril* constam no mesmo número e na mesma página, em: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 18/04/1931. n. 363. p. 3.

<sup>148</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 25/04/1931. n. 364. p. 3.

<sup>149</sup> As citações sobre *O Recreio* e *O Mineiro* constam no mesmo número e na mesma página, em: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 09/05/1931. n. 366. p. 3.

<sup>150</sup> As citações sobre *O Carrapato*, *O Raio*, *O Palladino* e *O Dentista* constam no mesmo número e na mesma página, em: PONTES, PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 16/05/1931. n. 367. p. 3.

<sup>151</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 65.

<sup>152</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 63.

### 1.3 A imprensa ingressa na República

Por meio do levantamento histórico feito por Hidelbrando Pontes, foi possível averiguar que nos primeiros anos da República, especificamente entre 1890 e 1898, primeiro ano efetivo do regime republicano e o último ano antes da fundação do jornal *Lavoura e Comércio* a quantidade de impressos em Uberaba aumentou.<sup>153</sup>

A respeito dos grupos proprietários, redatores e colaboradores, esquematizados no quadro<sup>154</sup>, foi possível identificar que algumas prerrogativas da imprensa em Uberaba do fim do Império marcaram continuidade nos primeiros anos da República, como o fato de uma mesma pessoa ser dona de diferentes jornais, desempenhar funções diversas num mesmo periódico e transitar por vários jornais. Para a situação de uma mesma pessoa ser responsável por diferentes impressos houve o caso, por exemplo, de Romão Leal, que apareceu como proprietário da *Revista Uberabense*, da *Revista* e dos jornais *A Espera* e *Gazetinha*. Em parceria com Eduardo Gonçalves de Oliveira, Romão Leal constou também como proprietário de *O Povo*. Para o fato de uma mesma pessoa desempenhar diferentes funções num mesmo periódico o exemplo se deu no próprio jornal *O Povo* onde Romão Leal e Eduardo Gonçalves de Oliveira, além de proprietários que cuidavam da administração, faziam o trabalho de redação.

A questão familiar do mesmo modo foi algo que perdurou. Os Paiva Teixeira, já atuantes no Império, permaneceram presentes nos primeiros anos da República. Foi o caso de J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza), que apareceu como diretor associado e redator da *Gazetinha*; e José Augusto de Paiva Teixeira, como proprietário do *Triângulo Mineiro*; houve ainda outro representante dessa família atuando nesse momento: Octávio Augusto de Paiva Teixeira, apresentado como um dos proprietários associados do segundo jornal com o nome de *O Dia*. Apareceram além disso representantes da família Mello: Desidero Ferreira de Mello, proprietário associado da *Tribuna do Povo*; Aurélio de Araújo Vaz de Mello, dono e redator da *Gargalhada*, era também um dos redatores da *Sentinela*; Altino de Araújo Vaz de Mello, em

<sup>153</sup> *O Dia* (1890), *O Break* (1890), *O Caipira* (1890), *O Comércio* (1890), *O Povo* (1890), *Revista Uberabense* (1891), *A Revista* (1892), *A Espera* (1892), *O Popular* (1892), *Gazetinha* (1893), *A Procella* (1893), *O Tempo* (1893), *Tribuna do Povo* (1893), *O X...* (1894), *Gazetinha* (1894), *A Sogra* (1894), *O Prego* (1894), *Alamanach Uberabense* (1895), *Cidade de Uberaba* (1895), *A Gargalhada* (1895), *O Jasmim* (1896), *A Lucta* (1896), *Jornal de Uberaba* (não consta a data), *O Petiz* (1896), *O Clarim* (1896), *Triângulo Mineiro* (1897), *Arrebol* (1897), *Correio Católico* (1897), *Revista Agrícola* (1896), *Mensagem do S. S. Rosário* (1897), *A Sentinela* (1898) e *O Dia* (1898).

<sup>154</sup> Ver Apêndice II – intitulado “A imprensa em Uberaba entre o primeiro ano da República e o ano anterior a fundação do jornal *Lavoura e Comércio* (1890-1898)” - quadro 7: proprietários, redatores e colaboradores. p. 270.

parceria com Sílvio Mauro Savastano, proprietário d'O *Jasmim*; Joaquim de Araújo Vaz de Mello Júnior (Tatim), também proprietário e redator de *A Lucta*.

A conotação de encarar os periódicos como uma empresa também foi algo que continuou na imprensa uberabense na transição do Império para a República. Indo na mesma linha de pensamento de Ana Paula Goulart Ribeiro, que abordou a questão da imprensa empresa no Império, Nelton Araújo, ao comentar sobre o mesmo assunto nos primeiros anos da República, afirmou que desde o final do século XIX existia no país uma imprensa em moldes empresariais que começava a se sobressair no espaço urbano, paralela aos periódicos de caráter artesanal, feitos em baixas tiragens e de vida efêmera. Assim como Ribeiro, o autor afirmou que esse perfil de periódico persistia como forma de atender assuntos provenientes de disputas políticas. No entanto, o pesquisador percebeu que nos primeiros anos do século XX os novos alfabetizados passaram a buscar nos jornais formas de entender o que acontecia na sociedade. Em contrapartida, os jornais se viam desafiados a consolidar um público de leitores fixo e de fazê-los comprar mais.<sup>155</sup>

Ainda relacionada a essa dimensão empresarial na Primeira República, Maria de Lourdes Eleutério trouxe para o plano de análise a importância dos anunciantes na manutenção da existência dos jornais como empresas. De acordo com a autora, nesse período a imprensa se diversificou em relação ao conteúdo e a forma. A inserção de novas tecnologias, como por exemplo a inserção de fotografias nas matérias, contribuiu para o aumento das tiragens, melhoria na qualidade dos papéis utilizados e barateamento nos custos da impressão. Esses fatores também colaboraram para a imprensa tornar-se uma “grande empresa”. Além disso, Eleutério explica que houve uma otimização dos setores de suporte à atividade, bem como dos setores que ajudavam a imprensa periódica a desempenhar um significado. Esses setores eram o da lavoura, do comércio, da indústria e das finanças. Ocorria que as informações, a propaganda e a publicidade estampadas nos jornais, nas revistas ou nos cartazes, influenciavam tais setores, pois ampliavam os meios de comunicação e potencializavam o consumo de toda ordem.<sup>156</sup>

Dentro desse contexto, para Uberaba, dois exemplos de jornais que se viam como empresas foram identificados a partir do levantamento de Pontes: *O Popular* e o *Jornal de*

---

<sup>155</sup> ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. **Anais eletrônicos do VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>156</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In. MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 83-101.

*Uberaba*. O *Popular*, em 1892, anunciava: “em fevereiro seguinte associaram-se a empresa do jornal o Coronel José Francisco da Silva e Oliveira e Theophilo de Medeiros, constituindo-se então a firma social de Oliveira Medeiros & Comp.”<sup>157</sup> Pontes afiançou também que da organização dessa firma resultou a aquisição “de um grande e excelente prelo” para impressão, mais “copioso”, para um periódico de maiores dimensões, que iria suceder *O Popular* com o título *A Tribuna do Povo*.<sup>158</sup> Avançando no tempo, outro exemplo identificado como uma empresa, somando-se à conotação de fonte de informação, foi o *Jornal de Uberaba*, de 1896: “Era propriedade de seu editor Revmo. Cônego Aurelio Elias de Souza [...] Menos de um anno depois, a empresa do Jornal de Uberaba, passando a ser propriedade dos R. R. P. P. Dominicanos, desta cidade, substitui-se pelo Correio Cathólico”<sup>159</sup>.

A mudança de dono ou de direção poderia implicar a mudança da linha editorial. Relativamente a essa questão havia também a situação contrária: os jornais mudarem o nome, mas continuarem com o mesmo perfil de proposta. Este foi o caso da *Gazetinha*, de 1894, que circulou por mais ou menos quatro anos e depois foi substituída por outro jornal de maior formato, o *Triângulo Mineiro*.<sup>160</sup> As duas folhas que no Império foram designadas como “empresas” - o *Correio Uberabense* e o *Monitor Uberabense* - na República se fundiram sob o nome único de *Monitor Uberabense*. A *Revista Uberabense* substituiu *O Povo*; *O Popular* passou a ser *A Tribuna de Uberaba* e o *Jornal de Uberaba* passou a ser o *Correio Católico*. Essas substituições tinham relação com os esforços dos periódicos que procuravam cada vez mais se estruturar e se aparelhar com os equipamentos tipográficos da época.

Outro fator de continuidade foi que na República a imprensa uberabense permaneceu polarizando informações da região. Exemplo era o jornal *Triângulo Mineiro* que noticiava assuntos não apenas de Uberaba, mas também “interesses comerciais, agrícolas e industriais da vasta zona compreendida entre os rios Grande e Paranahyba e as Serras da Canastra, Matta da Corda e Andrequice”.<sup>161</sup>

Para esses anos entre 1890 e 1898, chamou atenção também a existência de dois jornais com o mesmo nome, *O Dia*, mas com proprietários diferentes. O primeiro, de 1890, tinha como donos os alunos de uma instituição chamada Escola Magalhães. Quanto ao

<sup>157</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 3.

<sup>158</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 3.

<sup>159</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 20/06/1931. n. 372. p. 4.

<sup>160</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 06/06/1931. n. 370. p. 3.

<sup>161</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 20/06/1931. n. 372. p. 4.

segundo, de 1898, Octávio Augusto de Paiva Teixeira, Luiz Ignácio de Souza Lima e Firmino Meirelles eram os proprietários. Apenas o nome dos jornais era igual, a linha editorial era diferente. O primeiro se dizia “órgão católico”.<sup>162</sup> e o segundo, “órgão imparcial e noticioso”; imparcial no discurso, porque na prática discutia assuntos políticos contra o partido dos Silvianistas, afirmou Pontes.<sup>163</sup> Outro homônimo, a *Gazetinha*, num primeiro momento surgiu como propriedade de Romão Leal e depois como propriedade de J. A. de Paiva Teixeira e Firmino Meirelles. No primeiro jornal *Gazetinha*, de 1893, o propósito era ser “crítico e noticioso”. Teve uma única edição e alguém que recebeu a folha, relatou Pontes, “se julgou agravado com as ideias expedidas por um dos colaboradores da mesma, arremeteu-se, violenta e agressivamente com o autor, espancando-o.”<sup>164</sup> No segundo *Gazetinha*, de 1894, a bandeira política continuaria sendo levantada, mas nesse caso se dizia “órgão do Club Político Quatro de Março e, portanto, partidária do parlamentarismo.”<sup>165</sup>

Para alguns impressos, nessa fase, Pontes pontuou melhor a distinção entre proprietários, diretores e gerentes. Em *O Tempo*, Joaquim Quintino constava como diretor e Romão Leal como proprietário; Na *Gazetinha* J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza) aparecia como diretor e Firmino Meirelles como gerente. Entre os colaboradores foi possível notar como permanência do Império o nome de Elisário de Vasconcellos, da *Gazetinha*; Antônio Borges Sampaio, no segundo periódico com o nome de *Gazetinha* e também no *Jornal de Uberaba*. Igualmente se averiguou o aparecimento da *Revista Agrícola*, cujos colaboradores eram docentes do Instituto Zootécnico, contando também com nomes internacionais. De professores do Instituto havia o Dr. Frederico Mauricio Draenert (que posteriormente iria estampar grandes debates com Manoel Felipe de Souza nas páginas do jornal *Lavoura e Comércio*) e José Joaquim Marques; de colaboradores internacionais havia O. Mozeik e Albert Partou. A *Revista Agrícola* não reinou sozinha, além dela havia a *Revista Uberabense* e *A Revista*; o *Mensageiro S. S. Rosário* também foi citado por Pontes ora como revista ora como panfleto. O *Triângulo Mineiro*, que começou como jornal, mudou o formato para revista.

Assim como no Império, o autor não mencionou o nome de mulheres na imprensa daqueles anos. Outro fator levantado foi o aparecimento do nome de Antônio Garcia Adjuto, um dos redatores do *Jornal de Uberaba* e, posteriormente, conforme abordado mais adiante,

<sup>162</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 3

<sup>163</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 11/07/1931. n. 375. p. 3.

<sup>164</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 4.

<sup>165</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 06/07/1931. n. 370. p. 3.

peça chave na fundação do *Club da Lavoura e Comércio de Uberaba*, bem como na criação do jornal *Lavoura e Comércio*, se tornando o seu diretor.

Outro aspecto observado foi que o articulista Manoel Felipe de Souza continuou trabalhando na República. Ele apareceu como colaborador nos periódicos *Gazetinha*, *Triângulo Mineiro* e *Arrebol*. Deste último era também redator. Igualmente relevante notar a atuação da família Souza nessa fase da imprensa em Uberaba. Somado a Manoel Felipe de Souza havia Luiz Ignácio de Souza, redator na *Revista Uberabense*; Antônio de Souza Guimarães, redator na *Tribuna do Povo* e colaborador no *Prego*; João Caetano de Oliveira e Souza, colaborador na *Gazetinha* e no *Triângulo Mineiro*; o já citado Cônego Aurélio Elias de Souza, chefe do *Jornal de Uberaba*; Alexandre de Souza Barbosa, colaborador também no *Jornal de Uberaba* e no *Triângulo Mineiro*; Alceu de Souza Novaes, colaborador no *Arrebol* e Luiz Ignácio de Souza Lima, um dos proprietários associados do segundo jornal *O Dia*.

Em relação à frequência de publicação<sup>166</sup> permaneceu a predominância dos semanários, mas ocorreu uma diversificação. Jornais com uma ou duas edições, quinzenais, mensais, um bi semanário, um anuário e um impresso que saia em dias indeterminados. Nenhum foi citado como diário. Já no quesito duração<sup>167</sup>, nos primeiros anos da República se notou que os impressos de vida curta permaneceram uma constante. Três, quatro, cinco, seis meses; um ano. Os que tiveram maior duração apresentaram como característica a interrupção. Foi o caso, por exemplo, do periódico *A Sogra*, que começou a ser publicado em 1894 e interrompeu sua publicação por duas vezes, reaparecendo em 1896 e 1898. Nessa mesma situação, o *Almanach Uberabense*, que teve uma edição em 1895 e retornou apenas oito anos depois, em 1903, com o mesmo título, mas não com os mesmos dirigentes.

A respeito da tiragem, Pontes apresentou números para poucos periódicos: *O Dia*: 100 exemplares; *O Caipira*: 20 exemplares; *O Triângulo Mineiro*: 3500 exemplares; e o *Mensageiro do S. S. Rosário*: 10000 exemplares. Segundo Pontes, os periódicos católicos, como esse do *Mensageiro do S. S. Rosário*, eram distribuídos entre praticantes, muitos deles contando com doações mensais, e vários distribuídos como panfletos.<sup>168</sup>

<sup>166</sup> Ver Apêndice II, quadro 8: frequência de publicação. p. 272.

<sup>167</sup> Ver Apêndice II, quadro 9: duração dos periódicos. p. 273.

<sup>168</sup> Na documentação produzida por Hidelbrando Pontes o periódico *Mensageiro do S. S. Rosário* é mencionado ora como revista mensal e ora como um panfleto.

No que se refere aos formatos<sup>169</sup>, para essa fase, com 4 folhas, havia *A Lucta*, o *Jornal de Uberaba*, o *Triângulo Mineiro*, o *Arrebol*, *A Sentinella* e *O Dia*. Como sendo de grande formato foram identificados os jornais *Tribuna do Povo* e *Cidade de Uberaba*. Pelas dimensões entraria no grande formato também o *Jornal de Uberaba* e o *Correio Católico*. Houve mudança de formato para *A Procella*, para a *Gazetinha*, para *A Sogra*, para o *Jasmim* e para o *Almanach Uberabense*. Os três primeiros aumentaram e o último teve uma quase imperceptível diminuição. Apenas *A Espera* foi mencionada com o formato In 4°, que Pontes não explicou do que se tratava.

Ainda em relação aos aspectos materiais dos impressos, foi possível identificar algumas informações. *O Dia*, “primeiro jornal manuscrito de Uberaba, tirado em folha de papel xadrez”. *O Caipira*, “manuscrito e ilustrado”<sup>170</sup>. *A Espera* teve suas duas únicas edições publicadas em papel colorido. Sobre o *Almanach Uberabense*, o “velho jornalista e historiographo”, afirmou que na sua primeira edição constou de uma brochura de 240 páginas e a partir de 1903 publicou “um grande número de ilustrações em clichês de zinco-gravuras, sobre assumptos diversos”<sup>171</sup>. Também, a *Revista Agrícola*, segundo ele, ornou o título “com uma gravura symbolizando a indústria agrícola”<sup>172</sup>.

Quanto às assinaturas<sup>173</sup> poderiam ser trimestrais, semestrais ou anuais. Segundo Pontes, três meses era o tempo de contrato que os diretores e proprietários assinavam com as oficinas tipográficas para produzirem seus impressos. Para os primeiros anos da República foi possível identificar cinco periódicos de assinatura trimestral: *O Dia*, *O Povo*, *Revista Uberabense*, *A Espera* e a *Gazetinha*. Os valores das assinaturas poderiam aumentar ou diminuir. No *Arrebol*, por exemplo, seu valor anual diminuiu na segunda fase de publicação. Além de diminuir, passou a ofertar também a assinatura trimestral. Evento contrário aconteceu com o *Mensageiro do R. R. P. P. Rosário*, que aumentou. Havia também o caso do valor da venda avulsa como *A Procella*. Notou-se que a *Revista Agrícola*, do Instituto Zootécnico, com colaboradores internacionais, era a que tinha o valor de assinatura mais cara se comparado com o valor de outros periódicos. O *Tempo* era vendido dentro e fora da cidade. Na cidade, a possibilidade de assinatura era semestral e trimestral. A primeira custava 4\$000 e a segunda,

<sup>169</sup> Ver Apêndice II, quadro 10: formato dos periódicos. p. 274.

<sup>170</sup> Para as citações de *O Dia* e *O Caipira* e *A Espera* ver: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 30/05/1931. n. 369. p. 3.

<sup>171</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 06/06/1931. n. 370. p. 4.

<sup>172</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 04/07/1931. n. 374. p. 4.

<sup>173</sup> Ver Apêndice II, quadro 11: valor das assinaturas. p. 275.

2\$000. Já fora da cidade, as possibilidades eram apenas anual e semestral. A anual custava 9\$000 e a semestral 5\$000, ou seja, o jornal para circular fora do município, dados os custos para fazê-lo chegar ao seu destino final, tinha um valor de assinatura bem maior.

Outro ponto a respeito das assinaturas era a sua relação com a malha ferroviária. Diferente do Império, para esses anos os trilhos da Mogiana já haviam alcançado a cidade. E ainda que tenham se expandido à Uberlândia (1895) e à Araguari (1896), a presença da via férrea no município passou a contribuir para o processo de agilização da transmissão das notícias e melhoramento do serviço de entrega dos impressos, que por meio das assinaturas, ainda que com um valor mais alto, eram distribuídos em outros municípios.

No que se refere à localização<sup>174</sup> das redações e oficinas tipográficas, Pontes não apresentou dados de todas, mas pelas que citou foi possível quantificar por meio do mapeamento alocado no quadro, três na rua Vigário Silva, duas na rua do Comércio, uma na rua Marechal Deodoro, uma na rua São Miguel e outra no Largo da Matriz; as duas primeiras ruas estavam entre as principais vias da cidade e assim como as demais eram na área central. Logo, se averiguou que a partir da República a maior parte das oficinas tipográficas continuaram se concentrando no Centro. Já os jornais de viés religioso eram produzidos em espaços próximos ou ligados à Igreja. Era o caso do *Correio Católico*, “ao pé da Igreja São Domingos” e do *Mensageiro do S. S. Rosário*, confeccionado no convento dos Dominicanos. Diferente de outros periódicos, apreendeu-se que no caso desses de vertente religiosa, a redação e a oficina funcionavam no mesmo espaço. Da mesma forma que à época do Império, esse dado deu a entender que nem sempre oficina e redação funcionavam no mesmo lugar. Quando isso ocorria, significava que o periódico contava com um aparelhamento para produção que conjugava no mesmo espaço um lugar para a impressão e um lugar para a parte de escrita, revisão e seleção de assuntos que seriam publicados; os redatores tinham um espaço próprio para discutir as edições e organizar o periódico, não necessitando trabalhar em suas casas. Quando a redação e a oficina eram separadas significava que o trabalho intelectual e de produção material passavam pela necessidade de maior articulação dos sujeitos envolvidos no sentido de manter suas folhas em circulação, uma vez que além de não terem um espaço específico para a construção intelectual, algumas das publicações tinham que fechar contrato com alguma tipografia para efetivar a impressão do periódico.

---

<sup>174</sup> Ver Apêndice II, quadro 12: localização das redações e tipografias. p. 275.

Era assim que as tipografias mais bem equipadas de recursos técnicos, assim como no Império, continuaram a produzir as folhas dos jornais sob sua propriedade e a imprimir periódicos pertencentes a outros proprietários. Das oficinas que imprimiam outros materiais havia a Tipografia do *Eco do Sertão* na qual imprimia-se o próprio *Eco* e também *O Uberabense*, *O Beija-Flor*, *O Relâmpago*. Nas “officinas typographicas da Gazeta de Uberaba”: *O Recreio*, *A Moça*, *Revista da Semana*, *A Procella*. Nas “officinas typographicas do Correio Uberabense”: *O Mineiro* e *A Vespa*. Nas “officinas typographicas do Monitor Uberabense”: *O Caipira*. Nas “officinas typographicas de A Marcha”: *O Clarim* e *O Break*. Nas oficinas de *O Comércio* imprimia-se *O Povo*. Na oficina tipográfica da *Tribuna do Povo*: *O X...* e *O Prego*. Na tipografia da *Gazetinha*: *A Sogra* e *O Petiz*, que segundo Pontes era “filhote da *Gazetinha*”. Na “Typographia dos Irmãos Vaz de Mello”: *O Jasmim*. *O Arrebol* era impresso nas “officinas typographicas da Gazeta de Uberaba”. *O Dia*, nas “officinas typográficas do Triângulo Mineiro”. Havia também periódicos que tinham parte impressa em outras cidades e parte impressa em Uberaba. Era o caso do *Almanach Uberabense*, impresso no Rio de Janeiro na primeira edição, em 1895. Oito anos depois voltou à publicação, dessa vez impresso nas “officinas typográficas da Livraria Século XX”, em Uberaba. *A Gargalhada* era impressa em tipografia própria em prelo Imperial e a *Revista Agrícola*, cunhada em São Paulo, na Typographia Hennies e Irmão.<sup>175</sup> Existia também o caso de jornais com publicação em lugares e dias indeterminados, como foi o caso do *Dentista*, por não ter, como disse Pontes, “domicilio certo”, denominada de “folha viajante”, prática de sistema americano.

Em relação aos periódicos de vertente política, continuaram marcando presença nos primeiros anos da República. Cada grupo representante de partidos possuía tipografia, com um jornal principal, que poderia se desdobrar em publicações menores. Os órgãos de imprensa tinham maneiras distintas de enxergar a política e lidar com ela. Muitos jornais tinham um discurso de imparcialidade, mas era apenas de fachada, porque na prática se envolviam em lutas político-partidárias com outros jornais. Entre 1890 e 1898, na esfera política havia a *Gazetinha* (1894), dirigida pelo Club Parlamentarista Quatro de Março; o *Cidade de Uberaba* (1895): órgão do Partido Republicano Constitucional, chefiado pelo coronel José Francisco da Silva e Oliveira.<sup>176</sup> Nesse período, a *Gazeta de Uberaba* continuou marcando presença enquanto órgão de atuação política. Em 1890 a folha passou para as mãos de Alexandre Barbosa e no ano

<sup>175</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 04/07/1931. n. 374. p. 4.

<sup>176</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 20/06/1931. n. 372. p. 3.

seguinte para as mãos de Joaquim José Saraiva Júnior e posteriormente continuou mudando de direção. Nessa fase, o jornal manteve como característica a defesa dos interesses do Partido Republicano Mineiro, que à época era chefiado pelo Coronel José Francisco e Oliveira. No início de 1895, com cerca de vinte anos de circulação, seu então proprietário, Tobias Antônio Rosa foi para São Paulo e levou consigo a folha que lá foi publicada com o título de *São Paulo e Minas*. Dois anos depois, em 1897, o jornal retornou à Uberaba com seu antigo nome.<sup>177</sup>

Diferente do período anterior, no qual Pontes não citou folhas religiosas, para essa fase foram mencionados o *Jornal de Uberaba*, sob o comando do cônego Aurélio Elias de Souza, o *Correio Católico*, dos padres dominicanos e o *Mensageiro do S. S. Rosário*, que era “órgão da Confraria do S. S. Rosário e do Rosário Perpétuo”<sup>178</sup>. Havia também *O Arrebol*: “órgão do grupo spirita Christo, Deus e Caridade”. A respeito dessa imprensa de viés religioso o jornal *Cidade de Uberaba*, noticiou: “E assim se vae formando esta bella conquista da República – a liberdade de consciência. Temos na imprensa local uma folha imparcial, uma literária, uma republicana, uma cathólica, agora uma spirita e annuncia-se para breve um periódico protestante”<sup>179</sup>. Quanto ao *Correio Católico*:

[...] dedicado a defeza da religião cathólica apostólica romana. Elle vem preencher uma lacuna existente nesta cidade cathólica, tão havida de boa leitura. Elle vem se colocar na vanguarda do exército poderoso, que tem como bandeira a cruz de Christo, para dar o toque de avanço em todas as luctas em que tiver de se empenhar o catholicismo contra os inimigos da fé.<sup>180</sup>

Havia também *A Procella*, cujo programa era assim expresso: “não será louvaminheiro: será publicado duas vezes por mêz e não terá pornographias. Não julguem A Procella será cheia de tempestades, muito bonançosa, seu intuito é não ofender alguém; inda que trecista nunca será uma barraquinha de feira”.<sup>181</sup> Com o propósito de engrandecer a urbe havia o *Almanach Uberabense*, que apresentava como programa “o máximo esforço patriótico em prol do engrandecimento intellectual, social, commercial, econômico e material de Uberaba”<sup>182</sup>. De vertente comercial havia *O Comércio*: “dedicado aos interesses de onde tira o nome”<sup>183</sup>. E com

<sup>177</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/04/1931. n. 364. p. 3.

<sup>178</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 04/07/1931. n. 374. p. 4.

<sup>179</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 27/06/1931. n. 373. p. 3.

<sup>180</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 27/06/1931. n. 374. p. 3-4.

<sup>181</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 4.

<sup>182</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 06/06/1931. n. 370. p. 4.

<sup>183</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 3.

vários interesses havia o *Jornal de Uberaba* (segundo do mesmo nome), que se dizia, além de religioso, “órgão político, literário, científico, noticioso”.

Trazendo no programa as designações de literário, crítico e noticioso havia: *O Break*: literário e crítico, “muito espirituoso”; a *Gazetinha*: órgão crítico e noticioso. *O Tempo*: literário e noticioso; *A Sogra*: “literária, crítica e noticiosa, dedicada aos interesses sociais”<sup>184</sup>; existia também *A Gargalhada* que soa humorística, mas se dizia literária e noticiosa; *A Luta*: órgão literário e recreativo; *A Sentinella*: “crítico, literário e noticioso”<sup>185</sup>; *O Dia*: “imparcial e noticioso”<sup>186</sup>. Já com a alcunha de humorístico havia *A Espera*: “noticioso e humorístico”<sup>187</sup>. Sem apresentar a proposta, mas com um nome também provocativo, Pontes citou *O Prego*.

Sobre essas designações de “literário, crítico e noticioso” vale ressaltar que, conforme afirma Eleutério, na Primeira República, os novos meios de comunicação e a linguagem jornalística invadiram o conto e o romance. Procedimentos e novas técnicas eram assimilados pela narrativa literária. A prática de experimentar e adaptar novas linguagens visuais à escrita, ao cotidiano dos jornais e às obras publicadas em livros foi sendo elaborada ao longo de todo o período. Além disso, outros gêneros literários passaram a retratar as alterações que se processavam na construção de uma nova urbanidade. A crença no progresso era destaque nos jornais e revistas sob a forma de crônicas, reportagens e entrevistas. A linguagem coloquial e o tema da crônica vinham ao encontro da agilidade exigida pela imprensa, cuja periodização se intensificava.<sup>188</sup> Manoel Felipe de Souza com suas crônicas inseria-se nesse processo.

Em relação aos anunciantes, para essa fase, eles marcaram presença em todos os jornais consultados. Eram anunciantes na *Gazetinha*: professores de piano, barbeiros e cabelereiros<sup>189</sup>, escritórios de advocacia e advogados, hotéis, relojoaria, joalheria e açougue<sup>190</sup>. No *Arrebol* havia anúncios de farmácia.<sup>191</sup> No *Cidade de Uberaba* se divulgava a venda de produtos de estabelecimentos situados em outras cidades. O jornal trazia também o anúncio de músicos, médicos, cervejarias e casas à venda.<sup>192</sup> N’A *Lucta* havia o anúncio de barbeiro, de manufatura de calçados especializada em botas e artigos para montaria, de lojas que ofereciam “sortimento

<sup>184</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 06/06/1931. n. 370. p. 4.

<sup>185</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 04/07/1931. n. 374. p. 4.

<sup>186</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 11/07/1931. n. 375. p. 3.

<sup>187</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 30/05/1931. n. 369. p. 3.

<sup>188</sup> ELEUTÉRIO, Op. Cit., p. 96-97.

<sup>189</sup> NÃO ASSINADO. *Gazetinha*. 01/04/1894. n. 3. p. 4.

<sup>190</sup> NÃO ASSINADO. *Gazetinha*. 03/09/1896. n. 141. p. 4.

<sup>191</sup> NÃO ASSINADO. *Arrebol*. 01/07/1897. n. 5. p. 6.

<sup>192</sup> NÃO ASSINADO. *Cidade de Uberaba*. 29/09/1895. p. 4.

completo” de flores artificiais, laços, rendas, fitas, franjas, cetins e saíotes bordados a ouro; de relojoaria; de armazéns de secos e molhados, que com vendas por atacado e varejo ofertavam itens de fazendas e ferragens, além de produtos de armarinho, roupas feitas, calçados, chapéus, louças, arreios para montaria, arame farpado, sal e café. Havia um anúncio também da própria “Typographia d’ “A Lucta”, que declarava realizar com “perfeição e nitidez todo e qualquer serviço: cartões de visita, circulares, recibos, talões, avulsos, etc.”<sup>193</sup> No *Triângulo Mineiro* tinha anúncios de chapéus de sol e de hotéis.<sup>194</sup> Assim, boa parte dos anúncios apresentados nessa imprensa tinham relação com as demandas de consumo do município. As propagandas visavam atender à clientela do campo e da cidade oferecendo sortimentos de todos os tipos.

Nesse sentido, a partir dos dados levantados é possível fazer algumas conjecturas a respeito da imprensa uberabense nesses primeiros anos da República: as folhas cuja existência era alimentada pelos recursos de sujeitos imersos nas disputas políticas continuaram a existir, assim como a curta duração de muitas delas que, fosse pelo cessar dos debates nos quais se envolviam, fosse pela falta de recursos para manter a impressão, não conseguiam prosseguir. As tipografias melhor equipadas começaram a perceber a possibilidade de ampliação de seus negócios ao imprimir materiais diversificados para quem pagasse; também, quem anunciava seus produtos começou a entender os jornais como um espaço importante de publicidade. Esses fatores contribuíam para a manutenção e movimentação dos impressos no município. Nesse quadro, Manoel Felipe de Souza prosseguia atuando e acumulando bagagem nessa imprensa.

#### 1.4 A imprensa durante a publicação das “Pennadas Furtivas” no *Lavoura e Comércio*

Continuaram sendo publicados quando o jornal *Lavoura e Comércio* entrou em circulação o *Triângulo Mineiro*, o *Almanach Uberabense*, o *Correio Católico* e *A Sentinela*. Além destes, para os anos entre 1899 e 1911<sup>195</sup>, surgiram outros 36 títulos<sup>196</sup> de publicações.

<sup>193</sup> NÃO ASSINADO. *A Luta*. 10/05/1896. n. 2. p. 4.

<sup>194</sup> NÃO ASSINADO. *Triângulo Mineiro*. 23/03/1897. n. 4. p. 4.

<sup>195</sup> Período completo em que a coluna “Pennadas Furtivas” foi publicada no jornal *Lavoura e Comércio*.

<sup>196</sup> O já citado *Lavoura e Comércio* (1899), *O Grito* (1899), *O Trabalho* (1900), *O Uberabense* (1900), *O Gallucho* (1900), *A Mocidade* (1901), *A Passiflora* (1901), *O Domingo* (1901), *O Brado* (1901), *O Alerta* (1901), *O Século XX* (1901), *Revista de Uberaba* (1904), *O Sant’ Aurea* (1905), *A Época* (1905), *O Teatro Moderno* (1905), *Rosas e Lírios* (1906), *Jesus Cristo* (1906), *Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães* (1906), *O Facão* (1906), *O Tribuno* (1907), *Jornal da Câmara* (1907), *O Tempo* (1908), *O Ferrão* (1908), *O Canivete* (1908), *A Instrução* (1908), *O Sorriso* (1909), *O Paladino* (1909), *O Civilista* (1910), *O Smart* (1910), *A Corneta* (1910), *O Mercantil* (1910), *O Veríssimo* (1910), *Aiglou* (1910), *Brado de Alerta* (1911), *O Clarim* (1911) e *Brasil Central* (1911).

Pela quantidade de periódicos se nota que houve entre esses anos um movimento de aumento da produção dos materiais impressos, com publicações das mais variadas modalidades. Isso indica que a palavra escrita e impressa estava buscando transpor os limites impostos pela precariedade técnica e por uma sociedade em sua maioria iletrada. Tal fator estava ligado à articulação da imprensa a sentidos e práticas da cidade cujas elites queriam ser designadas como modernas e civilizadas. Sua movimentação era incorporada ao conteúdo das publicações. Através de temáticas, personagens e anúncios, o processo social pelo qual passava a cidade naquela virada de século se refletia nos periódicos.

Contudo, essa imprensa ainda permanecia ligada a círculos de poder e marcada por grupos familiares<sup>197</sup> que continuavam atuando na cidade. Era o caso de Francisco Vaz de Mello e Irmãos, proprietários do *Uberabense*, e dos Teixeira. Pelo levantamento de Pontes, mesmo não sendo possível averiguar ao certo o grau de parentesco, esse sobrenome, tão presente na imprensa municipal dos últimos anos do Império e primeiros anos da República, também se fez presente nesses anos com a figura de João Teixeira Alvares que, mencionado pelo memorialista como arcebispo da Bahia, era colaborador dos periódicos *Jesus Cristo* e *A Instrução*; proprietário da folha *Aiglon*, em parceria com Antônio Pereira de Mello Batalha; e um dos redatores do *Brasil Central*. Todos esses impressos eram de vertente católica.

Houve continuidade também no fato de uma mesma pessoa ou grupo desempenhar várias funções num mesmo periódico, como era o caso de José Rochedo, proprietário e redator d'*O Grito* e de Diocleciano Vieira, no jornal *O Tribuno*.<sup>198</sup> A respeito dessa questão das funções, Regma Maria dos Santos afirma que no interior mineiro a especialização e a divisão de tarefas, características nos jornais das grandes cidades, ainda não era comum, o que evidenciava a dimensão artesanal da produção dos jornais e do trabalho gráfico no início do século. Muitas vezes, o fundador era também o responsável por realizar várias outras atividades no jornal. As inovações técnicas foram adentrando o interior mineiro lentamente, possibilitando um avanço no processo de trabalho. Os aspectos técnicos eram apenas um dos lados da montagem dessa imprensa, pois, segundo a autora, as dificuldades enfrentadas eram grandes: os materiais de

---

<sup>197</sup> Ver Apêndice III – intitulado “A imprensa durante a publicação das “Pennadas Furtivas” no Lavoura e Comércio (1899-1911)” - quadro 13: fundadores, redatores e colaboradores. p. 276.

<sup>198</sup> Vale a pena comentar que para *O Alerta!*, folha que se dizia anticlerical, Pontes não mencionou muitas informações. Pelo contrário, seus apontamentos, conforme abordado mais adiante, foram de críticas.

produção eram escassos porque as empresas eram paupérrimas, os assinantes eram poucos e os anúncios ainda eram diminutos. A venda dos jornais constituía-se como fonte de renda.<sup>199</sup>

Ainda em relação às funções, Heloísa de Faria Cruz afirmou que o jornalismo à época se configurava como um campo de amadores, profissão pouco rentosa. O jornalismo profissional tinha espaços restritos aos poucos postos de trabalho oferecidos, definindo-se como emprego exclusivo de muito poucos, e as condições de produção tinham ainda muito de caráter artesanal, tornando-se possível a expansão significativa dos grupos produtores.<sup>200</sup> Pequenos grupos, formados por 2 ou 3 pessoas, com “seus escritórios e redações” adaptados em suas próprias casas, bares, escolas, sindicatos e associações diversas, tornavam-se responsáveis pela edição de inúmeros periódicos que constituíam porção significativa do que seria a imprensa periódica e a leitura corrente no período.<sup>201</sup>

Ao confrontar as afirmações de Santos e Faria Cruz com as informações de Pontes, uma fissura na documentação vem à tona. Na narrativa de Pontes não há relatos de precariedade ou limitações. Pelo contrário, conforme apontado, a imprensa e seus recursos técnicos são enaltecidos e valorizados. Isso leva a pensar que uma coisa era o ufanismo construído em torno dessa descrição de forma engrandecedora, outra coisa era a sua realidade concreta. Os processos técnicos, as formas e gêneros desenvolvidos no município, na prática, não apresentavam nenhuma grande novidade em relação aos já vastamente utilizados no período. Na contramão desse ufanismo, o que os dados indicam é que até o início da primeira década do século XX, os trabalhos de edição, composição e impressão de parte dos órgãos da imprensa uberabense eram realizados pela mesma pessoa, como processos separados e quase independentes. Logo, os personagens que ela congregava e os processos sociais que refletia tinham mais expressão do que suas inovações técnicas propriamente ditas.

Sem perder de vista esse panorama, é possível perceber a partir dos dados provenientes do agrupamento das informações de Pontes que, para essa fase dos impressos na cidade, além de uma mesma pessoa continuar desempenhando várias funções num mesmo periódico, o tratamento de empresa continuou sendo dado somente a parte deles. Nesse caso, além de proprietários e/ou diretores individuais, as ditas “empresas jornalísticas” poderiam se organizar

---

<sup>199</sup> SANTOS, Regma Maria dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lyídio Paes. Uberlândia: ASPPECTUS, 2005.

<sup>200</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 54-55.

<sup>201</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 60.

por meio de firmas e associações. Dentro destas, os envolvidos poderiam congregiar associados ou desfazer parcerias; comprar, vender, mudar o nome do registro de firma e razão social de seus periódicos; fazer aquisições, manter ou modificar os funcionários de suas oficinas. Dessa forma, o incipiente mercado das letras no município ia se colocando em movimento. Oficinas de jornais como o *Triângulo Mineiro*, o *Lavoura e Comércio*, a *Gazeta de Uberaba* e também a *Livraria Século XX* imprimiam outros periódicos.

Impresso nas “officinas typographicas do Triângulo Mineiro”: *O Grito*, *O Gallucho* e *A Mocidade*. Nas oficinas do jornal *Lavoura e Comércio* se confeccionava *A Passiflora*, *O Facão*, *O Tribuno*, *O Domingo*, que era propriedade da “Corporação typhographica do Lavoura e Comércio”. *O Brado de Alerta*, que sucedeu *O Arrebol*, também era editado nas oficinas do *Lavoura e Comércio*. *O Brado*, *O Sant’ Aurea*, *A Época*, *O Teatro Moderno*, o *Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães*, a revista *A Instrução*, *O Paladino* e *O Civilista* eram impressos nas oficinas da *Livraria Século XX*, de Aredio de Souza. *A Revista de Uberaba* e *O Smart* eram impressos nas oficinas da *Gazeta de Uberaba*. *O Tempo* era impresso “nas antigas officinas typographicas de O Município”, que oferecia também serviço telegráfico. *O Ferrão* era igualmente impresso nas oficinas de *O Tempo*. *O Alerta* teve edições impressas nas oficinas do *Triângulo Mineiro*. *O Veríssimo* e *O Brasil Central*, que substituiu o *Aiglou*, possuíam tipografia e oficina próprias. Igualmente, o *Jornal de Uberaba*, o *Lavoura e Comércio* e o *Correio Católico* entraram nessa situação de possuir tipografia própria. Assim sendo, como sinalizado anteriormente, a importância de tê-las ou não, estava relacionada à possibilidade de ampliação dos negócios em torno da produção dos impressos e se relacionava também à caracterização como empresa. De acordo com Faria Cruz, firmando-se enquanto ambientes letrados da cidade, as tipografias e/ou casas editoras passaram a assumir, na maioria das vezes, e de forma simultânea, a edição, a impressão e a distribuição de jornais e revistas.<sup>202</sup>

Para o caso de Uberaba, da mesma forma que nos anos anteriores, quem possuía tipografia própria, além de imprimir o próprio periódico e se designar como empresa, produzia os jornais de outros proprietários, obtendo um lucro extra. Por sua vez, quem não possuía oficina própria ficava sujeito à produção artesanal, marcada pela precariedade de recursos técnicos, ou ficava sujeito à assinatura de contratos com os donos de tipografias. Para isso, era preciso algum dinheiro para investir na produção do periódico que, como visto, muitas vezes pela ausência de recursos, tinha a vida interrompida num tempo curto.

---

<sup>202</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 60.

No quadro sobre fundadores, redatores e colaboradores<sup>203</sup> é possível visualizar também que, para essa fase, além da publicação da coluna “Pennadas Furtivas” no jornal *Lavoura e Comércio*, Manoel Felipe de Souza atuou em outros jornais. Foi colaborador no jornal *O Tribuno* e redator no *Brado de Alerta*. Essa característica de desempenhar várias funções e atuar em diferentes periódicos reafirma a realidade do mercado de trabalho que empregava poucos profissionais, fossem eles tipógrafos, linotipistas, escritores ou jornalistas. Para se manter, o intelectual ou profissional gráfico que quisesse viver unicamente por meio das letras e da imprensa tinha que se desdobrar produzindo material e trabalhando em vários periódicos.

Houve uma diversificação na frequência de publicação<sup>204</sup>. Foi possível contabilizar 5 bi semanários, 11 semanários, 4 quinzenários, 5 mensais e um, *O Alerta!*, que saía quando era possível. Entretanto, mesmo com a diversificação, notou-se uma predominância dos semanários. Para esse momento também marcou continuidade a questão da existência de periódicos que tinham parte impressa no município e parte impressa em outras cidades. Foi o caso de *O Grito* que teve suas primeiras edições impressas nas oficinas tipográficas do *Triângulo Mineiro*, em Uberaba, e as últimas edições impressas nas oficinas tipográficas da *Tribuna de Franca*, do vizinho estado de São Paulo.<sup>205</sup> Houve também o caso da revista *Jesus Christo*, um periódico sacro internacional que era impresso nas “officinas typographicas da Brasil Rothschild e Cia”, em São Paulo.

Jornais trimestrais, com poucas edições, com apenas alguns meses de duração<sup>206</sup> ou no máximo um ano continuaram sendo uma característica praticamente no decorrer de toda a primeira década do século XX. Os jornais com várias fases também foram uma constante. Exemplo de um jornal com várias fases, isto é, que teve sua publicação interrompida e retomada, foi *O Grito*, veiculado por quatro vezes: em 1899, em 1904, em 1906 e 1913. *O Alerta!* do mesmo modo, foi publicado em 1901 e 1903. *O Trabalho* e *O Sant’Aurea* só tiveram duas edições. Com duração de três meses houve *O Gallucho*, *A Passiflora*, *O domingo* e *O Brado*. Em geral, interrupção e irregularidade permearam a existência desses periódicos. No entender de Pontes os jornais que surgiam na cidade nasciam de problemas vivenciados no momento. Quando os mesmos eram sanados, as folhas desapareciam. Esse fator auxiliaria a compreensão do caráter efêmero e incipiente que marcou a realidade de muitos periódicos nesse

---

<sup>203</sup> Ver Apêndice III, quadro 13: fundadores, redatores e colaboradores. p. 276.

<sup>204</sup> Ver Apêndice III, quadro 14: frequência de publicação. p. 279.

<sup>205</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/07/31. n. 377. p. 3.

<sup>206</sup> Ver Apêndice III, quadro 15: duração dos periódicos. p. 280.

período. O jornal que rompeu com o fator interrupção foi o *Lavoura e Comércio*, que desde sua fundação circulou de forma contínua, alcançando a longevidade de cem anos. Essa foi uma diferença destacada por Pontes, entre ele e outras folhas de Uberaba no período, permaneceu sendo publicado: “não se extinguiu como o problema que o fez surgir”.<sup>207</sup>

A partir dos dados levantados se percebe que essa longevidade se deveu também ao investimento que esse jornal fez em tecnologia, o aumento no número de páginas nas edições comemorativas, muito superior ao formato de 4, dominante; e também à própria expressão da força dos grupos sociais que o criaram e de sua perpetuação no poder. Conforme abordado mais detalhadamente no capítulo seguinte, esse jornal, por meio de seus grupos fundadores, desde os seus primórdios, foi se construindo com discursos que tinham como finalidade se tornarem hegemônicos; era fruto de uma elite que se apresentava como moderna, mas na prática era conservadora no sentido de ser fortemente apegada à terra e aos valores senhoriais herdados da escravização. Ainda no quesito longevidade, destacou-se a *Gazeta de Uberaba* que, embora tenha passado por interrupções, tendo sido publicada a primeira vez em 1875 (comandada por José Alexandre de Paiva Teixeira) e depois reaparecido em 1879 (sob os cuidados de João Caetano & Rosa), esteve em circulação até pelo menos o ano de 1902 (tendo como diretor proprietário Tobias Antonio Rosa), contando naquele ano com o seu vigésimo quarto ano de publicação. Portanto, uma folha também de fôlego e longevidade.

Em relação às tiragens, foi possível identificar a quantidade para poucos periódicos: *Século XX*: 2000 exemplares; *Teatro Moderno*: 1000 exemplares e *Jesus Cristo*: 1000 exemplares. Quanto aos formatos<sup>208</sup> verificou-se a existência de fascículos, “brochurinhas”, brochuras, órgãos de grande e pequeno formato ou de modelo mignon. Com mudança de formato houve *O Grito*, que aumentou. Nos moldes de fascículos havia a *Revista de Uberaba* e o *Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães*. Com grande formato foi citado *O Tempo*, *O Aiglou* e *Brasil Central*. De brochuras eram *Rosas e Lírios* e *Jesus Cristo*. *Século XX* aparecia algumas vezes no formato de revista. Outro aspecto desse momento foi o aumento tanto de impressos de quatro folhas quanto da quantidade de colunas.

Ainda levando em conta os aspectos materiais dos impressos, também foi possível identificar os tipos de papéis e ornamentos utilizados nos periódicos: o *Lavoura e Comércio* “publica edições de 4 a 60 páginas com ilustrações de photo-zincogravuras. Mantém um

<sup>207</sup> Edição comemorativa dos cem anos. *Lavoura e Comércio*. Caderno especial. 06/07/1999.

<sup>208</sup> Ver Apêndice III, quadro 16: formato dos periódicos. p. 281.

magnífico serviço telegráfico de diversas cidades do país”.<sup>209</sup> *O Trabalho*: “impresso em papel setim”. *O Século XX*, “algumas vezes aparecia com a forma de revista de 6, 8 e mais páginas, além da capa colorida.”<sup>210</sup> Na *Revista Uberaba*: “o texto era ornado de esplendidas fotogravuras, impresso em papel setim, com 88 páginas.”<sup>211</sup> *Rosas e Lírios* era impresso em “brochurinhas de 12 a 16 páginas”.<sup>212</sup> Faria Cruz apontou que num modelo quase único, as folhas impressas em 4 páginas e diagramadas de 2 a 4 colunas, tamanho ofício e mais raramente tabloide, as revistas em tamanhos minúsculos, variando de 8 a 20 páginas, foram veículos fundamentais de difusão da cultura impressa no período.<sup>213</sup> Para Uberaba, se verificou a predominância dos periódicos com quatro folhas. A situação de volumes muito maiores de páginas acontecia nas edições comemorativas, no *Almanach Uberabense*, no *Lavoura e Comércio* e na *Revista Uberaba*. A respeito das revistas de cultura e variedades, Faria Cruz afirmou que depois de uma década animada pelas campanhas abolicionista e republicana, elas começaram lentamente a ganhar espaço na imprensa. Na virada do século, esses periódicos tratando de conteúdos diferentes e ligados a uma gama diversificada de grupos sociais, passaram a representar uma grande novidade.<sup>214</sup>

Quanto aos tipos de papeis e ornamentos, *Jesus Cristo* foi descrita como “uma grande e elegante brochura, impressa em papel chromado”. O *Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães*: “só se publicou uma edição ornada de photo gravuras”<sup>215</sup>. A *Instrução* era “impressa em papel chromado, ornada de numerosos clichês photographicos e capa colorida”<sup>216</sup>. No *Sorriso* “as treze primeiras edições foram impressas em papel branco e as demais, até 1920, em papel rosa”<sup>217</sup>. O *Smart* era “impresso em papel marinoni da Gazeta de Uberaba”. Para o *Aiglôn*, de modo breve, Pontes afirmou que tinha “impressão magnífica”<sup>218</sup> e, para o

<sup>209</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 18/07/31. n. 376. p. 3-4. Photo-zincogravuras diz respeito a arte ou processo de gravar ou imprimir ilustrações sobre lâminas de zinco. Ver em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/zincogravuras>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

<sup>210</sup> As citações sobre *O Trabalho* e *O Século XX* constam no mesmo número: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 25/07/31. n. 377. p. 3-4.

<sup>211</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 01/08/31. n. 378. p. 4.

<sup>212</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 08/08/31. n. 379. p. 3.

<sup>213</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 60

<sup>214</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 59.

<sup>215</sup> As citações sobre *Jesus Cristo* e *O Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães* estão no mesmo número e página: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 08/08/31. n. 379. p. 4.

<sup>216</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 15/08/31. n. 380. p. 4. E edição de 14/11/31. n. 393. p. 3.

<sup>217</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 14/11/31. n. 393. p. 3 e 04. E edição de 21/11/31. n.º 394. p. 3.

<sup>218</sup> Para as citações sobre *O Smart* e *O Aiglôn* ver: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 28/11/31. n. 395. p. 3-4.

*Brasil Central*, reiterou que aparecia “algumas vezes ilustrado”<sup>219</sup>. Nesse aspecto do trabalho gráfico oferecido pelas tipografias, Faria Cruz afirmou que as mesmas ofertavam embelezar os rótulos de bebidas, cigarros e outros produtos, como também folhinhas de casas comerciais, almanaques, brochuras com fina encadernação e jornais, garantindo correção nos trabalhos e modicidade nos preços. Misturados a faturas e notas de compra, rótulos e cartões comerciais, que atendiam às crescentes necessidades das relações de mercado como um todo, outros materiais impressos anunciavam a diversificação da imprensa, impondo-se enquanto produtos rotineiros das casas tipográficas, colocando-se na condição de materiais correntes na vida cotidiana. Eram materiais que traziam informações variadas e completas sobre vários aspectos da vida urbana, incorporando ao universo da imprensa periódica falas e interesses sociais. Além disso, os impressos ilustrados, ricos em gravuras e linguagem visual ficavam ao alcance do entendimento da população letrada.<sup>220</sup>

Embora com atraso e muitas debilidades, a imprensa uberabense continuou se esforçando para se equiparar ao trabalho e qualidade dos grandes centros, com a pretensão de ser moderna. De acordo com Pontes, o aumento populacional da virada do século impulsionou investimentos. Um exemplo disso foi a multiplicação de “excellentes marinoni(s).”<sup>221</sup> Segundo o autor, essas máquinas serviam para “copiosas tiragens de folhas de grande formato, duas, três e mais vezes por semana, de 1903 a 1914.”<sup>222</sup> Nos órgãos de grande circulação, de acordo com o autor que não economizava em ideias para enaltecer, encontravam-se sessões que tratavam dos mais diversos interesses. Anexo às oficinas, dotadas de linotipos considerados modernos, executavam-se, de forma rápida, trabalhos gráficos que no seu modo de ver “em nada deixavam a desejar se comparados ao trabalho de imprensa realizado nas grandes cidades do país.”<sup>223</sup> E vale salientar que, conforme pontuado nos anúncios, as tipografias imprimiam não apenas jornais, mas também materiais ligados às demandas da cidade: folhinhas, cartões-postais, opúsculos, correspondências, etc., que também contribuíam na difusão da palavra impressa no município. Nesse sentido, a imprensa referenciada como ícone do progresso e do engrandecimento da cidade continuou nesses anos e se expressava também nas formas gráficas e seus melhoramentos. Sobre o *Correio Católico*, que tinha oficina própria, o autor escreveu:

---

<sup>219</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 05/12/31. n. 396. p. 4.

<sup>220</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 57.

<sup>221</sup> Marinoni era a marca de máquinas de impressão tipográfica de origem francesa, conforme informação do site do Museu Virtual da Imprensa. Disponível em: <[www.museudaimpressao.com](http://www.museudaimpressao.com)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>222</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 21/03/1931. n. 360.

<sup>223</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 21/03/31. n. 360.

“as suas officinas dotadas de excellente material typographico, com instalações electricas, executando magníficos trabalhos a cores, impressões de livros, revistas, etc.”<sup>224</sup> O *Lavoura e Comércio* igualmente recebeu uma nuance de engrandecimento: “as suas grandes officinas dotadas de tudo o que há de mais moderno em arte typographica: linotypos, marinoni e prelos de vários tamanhos, movidos a electricidade”. Além disso: “Ahi executam-se todas as sortes e impressões e trabalhos concernentes a arte, a uma ou mais cores, com grande rapidez.”<sup>225</sup>

Sobre o valor das assinaturas<sup>226</sup> não houve especificações se a venda era dentro ou fora da cidade. Havia a situação, por exemplo, d’*O Alerta!* que “nas duas primeiras edições de 1901, lia-se no expediente da folha que o preço da assinatura era de 2\$000 por trimestre. No mesmo expediente, da terceira e última edição, já se declarava outra coisa: sae quando pode e distribuese gratuitamente.”<sup>227</sup> Os maiores valores de assinaturas estavam entre o jornal *O Trabalho*, com o custo de 20\$000 a assinatura anual, e os jornais *Lavoura e Comércio*, *O Tempo* e *Brasil Central*, todos com o valor anual de 18\$000. Outro elemento observado foi em relação ao *Sorriso*. Seus valores, segundo Pontes, vigoraram até a 13ª edição, publicada em 19 de abril de 1909. Daí até o ano seguinte o jornal foi suspenso: “motivou isso a tributação anual de 72\$000 creada pela Câmara Municipal, para os jornaes publicados em Uberaba.”<sup>228</sup> Diante desse imposto lançado pela prefeitura, o periódico só teve condições de reaparecer no ano seguinte, em 31 de julho de 1910, cobrando 2\$000 pela assinatura trimestral. O autor afirmou que a Resolução Municipal n.º 84 de 6 de janeiro de 1911, isentou o jornal, por dois anos, do pagamento daquele tributo. Outra situação era a do *Smart*: “dois mezes 2\$000; um mez: 1\$000. O preço para publicar no espaço “A Pedidos” desse jornal era 200 réis a linha e “Anúncios”, 100 réis, também a linha.”<sup>229</sup> Sobre o *Aiglou*, não apresentou o valor da assinatura. Nos editoriais do jornal, conforme mencionado pelo memorialista, apenas se afirmava: “assignaturas por menos de um ano não recebe.”<sup>230</sup> O alto valor das assinaturas era um indício do caráter restrito dessa imprensa que tentava ampliar seus circuitos de difusão.

<sup>224</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 27/06/31. n. 374. p. 3 e 4.

<sup>225</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 18/07/31. n. 376. p. 3 e 4.

<sup>226</sup> Ver no apêndice III o quadro 17: valor das assinaturas. p. 282.

<sup>227</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/07/31. n. 377. p. 4.

<sup>228</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 14/11/31. n. 393. p. 3 e 4; 21/11/31. n.º 394. p. 3.

<sup>229</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 28/11/31. n. 395. p. 3.

<sup>230</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 28/11/31. n. 395. p. 4. Vale salientar que a intenção dessa assinatura de no mínimo um ano nem teve oportunidade de se efetivar, pois de acordo com Pontes a folha circulou por seis meses e foi substituída pelo *Brasil Central*.

No que diz respeito à localização<sup>231</sup> das redações e oficinas, além do Centro com mais uma oficina na Rua Vigário Silva e outras duas na Rua do Comércio, houve uma diversificação para outras áreas. Apareceu uma redação na Rua Princesa no Alto São Benedito e uma oficina e uma redação na Rua Nunes Viana a qual Pontes não citou o bairro. Esse aspecto da localização demonstrou que a construção da cidade ao longo de todo o século XIX e em especial nas suas últimas décadas passou pelo processo de hierarquização dos espaços e de diferenciação social dos bairros. Tal fator expressou-se no movimento de expansão da imprensa periódica. A designação de cidade moderna e civilizada ficava restrita à área central. Nesse caso, não foi surpresa identificar que a cidade letrada tivesse suas tipografias e redações reunidas em sua maior parte no Centro. Nessa área se situavam as residências *chics* das elites e também a maior parte das tipografias. Enquanto isso, nas áreas muito afastadas da central, suburbanas, desprovidas dos melhoramentos da cidade moderna, elas não apareciam.

Ainda em relação aos espaços e sua localização marcou continuidade o caso da impressão do periódico ser feita num lugar e a redação funcionar em outro. Exemplo disso era *A Passiflora* que era impressa na oficina do jornal *Lavoura e Comércio*, mas tinha a redação em outro espaço, como foi possível visualizar no quadro da localização das oficinas<sup>232</sup>. Dois casos, dado a sua situação, não puderam ser encaixados no quadro: *O Paladino* e *O Mercantil*. *O Paladino* tinha como redação provisória a própria residência do seu redator-chefe, cuja edição era feita na Livraria Século XX. Já *O Mercantil*, para a sua última edição, segundo Pontes, teve 4 páginas tiradas nas oficinas localizadas na Praça Comendador Quintino; e a última na Rua do Comércio<sup>233</sup>, ou seja, parte do jornal foi impresso num lugar e o restante, em outro.

A diversidade de propostas igualmente permaneceu nos anos de 1899 a 1911. No viés político-partidário havia *O Grito* (1899), “órgão dedicado a política local”, que “sempre usou linguagem violenta, agressiva e insultora contra as pessoas que, em política e religião, militavam em campo oposto ao do seu redactor – José Rochedo, único que escrevia no jornal”. No expediente dessa folha se lia: “A redacção aceita colaboração de accordo com a sua orientação, sem responsabilidade.”<sup>234</sup> *O Tribuno* (1907) afirmava em seu programa não se filiar a partidos políticos, mas assumia uma postura política tomando como inspiração os ideais do socialismo. No seu programa anunciava:

<sup>231</sup> Ver apêndice III, quadro 18: localização das redações e tipografias. p. 283.

<sup>232</sup> Ver Apêndice III, quadro 18: localização das redações e tipografias. p. 283.

<sup>233</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 28/11/31.n. 395. p. 3.

<sup>234</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/07/31. n. 377. p. 3.

Não nos filiamos a nenhum dos nossos partidos políticos, que no actual momento histórico, batem-se encarniçadamente na terra mineira, por um fim exclusivo a conquista do poder, e sua conservação, sem alimentar um ideal digno de respeito, sem formular um programa que lhe justifique a existência. É cômoda esta posição, mas covarde. Não creamos para nós a situação de vivedores. Sobre todas as questões importantes que agitam a nossa sociedade, O Tribuno se conserva o direito de discutir e criticar, desapaixonadamente, tomando posição franca e leal, sem arrogâncias tolas nem bravatas quixotescas, orientando sempre as suas aspirações pelo pharol da verdade. Na política nos inspiramos sempre nos ideaes generosos e humanitários do socialismo, o evangelho dos tempos modernos. Não pretendemos escalar a glória dos heróis: não disputamos a palma do martyrio, mas somos revolucionários. E o somos porque, segundo Michelet, definimos a Revolução o advento da Lei, a ressurreição do Direito, a reação da justiça.<sup>235</sup>

*O Tempo* (1908), segundo periódico com esse nome, era órgão do Partido Republicano Mineiro de Uberaba, dirigido pelos doutores Alair Prata Soares e Lauro de Oliveira Borges<sup>236</sup>. *N'O Ferrão* (1908) um trecho transcrito menciona e reforça seus propósitos acerca do olhar do jornal sobre política:

[...] crítico, literário, usando linguagem com medida de modo a não ofender susceptibilidades, trazendo a público quando for preciso factos que reclamam a sua intervenção para serem elucidados  
 [...] jornal modesto, imparcial, apenas de passagem se ocupará de política, essa triste figura de alma damninha que desgraçadamente assentou aqui residência.<sup>237</sup>

Essa percepção da política como “erva daninha” possivelmente se devia à virulência que os debates entre os grupos que circulavam na imprensa geravam. Posições políticas diferentes condicionavam tensões permanentes. Logo, do Império à República as disputas e embates foram uma constante na imprensa uberabense. Um jornal se pronunciava sobre o outro e nesses pronunciamentos ficavam explícitos afetos e desafetos a respeito não só de tensões políticas, mas também de tensões sociais, econômicas e religiosas. Pontes afirmou, por exemplo, que o jornal *O Alerta!* era um órgão anticlerical e que em seu expediente declarava: “não tem cor política e nem distingue nacionalidades, aceitando a colaboração de todos os que quiserem

<sup>235</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 15/08/31. n. 380. p. 3.

<sup>236</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 15/08/31. n. 380. p. 3.

<sup>237</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 15/08/31. n. 380. p. 4.

auxiliar contra o clericalismo”. O autor asseverou que a linguagem empregada pela folha era “insultosa, atrevida e pornographica.” Apresentou também o trecho de um pronunciamento da *Gazeta de Uberaba*, na edição de 17/02/1903, a respeito do jornal:

[...] anteontem foi distribuído um jornaleco anonymo, escripto uma linguagem inconveniente e supinamente grosseira. A constituição republicana garante a liberdade da imprensa, mas essa liberdade tem limites. Essa mesma constituição proíbe o anonymo. Chamamos para o Alerta! A atenção do Sr. delegado de polícia e da Câmara Municipal, pois nos archivos da Câmara deve ficar registrado o nome do editor responsável de um jornal.<sup>238</sup>

Conclui-se a partir daí que tanto a *Gazeta de Uberaba*, contemporânea d’*O Alerta*, quanto Pontes, na década de 1930, se posicionavam contra quem se dizia anticlerical. Esse elemento é um indício do peso que o clericalismo e a Igreja Católica, em geral, possuíam no município naquelas primeiras décadas do século XX. Ainda se tratando do viés religioso, de vertente católica, apareceram a já citada revista *Jesus Cristo*: “grande revista literária sacra internacional em homenagem a Jesus Christo e Santíssima Virgem Maria”; o jornal *O Palladino*: “folha cathólica, semanal, independente, noticiosa e popular”, da qual Pontes anotou as seguintes linhas do artigo de apresentação:

[...] nas nossas colunas acharão guarida: - defesa da religião cathólica em qualquer terreno da polêmica religiosa [...] Como defensor da religião cathólica, O Palladino surgiu no momento em que pelas colunas do Lavoura e Comércio se feria, tenascissima, a campanha contra a Igreja.<sup>239</sup>

Havia *O Aiglon* que, segundo Pontes, tinha como lema “Deus e Pátria”. O memorialista transcreveu trechos do pronunciamento do *Correio Católico* sobre esse jornal: “será defensor impertérito da religião verdadeira, da religião infalível, da religião de Jesus que é a religião brasileira.” Além disso, afiançou que em seu expediente o jornal declarava: “não publicar correspondência alguma contrária ao programma de suas ideias; não aceita nem mesmo nos a pedidos, artigo algum offensivo a quem quer que seja. Só dará notícia das chegadas e saídas das pessoas que visitarem a sua redação.”<sup>240</sup>

<sup>238</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/07/31, n. 377, p. 4.

<sup>239</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 21/11/31. n. 394. p. 3 e 4.

<sup>240</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 28/11/31. n. 395. p. 4.

Em substituição ao *Aiglou* surgiu o *Brasil Central*. Do seu programa, Pontes recortou o seguinte: “considerará sempre a crença em Deus como a primeira alavanca do progresso humano; nisto não somos levados pelo cálculo nem pelo sectarismo religioso, a lógica dos povos cultos, em todas as épocas, firmaram em nosso espírito essa convicção inabalável.” A transcrição continuou: “Em Deus confiantes trabalharemos, pelo Brasil; Em Deus confortados trabalharemos pela propriedade de Minas e de Uberaba; em Deus firmados resistiremos com coragem todos embates da Via Crucis que hoje encetamos”<sup>241</sup>. Ainda de vertente católica havia *Rosas e Lírios*: “suplemento do Mensageiro do S. S. Rosário”<sup>242</sup>; e também *O Veríssimo*, que além do nome de uma folha era distrito de Uberaba.

De vertente espírita ou, nas palavras de Pontes, de “propaganda spirita”, havia o *Brado de Alerta* que sucedeu o *Arrebol*, dirigido por uma mulher, a “senhorinha” Leovigília Chaves. O autor transcreveu a justificativa para a interrupção do periódico. O dinheiro que era gasto com a produção do jornal seria empregado na construção de um “edifício spirita”:

[...] sendo a distribuição gratuita, era custeado pela liberalidade de meia dúzia de compadres; mas a construção do edifício spirita que se levanta lá num canto da cidade, exige despesa superior as nossas forças e por isso resolvemos empregar na referida construção o dinheiro que despendíamos com a publicação do *Brado de Alerta*”.<sup>243</sup>

De forma inédita, em 1901, apareceu em Uberaba o primeiro periódico publicado por mulheres. Conforme abordado, o que havia até então na imprensa uberabense eram jornais sobre mulheres escritos por homens, como era o caso do periódico *O Ferrão*, que declarava: “todas as moças que quizerem ter o Ferrão é só avisar a redacção, por isso nada pagarão”<sup>244</sup>. Esse quadro mudou com a *Passiflora*, que teve como redatoras três integrantes de uma mesma família: Amélia Freire de Andrade, Carolina Freire de Andrade Marcondes, Izabel Freire de Andrade. Sobre essa folha Pontes assinalou: “foi o primeiro jornal que Uberaba teve até agora redigido exclusivamente por senhoras”. No seu programa se dizia “folha literária e noticiosa”.<sup>245</sup> Outro periódico que apresentou colaboradoras foi a revista *A Instrução*, com Berenice Martins e Maria Dolabella Portella. A respeito desse aspecto das mulheres na imprensa ou, por assim

<sup>241</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 05/12/31. n. 396. p. 4.

<sup>242</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 08/08/31. n. 379. p. 3.

<sup>243</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 28/11/31. n. 395. p. 4.

<sup>244</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 15/08/31. n. 380. p. 4.

<sup>245</sup> PONTES, Hidélbrando. *Correio Católico*. 25/07/31. n. 377. p. 3.

dizer, imprensa feminina, Faria Cruz afiançou que em São Paulo a mesma era constituída por senhoras das elites, que redigiam e editavam as folhas.<sup>246</sup> Para Uberaba, pelos apontamentos de Pontes, não foi possível saber se as mulheres que fundaram os periódicos citados pertenciam às elites, mas tudo indica que sim, pois saber ler ainda era um privilégio acessível às meninas ricas.

Com outros interesses havia o *Almanak Uberabense*, que teve um número lançado em 1895, retornou à publicação depois de oito anos. Pontes não apresentou a justificativa para a sua interrupção, mas esse tipo de publicação em geral era de organização demorada e complexa, com um custo relativamente elevado. Em relação aos almanaques, Faria Cruz afirmou que no Brasil o mais famoso e popular foi o *Almanach Laemert*, publicado no Rio de Janeiro desde 1844, permaneceu sendo veiculado mesmo depois do desaparecimento da casa Laemert, que lhe dera nome, sendo distribuído por outras casas comerciais até 1930. A autora pondera que sendo publicações híbridas - nem livro, nem jornal, nem revista - esses periódicos desenvolveram-se como espaço de teste para conteúdos e formas que mais tarde seriam adotadas por pequenas folhas literárias, de humor ou de variedades, tais como as populares sessões de charadas, perfis biográficos, notas de curiosidades e os breves ensaios científicos e literários. Contudo, observa também que embora tenham alcançado relativa difusão e popularidade, principalmente no final do século XIX, os almanaques permaneceram com a feição de guias práticos, catálogos anuais de serviços, indicadores comerciais e de profissões.<sup>247</sup>

Havia também o *Sant' Aurea*, o *Teatro Moderno* e *O Clarim*. O *Sant' Aurea* tinha a proposta de realizar anúncios de um estabelecimento: “órgão de propaganda da Pharmacia e Drogaria Caldeira”. O *Teatro Moderno* possuía um viés cultural: “órgão ambulante da grande Companhia Dramática Francisco dos Santos”.<sup>248</sup> E *O Clarim*: “órgão dedicado à defesa da classe militar”; o terceiro do mesmo nome publicado na cidade. No expediente, afirmou Pontes, lia-se: “acceita-se a collaboração de qualquer pessoa, porém não se dará publicidade a que tenha por objetivo depreciar a classe militar.”<sup>249</sup>

Assim como nas fases anteriores, as premissas de “crítico, literário, noticioso e recreativo” continuaram marcando presença durante esses anos. Havia *A Época*: “jornal reclame, literário, recreativo e comercial.” *O Facão*: “crítico, porém moderado.”<sup>250</sup> *O Gallucho*:

<sup>246</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 107.

<sup>247</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 58-59.

<sup>248</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 08/05/31. n. 379. p. 3.

<sup>249</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 28/11/31. n. 395. p. 4 e 05/12/31. n. 396. p. 3.

<sup>250</sup> Para as citações sobre os jomais *A Época* e *O Facão* ver: PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 08/08/31. n. 379. p. 3 e 4.

“crítico, literário e noticioso.” *A Mocidade*: “literário, recreativo e noticioso”. *O Século XX*: “órgão literário, recreativo de exclusiva propaganda” ou, nas palavras possivelmente publicadas no próprio jornal e que Pontes transcreveu: “eco das novidades da Livraria Século XX”<sup>251</sup>. *A Corneta*: “Crítico e noticioso.” *O Mercantil*: “folha literária, commercial, reclame da Livraria São José.”<sup>252</sup> Vale salientar a presença das livrarias atuando nessa imprensa. Foram citadas tanto a Livraria Século XX quanto a Livraria São José. A primeira, como já mencionado, pertencia a Aredio de Souza, irmão de Manoel Felipe de Souza.

No tópico da relação imprensa e literatura é útil frisar que, conforme explica Mariana Couto Gonçalves, o século XIX exprimiu mudanças no jornalismo, principalmente na relação do político com o literário. Com o desenrolar daquele século a imprensa foi adquirindo novas perspectivas enquanto valor de troca (venda de espaço para publicidade), tornando-se prioridade em relação ao valor de uso (parte noticiosa). Quando ingressou no século XX, essa imprensa, no seu modo de ver construído a partir dos apontamentos de Eleutério, ganhou a designação de “grande empresa” que visava o lucro, a publicidade e os anunciantes. Por consequência, a literatura passou a ocupar esporadicamente suplementos e cadernos literários, restando a crônica como herança dos escritos literários nos jornais.<sup>253</sup>

O humor continuou marcando presença nos periódicos na época das “Pennadas Furtivas” no *Lavoura e Comércio*. Apresentavam o termo “humorístico” na proposta: *O Uberabense*: “crítico, noticioso e humorístico”. Em seu programa afirmava: “veículo das aspirações das sociedades, não tendo todavia, em mira resolver os grandes problemas.”<sup>254</sup> *O Domingo*: “literário, humorístico e noticioso”, que era propriedade da Corporação Tipográfica Lavoura e Comércio. *O Jornal da Câmara*: “crítico e humorístico” no qual se lia no frontispício: “Expediente-redacção e oficinas: Rua das Casas (perto do lugar onde Judas perdeu as botas). Redactor-chefe: Dr. Sinête; Redactor-artístico: J. Camêlo; Gerente: Dr. Badalo.”<sup>255</sup> *O Ferrão*: do artigo que consta o programa do jornal, Pontes transcreveu: “órgão bi-semanário, crítico e humorístico”, além de se declarar também dedicado às moças. *O*

<sup>251</sup> Para as citações dos jornais *O Galucho*, *A Mocidade* e *Século XX* ver: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 25/07/31. n. 377. p. 3 - 4.

<sup>252</sup> Para as citações sobre *A Corneta* e *O Mercantil* ver: PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 28/11/31. n. 395. p. 3.

<sup>253</sup> GONÇALVES, Mariana Couto. O jornalismo literário no século XIX: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores. **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**: conhecimento histórico e diálogo social. NATAL (RN), 22 a 26 de julho de 2013. p. 5. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

<sup>254</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 25/07/31. n. 377. p. 3.

<sup>255</sup> PONTES, Hidelbrando. **Correio Católico**. 15/08/31. n. 380. p. 3.

*Canivete*: “órgão crítico, humorístico e literário”. Pontes anotou um trecho da introdução do seu artigo-programa: “surge hoje, cheio de encantos e atrativos em nosso meio social o jornal intitulado *O Canivete*, o qual faço sinceros votos para que se progrida e conserve muitos anos de existência, que será mais desenvolvimento para a nossa civilizada cidade, onde já conta com seis jornaes, com o nosso sete”<sup>256</sup>. Havia ainda *O Sorriso*: “crítico, noticioso e humorístico”<sup>257</sup>.

Os anúncios continuaram sendo editados para todo tipo de propaganda: casas comerciais, atendimentos à saúde, associações, comemorações e outros. Por meio deles a imprensa buscava renovar sua linguagem e seu estilo, marcando presença na cidade e contribuindo para a existência dos periódicos. Exemplo disso acontecia na *Gazeta de Uberaba* que, diferente de outras folhas que traziam os anúncios apenas na última página, nos primeiros anos do século XX, os trazia na segunda e também na quarta página. Quando era na segunda ocupavam as duas últimas colunas e nelas apareciam, por exemplo, anúncios de clínicas dentárias, cirurgiões dentistas e a venda de tachos circulares para a fabricação de açúcar. Quando os anúncios eram na quarta página, como na maioria dos outros jornais, ocupavam a página toda, igualmente eram variados: de casas à venda, de atendimento médico, de remédios contra embriaguez e de serviços de advocacia. Havia também anúncio de um hotel situado em Araguari. Além disso, constavam “Gado Zebu” e “Aos criadores”, sobre a venda de gado vacum, bem como de fazendas à venda. Havia ainda nessas páginas notícias de “Burros Sumidos.”<sup>258</sup> Da fase anterior continuaram os anúncios das casas de secos e molhados. A respeito dessas, Faria Cruz explicou que pequenas publicações distribuídas em círculos mais restritos encontravam no pequeno comércio de bairro, com os armazéns de secos e molhados, armarinhos, drogarias e outros, um apoio para o seu financiamento. Os anunciantes garantiam a vida relativamente estável dessas publicações.<sup>259</sup>

Prontamente, era nessa imprensa com diversificação de propostas que Manoel Felipe de Souza se inseria. Do Império à República transitou por vários periódicos - *Waggon*, *Gazetinha Mineira*, *Filho do Povo*, *Gazetinha*, *Triângulo Mineiro*, *Arrebol*, *Gazeta de Uberaba*, *Almanach Uberabense* e *Lavoura e Comércio* - desempenhando diferentes funções e desenvolvendo gêneros distintos. No próximo capítulo será abordado especificamente o

<sup>256</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 15/08/31. n. 380. p. 4.

<sup>257</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 14/11/31. n. 393. p. 3 e 4.

<sup>258</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. 09/12/1901. n. 1476. p. 2-4.

<sup>259</sup> FARIA CRUZ, Op. Cit., p. 96.

histórico da fundação do jornal *Lavoura e Comércio* e suas colunas, ressaltando as “Pennadas Furtivas” como um espaço de crônicas e humor.

**CAPÍTULO II**  
**O LAVOURA E COMÉRCIO:**  
**FUNDAÇÃO, TEMAS ABORDADOS,**  
**OS PAPÉIS DE MANOEL FELIPE DE SOUZA E O HUMOR NO JORNAL**

A trajetória histórica de Uberaba é marcada pelo ruralismo que se expressava também em setores da imprensa. Pensando nisso, o objetivo deste capítulo é compreender o jornal *Lavoura e Comércio* em seu contexto de criação e seu conteúdo, situando os papéis de Manoel Felipe de Souza, de sua coluna e o humor no jornal. Fundado no fim da década de 1890, no bojo de um *Club da Lavoura e Comércio*, o periódico que se apresentava como moderno e progressista, na prática fazia coro à manutenção de uma estrutura agrária herdada do Império.

Reunidos no *Club*, fazendeiros e comerciantes criaram o jornal com a finalidade de contribuir por vias legais para o veto de um imposto territorial que, em 1899, estava prestes a ser convertido em lei no estado de Minas Gerais. Os *Clubs da Lavoura*, que se multiplicavam no estado, se opunham a esse imposto. Em grande parte ligadas ao mundo rural e marcadas pela concentração fundiária, as lideranças políticas, econômicas e intelectuais triangulinas e de outras regiões de Minas Gerais usavam a imprensa na busca de alianças com dirigentes na capital estadual de modo a lhes assegurar proteção e manutenção de seu poder nos municípios. O jornal *Lavoura e Comércio* se alocou nessa conjuntura. As discussões políticas nele realizadas tinham muito espaço. No entanto, o jornal não ficava restrito a elas.

Manoel Felipe de Souza e outros colaboradores usavam o periódico para inserir-se no meio político, cultural e científico que se estruturou a partir dos primeiros anos da República. O periódico e seus participantes estavam inseridos na dinâmica de confronto de ideias com seus contemporâneos em diferentes questões. Os vários grupos que se batiam fora da realidade das tintas disputavam também espaço e prestígio na imprensa.

No caso específico do *Lavoura e Comércio*, várias vozes defendiam seus pontos de vistas, desde que apresentassem alguma coerência em relação ao que o jornal defendia, principalmente em relação ao imposto territorial. Levando em conta esse panorama, a primeira parte do capítulo visa aprofundar a constatação de que o jornal foi gestado no âmbito de uma elite latifundiária. Isso é um fato que será discutido levando em consideração seu significado dentro de uma conjuntura econômica e política mais ampla. A segunda parte traz algumas interpretações das engrenagens políticas que se estabeleceram no Brasil da Primeira República, no que se refere à tentativa de articulação das elites municipais aos governos estadual e federal, de modo a observar a forma como a imprensa dos setores ruralista e comercial se portava nesse processo. O *Lavoura e Comércio*, e também a *Gazeta de Uberaba*, se envolveram em disputas político-partidárias relativas ao governo estadual de Silviano Brandão. O primeiro periódico se posicionava contra e o segundo a favor das políticas do governador. Logo, toda discussão a

respeito da participação política de elites que, na transição do Império para a República, se utilizaram da imprensa para se manter no poder tem a finalidade de mostrar um pouco do modo como os grupos sociais dominantes do município, ancorados no ruralismo, faziam uso dos jornais para ter voz e alcançar representação política junto ao governo do estado de Minas Gerais. Na terceira parte, visando entender o que estava sendo publicado nas demais colunas do jornal enquanto o debate político e econômico acontecia, discutem-se também os principais assuntos abordados pela folha. Por fim, na quarta parte do capítulo, é feita uma investigação a respeito dos papéis de Manoel Felipe de Souza e o humor no periódico. Nessa última parte enfatiza-se que a coluna que se anunciava como humorística, na prática acionava outros recursos. Mais do que uma coluna de humor, era um espaço de crônicas.

As principais fontes utilizadas no capítulo são o próprio jornal *Lavoura e Comércio* e também a *Gazeta de Uberaba*. Se no primeiro capítulo a metodologia consistiu no mapeamento da imprensa no município, neste segundo foi feito o mapeamento do *Lavoura e Comércio*<sup>260</sup>: principais temas, sessões, organização editorial, o que cada articulista fazia, os que mais se destacaram pelo volume de publicações, o papel que desempenhavam e o espaço que ocupavam dentro da folha. Esse mapeamento consistiu na leitura e anotação detalhada dos títulos, autores e assuntos do jornal. O critério de seleção dos assuntos foi a sua localização: aqueles situados nas três primeiras páginas, que abrangiam a parte dos textos da folha. A última página, como já abordado no primeiro capítulo, era de anúncios. A partir do mapeamento foi possível fazer o agrupamento e o cruzamento, para todo o período entre 1899 e 1903, dos principais articulistas e colaboradores que escreviam nos espaços do jornal, bem como fazer o levantamento da presença do humor nas publicações. Em relação à questão política, o capítulo realiza também um comparativo entre o que estava sendo discutido no *Lavoura* e na *Gazeta* em relação ao governador Silviano Brandão e ao imposto territorial.

## **2.1 O Club da Lavoura e Comércio de Uberaba e o jornal Lavoura e Comércio**

A análise do historiador José Murilo de Carvalho sobre a década de 1890 aponta que o Brasil atravessou uma grave crise econômica no período. Houve um encarecimento dos produtos importados devido ao aumento da demanda e do consumo. A inflação estava

---

<sup>260</sup> Ver Apêndice IV. O mapeamento foi feito para todo o período analisado na tese, porém constam no apêndice, a título de exemplos, apenas os dez dos primeiros números do periódico. p. 282.

generalizada e, ao mesmo tempo, o câmbio começou a subir, encarecendo ainda mais os produtos de importação que à época abrangiam quase tudo.<sup>261</sup> Se em 1892 era necessário o dobro de mil réis para comprar uma libra esterlina, em 1897 era preciso o triplo desse valor. Diante disso, o governo aumentou os impostos de importação, contribuindo para o aumento do custo de vida. Este, por sua vez, se complicava ainda mais com a imigração que, se por um lado ampliava a oferta de mão de obra, por outro, acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis. Em meados da década, a queda dos preços do café foi outro fator contribuinte para o agravamento da crise. Além disso, durante quase os primeiros dez anos do regime republicano, agitações se sucederam na capital e nos estados da região Sul. Muitos temiam a fragmentação do país. Nesse panorama, o fato era que, para o historiador, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e havia dificuldade em se administrar a dívida externa, em especial com os ingleses. Para aqueles que controlavam o setor mais influente da economia, o setor de exportação, e para os que se preocupavam em manter o país unido era preciso acabar com a instabilidade política. Foi nesse contexto de deflação e recessão econômica que Campos Sales, em 1898, assumiu a presidência da República.<sup>262</sup>

Essa crise econômica sinalizada por Carvalho refletiu em Minas Gerais. À época, o então governador Silviano Brandão, tentou aumentar os impostos, a exemplo de um imposto territorial que grupos ruralistas se recusavam a pagar. A ideia desse imposto se alocava na possibilidade concedida pelo governo federal da criação de impostos, ampliada pela Constituição Republicana de 1891, que trazia como proposta uma primeira tentativa de acomodação de interesses da União e dos estados, contribuindo para que as elites regionais se desvinculassem das limitações suscitadas pelo regime imperial. A partir dessa Constituição, os impostos, principal fonte de arrecadação pública, passaram a ser arrecadados pelos estados, aos quais era permitido também criar impostos interestaduais. Com o país em recessão econômica, os estados precisavam gerar receita para cobrir suas despesas. Foi nesse ambiente que se deu em toda Minas Gerais a fundação de vários *Clubs da Lavoura*. Além de Uberaba, foram fundados

---

<sup>261</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 20. Carvalho não citou quais eram os produtos de importação, mas, em artigo de Renato Leite Marcondes foram mencionados como produtos de importação no período: couros, carne, trigo, peixe, vinho, vinagre, sal, bacalhau, aguardente, açúcar, fumo, farinha de trigo, carne salgada, toucinho e feijão. Ver: MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista Economia Política**. v. 32. n. 1. São Paulo. Jan/Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

<sup>262</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 85.

clubes em Frutal, Monte Alegre, Sacramento, Passos, Juiz de Fora, Aiuruoca e cidades da parte sul do estado. O processo de criação desses clubes permite algumas inferências a respeito dos grupos ruralistas na transição do Império para a República.

De acordo com Mary Del Priore e Renato Venâncio, entidades como os *Clubes da Lavoura* foram abundantes no Brasil na década de 1880. Até meados do século XIX, as associações agrárias eram raras e voltadas para fins diversos, como a *Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia* (1832) e a *Sociedade Promotora da Colonização* (1836). De 1850 em diante essa situação se modificou, uma vez que várias associações rurais regionais começaram a se formar. Até 1899 era possível contabilizar cerca de oitenta dessas associações que, embora apegadas às tradições e outrora defendendo o sistema de trabalho baseado na escravatura, se tornaram espaços para a discussão de inovações. Promovidos com o incentivo dos *Clubs*, congressos agrícolas eram realizados e reuniam fazendeiros provenientes de diferentes regiões. Além dos congressos, havia os comícios agrícolas que discutiam novas formas de trabalho no campo. Na última década do século XIX foram criadas condições favoráveis à formação de associações agrárias nacionais, a exemplo da *Sociedade para a Animação da Agricultura* (1894) e da *Sociedade Nacional de Agricultura* (1897).<sup>263</sup>

Del Priore e Venâncio afirmaram, além disso, que em âmbito econômico, um dos grandes temores dos fazendeiros que participavam desses clubes e associações era não poder contar com nada além do café. Com a proclamação da República esse temor de depender apenas da produção cafeeira ganhou ainda mais sentido porque houve um predomínio dos interesses econômicos de São Paulo no cenário nacional. Os fazendeiros paulistas controlavam as taxas de exportações e influenciavam as taxas de câmbio ao seu redor. Tãmanha era sua expressão, que em 1892 os cafeicultores paulistas conseguiram promover o fechamento do Ministério da Agricultura. Desse modo, a criação da *Sociedade Nacional de Agricultura*, em 1897, bem como a criação de outras entidades nacionais rurais, teria sido uma tentativa de reequilibrar a balança de poderes no mundo agrícola. O predomínio do cultivo de café realizado pelos paulistas gerava certo descontentamento entre outros setores agrários. A *Sociedade Nacional de Agricultura* capitalizou esse descontentamento e propôs um caminho alternativo à monocultura, que seria a diversificação agrícola e a valorização do mercado interno. Essa *Sociedade* também incentivou a perspectiva de que a inovação na agricultura dependeria da

---

<sup>263</sup> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2006. p. 168- 170.

ciência e da técnica, possibilitando a diversificação agrícola. Esse modo de ver era divulgado nos congressos e exposições organizados pela entidade. Os projetos de diversificação, mesmo em posição secundária diante da preponderância econômica paulista, tiveram seus efeitos na paisagem agrária. Os ideais da *Sociedade* eram disseminados também por meio de matérias jornalísticas publicadas no seu periódico *A Lavoura*, fundado em 1898. Havia além disso o estímulo ao ensino agrícola. Foi a *Sociedade Nacional de Agricultura* que se empenhou na criação de um novo Ministério da Agricultura, intento que só aconteceu em 1909.<sup>264</sup>

Foi nesse panorama que em outubro de 1899, em Minas Gerais, o *Club da Lavoura e Comércio de Juiz de Fora* organizou um *Congresso Agrícola* que contou com a participação de fazendeiros de diferentes regiões do estado. Depois das discussões ocorridas no evento houve uma proliferação dos *Clubes da Lavoura* em toda Minas Gerais. O *Club* daquela cidade era uma espécie de central para os demais. O *Club Lavoura e Comércio de Uberaba*, fundado antes do acontecimento do *Congresso Agrícola*, teve seus documentos publicados inicialmente na *Gazeta de Uberaba* e depois nos primeiros números do jornal *Lavoura e Comércio*. Nesses números<sup>265</sup> consta que foram realizadas duas reuniões para a fundação do *Club* e do jornal. E na primeira como na segunda reunião, as assembleias encheram o salão das sessões da Câmara Municipal. Nelas, conforme o jornal, compareceram “inteligentes e abastados fazendeiros”, não apenas de Uberaba, mas de outros municípios, que vieram “prestar solidariedade.” O peso numérico de participantes era indício do forte ruralismo que permeava a vida na região.

Esse contexto da criação de uma série de instituições e clubes voltados a discutir os interesses dos proprietários de terras reforçava as feições do Brasil ruralista. Minas Gerais não estava fora desse quadro. A questão da economia, da posse da terra e do trabalho incidia tanto no estado quanto em Uberaba. Para compreender melhor este aspecto são úteis as discussões apresentadas por Daniel do Val Consentino, Luís Augusto Bustamante Lourenço e Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior. Suas análises ajudam a entender a forma como a preocupação com a manutenção do latifúndio e a transição para o trabalho livre deixaram suas marcas no município. O ruralismo, tão presente entre as elites locais e regionais de Minas Gerais, estava associado aos quadros sociais herdados do Império. Esses quadros sociais abarcavam o apego a valores arcaicos, à posse da terra e ao regime de trabalho baseado na escravização.

---

<sup>264</sup> DEL PRIORE; VENÂNCIO, Op. Cit., p. 168-170.

<sup>265</sup> Os números referidos vão do um ao quatro.

A respeito da economia mineira no século XIX, Daniel do Val Cosentino afirma que Minas Gerais era a maior economia escravista à época do Império. Segundo ele, naquele período o estado era permeado tanto pela presença do trabalho dos escravizados quanto pela diversidade econômica regional, que tinha como perfil uma estrutura arcaica baseada em relações não modernas de produção. Essas relações em seu ver eram caracterizadas pela dependência entre senhores de terras e agregados e forte apego à instituição escravista. O processo de transição para o trabalho livre no estado, em sua ótica, se deu através de mão de obra local composta por pessoas livres e ex-escravizadas. A diversidade regional, sendo uma das principais características mineiras, fazia com que o território fosse marcado por diferenças tanto em termos de especialização das atividades econômicas locais, como também em relação a uma divisão regional do trabalho. A economia regionalizada demonstrava vínculos com mercados externos, principalmente o do Rio de Janeiro. Havia do mesmo modo a questão do abastecimento interno que envolvia atividades agropecuárias e de beneficiamento. A especialização de gêneros básicos de abastecimento ocorria para atender outras regiões. A diversificação da base produtiva gerava desenvolvimento regional. Outro ponto problematizado foi o motivo de Minas Gerais, mesmo com uma economia tão dinâmica quanto a paulista no século XIX, não ter gerado um processo capitalista como em São Paulo. Para entender essa diferença entre o desenvolvimento paulista e o mineiro, o pesquisador se ancorou nas análises de Emilia Viotti e afirmou que em São Paulo foi a economia cafeeira, por meio mudanças estruturais, como por exemplo a imigração, que possibilitou uma modernização e acumulação de capital; propiciando assim, a industrialização. De forma distinta, Minas Gerais, caracterizou-se pela continuidade de uma economia arcaica e patriarcal.<sup>266</sup>

Luís Augusto Bustamante Lourenço, por sua vez, ao fazer uma pesquisa sobre a posse da terra na região do Triângulo Mineiro e no município de Uberaba, na transição do Império para a República, afirmou que na década de 1880, à medida que a abolição se aproximava, a elite de Uberaba, muito apegada à escravização, optou por não mais investir no aumento de seus plantéis de escravizados, embora mantendo e repondo os que já possuía. O latifúndio e não mais a escravaria se tornou a principal forma de riqueza. O quadro social que se esboçou na cidade, na concepção do autor, foi o de uma elite fundiária ainda fortemente marcada por traços

---

<sup>266</sup> COSENTINO, Daniel do Val. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. **Revista Debate Econômico**. Varginha, v. 1, n. 2, p. 28-53, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistadebateeconomico/article/view/119/pdf>>. Acesso em: 01 out. 2019.

senhoriais, que antes da abolição expressava forte apego à escravização, à posse da terra e ao poder pessoal. Por meio do acúmulo de terras os fazendeiros asseguravam a manutenção de seu *status quo* e ao mesmo tempo exploravam novas possibilidades de investimento e lucro. Assim, na perspectiva de Lourenço, as elites rurais do município, ao retardarem o desenvolvimento de formas consideradas mais modernas de propriedade da terra, conseguiram preservar antigos privilégios e transformar o latifúndio na principal reserva de valor e instrumento de poder.<sup>267</sup>

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior também contribui no entendimento do quadro social que se estabeleceu entre as populações das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba naquele período. Ao fazer uma discussão a respeito das formas de trabalho o historiador esclarece que o projeto de modernização que as elites brasileiras procuravam defender dentro do processo de reordenamento da sociedade mantinha-se em comunhão com as representações positivistas do trabalho e do trabalhador nacional. O propósito era construir um mercado de trabalho livre que apagasse ou silenciase de uma vez por todas as memórias da escravização. Diante da extinção certa do trabalho dos escravizados e da estruturação de um mercado de trabalho livre, o autor afirma que as elites proprietárias e políticas de Minas Gerais desenvolveram algumas formas de substituição da mão de obra dos escravizados como a meação, o assalariamento e o colonato, com a participação predominante de homens e mulheres livres e pobres. Nesse contexto, o pesquisador aponta também que antes da abolição havia nos jornais uma reafirmação dos temores comuns entre as classes proprietárias no que se refere à extinção do trabalho dos escravizados e uma possível desorganização dos mesmos em função de um suposto despreparo para a vida em liberdade. Diante disso, a imprensa local propalava a necessidade de educar esses homens para a vida moderna e civilizada. Do mesmo modo, os políticos mineiros insistiam na vocação agrícola do estado pregando que o trabalho, dentro das perspectivas republicanas, emergia como elo entre a ordem e o progresso em Minas Gerais.<sup>268</sup>

Assim sendo, o que esses autores demonstram é que o quadro social que se estabeleceu em Minas Gerais, e conseqüentemente em Uberaba, era o de uma sociedade que tinha como traços o apego à escravização e a valores arcaicos. A transição para o trabalho livre e a mudança de regime político repercutiu em uma configuração social onde as elites do campo

---

<sup>267</sup> LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010. p.141-142.

<sup>268</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo de Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana**: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais (1888-1928). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008. p. 57.

pregavam a modernidade, mas na prática permaneciam apegadas à perspectiva senhorial. Foi nessa conjuntura que se deu a fundação do *Club da Lavoura e Comércio de Uberaba*.

A criação desse *Club*, no início de 1899, refletia as preocupações do momento e a respeito de sua criação a *Gazeta de Uberaba* havia recebido de “adeantados” fazendeiros e lavradores do município uma carta na qual se convidava a todos da classe rural, não só da cidade, mas também das comarcas vizinhas, para uma reunião onde se deveria deliberar e tomar “prontas e enérgicas providências em relação à crise que assolava a lavoura”, assim como fundar na cidade o *Club* cujo propósito principal seria a defesa dos direitos e interesses da “classe”.<sup>269</sup> Essa reunião iria acontecer na Câmara Municipal na manhã do dia 13 de fevereiro de 1899. A carta enviada ao jornal foi assinada por fazendeiros provenientes das famílias Rodrigues da Cunha, Borges e Mendes dos Santos, grandes proprietários de terras no município e componentes das oligarquias locais.<sup>270</sup> Contudo, a reunião foi adiada para o dia seguinte e o seu convite se estendeu ao comércio. Assim, em 14 de fevereiro, segundo o jornal, compareceram ao Paço Municipal 139 pessoas somando-se fazendeiros e comerciantes. Por via de indicação do tenente coronel Geraldino Rodrigues da Cunha foi eleito presidente da reunião Gabriel Junqueira, que convidou para secretaria o major Gustavo Ribeiro. Este, por sua vez, passou a palavra a Antônio Garcia Adjuto que declarou ali comparecer como proprietário rural no município de Paracatu, em nome de seu sogro Severiano Raymundo da Cunha, fazendeiro em Araxá, e como representante do jornal *O Comércio*, de São Paulo.<sup>271</sup>

Na sua exposição, Garcia Adjuto declarou que o objetivo daquela reunião era deliberar posicionamentos frente à gravidade da crise econômica e financeira que invadia o país, afetando a agricultura e o comércio. Conforme proferido pelo orador e publicado no periódico, eram várias as reclamações: a ausência de uma rede de viação que permitisse a fácil circulação de produtos para fora do território de Minas Gerais; ausência de braços para o trabalho por falta de leis que o incentivassem; falta de imigração que cobrisse na lavoura os “reflexos da vadiagem”; falta de instituições de crédito que fornecessem ao lavrador e ao comerciante meios de

<sup>269</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. n. 1. 01/07/1899. p. 1-2.

<sup>270</sup> Os fazendeiros que assinaram a carta foram: Geraldino Rodrigues da Cunha, Manoel Borges de Araújo, Elizar Mendes dos Santos, Hypolito Rodrigues da Cunha, Mizael Rodrigues da Cunha, Lindolpho Mendes dos Santos, Pedro Borges de Araújo, João Borges Sobrinho, Aristides Borges de Araújo, Evaristo Rodrigues da Cunha, Augusto Rodrigues da Cunha, Renan Martins Marquez, Augusto Belisário Rodrigues da Cunha, Evaristo Rodrigues da Cunha, João Ribeiro Gonçalves, Alexandre Ribeiro Gonçalves e Azaías Ignácio de Souza.

<sup>271</sup> Nessa ocasião Adjuto fez uma declaração inquietante. Afirmou não comungar com as ideias políticas do jornal *O Comércio*, mas ali estava “por deferência pessoal ao seu amigo e redator-chefe Affonso Arinos, que ali o trazia como intérprete das vistas da comissão que o convocou.” NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. n. 1. 01/07/1899. p. 1-2.

salvaguardar suas produções e vendas. Dessa maneira, o objetivo da fundação de um *Club da Lavoura e Comércio* no município seria o de promover leis que regulamentassem o trabalho, incentivassem a criação de instituições de crédito adequadas às condições do campo e reclamassem facilidade e valores acessíveis de transporte nas vias férreas, principalmente para os produtos da lavoura e criação pastoril. Com essas reivindicações, Garcia Adjuto afirmava que todos os interessados deveriam se unir frente à “avalanche” que os assolava.

Diante dos “perigos que se impunham” era necessário que fazendeiros e comerciantes se agremiassem em um *Club* que servisse à defesa de seus interesses. O sucesso do programa proposto por esse *Club* dependeria de propaganda, de forma que chegasse ao conhecimento de todos. Assim se fez necessária, meses depois, a criação de um órgão de imprensa que convergisse os esforços do *Club*, o jornal *Lavoura e Comércio*.

Somando-se a todas as reivindicações, era preciso também a junção de esforços coletivos diante de um denominado “perigo comum”: o imposto territorial. No ver de parte dos grupos ruralistas esse imposto seria a ruína da lavoura e do comércio no estado de Minas Gerais e principalmente em Uberaba. Da lavoura, porque com as dificuldades já enfrentadas seria complicado arcar com mais um imposto. Esse tributo, no olhar da maioria dos fazendeiros e lavradores, seria um modo de forçar a constituição de pequenas propriedades pela via do “parcelamento” do solo, isto é, o seu fracionamento. O que, segundo Garcia Adjuto, era o pensamento governamental. Do comércio, porque seu eixo de sustentação se ancorava na produção agrícola e pastoril, dela dependendo.<sup>272</sup> Logo, as discussões sobre a instauração do imposto nas reuniões que gestaram a fundação do *Club* eram acaloradas. Diversos oradores participavam. Havia representantes de diferentes setores, englobando também engenheiros.

Com os debates encerrados, as ideias levantadas eram colocadas em votação, obtendo aprovação unânime. A única ideia que não obtinha votação em concordância geral era a relativa ao imposto territorial. As opiniões a seu respeito não eram homogêneas. Havia quem argumentasse contra, mas havia também quem argumentasse em favor de sua criação. Felipe Ache opinou que as assembleias se limitassem à criação do *Club*, se restringindo à adoção de ideias fundamentais. Esse posicionamento foi combatido por Garcia Adjuto. Um representante da imprensa, Militino de Carvalho, da *Gazeta de Uberaba*, declarou que esse jornal não se definiria enquanto o imposto não entrasse em discussão no Congresso. Já outro participante, Affonso Rato, afirmou solidariedade do comércio às apreensões da lavoura frente ao imposto.

---

<sup>272</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. n. 1. 01/07/1899. p. 1-2.

Votaram a favor o major Gustavo Ribeiro, o coronel Militão de Souza Ameno, o engenheiro civil Alberto de Cerqueira Lima e os engenheiros agrônomos Fidélis Gonçalves dos Reis e José Maria dos Reis. O jornal não pontuou os nomes de quem votou contra. Militino de Carvalho, representante do jornal, também engenheiro agrônomo, terminou cedendo em favor da instauração do imposto. Na sequência, como proposta de Garcia Adjuto, se deliberou que fosse incumbida a uma comissão a organização de estatutos para o *Club* e a redação de uma representação ao Congresso Mineiro contra o imposto territorial.

Tanto a organização dos estatutos, quanto a redação contra o imposto estariam sujeitas à aprovação em assembleia. Por indicação do tenente coronel Rodrigues da Cunha a comissão foi composta por Gabriel Junqueira, o próprio Garcia Adjuto e Afonso Rato. No dia 2 de abril de 1899 uma nova reunião foi realizada. A sessão foi aberta com a presença de 129 fazendeiros e comerciantes. A comissão nomeada apresentou os estatutos que, postos em discussão e votação, foram aprovados, exceto e novamente a disposição dos estatutos relativos ao imposto territorial, que nessa reunião teve um voto contrário, o do major Gustavo Ribeiro. De qualquer forma, o *Club da Lavoura e Comércio de Uberaba* estava criado. O jornal reproduziu o discurso proferido nessa fundação:

O dia 2 de abril marcará a ressurreição das classes agrícola e commercial do lethargo, da indiferença musulmana com a qual até aqui têm assistido á debâcle de seus mais vitaes interesses. Se dispondo a colaborar ativamente no estudo das árduas questões que tão intimamente lhes affectam, puzeram em relevo uma admirável compreensão ao espírito das instituições democráticas, de cuja essência, é a cooperação do cidadão na gestão dos negócios públicos. Que o dissolvente desânimo não as desvie da nova orientação são os nossos fervorosos votos.<sup>273</sup>

Com o *Club* oficialmente criado passou-se à eleição de sua diretoria e conselho consultivo. A diretoria foi composta por Gabriel Junqueira, presidente; tenente-coronel Geraldino da Cunha, vice-presidente; Antonio Garcia Adjuto, 1º secretário; tenente-coronel Francisco Gomes de Meireles, 2º secretario; major Manoel Alves Caldeira, tesoureiro. Para o conselho consultivo foram eleitos cinco capitães, um major e dois tenentes-coronéis. Essas patentes (coronéis, capitães, tenentes e majores), eram parte da vertente coronelista presente na sociedade uberabense daquele período. Três autores ajudam a entender a força dos coronéis e o

---

<sup>273</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1-2.

coronelismo no município: André Azevedo da Fonseca, Victor Nunes Leal e Raphael de Souza Machado. Para Fonseca, a Guarda Nacional, de onde surgiram os coronéis, foi um agente histórico responsável pela militarização da sociedade local. Durante a Guerra do Paraguai, os representantes de Uberaba na Guarda haviam incentivado o alistamento militar. Em consequência, muitos jovens terminaram se alistando e participando da Guerra. Foi assim que a partir da segunda metade do século XIX, mesmo com o enfraquecimento da Guarda Nacional, passou a ser comum encontrar no município criadores de gado, comerciantes e funcionários públicos com as patentes de coronel, tenente-coronel, major ou tenente. Conforme ressaltou Fonseca, o *status* social advindo de um posto na Guarda Nacional legou aos fazendeiros locais uma poderosa marca de distinção, de maneira que “por muitas décadas, eles acabaram sendo admitidos no imaginário de Uberaba como os verdadeiros donos da cidade.”<sup>274</sup> A respeito do sistema coronelista que se estabeleceu no município, o autor explica ainda que o mesmo era marcado por duas contradições. A primeira era que a região do Triângulo Mineiro tinha mais relações com São Paulo e Goiás do que propriamente com a região das Minas. A segunda era que a distância da capital mineira, prejudicada pelas péssimas condições das estradas, comprometia a presença efetiva do Estado na região, favorecendo o poder pessoal dos coronéis.

Victor Nunes Leal define o conceito de coronelismo como “uma forma peculiar de manifestação do poder privado”<sup>275</sup>, uma adaptação na qual “os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”<sup>276</sup>. Assim, para ele, o coronelismo:

[...] implica um compromisso entre o poder público, progressivamente fortalecido; e o poder privado, cada vez mais decadente, dos chefes locais, principalmente donos de terras. A propriedade da terra constitui, portanto, o fundamento em que se baseia o coronelismo. Proprietário de terras e dono de votos, eis a essência do coronel.<sup>277</sup>

<sup>274</sup> FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Ed. UFPR, 2020. p. 35. Vale salientar que além desse trabalho de Fonseca que comenta sobre a Guarda Nacional, existe também a dissertação de Flávio Henrique Dias Saldanha que discute especificamente o assunto. Ver: SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2004. Atualmente, o autor tem desenvolvido pesquisas a respeito da Guarda Nacional no Triângulo Mineiro. Ver: SALDANHA, F. H. **Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888)**. *Locus* (UFJF), v. 22, p. 255-273, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20822>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

<sup>275</sup> LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. **Revista Forense**. Rio de Janeiro. 1951. p.8. – Brasil História – Texto e Consulta. p. 20.

<sup>276</sup> LEAL, Op. Cit., p. 20

<sup>277</sup> LEAL, Op. Cit., p. 20.

Leal afirma também que a estabilidade das oligarquias passava fundamentalmente por essa questão, que na política dos municípios era encabeçada pelos senhores de terras locais. Os coronéis criavam seus “currais eleitorais” tanto por meio do exercício de seu poder pessoal, quanto por meio da concessão de favores articulados no dia-a-dia do homem do campo.<sup>278</sup>

Já Machado, ao fazer um balanço do coronelismo numa abordagem historiográfica, analisando os apontamentos de Victor Leal, afirma que esse conceito não pode ser reduzido à esfera exclusiva da política, pois é um fenômeno que abrange também dimensões sociais, econômicas e culturais. Para o autor, trata-se de um agente social variável no espaço, sem perfil e comportamento único. O estudo do “coronel”, em seu ver, deve ser entendido de forma mais complexa do que aponta o senso comum que o entende como aquele “cabra-macho” para com as “fêmeas”, mas também aquele “cabra-macho” pela “brabeza”, disposto a matar, mandar matar, dar surras e ter valentia para desafiar. Para além dessa representação mais tradicional, existiam também “coronéis” com outras facetas como o “coronel médico”, o “coronel-advogado”, o “coronel-religioso”, etc. E essa pluralidade de coronéis, para Machado, utilizava a imprensa para consolidar sua dominação. No caso de Araguari, cidade analisada pelo autor, esta tinha um papel primordial para a construção de uma cultura política coronelista, seu papel era ativo, não funcionando apenas como uma fonte de divulgação de informações.<sup>279</sup>

Em Uberaba não era diferente de Araguari. A imprensa do setor ruralista expressava esse papel de construtora de uma cultura coronelista no município. Era dentro desse viés que por proposta dos vereadores tenentes-coronéis Manoel Borges de Araújo, Francisco Gomes de Meirelles, majores Domingos Prata e Manoel Terra, a Câmara Municipal aprovou em sessão de 03/07/1899 sua representação no Congresso Mineiro contra o projeto do imposto territorial. Na sequência, dias depois, a associação de fazendeiros e comerciantes do município se uniu para dar origem ao *Lavoura e Comércio*, que no dia 06 de julho de 1899 foi posto em circulação. Com a redação situada na área central da cidade, na rua Vigário Silva, sob a direção de Garcia Adjuto, o primeiro número do jornal se apresentou como propriedade da referida associação. Seria um bi semanário, publicado às quintas-feiras e domingos. Seu editorial anunciava que a

---

<sup>278</sup> LEAL, Op. Cit., p. 190.

<sup>279</sup> MACHADO, Raphael de Sousa. A cultura política do coronelismo e suas representações sociais: Araguari/MG-1930/1945. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. p. 28-38. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18215>>. Acesso em: 23 out. 2021. [doi.org/10.14393/ufu.di.2016.223](https://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.223).

redação não seria solidária a “doutrinas expensivas”, em artigos assinados ou de colaboração, significando que o jornal nem sempre estaria disposto a publicar tudo que lhe fosse enviado. Além disso, o aviso destinado ao público foi o de que, diante da larga distribuição desse primeiro número, aqueles que não quisessem fazer a assinatura do periódico deveriam devolvê-lo. O valor da assinatura anual seria de 18\$000 e a semestral 10\$000, recomendava-se pagamento adiantado.<sup>280</sup>

O discurso proferido por ruralistas fundadores do *Club* em Uberaba era muito semelhante ao emitido por ruralistas de *Clubs* de outros municípios do estado. Sobre o *Club da Lavoura e Comércio de Monte Alegre*, por exemplo, o jornal *Lavoura e Comércio* declarou que no dia 10 de dezembro daquele ano de 1899 iria se instalar na cidade também um *Club da Lavoura* organizado por “influentes e abastados” fazendeiros, “filiados aos dois grupos políticos locais que assim punham termo às suas divergências partidárias para se confraternizarem na defesa da grande causa da lavoura, do comércio e da indústria”<sup>281</sup>. Para assistir essa inauguração foi convidado o diretor do jornal uberabense *Lavoura e Comércio*. Conforme anunciado, no dia marcado, o *Club* foi fundado. Seus oradores justificavam que com sua “fé” nas instituições republicanas se propunham a “trabalhar tenazmente na defesa dos próprios interesses.” Esses estavam de acordo com os intuitos do *Congresso Agrícola* ocorrido em Juiz de Fora, a “cujo Centro se filiava.” A palavra foi passada a Garcia Adjuto, que a convite da comissão promotora da reunião fez considerações a respeito da forma, em seu ver “desdenhosa”, pela qual os governos estavam tratando os setores já citados.<sup>282</sup>

Em relação ao *Club da Lavoura e Comércio de Sacramento*, o periódico divulgou que no dia 17 daquele mesmo mês e ano, dezembro de 1899, fundou-se naquele município igualmente um *Club*: “reinou grande entusiasmo. No dia seguinte foi dirigido pelo *Club*, a Mello Brandão, um ofício de adesão ao *Club* central em Juiz de Fora.”<sup>283</sup> No que se refere ao *Club Lavoura e Comércio de Passos* se criticava a política geral do estado.<sup>284</sup> Em relação aos *Clubs da Lavoura* no sul do estado o jornal *Lavoura e Comércio* também publicou:

[...] continua com grande entusiasmo o movimento de organização de Clubs agrícolas no sul deste estado. Há tempos noticiamos a fundação do Club da Lavoura na opulenta cidade de Passos. Agora chegam

<sup>280</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1-2.

<sup>281</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 03/12/1899. n. 44. p. 1.

<sup>282</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 14/12/1899. n. 47. p. 2.

<sup>283</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 21/12/1899. n. 49. p.1.

<sup>284</sup> P. GETÚLIO. *Lavoura e Comércio*. 11/02/1900. n. 64. p. 2.

notícias da fundação de Clubs idênticos em Ventania, São João da Glória, Carmo e Santa Rita do Rio Claro.<sup>285</sup>

Do *Club da Lavoura, Comércio e Industria* em Aiuruoca se divulgou que no dia 16 de abril de 1900, igualmente, havia sido organizado nessa cidade. Foi citada a quantidade de lavradores, industriais e comerciantes que estiveram presentes, bem como a quantidade que se fez representar por procuração. Não diferente de outros municípios foi votada nessa reunião uma representação no Congresso Estadual contra a lei do imposto territorial. Esse era o elo de combate desses *Clubs*. Uma das justificativas do periódico *Lavoura e Comércio* para a fundação dos mesmos era “um enérgico protesto contra a política de rapina fiscal e atas falsas com a qual a oligarquia exploradora deste infeliz Estado procura se impor a altivez mineira.”<sup>286</sup>

A apreensão em relação ao imposto territorial, dentro de uma sociedade que enfrentou a transição para o trabalho livre e a mudança de regime político trazendo como característica o apego a escravização e ao arcaísmo herdado das relações senhoriais, resultava na preocupação dos donos de terras com a propriedade privada. Essa inquietação refletia na imprensa. A proliferação de vários clubes da lavoura no estado de Minas Gerais e a fundação do *Club Lavoura e Comércio de Uberaba* demonstra que o poder pessoal dos grandes donos de terras continuava latente entre as elites municipais. A estrutura fundiária herdada do Império ainda não havia sido completamente rompida com a República.

## 2.2 O periódico e a busca por representação política em nível estadual

As interpretações sobre o modo como se configurou o regime político brasileiro na Primeira República não são consensuais. Não é objetivo do trabalho aprofundar nessa discussão, mas a apresentação de algumas dessas interpretações ajuda a entender as estruturas de poder que se estabeleceram em Uberaba no final do século XIX, refletindo nos debates estampados em setores da imprensa municipal. Na tentativa de articulação município-estado-União as explicações aqui expostas envolvem a “política dos governadores”, de acordo com autores como Renato Lessa, Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio; os “mecanismos de cooptação das oligarquias”, na ótica de José Murilo de Carvalho; e o “federalismo” que, enquanto modelo político do regime republicano (onde o território passou a

<sup>285</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 03/05/1900. n. 87. p. 2.

<sup>286</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 03/05/1900. n. 87. p. 2.

ser uma federação de estados autônomos e independentes do governo federal), é objeto de interpretação por Antônio José Barbosa, Rodrigo Patto Sá Motta e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Esta última fez um trabalho revisionista sobre as bases políticas do período com o objetivo de contestar a “política do café com leite”. O que esses autores apresentam sobre as estruturas de poder da Primeira República contribui para a compreensão do perfil de imprensa desenvolvido no *Lavoura e Comércio*.

Uma breve apresentação das ideias dos autores citados se torna útil também no entendimento do significado político da imprensa numa sociedade oligárquica e latifundiária. Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, além das transformações no mundo do trabalho, a grande pergunta que se colocava aos maiores proprietários de terras era a forma como iriam manter sua influência política adaptando-se ao novo sistema. As elites que não se alinhavam ou não conseguiam ter voz junto ao governo estadual e da União ficavam sem representação política. Nesse sentido, as elites locais buscavam caminhos para conseguir se integrar a projetos políticos, econômicos ou administrativos que transcendiam os limites municipais. Muitos chefes locais e/ou suas famílias, além de participar dos poderes públicos em suas cidades, ao buscar representatividade política em esferas mais amplas, usavam a imprensa como um instrumento para exercer sua influência. Como expressão de um jogo de forças, em Uberaba, os embates travados entre os jornais *Lavoura e Comércio* e *Gazeta de Uberaba* estavam alocados nessas disputas por poder. Embora ambas as folhas fossem de viés político republicano, para esses anos entre 1899 e 1903, as divergências entre elas em relação ao governador de Minas Gerais eram gritantes.

No entender de Renato Lessa, o governo de Campos Sales representou o início da rotinização do regime republicano. O estabelecimento das normas do funcionamento político da Primeira República teve na alternância de presidentes entre Minas e São Paulo e no voto de cabresto seus maiores exemplos. A tese que o autor coloca é a de que coube ao governo de Campos Sales estabelecer as rotinas políticas e institucionais dessa nova ordem. Segundo o pesquisador, entre 1889 e 1898 o Brasil viveu uma enorme desordem política que impunha como desafio fazer um arranjo político que incentivasse a unidade nacional. Esse arranjo foi a “política dos governadores”, criada para resolver as instabilidades geradas pelo fim do poder Moderador.<sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> LESSA, Renato. O pacto dos Estados. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n. 5. Rio de Janeiro, Nov. 2005. p. 39-41.

Para Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio uma das interpretações para a Primeira República foi a de que ela coincidiu com a decadência econômica de proprietários rurais de numerosas regiões. Em função disso, boa parte deles se tornaram dependentes das funções, dos recursos e da proteção provenientes do aparelho público federal. Outras interpretações, segundo os autores, sublinham que a novidade republicana foi o surgimento de governos estaduais fortemente controlados por grupos oligárquicos. Então, entre o “mandão” de uma cidadezinha e o presidente da República havia uma instância intermediária, o governador, que tinha a função de barganhar favores e verbas em troca de apoio político. Esse arranjo de “política dos governadores” idealizado pelo presidente Campos Sales, entre 1889 e 1930, teria dominado o cenário do regime republicano. De um lado os governadores eleitos deveriam ter a (re)confirmação de seus mandatos diante do Congresso e do próprio presidente da República. De outro, os governadores e/ou o poder estadual concediam autonomia aos chefes locais para decidir sobre os assuntos dos municípios, tendo também autonomia para indicar pessoas de confiança para ocupar cargos estaduais. Em tese, essa organização deveria atender os coronéis, mas na prática era algo que contrariava muitos deles. Alguns grupos conseguiam se perpetuar por décadas no poder, não abrindo espaço para outros. Tal fato se tornava favorável à constante eclosão de conflitos entre as oligarquias. Em várias regiões brasileiras as violentas disputas entre os grupos oligárquicos acentuavam a sensação de regressão social. A vida política republicana havia se transformado, muitas vezes, num campo de tiroteios, barganhas e emboscadas. Os conflitos eram a expressão do coronelismo e do mandonismo local.<sup>288</sup>

José Murilo de Carvalho também tem um olhar sobre a organização do poder político nesse período. Conforme ele, a maneira indireta de neutralizar as agitações na capital era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. O autor explica que uma forma de cooptá-las era submetendo-as a um arranjo que garantisse os seus domínios locais e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife de cada uma. Campos Sales, em seu ver, precisava desesperadamente de paz interna para ter condições de negociar com os banqueiros ingleses a dívida externa contribuinte para a crise econômica do país. A solução de Campos Sales foi criar uma estrutura de governo com sustentação nas oligarquias estaduais.<sup>289</sup> Diante da recessão econômica sua política ficou marcada pelo combate à inflação, contenção drástica dos

---

<sup>288</sup> DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da História do Brasil. In: **Uma República Velha?** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 303-306.

<sup>289</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 31.

gastos do governo e aumento dos impostos, em especial os de importação. À época, o ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, conseguiu elevar o câmbio e produzir superávits orçamentários. No entanto, segundo Carvalho, isso se deu com base numa insatisfação generalizada que ia desde fazendeiros até operários, passando por banqueiros e industriais. O câmbio havia sido elevado, os preços internos foram abaixados, mas isso teve um custo para a população: queda na oferta de empregos e aumento de impostos.<sup>290</sup>

Outro viés de análise para a engrenagem política que se estabeleceu no período é aquele que parte do “federalismo”, que igualmente é objeto de interpretações. De acordo com Antônio José Barbosa, o mesmo foi introduzido no Brasil com a proclamação da República. A maneira mais simples de se definir um Estado Federal, de acordo com ele, é caracterizá-lo como uma forma de organização e de distribuição do poder estatal em que a existência de um governo central não impede a divisão de responsabilidades e competências entre ele e os estados. Nessa perspectiva, o autor avalia que na Primeira República o “federalismo”, marcado pelo amplo domínio das oligarquias, conheceu sua máxima expressão no país. Foi o momento em que os grupos dominantes nos estados tiveram grande autonomia em relação ao poder central.<sup>291</sup>

Já Rodrigo Patto Sá Motta afirma que houve uma tendência dos diversos grupos se organizarem regionalmente. Surgiram grupos regionais em vários estados, sendo os mais fortes os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Estes estados ocuparam posição de destaque na primeira fase republicana. Após 1889 essa tendência de organização regional se consolidou com a formação de PRs estaduais: Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Republicano Mineiro (PRM), etc. Por isso, a palavra chave do momento, para o autor, era o federalismo que, de acordo com sua explicação, era o Brasil sendo composto por uma federação de estados autônomos e independentes do governo federal. A adoção do federalismo para ele teve como forte influência a experiência estadunidense. A partir desse modelo, as elites locais poderiam gozar de uma autonomia não conquistada durante o Império. Os partidos, nesse contexto, representavam uma coalizão de grupos políticos municipais, dominados por famílias e velhos coronéis. Por meio de sua influência econômica e poder de mando, os latifundiários exerciam autoridade sobre os trabalhadores e moradores de sua propriedade, mas também exerciam sua influência até onde seu poder pessoal alcançasse, poderia ser uma região ou até

---

<sup>290</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 31.

<sup>291</sup> BARBOSA, Antonio José. **O Federalismo brasileiro.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-federalismo-brasileiro>> Acesso em: 23 fev. 2021. p. 1.

mesmo um estado. A respeito dos coronéis oligárquicos, o autor salienta que se tratava de homens abastados, poderosos, temidos e até admirados. Poderiam existir grupos adversários nas localidades, mas eles atuavam no mesmo partido e lutavam entre si pelo seu controle.<sup>292</sup>

Autora que também discute o período a partir do federalismo é Cláudia Viscardi. Sua definição é a de que o mesmo era uma construção do projeto republicano na sua principal dimensão. Esse projeto, em sua ótica, era a representação de uma ruptura com o passado monárquico, caracterizado por um Estado centralizado em torno do Imperador. Seu mote era a preconização da descentralização e da autonomia dos estados. Diante disso, os argumentos da historiadora são os de que a normatização do novo regime articulou os compromissos do movimento republicano com os valores compartilhados por seus precursores, que incluíam: desvalorização do povo, democracia pouco inclusiva, cidadania limitada a poucos homens letrados e falseamento da representação política pela construção de um federalismo desigual. Outro argumento apresentado é o de que o federalismo brasileiro foi fundamentado em relação direta com os estados, viabilizando o atendimento de interesses privados via intermediação de chefes locais. Para Viscardi a chamada “política dos estados” ou “política dos governadores”, de Campos Sales, limitou-se a resolver os problemas de sua gestão. A fórmula adotada implicou em meios de conviver com as dissidências políticas sem colocar em risco a governabilidade.<sup>293</sup>

A pesquisadora realiza ainda uma discussão que avalia a predominância política pautada na aliança entre Minas Gerais e São Paulo na questão das sucessões presidenciais, a chamada “política do café com leite”. De acordo com ela, ambos os estados não controlavam de forma exclusiva o regime republicano. Por mais que pesasse sua importância na economia nacional, os produtores de café não eram os únicos a exercer sua influência no cenário político. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco também tiveram participação. O Exército e o Executivo igualmente participaram. Além disso, havia dissensos e conflitos significativos entre os setores oligárquicos.<sup>294</sup> Em resumo, sua tese para contestar a “política do café com leite” é a relativização da autonomia do Estado Republicano, em relação aos interesses dos cafeicultores.

---

<sup>292</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. p. 29-43.

<sup>293</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

<sup>294</sup> \_\_\_\_\_. Aliança “Café com política”. **Nossa História**, ano 2, n.19, maio 2005. p. 45.

Então, para ela, embora o setor cafeeiro fosse hegemônico, o mesmo não era monolítico, pois teve que abrir espaço para abrigar outros setores, em seus diferentes interesses.<sup>295</sup>

Minas Gerais e Uberaba não estavam deslocadas dessas estruturas de poder em que os chefes políticos municipais buscavam formas de articulação às esferas políticas mais amplas, em nível estadual e federal. No Triângulo e no Alto Paranaíba, naquela transição de século, a esfera política era movimentada pelas famílias de poder. Em Uberaba havia os Rodrigues da Cunha, os Junqueira e os Borges; em Uberabinha, os Carrijo; em Patos de Minas, os Macieis.<sup>296</sup> Donos de terras criavam seus próprios jornais e ingressavam em cargos políticos, exercendo seu controle pessoal no campo e na cidade. O coronelismo como fruto das disputas por liderança entre grupos rivais, como visto anteriormente, era também busca por manutenção de interesses políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, os grupos oligárquicos usavam os impressos como espaço da manifestação pública de ideias e como importante veículo de comunicação e reivindicação de interesses na esfera municipal, mas também estadual e federal. Neles, sentidos históricos de diferentes projetos se colocavam em disputa, evidenciando anseios que poderiam se encontrar ou se opor no momento de se construir planos para as cidades.

Era nesse contexto de disputas, onde as elites uberabenses buscavam um caminho para a conformação política entre os poderes municipais e estaduais, que o Partido da Lavoura e Comércio surgiu como um espaço de oposição a Silviano Brandão, então governador de Minas Gerais. Na questão partidária, Brandão era atuante na defesa dos ideais republicanos, participando em Pouso Alegre da fundação do Clube Republicano, em 1877. Ingressou na atividade política pelo Partido Liberal. Com a trajetória iniciada no Império, conseguiu eleger-se deputado provincial, para a legislatura de 1880/1881, também pelo Partido Liberal. Nesse período, suas principais ações parlamentares foram a defesa da integridade territorial do estado, a criação dos municípios de Ouro Fino, São José de Além Paraíba e São João Nepomuceno e foi atuante ainda na causa da revisão da delimitação entre Minas Gerais e São Paulo. Na República elegeu-se senador estadual e depois governador do estado. Em 1898, quando terminou o mandato do então governador do estado, Crispim Jacques Bias Fortes, o sucedeu,

---

<sup>295</sup> \_\_\_\_\_. **O teatro das oligarquias:** uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 49.

<sup>296</sup> SILVA, Rosa Maria Ferreira da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Gerais:** representação, memórias e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18190>>. Acesso em: 20 mar. 2019. [doi.org/10.14393/ufu.te.2015.36](https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.36)

gerando em Uberaba um forte Partido da Lavoura e Comércio em oposição ao seu governo, que tinha como proposta uma administração baseada no aumento de impostos.<sup>297</sup>

A respeito de Brandão, Viscardi comenta que até 1898 Minas Gerais permaneceu à margem da política federal. Para ela, isso só se modificou no momento em que Silviano Brandão “agiu em favor da efetivação de um acordo interno entre as elites mineiras, habilitando-as para uma ação nacional mais realçada.”<sup>298</sup> Para a autora, durante a primeira década republicana o estado encontrava-se imerso em ferrenhas lutas internas, que o impediam de uma participação mais efetiva nos principais acontecimentos nacionais, mas, mesmo assim, segundo ela, Minas Gerais conseguia a ocupação de presidências de comissões do parlamento que, apesar de ter sido a menor de sua história, ainda era uma das maiores do Brasil.<sup>299</sup> Viscardi não aprofunda na discussão sobre Silviano Brandão, mas dá a entender que a situação das intensas lutas internas cessou com a sua ação. Fazendo um confronto entre a afirmação da autora e a documentação da imprensa do setor ruralista em Uberaba, essa parte da “efetivação de um acordo interno entre as elites mineiras” se abre para o debate, pois o que é possível perceber por meio dos materiais consultados é a articulação em todo estado de Minas Gerais de *Clubes da lavoura e Comércio* contra as políticas de impostos aplicadas por Silviano Brandão.

Fora esse aspecto, concorda-se com Viscardi quando a mesma afirma que os atores políticos republicanos eram desiguais e hierarquizados entre si e existia uma renovação parcial desses atores, rejeitando-se atitudes monolíticas.<sup>300</sup> A autora explica que ter uma bancada volumosa no Congresso era condição indispensável para apropriação dos bens públicos. Por isso, a disputa pela ocupação das bancadas eleitorais, responsáveis por alocar os bens federais entre os estados, era intensa. E para conseguir ter força diante da União, os estados deveriam ter um controle das lutas internas das máquinas partidárias. Quanto mais coeso o estado internamente, menor a possibilidade de intervenção federal.<sup>301</sup>

Em relação à questão partidária, André Azevedo da Fonseca afirma que os partidos locais viviam em instabilidade: constantemente se uniam, se dissolviam, mudavam de

---

<sup>297</sup> Por meio de pesquisa no Google não foi encontrado nenhum trabalho historiográfico abordando especificamente a história de vida de Silviano Brandão. No entanto, no CPDOC encontra-se um verbete sobre ele. Ver: MG 1898-1902. Francisco Silviano de Almeida Brandão. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/verbetes>>. Acesso: 30/03/2021. Além disso, na plataforma oficial on-line de Minas Gerais foi possível localizar um pequeno histórico não acadêmico. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governador/francisco-silviano-de-almeida-brandao>>. Acesso: 01 fev. 2020.

<sup>298</sup> VISCARDI, Op. Cit., p. 38.

<sup>299</sup> VISCARDI, Op. Cit., p. 58.

<sup>300</sup> VISCARDI, Op. Cit., p. 51.

<sup>301</sup> VISCARDI, Op. Cit., p. 55.

orientação, se reorganizavam, se dividiam ou se transformavam em agremiações opostas com o mesmo nome. Essa instabilidade, para o autor, inviabilizava o relacionamento com o governo que, por conta disso, não tinha como firmar arranjos permanentes com qualquer grupo dominante. Caso ocasionalmente procurasse atender apenas um dos grupos, gerava insatisfação entre os demais. Fonseca afirma também que um dos poucos movimentos que uniram os coronéis uberabenses na Primeira República foi justamente o *Club da Lavoura e Comércio*, cujo crescente prestígio acirrou ainda mais a obstinação do partido do governador, Silviano Brandão, em vencer as eleições municipais. No entanto, o Partido da Lavoura saiu vitorioso, o que impôs mais obstáculos ao relacionamento município-estado, pois o governo mineiro viu seus adversários políticos no comando da cidade. Diante de toda essa movimentação, os coronéis do município dificilmente conseguiam grandes benefícios do Estado. Isto repercutia na penúria das contas públicas. Sem recursos a cidade se degradava ao enfrentar problemas como o abastecimento de água e energia, a decadência no calçamento e em demais serviços públicos: “destituídos de prestígio político na esfera estadual e carentes de reconhecimento público capaz de legitimar sua representação política, restava aos coronéis da cidade o poder pessoal”.<sup>302</sup>

Nesse contexto, o jornal *Lavoura e Comércio*, ao publicar uma notícia do *Club da Lavoura de Ventania*, trazia seu posicionamento sobre o Partido da Lavoura e Comércio designando-o como “enérgico”, “honesto”, “vigoroso” e disposto a lutar contra a “bandalhice”. Além disso, o periódico anunciava que se fosse preciso o Partido não hesitaria em julgar, fazer uso da violência e providenciar represálias:

Arregimentado e enérgico estava o partido da lavoura antes de seu primeiro pleito, e ainda mais arregimentado e enérgico está depois d'elle, de mais a mais conhecedor de que é capaz a facção que, apoiando cegamente o governo do Estado, dá franca proteção aos seus interesses pessoais. [...] E o partido da lavoura constituído, arregimentado, vigoroso, estava preparado para tudo, menos para uma cousa que ele não conhecia: a bandalhice tradicional, necessária para o triumpho que os governistas conheciam e praticavam, conhecem e praticam em tudo, quando lhes convém. O partido da lavoura não podia na sua honestidade conhecer esse recurso desonesto; na sua força tinha elementos para a vitória. Mas sua desventura foi não se achar armado em defensiva para evitá-la, foi conhecer as rapinagens daqueles que eles desprezam. Elle tem o recurso honesto da lucta aberta e franca em qualquer terreno, e ai daquelles, no dia em que elle julgar precisa a sua força temida para a lucta, no campo da violência, num impulso indomável de quem viu pisados os seus direitos! Elle não conhecerá

---

<sup>302</sup> FONSECA, Op. Cit., p. 40-41.

limites para as suas represálias na luta sem tréguas de conquistar o que lhe pertence. Elle fará, por qualquer meio a queda de quem não subiu (coisa fácil!) e justo é isso!<sup>303</sup>

A partir desse perfil de posicionamento, publicado no jornal, é claro o uso político da imprensa. As elites rurais, atreladas às questões econômicas e do trabalho, utilizavam os periódicos como recurso de afirmação de suas posturas político-partidárias. Para o caso de Uberaba isso fica visível por meio dos debates travados entre os jornais *Lavoura e Comércio* e *Gazeta de Uberaba* em torno do governador de Minas Gerais. Ao participar de discussões acaloradas ambas as folhas (re)afirmavam seus sentidos de contribuir nos rumos do que acontecia na política em nível estadual e de eleger nessa esfera representantes políticos que os agradassem. Nesse momento o redator da *Gazeta de Uberaba*, Militino de Carvalho, se pôs ao lado de Silviano Brandão e se opôs ao jornal *Lavoura e Comércio*, dirigido por Garcia Adjuto. Este, por sua vez, era contra a política do governador. Logo, enquanto a *Gazeta* oferecia flores a Brandão, o *Lavoura* oferecia farpas. Na *Gazeta* ele era tratado com ares de pompa, chamado de “excelentíssimo senhor doutor” e “ilustre presidente do Estado.” No *Lavoura* era tratado como “satrapa” que punha e dispunha a seu talante “os destinos desse mísero Estado”.

O que se nota por meio da imprensa é que as oligarquias locais se encontravam em situações diversas e de muita disputa política se posicionando a favor ou contra o governador. A atuação desses grupos de poder nos periódicos não só de Uberaba, mas de outras cidades triangulinas e de outras regiões do estado de Minas Gerais era um verdadeiro “teatro”. Viscardi, ao longo de seu trabalho “Teatro das Oligarquias”, apresenta todo um vocabulário relacionado ao comportamento teatral dos agentes políticos da Primeira República: “conjunto de atores”, “papéis”, “estados-atores”, “personagens”, “jogo oligárquico”, etc. Essa conotação teatral apresentada por Viscardi se expressava também nos debates dos jornais de Uberaba.

Com o histórico de participar dos debates políticos, a *Gazeta de Uberaba*, a partir de 1899, continuou neles envolvida, dessa vez de modo intenso com o *Lavoura e Comércio*. Fundada bem antes que o *Lavoura*, a *Gazeta* foi contemporânea deste sendo um dos principais órgãos da imprensa de Uberaba na virada do século XIX para o século XX. O jornal *Lavoura e Comércio* tinha um layout muito parecido com o do jornal *Gazeta de Uberaba*. Ainda tendo como diretor-proprietário Tobias Antônio Rosa, a *Gazeta* veiculava notícias oficiais de Vila

---

<sup>303</sup> O *Club Lavoura e Comércio de Ventania* a manifestar-se. J. T. *Lavoura e Comércio*. 14/03/1901. n. 177. p. 1.

Platina e Paracatu. Possuía espaços de publicação quase idênticos aos do *Lavoura*: os dois tinham as colunas “Hospedes e Viajantes”, “A Pedidos” e “Editais”. Igualmente, saía às quintas-feiras e domingos. Assim como o *Lavoura*, reproduzia notícias de outros jornais. Dava muita atenção a assuntos ligados aos setores agrícola, comercial, industrial e pastoril; era também uma voz ruralista. Tanto o jornal *Lavoura e Comércio* quanto o jornal *Gazeta de Uberaba* eram espaços para a manifestação dos latifundiários da região do Triângulo Mineiro. Eram também a representação de uma imprensa ligada aos grupos oligárquicos.

Não havia uma uniformidade de ideias nos jornais que circulavam na cidade. Numa crítica à *Gazeta de Passos*, que havia publicado um texto em defesa a Silviano Brandão, o *Lavoura e Comércio*, em artigo não assinado nas duas primeiras colunas situadas na primeira página, afirmava que se a escrivania do governador fosse averiguada não se encontraria nenhuma “falcatrua”, nenhum desvio de verbas, porque o mesmo tinha seus aliados com os quais barganhava favores:

[...] como fornecer provas? Como saber qual a verba escriturada com verdadeira fidelidade? Qual a simulada? Um balanço em todas as secretarias, em todas as coletorias e mais repartições arrecadoras do Estado não seria satisfatório; seria ainda mister recorrermos aos testemunhos dos comparsas das falcatruas para dizerem se os serviços custaram realmente a quantia escriturada. Ora, estes ou seriam seus inferiores hierárquicos ou estranhos ao pessoal das Secretarias, mas vinculados à administração pelos favores recebidos e pela esperança de favores a receber. Podendo ser mesmo co-reos do crime.<sup>304</sup>

O descontentamento político expresso no jornal, nesse ponto, se evidencia pela insatisfação em relação às quantias gastas pelo governo estadual nas contas públicas e se questionava qual o seu verdadeiro destino aos olhos dos contribuintes. Elucidando um possível caráter fraudulento, o *Lavoura e Comércio* tecia fortes críticas à forma como o governador geria a economia mineira. Afirmava-se que enquanto a “razoura econômica do Dr. Silviano” cortava “cerce as raízes do progresso do Estado”, crescia de maneira desmedida o “matagal dos impostos”. Além da implantação do imposto territorial o governador era acusado de não ter idoneidade na formulação dos contratos da administração pública e atrasar o pagamento dos “magros vencimentos do funcionalismo público.”<sup>305</sup> Criticava também as ideias de Silviano Brandão para os ensinos primário e secundário:

<sup>304</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 14/07/1899. n. 21.

<sup>305</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 05/10/1899. n. 27.

Não estranhamos a pecha de contradições que nos assaca o colega: de outro modo não tem sido tratados os nossos argumentos pelos corifeus do Silvanismo. Mas como estas colunas não são uma escola de lógica, temonos dispensado de ensinar a esses patetas que, sofrendo de icterícia intelectual, vão em tudo encontrando contradições. [...] o Dr. Silviano Brandão, a título de economia e para fazer face aos compromissos do Estado, viola a fé dos contratos dos seus velhos servidores, leva ao boléo as disposições constitucionais que a protegem; grava o proprietário territorial com vexatórios impostos, de mais a mais inconstitucionais; faz retroceder dez anos o progresso do Estado com a desorganização de um plano de ensino integral pela supressão, a esmo e sem critério, de cadeiras da instrução primária e secundária.<sup>306</sup>

A imagem de Silviano Brandão que o *Lavoura e Comércio* estava construindo, portanto, era a de um governante que retardava o progresso de Minas Gerais. As críticas não paravam por aí. Até mesmo o valor que o governador gastou numa recepção a Campos Sales foi interrogado. Essa recepção, mencionada no jornal como “bíblico festim”, foi caracterizada como um ato criminoso. Outro argumento apresentado a respeito de sua postura era o de “ódio político”. A conotação exposta no jornal dava a entender que esse ódio não era privilégio do governante, pois estaria incutido nas engrenagens de poder da esfera nacional. A República era vista como uma máscara que relegava os estados à sucessão de famílias no poder, que o jornal designava como “satrapias dinásticas”:

[...] realmente é abominável o ódio político, digno certamente das fogueiras eternas. Mas há uma coisa pior que o ódio político, é esse engrossamento hediondo que se alastra assustadoramente pelo organismo nacional gangrenando lhe todas as fibras, reduzindo-o a uma asquerosa chaga. Ao ódio político pode se objectar todos os defeitos; uma qualidade, porém, lhe releva os muitos males de que é portador é a coragem moral da luta contra o poder, contra esta mascarada republicana que vai reduzindo os Estados a satrapias dinásticas.<sup>307</sup>

Ainda criticando, de acordo com o *Lavoura*, um telegrama oficial publicado no *Jornal do Comércio*, de Juiz de Fora, trazia a notícia de que o governador havia conseguido uma redução de 10% sobre os fretes para produtos que circulariam fora do estado, mas segundo o periódico, o mesmo havia prometido conseguir uma redução de 20%. Em contrapartida a essas declarações o *Diário de Minas*, órgão oficial de Silviano Brandão, declarava que o mesmo

<sup>306</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 14/07/1899. n. 21.

<sup>307</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 14/07/1899. n. 21.

havia cumprido sua promessa. A declaração do *Lavoura* a esse respeito era: “decididamente reina do alto a garotice”. Criticava tanto a postura do *Jornal do Comércio* quanto do *Diário de Minas*: “E, dizer-se que todo o elenco da redação do Diário de Minas faz parte, hoje em dia, pela fraude e pelo assassinato, do Congresso Federal! E ao Jornal do Comércio, de Juiz de Fora, que vive a xingar o partido da lavoura de quanto nome feio a imaginação lhe empresta, nos associamos preparatórios para grandes e futuras discussões.”<sup>308</sup> A imprensa, nesse sentido, revelava-se um recurso importante para mediação e indução desses debates políticos.

Além de Uberaba, em outras cidades do Triângulo havia grupos oposicionistas a Silviano Brandão: Uberabinha, Araguari, Monte Alegre, Sacramento, Prata, Frutal e Bagagem.<sup>309</sup> Nesse contexto, o periódico *Lavoura e Comércio* se colocava como referência de uma imprensa oposicionista que criticava a condição a qual os grupos que representava se viam relegados. Criticava também a imprensa governista e fazia sarcasmo à forma como esta tratava os oposicionistas:

[...] de inteiro acordo: para a imprensa oposicionista só um auto de fé. Que saudosos tempos aqueles em que pela mínima discordância do pensar ia-se grelhando vivo um cristão! A imprensa governista, essa sim é toda cordura, toda mansuetude: rescende a critério, transfigura-se na verdade. Que seria desse jardim de delícias que tanto nos felicita na hora presente, se a imprensa governista não se lhe tivesse postado a entrada, de flamante espada em punho, a impedir que ali penetre e medre a erva daninha do Espírito do Mal que, deslizando sob a forma disfarçada da serpente oposicionista, procura inocular o espírito de rebeldia, perturbar a paz do venturoso rebanho?<sup>310</sup>

Desde o seu primeiro número o seu programa já afirmava que, entre tantos outros títulos de “empresas jornalísticas”, ocuparia um lugar na imprensa da cidade ao ser espaço para a discussão e defesa de interesses agrícolas e pastoris. Alimentado por “poderoso comércio”<sup>311</sup> suas publicações deveriam ecoar fora do município. Alegava ainda que, “quando os ventos sopravam prosperidade o jornal não haveria sentido de existir, mas com a ruína econômica que sibilava de um extremo a outro do país era necessário.”<sup>312</sup> As “classes” agrícola e comercial de Uberaba, com um “alevantado espírito de progresso” teriam compreendido o momento que

<sup>308</sup> BRANDÃO, Mello (do Pharol). *Lavoura e Comércio*. 18/02/1900. n. 66. p. 1.

<sup>309</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 18/02/1900. n. 66. p. 1.

<sup>310</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 14/07/1899. n. 21.

<sup>311</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

<sup>312</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

atravessavam. Nesse sentido, constituindo-se em forte agremiação, o jornal se propunha a colaborar na solução dos problemas que afetavam os setores que o intitulavam; concorrer para a resolução de dificuldades que no dia a dia do município estavam complicando ainda mais uma situação que em si já era “carregada de nuvens negras e tempestuosas” era seu objetivo. Órgão de propaganda e defesa dos interesses do produtor rural, queria “penetrar em todas as classes, infiltrando-lhes suas ideias.” Em teoria, se afirmava que o jornal em si não teria “mandato”, uma vez que os pareceres emitidos deveriam ser levados à conta do pensamento individual de seu diretor. Uma das afirmações principais da primeira edição foi que seria “certamente político no genuíno sentido da palavra, mas não partidário ou subordinado a agrupamentos políticos.” Em política, afirmavam: “hipotecariam o apoio às instituições republicanas pela convicção de serem estas a única forma de governo compatível com a evolução da civilização.” Às instituições republicanas proclamavam “sólido e indestrutível alicerce de sua existência.” No primeiro número constava ainda que, entre as “muitas desilusões” que os havia apresentado o regime republicano, não figurava a irresponsabilidade dos detentores do poder. Com esse intuito, o *Club da Lavoura e Comércio de Uberaba* deveria ser acolhido como útil colaborador da política governamental. As críticas realizadas “poderiam ser por vezes severas, mas seriam sempre leais.” Os fundadores tinham ouvido falar que a oposição era a melhor colaboradora de um governo e o jornal aderiu a esse modo de pensar, uma vez que os “excessos de paixão partidária envolviam um pouco de crítica.”<sup>313</sup>

Na via contrária, a *Gazeta de Uberaba* partia tanto em defesa de Silviano Brandão quanto em defesa de jornais como a *Gazeta de Passos*. Segundo a *Gazeta de Uberaba* era seu dever de solidariedade não se deixar passar com indiferença os acontecimentos da cidade de Passos, tão criticados pelo *Lavoura e Comércio*. Assim como em Uberaba, como já mencionado, Passos contava com seu periódico *Comércio e Lavoura* e também tinha um *Club*. A postura política adotada pela *Gazeta de Passos*, no entanto, era contrária à do periódico *Comércio e Lavoura*. No âmbito da imprensa, a situação que acontecia em Passos era muito semelhante a de Uberaba. Em ambos os municípios as *Gazetas* se opunham aos apontamentos feitos a Silviano Brandão pelos jornais representantes da *Lavoura e Comércio*. Não passa despercebido também o fato de que o nome do redator da *Gazeta de Uberaba*, Militino de Carvalho, fazia coro ao nome do redator da *Gazeta de Passos*, Alberto Gomes de Carvalho. O sobrenome comum reafirma a atuação dos grupos familiares na imprensa do estado.

---

<sup>313</sup> Todas as citações são do mesmo número e página: **Lavoura e Comércio**. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

Prontificando-se a defender “o amigo” capitão Alberto Gomes de Carvalho, da *Gazeta de Passos*, a *Gazeta de Uberaba* se pronunciou afirmando que um incidente lamentável havia ocorrido entre este e o chefe das oficinas do jornal *Comércio e Lavoura* daquela cidade. O incidente, que o periódico não descreveu, estaria liquidando pelos meios legais a imagem do jornal e dando motivo não só à imprensa “de fora”, como a muitas pessoas da própria cidade de Passos, de fazerem comentários que não representavam a realidade dos fatos.<sup>314</sup>

Além disso, fazendo parte de uma imprensa marcada pelo ruralismo, a discussão sobre o pagamento dos impostos era uma constante nesses jornais. O *Lavoura e Comércio*, por exemplo, abria muito espaço para a discussão e ataque ao imposto territorial. Diferente da *Gazeta de Uberaba* que reservava espaços menores para o assunto. Percebe-se isso por meio de uma tímida nota publicada na sua primeira página informando o nome dos fazendeiros que, contra vontade, tiveram de contribuir com o imposto territorial que, mesmo com muitas críticas de jornais *Lavoura e Comércio* no estado, terminou sendo implantado:

[...] os distintos fazendeiros desse município srs. Tenente-coronel Geraldino R. da Cunha, major Hypollito R. da Cunha, major Theophylo Rodrigues da Cunha, exma. Sra. Guilhermina Cândida de Castro, major Ellezer Mendes dos Santos e capitão Octaviano Martins Borges acabaram de contribuir com as quotas devidas pelo imposto territorial na coletoria desta cidade, relativas ao exercício passado.<sup>315</sup>

Nota-se que os nomes citados remetem ao grupo de fazendeiros, com predominância numérica dos Rodrigues da Cunha que, insatisfeitos com o pagamento do imposto territorial, fundaram o *Club* e o jornal. O coletor das rendas estaduais do município aprovou o regulamento para a arrecadação do imposto. A *Gazeta de Uberaba* que apoiava e incentivava sua arrecadação publicou seus editais e noticiou seus prazos de pagamento, ao passo que o mesmo não ocorreu no *Lavoura e Comércio*:

[...] faz saber aos que o presente edital ler, ou dele notícia tiverem, que fica marcado o prazo de 40 dias, a contar-se a partir do 31 do corrente, para que todos os proprietários ou ocupantes do solo, bem como representantes legais dos contribuintes, tais como tutores, curadores, diretores de empresas, companhias, etc., venham a esta coletoria declarar por escrito o valor de seus terrenos e benfeitorias.<sup>316</sup>

<sup>314</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. 22/12/1902. n. 1489. p. 1-2.

<sup>315</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. 19/12/1902. n. 1487. p. 1.

<sup>316</sup> SOARES, Mário Feliciano. *Gazeta de Uberaba*. Data não legível. n. 1490. p. 3.

Dessa maneira, como numa peça teatral, os comentários publicados pelos dois jornais demonstram que os veículos de imprensa do município se portavam de modo diferente frente às ações do governador. Mais do que isso, ao trazer em seu bojo integrantes de setores dominantes vinculados fortemente ao mundo rural, desnudavam a maneira como as elites municipais estavam tentando se integrar às engrenagens do poder político em nível estadual. A situação de disputa e rivalidade política travada entre ambas as folhas perdurou até o momento em que Silviano Brandão morreu e foi sucedido, em 1902, por Francisco Sales:

A proximidade da sucessão de Silviano Brandão no governo mineiro gerou tensão no interior do PRM em torno da indicação do sucessor. Além do nome de Francisco Sales, foi também citado com fervor o do político Bernardo Pinto Monteiro. Em 1º de março de 1902 realizaram-se as eleições, e Sales saiu vitorioso.<sup>317</sup>

A mudança de governador repercutiu na imprensa mineira. A *Gazeta de Uberaba* publicou um artigo que ajuda a entender o universo de disputas políticas travadas em diferentes partes do estado na transição de governo:

[...] o Dr. Francisco Salles, candidato à presidência de Minas, na sucessão do Dr. Silviano Brandão, não sofrerá oposição, recebendo o voto dos grupos políticos contrários que dominam em Uberaba, Juiz de Fora, São João Del Rey, Rio Preto e Além Parahyba. Alguns jornais já publicaram os nomes das pessoas sobre as quais recairão as nomeações para os cargos do futuro governo.<sup>318</sup>

Com o óbito de Silviano Brandão e a eleição de Francisco Sales, a imprensa dos setores ruralista e comercial de Uberaba passou por uma espécie de ruptura no que diz respeito aos debates políticos, pois tanto a *Gazeta de Uberaba* quanto o *Lavoura e Comércio* se viram representados na política estadual; houve um apaziguamento nas disputas. A *Gazeta de Uberaba* elogiou o sucessor de Silviano Brandão: “a sua atitude corretíssima, a sua sinceridade republicana, os seus sentimentos democráticos têm-se imposto de uma maneira admirável no coração de quem quer esta pátria grande e respeitada.”<sup>319</sup> O *Lavoura e Comércio* igualmente

<sup>317</sup> Verbetes sobre Francisco Sales. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SALES,%20Francisco.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2021.

<sup>318</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. 06/02/1903. n. 1493. p. 1.

<sup>319</sup> NÃO ASSINADO. *Gazeta de Uberaba*. Data não legível. n. 1490. p. 1.

não criticou, pelo contrário, as notas sobre Silviano Brandão nas suas páginas foram se tornando cada vez menores. Francisco Sales ficou no comando do governo estadual de 1902 a 1906.<sup>320</sup>

Com a mudança de governador, o Partido Lavoura e Comércio se fundiu ao Partido Republicano Mineiro, em janeiro de 1903. Nesse momento, a *Gazeta de Uberaba* se tornou o primeiro jornal diário do município e daí em diante, até maio de 1909, se dedicou à defesa de interesses gerais e continuou em circulação pelo menos até a década de 1930.<sup>321</sup> Sua publicação não foi contínua, mas isso não diminui sua importância de pelo menos meio século de duração atuando na imprensa uberabense. Já o jornal *Lavoura e Comércio* passou para as mãos da família Jardim, com a participação dos irmãos Francisco e Quintiliano Jardim. Garcia Adjuto continuou como seu diretor sendo responsável pelas questões políticas, mas a partir daquele momento sua redação foi assumida por Francisco Jardim, que incorporou às publicações do jornal a ideia de “órgão imparcial de interesses gerais”.<sup>322</sup> De 06 de julho de 1903 a 08 de julho de 1909, Francisco Jardim ocupou o cargo de redator chefe da folha. Em 1910, Quintiliano Jardim assumiu sua direção e redação. Em 1911, Francisco Jardim se mudou para o Rio de Janeiro para assumir um cargo de destaque no Ministério da Agricultura. Quintiliano ficou à frente da direção e da redação do jornal até seu falecimento, na década de 1960. É lembrado pelo próprio periódico como um jovem que aos vinte e seis anos ficou incumbido da tarefa de “propagar” o jornal no Triângulo Mineiro e em regiões vizinhas. Viajando, esse jornalista teria contribuído para a difusão da folha não só entre uberabenses e triangulinos, mas também entre goianos, ao circular amplamente em cidades e vilarejos daquele território.

O que vale destacar nesse contexto de jornais com diferentes posturas em relação ao governador do estado, nesse período entre 1899 e 1903, é que a imprensa fazia a mediação dos debates, fossem eles gerados no âmbito dos *Clubs da Lavoura* ou não. Em Uberaba, a redação do próprio jornal *Lavoura e Comércio* era um espaço utilizado para a realização de reuniões do *Club*: “o sr. Dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, digno presidente do *Club Lavoura e Comércio*, de Uberaba, convida a todos os membros do mesmo a comparecerem nesta cidade, no dia 2 de julho próximo, afim de se tratar de negócios atinentes ao *Club*. A reunião se

---

<sup>320</sup> Site oficial da Assembleia de Minas. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/30265>>. Acesso: 30 mar. 2021.

<sup>321</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 25/04/31. n. 364. p. 3.

<sup>322</sup> PONTES, Hidelbrando. *Correio Católico*. 18/07/31. n. 376. p. 3-4.

realizará na sala desta redação.”<sup>323</sup> Os participantes desses *Clubs* queriam representatividade em todas as esferas políticas: municipal, estadual e federal. Tanto os *Clubs* quanto os jornais *Lavoura e Comércio* não eram exclusividade de Minas Gerais e muito menos de Uberaba. São Paulo também tinha as suas versões dos mesmos: “O Club da Lavoura de São João da Boa Vista resolveu tratar da reorganização da empresa do Lavoura e Comércio, de São Paulo, tendo para isso expedido circulares para vários pontos do Estado.”<sup>324</sup> Esses *Clubs* e jornais, como já apontado, contavam com a presença dos coronéis e, no caso de Uberaba, os Rodrigues da Cunha, alinhando-se a famílias de poder que também tinham terras, como os Junqueira e os Borges, não mediram esforços para criar o seu próprio periódico.

Nesse imbróglio de debates travados na imprensa, a perspectiva de não representação e insatisfação com os impostos era ruim tanto para os latifundiários, que não conseguiam ter seus interesses atendidos na esfera estadual, como também para o próprio governador do estado que, sem o apoio em massa da bancada ruralista, ficava prejudicado na representação junto ao Congresso Nacional. Mas, ainda assim, pensando na ótica de articulação estado-União, é preciso relativizar essa questão porque, embora não fosse unanimemente apoiado pelos grupos ruralistas mineiros, Silviano Brandão, nas eleições federais de 1902, antes de falecer, conseguiu, ao lado de Rodrigues Alves, eleger-se vice-presidente da República. Só não assumiu o cargo por conta de sua morte. Ou seja, embora Minas Gerais não tenha elegido diretamente um presidente, conseguiu se fazer representar em nível federal por meio da figura de Silviano Brandão. Quem entrou em seu lugar foi Afonso Pena. A respeito desse aspecto presidencial vale ressaltar que Prudente de Moraes era paulista, do Partido Republicano Federal. Seu vice-presidente, Manoel Vitorino, era baiano; Campos Sales era paulista, do Partido Republicano Paulista. Seu vice-presidente, Rosa e Silva, era pernambucano; Rodrigues Alves, igualmente, era paulista, participante do Partido Republicano Paulista. Seu vice-presidente, Afonso Pena, era mineiro, do Partido Republicano Mineiro. Diretamente, Minas Gerais só conseguiu eleger um presidente em 1906: o próprio Afonso Pena que teve como vice o carioca Nilo Peçanha. Essa variedade vai ao encontro do que afirma Viscardi ao contestar a hegemonia de Minas e São Paulo no cenário político brasileiro do período, pois havia outros atores desempenhando seu papel. A autora cita o exemplo das oligarquias não cafeeiras, mas também dos militares e do próprio Estado Nacional.<sup>325</sup>

---

<sup>323</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 24/06/1900. n. 102. p. 1.

<sup>324</sup> NÃO ASSINADO. *Lavoura e Comércio*. 24/06/1900. n. 102. p. 1.

<sup>325</sup> VISCARDI, Op. Cit., p. 48.

Em Uberaba, como discutido acima, tanto o *Club da Lavoura e Comércio* quanto o jornal de mesmo nome foram fundados como espaços de fala de grupos oligárquicos que, além da busca por representação política em nível estadual, se constituíram também como partido, como já apontado. Logo, a existência de um Partido da Lavoura e Comércio, que posteriormente se fundiu ao Partido Republicano Mineiro, ajuda a entender a forma como, na virada do século, o periódico foi utilizado por setores das elites municipais com o sentido político não só de contribuir na mudança de governador, como também de se manter no poder.

### 2.3 O conjunto da folha: suas partes e assuntos discutidos

De acordo com Álvaro Santos Simões Júnior, no século XIX, uma folha diária possuía uma parte editorial, que publicava matérias produzidas pela redação e por colaboradores regulares ou eventuais. Havia também uma parte comercial onde se estampavam anúncios de estabelecimentos (chapelarias, perfumarias, alfaiatarias, sapatarias etc.), de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados) e de produtos manufaturados (principalmente medicamentos). Saíam ainda as sessões “Editais” e “A pedidos”. “Editais” ocupava preferencialmente as duas primeiras das costumeiras quatro páginas, variando de jornal para jornal, enquanto “A Pedidos”, nas palavras do autor, veiculava calúnias e descomposturas. Havia as sessões fixas, as notas breves e variadas sem assinatura, as crônicas dos debates e votações na Câmara e no Senado, as notas sociais sobre aniversários, bodas, etc., as informações sobre espetáculos em cartaz, a relação de publicações recentes enviadas à redação, as ocorrências registradas nas delegacias, as notícias de outras praças comerciais, os comentários dos principais fatos da Europa e da América, o debate de questões locais como carestia, carnes verdes e outros. A nota “O câmbio” trazia as cotações da libra esterlina. “Folhetins” apresentavam romances seriados e algumas sessões diárias com o nome, as iniciais ou o pseudônimo conhecido do jornalista responsável. Contavam também com os colaboradores que publicavam semanalmente.<sup>326</sup>

O jornal *Lavoura e Comércio*, para o período aqui analisado, 1899 a 1903, ainda não era um diário, mas muito dessa estrutura e organização editorial apresentada por Simões Júnior estava presente. Embora as discussões sobre política e economia tivessem destaque, outros assuntos também eram abordados: ciência, poesia, literatura, vida social, humor, etc. A

---

<sup>326</sup> SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 136. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/95/449>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

existência de articulistas diversos, que tinham espaços e papéis próprios, mostra que o jornal era um ambiente de muitas vozes. Sua estrutura editorial contava basicamente com três tipos de textos: os não assinados, os assinados e as notas, fora isso, nas últimas páginas havia os anúncios publicitários. A parte dos textos ficava concentrada na primeira e na segunda página. Nos dois primeiros anos os textos da primeira ou das duas primeiras colunas, da primeira página, poucas vezes foram assinados. Tudo leva a pensar que a maior parte foi escrita pelo próprio Garcia Adjuto, diretor do jornal, que, além de cuidar da parte administrativa, era o responsável pelo viés político de tudo que era noticiado.

Com a abordagem de diferentes tipos de assuntos, havia as sessões e as colunas. Além de estampar a já debatida disputa política travada entre integrantes dos *Clubs* da lavoura e comércio do estado e Silviano Brandão, para o período entre julho de 1899 e dezembro de 1903, o jornal percorreu sobre a divisão territorial entre Minas Gerais e São Paulo; publicou folhetins; divulgou ciências e tecnologias no campo; apresentou artigos a partir dos quais se notava as relações do campo com a cidade; apresentou prescrições a agricultores e pecuaristas seguindo os ditames do movimento sanitário; discutiu sobre os negócios do gado; reproduziu materiais de outros periódicos; articulou correspondentes em várias cidades; abriu espaço para articulistas variados comentarem sobre questões políticas; apresentou artigos sobre a Monarquia e a República; debateu sobre educação e abriu espaço, ainda que com um número reduzido, para a participação de mulheres. Isto é, até a morte do governador a tônica do jornal foi o embate político-econômico, mas isso não impediu naqueles anos a discussão de outros assuntos. Com inúmeros colaboradores<sup>327</sup> o periódico contava com um quadro de colunistas parcialmente fixos, mas havia espaço também para colaborações esporádicas. Seus participantes apresentavam particularidades que os individualizavam. A forma como cada um lidava com as

---

<sup>327</sup> Antonio Garcia Adjuto, Manoel Felipe de Souza (M. F.), Frederico Maurício Draenert (F. M.), Alexandre Barbosa, Sylvio Dinarte, Glycerio Rodrigues (G. Rodrigues), X., N., Atchim, João Quintino Teixeira, José Manoel Palmeira da Silva, Francisco Martins Viana, O. (Simplícissimus), Heitor Ivanoff, Gomes da Silva, F. Bernardino da Silva, A. Saltão, Joaquim de Araújo Vaz de Mello, Pedro Tavares Júnior, J. Soares, Lauro Severiano Muller, Ernesto Pena, Ivo (o Tapuyo), João Floriano, Melanio Feliciano Soares, Mello Brandão, Afonso Rato, Germano Vert, Dr. Lamartine Guimarães, Pedro Ivo, Dr. A. Caire, Pedro de Carvalho, Kalyppino, José Maior, Viola no Saco (Z. G.), José Luiz Alvares da Silva, Joaquim Antônio, César Alvim, W. Bello, Eça de Queiroz, Sylvio Romero, Padre Vicente Dalla Riva, Ignez Sabino, G. V., Hidelbrando Pontes, Barão de Saramenha, Ernesto Rodrigues da Cunha, D. V., Vidal de Oliveira, Pedro Salazar, Glycé Rios, P. X., Basílio, Maria Augusta Ribeiro, Badoin, Gastão de Deus, C. Mello, Coelho Neto, V. M., João Ferreira Mascarenhas, Padre Inácio Xavier, Ernesto Adolpho, David M. Campista, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, J. M., João Correa de Moraes, João Ferreira de Moraes, Mitras Netto, Dr. Phillipe Ache, Sarah Bernhardt, Carola Redondo, Clodion Cardoso, João Vieira de Almeida, Ricardo Paranhos, Gregório Xis, Diocleciano Vieira, Raul Pompéia, Fravas e outros.

polêmicas, seus modos de abordar os temas, as formas de se definirem para os leitores e suas motivações para escrever tinham características próprias. A mudança de colaboradores nem sempre implicava uma mudança de assunto discutido. O que mudava era o ponto de vista de cada um. Contudo, esse ponto de vista, na questão política e econômica, não deveria extrapolar a aspiração geral dos grupos dirigentes do jornal, o combate do imposto territorial e do governo de Silvano Brandão.

Na primeira página de seu número inaugural, além do programa e da história da fundação do *Club*, constava um artigo intitulado “Aos lavradores desta zona” e uma nota “Contra o imposto territorial”. Na segunda, havia uma “Notícia sobre a questão do limite entre o Estado de São Paulo e Minas Gerais”, uma nota sobre a matriz de Uberaba e a coluna “Pennadas Furtivas”. Na terceira página estavam as sessões “Parte Forense”, “Chegadas e saídas”, “Interior”, “Exterior”, “observações meteorológicas” e uma poesia de Guerra Junqueira. Assinaram essa primeira edição os articulistas João Floriano, Doutor Lamartine Ribeiro Guimarães, tenente Arthur Andrade, tenente coronel Vicente de Macedo e havia um texto assinado pelo Marechal Floriano Peixoto. No que diz respeito à questão de doutores, tenentes e coronéis que inúmeras vezes estamparam as páginas do jornal, André Azevedo da Fonseca ressalta que desde o início do século XX os líderes políticos municipais nem sempre eram autênticos coronéis, porque com a difusão do ensino superior entre as elites regionais surgiu uma geração de médicos e advogados que, em um país de população analfabeta, também se habilitariam a cargos políticos. Mas isso nem sempre repercutia em relações conflituosas:

[...] a despeito de alguns interesses divergentes, o coronel e o doutor atuavam em verdadeira simbiose: o primeiro entrava com a influência pessoal e familiar, com os recursos financeiros e com o peso da tradição; o segundo encarregava-se das campanhas jornalísticas, da oratória em solenidades e dos debates parlamentares. [...] Desse modo, as novas condições fizeram com que o coronel se posicionasse no fundo do cenário, deixando, porém, no primeiro plano de direção política, os filhos e genros doutores: a face moderna do coronelismo.<sup>328</sup>

Nesse ângulo, para aquela transição de século, em vários números do jornal foi identificada a presença desses dois perfis de pessoas assinando as publicações, tanto tenentes coronéis, quanto médicos, advogados e engenheiros. O periódico trazia assuntos de interesse

---

<sup>328</sup> FONSECA, Op. Cit., p. 61.

principalmente de fazendeiros e comerciantes, de fazendeiros em maior quantidade. Nos demais espaços poderiam aparecer variações de temas, incluindo as “Pennadas Furtivas”. Havia também as sessões “Repartições Municipais”, “Editais”, “Notícias religiosas”, “A Pedidos” e “Carta Aberta”. Estas duas últimas poderiam aparecer juntas ou separadas. A respeito da sessão “A Pedidos” vale a pena elucidar que, conforme afirma Matías M. Molina, vários periódicos do fim do século XIX e boa parte do século XX publicavam sessões com esse nome. Nelas eram estampadas cartas apócrifas, acusações, piadas, recomendações médicas, reclamações, anúncios comerciais e brigas políticas, sendo usadas também para defender ideias e, principalmente, para atacar os inimigos de maneira anônima.<sup>329</sup> Publicavam-se igualmente boletins financeiros, pequenas notas sobre a cotação do câmbio e as altas e baixas do preço do café, além de notas sobre o gado. Havia a “Parte Policial” e “Mercado de Uberaba”, que apresentava os nomes e os valores dos produtos que entravam na cidade. Notas de falecimento de pessoas consideradas ilustres na urbe e na região, em especial coronéis que eram exaltados, também tinham seu espaço. Havia ainda a “Parte Oficial”, onde se publicavam atas da Câmara Municipal, balancetes, correspondências oficiais e comunicados a vereadores ou representantes políticos do município. Nos seus primeiros anos de circulação, o *Lavoura e Comércio* foi também o órgão oficial da vizinha cidade Prata.

Assim como cada coluna tinha uma função, cada colunista tinha um papel. Alexandre Barbosa, que no jornal é citado como geógrafo, com sua série intitulada “Notícia: sobre a questão de limites entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais”, por meio de dados extraídos de documentos históricos, apresentava um conjunto de informações a respeito dos limites geográficos e administrativos entre Minas e São Paulo. Na perspectiva desse colunista, tal discussão começou à época das capitânicas, quando os governos de São Paulo e Lisboa entraram em acordo sobre os pontos geográficos que delimitariam ambas as áreas. No século XVIII a divisa reconhecida pelo governo paulista era a Serra da Mantiqueira. No entanto, o autor explica que foram os próprios paulistas que entraram com o pedido de remoção do limite, levando argumentos ao rei português. Não o julgavam ilegal, mas “improporcional” e “inconveniente” pela “dificuldade de prenderem-se criminosos.”<sup>330</sup> Segundo Alexandre

---

<sup>329</sup> MOLINA, Matías M. *Imprensa em questão – voz dos ouvidores: insultos pagos, muito lidos. Observatório da imprensa*. ano 21. n. 1128. 2021. Disponível em: <<http://www.observatodiodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2020.

<sup>330</sup> BARBOSA, Alexandre. *Lavoura e Comércio*. Notícia: sobre a questão de limites entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. 13/07/1899. n. 3. p. 1.

Barbosa, o governo mineiro protestou, por meio da Câmara de São João Del Rey, afirmando que na realidade o limite seria o rio Sapucaí. O fato é que por meio da apresentação de trechos de documentos históricos, o colaborador foi discutindo a questão dos limites durante vários números do jornal. Sempre apresentando os argumentos dos dois lados para justificar a delimitação que cada governo achava adequada. Seus textos, situados sempre na primeira ou segunda página do periódico, eram verdadeiros artigos com notas de rodapé e referências, sendo um exemplo de como a preocupação em relação à terra e sua delimitação era fortemente presente em Minas Gerais.

Sylvio Dinarte, no primeiro ano do jornal, foi o autor principal do espaço intitulado Folhetim.<sup>331</sup> Em geral, seus escritos tinham como contexto Minas Gerais e Santana do Paranaíba também era citada. Depois dele, nos anos seguintes, escrevendo no mesmo espaço, vieram outros autores como Pedro Salazar e Raul Pompéia. Para além dos Folhetins, havia espaço para a publicação de contos em outros pontos do jornal.<sup>332</sup> Boa parte dos autores escrevia romances e abordava o tema mulheres.<sup>333</sup> Poemas também eram publicados por muitos colaboradores.<sup>334</sup> A reprodução de textos de literatos como Sylvio Romero e Eça de Queiroz também tinha espaço. De Sylvio Romero se publicou o texto “A mulher gaiateira” e de Eça de Queiroz, “Almanachs”.

O Dr. F. M. Draenert, que sem dúvida foi um dos mais influentes colaboradores nos primeiros anos, chegando a ter até três textos publicados numa mesma edição, era o cientista. Tamanha era a influência desse colaborador que, para demarcar a distinção entre textos e assuntos discutidos por ele num mesmo número, se utilizava de duas formas de assinatura: Dr. F. M. Draenert ou apenas a abreviatura, F. M. Foi o colunista que escreveu a maior quantidade de séries para o jornal.<sup>335</sup> Considerado no município um grande cientista, seus trabalhos

---

<sup>331</sup> Sylvio Dinarte escreveu longamente um Folhetim intitulado “Inocência”, que contou com vários capítulos, dentre os quais se pode citar: “O sertão e o sertanejo”, “O viajante”, “A casa do mineiro”, “Os hóspedes da meia noite”, “A carta de recomendação”, “O almoço”, “Desconfianças” e vários outros.

<sup>332</sup> Foram colaboradores nesse tópico: N., J. Soares, Glycé Rios, Ernesto Pena, C. Mello, Coelho Neto, Mitras Netto e Clodoin Cardoso.

<sup>333</sup> Exemplos de títulos que refletiam esse aspecto eram: “Dous Anjos: Marias” e “Véu de fada: madame Acksaman”, assinado por N.; “Flor Selvagem”, de Ernesto Pena; “O fruto proibido”, “Sinhádoná”, “A Cegonha” e “O aroma das Camélias”, de Coelho Neto.

<sup>334</sup> Cita-se: J. Maciel, Paulino de Figueiredo, Modesto de Paiva, Glycerio Rodrigues, Dr. J. F., Phillipe Ache, Luiz Derlino, Gastão de Deus, Honório Guimarães, Antonio Salles, Padre Correia de Almeida e o próprio Manoel Felipe de Souza.

<sup>335</sup> Dentre elas cita-se: O Milho: o seu cultivo nos E. U. da América; Observações Meteorológicas; Indústria Pastoral: as plantas ferruginosas; O Preparo do Solo; A exploração rural das estâncias no Paraguai; Higiene: terapêutica orgânica; Notícias Agrícolas; Comércio da Manteiga no Brasil e sua falsificação; e muitas outras.

possuíam o viés das tecnologias no campo, bem como de sua modernização. Além de ocupar cargos políticos no município, com esse olhar para o campo, havia também Hidelbrando Pontes.<sup>336</sup> Draenert era designado como doutor, Duarte Guimarães e Phillipe Ache também eram tratados dessa forma.<sup>337</sup> No conjunto, o que esses letrados traziam para o jornal era todo um caudal de orientações a respeito do que se considerava moderno e civilizado.

Publicavam-se também artigos a partir dos quais se notavam as relações do campo com a cidade, acentuando os fortes traços da ruralidade no município. A preocupação com o destino do leite ordenhado das vacas nas fazendas era igualmente objeto de discussão. A criação de laticínios e de fábricas de queijos e manteigas na cidade era vista como uma forma de angariar maior lucratividade com a organização da produção e o seu comércio. As feiras de gado, dentro ou fora da urbe, recebiam atenção. Enquanto isso, a prisão de “vagabundos”, por jogatina e outras práticas caracterizadas como ilícitas, era relacionada ao universo do trabalho no campo. Segundo Florisvaldo de Paulo Ribeiro Júnior acreditava-se que a vida desregrada de alguns moradores na cidade implicava a falta de braços para o serviço doméstico agrícola. Essa situação percorria um círculo vicioso que definia o que era considerado um dos maiores problemas nacionais naquele momento: “enquanto as endemias rurais forneciam à cidade homens incapazes fisicamente; a cidade por seu turno, em razão da decadência moral, oferecia ao sertão homens sifilíticos, alcoolizados e tuberculosos.”<sup>338</sup>

Outro caminho para observar as relações do campo com a cidade eram os anúncios. As páginas conferidas à publicidade no jornal permitem a apreensão das interações comerciais estabelecidas entre ambos os espaços. Isto é, os colaboradores que transitavam pelo jornal desempenhavam um importante papel na construção das representações do campo e da cidade, além de apresentar prescrições a agricultores e pecuaristas. Ensinava-se os moradores do campo a lidar com assuntos a ele inerentes. Abordava-se desde a saúde animal e das plantas (epidemias de gados e porcos, alimentação das vacas, destruição das lagartas do repolho, etc.) até à saúde e os comportamentos que os trabalhadores deveriam ter nas fazendas.

Conforme afiança Jean Luiz Neves de Abreu, os agentes do movimento sanitaria, durante as primeiras décadas do século XX, apregoavam o combate às endemias rurais. Boa

---

<sup>336</sup> Exemplos: “Impulsão a agricultura”, “A Indústria Pastoral”, “Excursão à Fazenda do Poscobel: propriedade do coronel Teófilo de Medeiros” e “Old Moore”.

<sup>337</sup> O Dr. Duarte Guimarães escreveu as séries: “Breves considerações sobre o tratamento pela ralneo-terapia e suas indicações clínicas”; “Tratamento de água fria”; “Farinha de bananas”; “Regimen da vida nas grandes capitais”. Já o Dr. Phillipe Ache escreveu a série “A higiene moderna”.

<sup>338</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Op. Cit., p. 106-107.

parte dos colaboradores dos jornais, nesse contexto, possuía a preocupação em educar, instruir hábitos de higiene à população. A promoção de valores higiênicos foi um dos componentes das políticas de saúde em Minas Gerais durante aquele período. Essas políticas, de acordo com o autor, incorporavam elementos do discurso médico-sanitário, “segundo o qual a ignorância das populações era uma das principais causas das enfermidades, tornando necessário promover a consciência sanitária, utilizando-se de recursos modernos de comunicação.”<sup>339</sup> Exemplo desses recursos eram os jornais, difusores de uma educação sanitária. Na especificidade dos artigos do jornal *Lavoura e Comércio* estava expressa a atenção à saúde dos moradores do campo. Hábitos higiênicos, alimentação saudável e a profilaxia das enfermidades relacionadas ao trabalho com os animais e as plantas eram muito discutidos. Ademais, com a finalidade de incentivar o aproveitamento do campo de uma forma considerada moderna e que explorava o máximo possível os recursos naturais<sup>340</sup> abordavam-se temas que agregavam valor nessa vertente.

Em relação ao gado, para todo esse período entre 1899 e 1903, foi feito o levantamento de inúmeras notas<sup>341</sup> e séries.<sup>342</sup> Nessas, se discutia sobre a possibilidade da realização de feiras de gado no município e as inovações dos criadores de rebanhos em outras partes do mundo. Entre as notas se comentava a respeito de vários aspectos ligados ao gado argentino: sua entrada no território, seu sistema de importação, seu comércio e embarque. Havia também uma nota muito recorrente chamada “Negócios do gado”. Suas informações abrangiam as transações comerciais estabelecidas não só em Uberaba, mas também em cidades como Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Além dela havia as notícias específicas sobre as praças comerciais e os gados zebu e china, criados no município e vendidos para outras áreas do Brasil. Tinha ainda aquelas notas

---

<sup>339</sup> ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia. *Revista de História Regional*. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso 11 set. 2015.

<sup>340</sup> José Manoel Palmeira da Silva assinou uma série sobre árvores: “Seringueira”, “Mangabeira”, “Maniçoba Brava”, “Copaíba ou Bálsamo”. João Floriano escreveu sobre a “Indústria do fumo”. O Dr. A. Caire sobre “A soja”. W. Bello sobre “A Indústria Seringueira” e “As próximas plantações”. O dono da abreviatura G. V. assinou a série “O gado e a lavoura”. O barão de Saramenha escreveu sobre “Farinha de Banana”

<sup>341</sup> Exemplos de notas mapeadas: “Gado Argentino”, “Negócios do Gado”, “Carbúnculo no gado em Santa Cruz”, “Entrada de gado argentino”, “Feiras de Gado”, “Transporte de Gado”, “Monopólio do Gado”, “Importação do Gado Argentino”, “Comércio; embarque e importação do gado argentino”, “Peste do gado”, “Gado platino”, “Exportação no Estado”, “Contra os carrapatos no gado”, “Praça de gado”, “Gado zebu e china”

<sup>342</sup> Exemplos de séries mapeadas: “Feiras de Gado em Uberaba”, assinado com a abreviatura V.M. e “Criadores de gado norte-americanos”, de F. M.

que abordavam o transporte, o monopólio, os carbúnculos, as pestes e os carrapatos que atacavam os animais nas fazendas.

A importação do gado no estado também era assunto. Sobre esse ponto vale a pena ressaltar que, de acordo com Maria Antonieta Borges Lopes e Eliane Mendonça Marquez de Rezende, a referência à entrada dos primeiros exemplares do gado zebu no município, que foi tão marcante nas suas feições socioeconômicas no final do século XIX e início do XX, teria se dado em 1889, trazido de outras partes do Brasil. Foi em 1898, de acordo com as pesquisadoras, que tiveram início as importações diretas pelos mineiros do Triângulo, eliminando intermediários, trazendo diretamente da Índia. O coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, que também era muito atuante no jornal *Lavoura e Comércio*, foi o primeiro uberabense a “libertar-se” do monopólio exercido pelos criadores fluminenses ao promover a primeira importação direta da Índia, através da Casa Arens S/A, cuja matriz se situava em São Paulo. Para as historiadoras, se tratou de uma experiência de êxito que abriu novas perspectivas para a pecuária triangulina, refletindo na imprensa ligada ao setor.<sup>343</sup> Nesse sentido, todo o processo de tramitação dos zebuínos era mais um indício de que o mundo rural uberabense, antes e depois da oficialização das importações, dependia das ações dos criadores.

No entanto, um ponto curioso que se averiguou foi a atenção que as notas do periódico davam ao rebanho argentino e não ao indiano. Conforme consta em número do ano de 1900, uma discussão envolvendo o ministro argentino, o presidente brasileiro e a bancada mineira na Câmara dos deputados, estava acontecendo. A ideia do ministro argentino era fazer o gado proveniente de seu território entrar no Brasil livre de tarifas alfandegárias.<sup>344</sup> Essa discussão sobre a importação do gado argentino, também referido no jornal como platino, se fez presente em vários números daquele ano. Lopes e Rezende, consultando jornais da época, os quais não citaram, deduziram que as transações de gado no Rio de Janeiro vinham sofrendo muita concorrência do gado platino. E essa concorrência levou à constituição de algumas sociedades anônimas<sup>345</sup> que tinham como objetivo amparar os percalços e a crise do comércio pastoril.<sup>346</sup> Era nesse contexto, que transcendia o município, que as discussões travadas no jornal

---

<sup>343</sup> BORGES, Maria Antonieta; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **ABCZ: História e Histórias**. 2. ed. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.

<sup>344</sup> LAMARTINE. Importação de gado argentino. **Lavoura e Comércio**. 02/08/1900. n. 113. p. 2.

<sup>345</sup> Lopes e Rezende citam a Companhia Pastoral Uberabense criada em 1890; e a Sociedade Anônima de Pecuáristas, criada em 1901, com sede em Franca. p. 43.

<sup>346</sup> LOPES; REZENDE, Op. Cit., p. 43.

aconteciam. A pecuária local não estava desarticulada de questões políticas mais amplas. Por isso, a necessidade de uma bancada ruralista forte e um jornal com pena afiada.

O *Lavoura e Comércio*, nesse sentido, não poderia ficar restrito apenas à publicação de assuntos do município. Então, abria espaço para a reprodução integral de textos veiculados em outros jornais de Minas Gerais e de outras regiões do país. Reproduziam-se textos do *Correio Paulistano*, do *Diário de Minas*, do *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro), do *Estado de São Paulo*, do *Comércio de Minas*, de *A Tribuna* (de Santos), do *Correio de Itabira* e da *Gazeta de Notícias* (também do Rio de Janeiro). Além de outros que não figuravam no quadro de periódicos da cidade: *O Matim*, *Pelo Sertão* e o *Jornal dos Agricultores*, eram exemplos. Realizava-se também a reprodução de materiais estrangeiros. Um exemplo foi o texto que abordava aspectos da medicina, traduzido do *L'Independence Belge*, por sua vez reproduzido do *Jornal do Comércio*. Somando-se à reprodução de textos integrais, muitos articulistas citavam trechos em seus artigos e discutiam o que estava sendo publicado em outros jornais. Poderiam emitir pareceres, fazer elogios ou críticas. Nessa acepção o jornal abria espaço para o debate, pois os articulistas tinham a opção de criticar e de responder as críticas que recebiam em outras folhas. Manoel Felipe de Souza recorria com frequência a esse recurso.

Acontecimentos locais, estaduais, federais e mundiais eram abordados. Em alguns números havia notícias e informes em sua maioria de outros lugares, mais do que da própria cidade. Essa preocupação em trazer informações da maior quantidade de lugares representava um esforço da imprensa em ser vista como moderna. Ainda que precária e com atraso de recursos técnicos procurava se assemelhar aos moldes das folhas das capitais. Seu esforço era o de contemplar a informação de modo global. A questão da relação do Brasil com outros países e notícias internacionais era algo muito abordado. Divulgavam-se notas sobre a moda parisiense, a unificação da Itália, o café brasileiro na Itália e na Suíça, a Guerra AngloTransvaaliana e a Guerra dos Boers, o assassinato do rei Humberto da Itália, as ações da rainha Victória, a exploração das instâncias rurais do Paraguai, a Alemanha e o sul do Brasil, a relação Chile-Brasil, o trigo argentino, o gado indiano, a coroação do rei Eduardo VII da Inglaterra, a Guerra no Cabo da Boa Esperança, a economia alemã, etc.

Correspondentes de cidades do Triângulo Mineiro, de outras regiões do estado e de outros estados da federação<sup>347</sup> também contribuía para o jornal. Nos primeiros anos de

---

<sup>347</sup> Eram localidades onde o periódico possuía correspondentes: Prata, Santa Maria, Uberabinha (Uberlândia), Frutal, Sacramento, Belo Horizonte, Conceição das Alagoas, Araguari, Araxá, Conquista, Espírito Santo da Forquilha (Delfinópolis), Dores do Campo Formoso (Campo Florido), Aterrado da Franca (Ibiraci), Bagagem

circulação, a segunda página era espaço exclusivo para suas notícias. Os correspondentes poderiam ser chamados também de agentes ou encarregados. E em meio a vários deles<sup>348</sup> se verifica que a presença da oligarquia dos Rodrigues da Cunha no setor ruralista da imprensa não era uma exclusividade de Uberaba. A família tinha seus representantes nos periódicos da região. O que reforçava a manutenção de seu status e seu exercício de poder. Por meio dos textos produzidos pelos correspondentes foi possível inteirar sobre as discussões da imprensa do setor ruralista mineiro; seus textos auxiliaram na compreensão de como as mesmas questões eram tratadas por diferentes pessoas e municípios. As publicações abriam caminho para entender o que as elites rurais da região triangulina estavam pensando, de que forma se posicionavam, quais suas aspirações e de que modo se articulavam. Desse modo, o periódico era um ponto de convergência de muitas vozes rurais.

Vários articulistas discutiam as questões políticas. Garcia Adjuto, além de responder pelos assuntos dessa vertente, fez do *Lavoura e Comércio* o órgão oficial do município e não foi surpresa identificá-lo ocupando cargos públicos. Por meio do mapeamento das colunas e sessões apreendeu-se que foi ocupante dos cargos de: 1º Secretário, Agente Executivo Municipal e Presidente da Câmara Municipal, em 1902. Assinava editais eleitorais e, em 1903, foi citado também como presidente de uma comissão municipal, que o jornal não especificou qual. Além dele, outros<sup>349</sup> articulistas apresentavam pareceres políticos. Discutia-se, por exemplo, os olhares políticos dirigidos às fazendas da região e as eleições municipais e estaduais. Debatia-se a forma como as decisões tomadas em esferas políticas mais amplas recaíam na questão da lavoura em Minas Gerais e de que modo as mesmas afetariam os

---

(Estrela do Sul), Rio Verde (de Goiás), Santa Rita do Paranaíba (também em Goiás), Franca, Campinas, São Paulo (capital), Veríssimo, Abadia de Monte Alegre (Monte Alegre de Minas), Patrocínio, Muzambinho, Conceição do Araxá (Perdizes), Dolores de Santa Juliana (Santa Juliana) e São José do Tijuco (Ituiutaba).

<sup>348</sup> Havia: Ernesto Rodrigues da Cunha, de Santa Maria; Tenente-coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, de Veríssimo; Coronel Ovídio Rodrigues da Cunha, de Abadia de Monte Alegre; Tenente-coronel Ernesto Rodrigues da Cunha, de Santa Maria; Joaquim Marciano Rodrigues, de Dolores de Santa Juliana; O artigo único que cita todos esses correspondentes tem a seguinte referência: NÃO ASSINADO. **Lavoura e Comércio**. 10/05/1900. n. 89. p. 1

<sup>349</sup> João Quintino Teixeira, presidente da diretoria do *Club da Lavoura e Comércio*, igualmente escreveu textos para o jornal: “Manifesto ao eleitorado” e “Ao corsário incondicional”, onde comentava sobre os olhares políticos dirigidos às fazendas da região. João Quintino Teixeira e Carlos Rodrigues da Cunha assinaram um texto intitulado “Eleições Municipais”. Joaquim de Araújo Vaz de Mello: “Alistamento de eleitores estaduais”. F. Bernardino da Silva: “O eleitorado Mineiro: a questão da lavoura em M. G.”. Lauro Severiano Muller assinou um texto sobre “O Decreto nº 799 de 06/01/1903”, que afetava os interesses dos proprietários rurais. Lamartine Guimarães, ocupante do cargo político de deputado federal, discutiu a questão da importação do gado argentino; Ivo, o Tapuyo, assinou textos intitulados “Congresso Mineiro”. Luiz de Mello Brandão, presidente do Centro da Lavoura, Comércio e Indústria de Minas, também contribuiu no jornal com um texto de conotação política intitulado “Aos Lavradores”.

interesses dos proprietários rurais do município. Abordavam-se as finanças do estado e as transações políticas no “Congresso Mineiro” e no “Congresso Nacional”. Como já apontado, a questão da divisão de terras<sup>350</sup> e o Imposto Territorial também eram objeto de discussão.<sup>351</sup>

Durante os quatro anos analisados, o jornal apresentou também artigos<sup>352</sup> abordando os regimes políticos Monarquia e República. Em relação à primeira constatou-se que havia sujeitos que defendiam sua volta. Essa perspectiva estava sendo expressa não só por meio de publicações do *Lavoura e Comércio*, mas também da outra folha ruralista *Gazeta de Uberaba*, que num artigo intitulado “Conferência de Monarquistas” noticiou que “em presença de crescido número de cidadãos de várias classes sociais”, havia acontecido na cidade, mais especificamente no Teatro São Luiz, uma conferência de cunho monarquista. O orador havia sido o senhor Dr. Afonso Arinos de Mello Franco. O artigo ressaltou que o peso numérico de pessoas que compareceram à conferência não queria dizer que todos os presentes comungavam o ensejo de retorno do regime monárquico: “não eram todos do credo político do ilustre hóspede.” Conforme relatado, “existia no teatro núcleo saliente de republicanos que ali foram atraídos, antes pela figura simpática do Dr. Arinos, um dos nossos celebrados cultuadores das letras, do que pela convicção de que sua exma. iria esmagar a República com uma argumentação convincente.” O artigo cita como correligionários do Dr. Arinos os senhores barão de Saramenha e o Dr. João Teixeira, que também discursaram na sessão. Um dos participantes da reunião, o Dr. Américo Macedo, representando outro grupo de lavradores, teria pedido a palavra para realizar um protesto. Segundo Macedo, os *Clubs da Lavoura* seriam um disfarce do Partido Restaurador que, criado em 1831 por comerciantes portugueses, burocratas e militares, apresentava uma postura conservadora e à época defendia o retorno do imperador Pedro I para o Brasil. Macedo relatou satisfação ao afirmar que todos os presentes e os que ele representava eram republicanos e que o *Club* fundado no município na prática “se batia” com a República.<sup>353</sup>

Esse episódio no jornal apresenta dois aspectos importantes: (1º) entre os grupos rurais do município não havia uma uniformidade política; (2º) nem todos os lavradores e proprietários

<sup>350</sup> Pedro de Carvalho escreveu sobre “Divisão de terras”.

<sup>351</sup> Melanio Feliciano Soares, David M. Campista, Joaquim Antônio e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada discutiram o assunto.

<sup>352</sup> Vidal de Oliveira assinou a série “A menor das Repúblicas”. Diocleciano Vieira: “Pobre República”. Ernesto Adolpho assinou uma série de nome sarcástico, “A República dos Lunáticos”. João Ferreira de Moraes: “A fazenda: recordações da monarquia” e “Desilusões”. João Quintino Teixeira foi autor de um texto chamado “Vivas à monarquia”. Miguel José da Costa escreveu “Minas chora as suas passadas glórias.”

<sup>353</sup> Todas as citações do parágrafo são do mesmo jornal e número: **Gazeta de Uberaba**. 16/12/1902. n. 1486.

de terras estavam inseridos no *Club*. Vale ressaltar também que, conforme afirmam Aline Guimarães Andrade e Ueber José de Oliveira, o projeto da República propunha, entre outras coisas, adequar o país à ordem capitalista. Parte desse projeto, em Minas Gerais, não se consolidou devido a um conjunto de fatores estruturais no interior de seu território. Dentre esses os autores elencaram não só as divergências derivadas dos diferentes grupos políticos, mas também o fato das forças oligárquicas locais e regionais estarem mais propensas a gastar energia para atender seus interesses particulares do que para atender demandas que transformariam a realidade da maior parte da população.<sup>354</sup> Em Uberaba, os posicionamentos político-partidários e as lutas econômicas eram marcados por divergências. A imprensa nesse ponto expressava e potencializava a rivalidade entre os diferentes grupos, fazendo com que os jornais se tornassem práticas concretas de participação política.

Havia espaço também para séries com temas diversos e para textos de publicação única. Ocorria um dinamismo nas publicações e os colaboradores mudavam. Pessoas, como D. V., Maria Augusta Ribeiro e Gastão de Deus realizavam a tradução de material estrangeiro para a folha. Outro perfil de colaborador era aquele que escrevia sobre assuntos variados como contos, comportamentos, atualidades e política. Nesse caso se encaixava João Correa de Moraes que escreveu contos<sup>355</sup> e séries de vertente pedagógica no sentido de disciplinar os comportamentos, instruir e educar as famílias. Textos literários, não necessariamente contos, também faziam parte de seu repertório, assim como a situação política do país.<sup>356</sup>

A questão da educação igualmente se fazia notar na pena de vários colaboradores, contando com atenção à educação no campo e na cidade. De acordo com Rogéria Moreira Rezende Isobe, no final do século XIX e início do século XX, as escolas eram vistas como instância civilizadora. Administradas pelo Estado, configuravam-se como estratégia “fundamental no projeto civilizador republicano visando à formação de um povo ordeiro, útil e

---

<sup>354</sup> ANDRADE, Aline Guimarães; OLIVEIRA, Ueber José de. O cenário político-partidário no Brasil republicano: os partidos como expressão política das elites. **Anais eletrônicos do XXIX Encontro de História Nacional/ANPUH**. 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489451661\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto-ANPUH-AlineGuimaraesAndrade.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489451661_ARQUIVO_ArtigoCompleto-ANPUH-AlineGuimaraesAndrade.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

<sup>355</sup> Os contos intitulados eram: “Tempestade”, “Minha banca”, “O chapéu de Victor Hugo”, “Mesa de jantar”, “Nomes esquisitos”, “Pobre Pantaleão” e “Natal”.

<sup>356</sup> Os contos eram: “Tempestade”, “Minha banca”, “O chapéu de Victor Hugo”, “Mesa de jantar”, “Nomes esquisitos”, “Pobre Pantaleão” e “Natal”. Na vertente pedagógica com o intuito de disciplinar os comportamentos, produziu as séries: “Instrução e educação: a família” e, sendo dois textos, “A co-educação dos sexos”. Com um viés de escrita literária escreveu também “A mata-prosa”. Sobre a situação política do país, trouxe o texto “Opiniões”. Foram de sua autoria também “Festa do Trabalho”, “Muito a propósito”, “O Caracol”, “O jornalismo” e “A abelha”.

disciplinado que respeitasse as leis, as autoridades públicas e contribuísse na construção do progresso da nação.”<sup>357</sup> Nesse ângulo, a disseminação de escolas, no campo e na cidade, se tornou basilar à construção da civilização no Triângulo. A imprensa desempenhava seu papel nesse processo. No jornal *Lavoura e Comércio* se discutia sobre a importância da educação, as escolas primárias, a instrução pública, o ensino agrícola, as festas escolares e o professorado também era objeto de atenção. Como era contrário ao governador Silviano Brandão, questionava e criticava muito o atraso e a falta de pagamento dos docentes.<sup>358</sup>

Notas e artigos diversos escritos por homens, que abordavam temas sobre mulheres, também eram recorrentes. No entanto, as mulheres também estavam presentes na folha, mas com um peso numérico reduzido se comparado à quantidade de colaboradores do sexo masculino. Além de Maria Augusta Ribeiro, que realizava traduções e assinou várias vezes uma série intitulada “Viagem Astral”, que será melhor apresentada no próximo item, havia Ignez Sabino, que escreveu o artigo “Exposição de trabalhos femininos: às senhoras mineiras”. Sarah Bernhardt, com “A moral e o teatro” e Carola Redondo com o conto “Loli”.

## 2.4 Os papéis de Manoel Felipe de Souza e o humor no jornal

A República repercutiu em transformações e acomodações nas formas de atuação dos intelectuais, uma vez que o jornalismo aparecia também como condição de sobrevivência. Esse foi um dos fatores relativos à imprensa que marcaram a entrada do país na modernidade. Manoel Felipe de Souza viveu essa época. Acumulou diferentes tipos de atuação: de jornalista humorístico e sarcástico a cronista, além de escrivão. Para o que se propunha parece ter alcançado um relativo sucesso e reconhecimento público. Teve o *status* de pertencer à elite intelectual, do qual se esperava dele a competência para os debates do momento em que vivia.

---

<sup>357</sup> ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão**: práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). Tese (Doutorado em Educação) Programa de Estudos pós-graduados em Educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. p. 29.

<sup>358</sup> X. assinou os textos “A importância da Educação”, “Regras para ter êxito na vida” e “Freira francesas”, que trazia informações sobre aspectos da educação em uma congregação de freiras em Paris. Além de X., Germano Vert trouxe considerações sobre “A escola primária e a lavoura” e Gastão de Deus, “Em prol das letras” e “A escola no sertão”. Sobre as escolas e o professorado foi possível mapear os seguintes artigos: “Educação rural”, “A escola primária e a lavoura”, “Instrução pública”, “Atraso de pagamento de professores”, “Escola Normal de Uberaba”, “O ensino agrícola”, “Festas escolares”, “Lei n.º 106 de Educação” (para professores que trabalhavam nas fazendas), “A pedidos” (sobre a criação de uma escola na fazenda Cassu), “Falta de pagamento aos professores”, “Escola Agrícola Luiz de Queiroz” e “Escola normal Livre.”

Conforme abordado no primeiro capítulo, elite intelectual não é necessariamente elite econômica. O colunista se encaixava nesse perfil, pois era um personagem da elite intelectual escrevendo para as elites econômicas do município: diverti-las e fazê-las rir era uma de suas funções. No entanto, sua coluna, de acordo com o que veremos no próximo capítulo, ia além disso, pois criticava as práticas que ele mesmo e também os sujeitos provenientes dos grupos abastados viam como atrasadas. Não fazendo parte dos grupos endinheirados do campo e da cidade, se colocava numa situação onde era preciso assumir papéis que atendiam às expectativas do jornal, permitindo a longevidade de sua coluna. Mas isso não significa que o autor não tivesse voz própria. Pelo contrário, as visões de mundo que expressava eram as de um homem que mesmo sem muitas posses criticava com um tom mordaz os menos favorecidos.

Embora afirmasse escrever de forma livre, foi contratado especificamente para ser o humorista do jornal. As “Pennadas Furtivas”, que já haviam sido publicadas em outros jornais com a proposta humorística, quando passaram a ser uma coluna fixa do *Lavoura e Comércio* seu autor assumiu o compromisso de ter alguma coerência frente às propostas gerais do jornal. Isso é perceptível por meio de seus posicionamentos em relação a assuntos políticos e ao imposto territorial.

Nesse sentido, entender os papéis de Manoel Felipe de Souza, enquanto intelectual da *Belle Époque*, passa pela compreensão dos limites de sua atuação dentro da proposta geral do jornal e a exposição de suas opiniões pessoais dentro da folha. Essa questão, nos estudos sobre a imprensa, abarca o problema da liberdade e da autonomia do intelectual dentro de um campo de forças delimitado pela linha editorial do jornal e as visões de mundo que a mesma fazia valer. Não se tratava de uma questão dicotômica onde as explicações do colunista para o mundo se baseavam em posições de “contra” ou “a favor” em relação ao setor ruralista. Essa maneira de ver seria muito simplificadora. O fato é que suas opiniões, de certo modo, não deveriam infringir os posicionamentos políticos aos quais o jornal aderiria. O que estava em jogo era o seu “ganha pão”, teria que cumprir a função para a qual fora designado sem abrir mão de sua personalidade e seu estilo de escrita. Precisava se equilibrar entre o ruralismo expresso pelo jornal e a liberdade para manifestar suas opiniões pessoais. Nessas circunstâncias, quando não podia emitir de forma escancarada seu modo de ver uma situação, escrevia nas entrelinhas, ironizando e deixando o leitor a entender.

Robert Darnton, ao abordar uma “história dos livros”, chama atenção para o circuito de comunicação que se elabora do autor de um texto, ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao

vendedor até chegar ao leitor, o qual encerra o circuito. Cada etapa desse processo, segundo o autor, é marcada por inter-relações, que variam no tempo e no espaço, com outras dimensões da realidade (política, econômica, social, cultural).<sup>359</sup> Levando em conta essas observações de Darnton e partindo da perspectiva de que no Brasil do período estudado os jornais eram um dos principais meios de comunicação e difusão de ideias entre as elites letradas, tudo leva a pensar que a recepção do *Lavoura e Comércio* e das “Pennadas Furtivas” não se destinava a um público numeroso. Quem lia o jornal e a sua coluna eram, provavelmente, pessoas pertencentes a grupos restritos da sociedade: outros intelectuais, letrados atuantes em diferentes profissões de prestígio, membros da Câmara Municipal, funcionários públicos e também abastados comerciantes e fazendeiros das localidades onde o jornal circulava.

Na transição do século XIX para o século XX, a profissão de jornalista ainda não era regulamentada. Por isso, boa parte dos intelectuais que escreviam no *Lavoura e Comércio* não eram jornalistas de ofício, tinham outras ocupações como médicos, advogados e engenheiros. Manoel Felipe de Souza se alocava nesse quadro. Assim como outros colunistas, dedicava-se ao mundo das letras, mas trabalhava também como escrivão para sobreviver. Segundo Rubens de Oliveira Martins, a vida cultural herdada dos últimos anos do Império, com sua estrutura e valores definidos, passou por transformações advindas com a República. Surgiram novas situações para o pensamento e para a sociedade. Havia, por um lado, uma clivagem entre as atitudes de uma intelectualidade boêmia, remanescente de correntes do pensamento baseadas no Romantismo e, por outro, atitudes de uma intelectualidade que com as mudanças provenientes da República ficou marcada pelo incentivo à adoção de um novo modo de comportamento social, aquele que se baseava na ideia de sociedade civilizada.<sup>360</sup>

De acordo com o autor, as formas de representação e de reconhecimento dos homens de letras nesse período tinham sentido dentro do imaginário da sociedade contemporânea a eles. Explica também que, no caso do Rio de Janeiro, a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, presidida por Machado de Assis, foi um marco decisivo para que se iniciasse uma mudança nos padrões de comportamento e reconhecimento dos ilustrados. O estereótipo do artista desajustado cedeu lugar ao intelectual comportado e portador de uma postura condizente com a imagem oficial pregada pela República. O tipo de letrado caracterizado pelo

---

<sup>359</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>360</sup> MARTINS, Rubens de Oliveira. **Belle Époque literária e Modernismo**: Oswald de Andrade entre dois mundos. v.15. n. 2. p.240-270. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso: 26 fev. 2020.

escritor-boêmio passou a ser substituído pelo intelectual cuja seriedade estava regrada pela Academia de Letras. A presença desta significou uma institucionalização da vida intelectual, definindo novas formas de sociabilidade entre os indivíduos que dela participavam. No entanto, isso não significou a completa abolição de uma sociabilidade boêmia. O fato é que a imagem do homem de letras estava passando por um processo de transformações.<sup>361</sup>

Ainda de acordo com Martins, a transição do Império para a República repercutiu numa espécie de conflito no interior das elites tradicionais, onde os fazendeiros se viram na necessidade de (re)construir suas posições de poder a partir da busca de projetos capazes de lhes conferir a legitimidade necessária para a substituição daqueles nexos sociais e políticos trazidos do Império. As elites dirigentes do país, por meio de seus jornais, praticavam, nas palavras do autor, uma espécie de “mecenato” em relação a muitos intelectuais.<sup>362</sup> Portadoras de um caráter patriarcal e senhorial, famílias abastadas das oligarquias conferiam certo prestígio aos ilustrados. Ao que parece, era essa a situação de Manoel Felipe de Souza no *Lavoura e Comércio*. O autor recebia pelos seus escritos enquanto nutria seu prestígio. Seu *status* de elite intelectual contribuía para o fortalecimento de sua imagem enquanto alguém com a competência necessária para tratar com humor os debates da época.

Autor que também trouxe informações a respeito dos intelectuais no contexto da *Belle Époque*, ajudando a entender a situação do colunista no periódico, foi Nicolau Sevcenko. Em sua ótica, os ideais cultivados pelos homens de letras na transição do Império para a República revelaram um processo de precarização da atividade intelectual. Muitos ilustrados alinharam-se ao jornalismo e se submeteram ao processo de mercantilização das letras, onde começaram a proliferar os escritos “de encomenda”, necessários à subsistência. Conforme descreve Sevcenko, aqueles “mosqueteiros intelectuais” transformaram-se em “paladinos malogrados”, desiludidos com as promessas não cumpridas pelos governos republicanos: ou tornaram-se marginais, “mosqueteiros sem missão”, ou adaptaram-se ao que a realidade do sistema exigia. A figura de “mosqueteiro”, segundo o autor, era atribuída aos homens de letras que assistiram à abolição e à República. Nesse período de transição, o jornalismo acabou por definir um novo espaço e uma nova forma para a atividade intelectual. Em sua perspectiva, já não havia mais os grandes espaços reservados para os folhetins literários, que foram paulatinamente substituídos pela coluna de crítica ou de resenha. O gosto do público começou a tender para as reportagens

---

<sup>361</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 240-270.

<sup>362</sup> MARTINS, Op. Cit., p.240-270.

sobre o cotidiano ou sobre fatos sensacionalistas. Nessa situação, o pesquisador explica que a estratégia adotada por boa parte dos intelectuais da época, visando definir a sobrevivência, passou a se basear na capacidade de “ser comentado” pelo grande público. Poderia ocorrer inclusive adotarem atitudes e opiniões esperadas pelos leitores, mesmo que não concordassem com elas. Notava-se uma mudança operada em sua condição social, tornando-os cada vez mais dependentes do trabalho nas redações dos jornais.<sup>363</sup>

Essas considerações sobre os ilustrados da *Belle Époque*, tanto de Rubens de Oliveira Martins quanto de Nicolau Sevcenko são importantes para compreender a atuação de Manoel Felipe de Souza no jornal. Ambos ajudam a perceber que o autor inseriu-se em um grupo de intelectuais cujas atitudes visavam ensinar comportamentos sociais entendidos como adequados à civilização. Era um intelectual que, com a necessidade de assegurar a sobrevivência, precisava se adaptar à realidade jornalística do momento. Nesse sentido, no cotidiano o colunista apresentava a conduta de um sujeito que se dedicava à pena. Tinha como traço singular o posicionamento crítico, não fazendo nem o perfil de intelectual boêmio-desregrado, nem o perfil de intelectual institucionalizado, de Academias.<sup>364</sup> Por um lado, a imagem que construía de si era a do intelectual que seguia os preceitos da República: “trabalhador”, “pai de família”, responsável pela criação de cinco filhos; um “homem ordeiro”. Por outro, por meio das representações registradas em sua coluna, a imagem que se constrói para este colunista é a de alguém que tratava os comportamentos que não o agradavam com desprezo, zombaria e gozação. Alguém que usava sua intelectualidade e erudição para se colocar num patamar que considerava superior, num outro nível de civilização. Fazendo coro a outros colaboradores, os projetos de sociedade apresentados no jornal tornavam o domínio das letras um expoente de civilização. Ser alfabetizado e ter um espaço de escrita no *Lavoura e Comércio* era não só um instrumento de luta política, mas também um mecanismo de distinção.

Embora afirmasse que o humor e a pilhéria eram seus principais recursos de escrita, sua coluna trazia outros elementos. Conforme discutido no capítulo seguinte, suas “Pennadas Furtivas” eram um espaço de crônica, porque além do humor seus escritos acionavam outros recursos como ficção, metáfora e figuras de linguagem. O humor que visava despertar o riso provocativo e debochado era uma arma que colocava a coluna em um patamar além do

---

<sup>363</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

<sup>364</sup> A Academia de Letras do Triângulo Mineiro foi fundada em Uberaba só em 1962. Informação disponível em: <[www.ademiadeletrasm.com.br](http://www.ademiadeletrasm.com.br)>. Acesso em 13 mar. 2020.

entretenimento. O colunista por vezes aparentava um comportamento ressentido, uma vez que escrevia para os abastados sem ser um deles, e era um homem pardo, característica que despertava preconceitos à época, e raramente se posicionava como tal. Seus textos nem sempre tinham o caráter leve que ele anunciou nos primeiros números, quando apresentava a coluna para os leitores do jornal. Assim sendo, utilizava o humor, mas também outros recursos que resultavam em textos marcados pela crítica ácida e pelo escárnio.

Nesse ângulo, produzir crônicas utilizando-se de vários recursos de escrita, em especial o humor e a crítica ferrenha, fazia parte do repertório intelectual de Manoel Felipe de Souza. É importante destacar que no jornal se caracterizava como humorista e era visto por outros colaboradores dessa forma. Numa série intitulada “Chronica”, por exemplo, Altino Serrano, ao escrever ao “ilustre redactor” do *Lavoura e Comércio*, deixou transparecer seu olhar sobre o articulista e outros intelectuais do jornal: “Manoel Phillipe, o dedicado humorista da fina e correcta forma”; “A. Saltão, o desopilante e muito apreciado satirista”. Altino Serrano cita ainda o nome de outros intelectuais - Bento Ernesto Júnior de Oliveira, Mendes de Oliveira, Belmiro Braga – que em seu ver eram “mimosos talentos que fazem parte dessa phalanga de intelectuais que tanto honram o listtario de Minas.”<sup>365</sup> O ponto de vista que Altino Serrano tinha de Manoel Felipe de Souza era o de um homem de prestígio intelectual e o reconhecia como humorista. Nesse mesmo artigo da série “Chronica”, o autor teceu elogios a quem considerava conveniente, mas também criticou. Um dos “alfinetados” foi José Rodrigues de Paulo, que havia escrito um poema sobre o amor. O articulista não concordou com o que leu. Por isso, afirmou que “antigamente”, antes de se escrever qualquer verso, os intelectuais lapidavam-nos, pediam opiniões para outras pessoas antes de mandá-los para a imprensa, mas naquele contexto em que estavam vivendo, isso não mais acontecia. A queixa do autor era que em outro momento existia um “culto pelas letras” e só se destacavam do “nível da mediocridade aqueles que possuíam verdadeiro talento”, diferente do que em seu ver estava acontecendo naquele início de século.

Em outro artigo dessa mesma série, o autor voltou a citar os intelectuais do *Lavoura e Comércio* de maneira positiva e respeitosa, inclusive Manoel Felipe de Souza foi novamente mencionado como forma de contrabalançar a existência de intelectuais de prestígio e “os outros”, que na sua ótica não eram tão cautelosos e experientes na hora de escrever: “si fosse

---

<sup>365</sup> SERRANO, Altino. *Lavoura e Comércio*. Chronica. 12/11/1903. n. 454. p. 1.

um sr. Manoel Phillpe, um Belmiro Braga, um A. Saltão, etc., seriam mais indulgentes sabendo que os verdes anos não podem produzir frutos e primores que se traz a idade azougada.”<sup>366</sup>

Outro articulista que emitiu um olhar respeitoso e disse concordar com apontamentos de Manoel Felipe foi Simplicíssimus que cumprimentava “o sr. M. F. pela excelente ideia que teve em uma de suas últimas Pennadas Furtivas sobre a necessidade real de se fundar nesta cidade uma sociedade protectora dos animaes.”<sup>367</sup> Assim, para parte de seus leitores e colegas de jornal o colunista era tido como um intelectual respeitável, mas isso não significa, como veremos no capítulo três, que era sempre visto dessa forma, sem receber questionamentos ou críticas em relação ao que escrevia.

Foi nesse panorama que Manoel Felipe de Souza ocupou lugar de destaque no jornalismo humorístico da folha. A diferença entre ele e outros intelectuais que faziam uso do humor em seus escritos era que ele foi convidado<sup>368</sup> para ser o humorista “oficial” do jornal. Era o único que tinha uma coluna específica para isso. Ainda que o humor, sobretudo o humor de farpas para atacar, estivesse presente na pena de mais colaboradores, nenhum outro teve coluna tão longeva (onze anos) e tão frequente, com o mesmo título e proposta galhofeira, sendo publicada na primeira ou segunda página do jornal.

Em relação à compreensão do intelectual do humor, Elias Thomé Saliba apresenta contribuições. De acordo com ele, na história do Rio de Janeiro, humoristas e boemia confundiam-se. Salienta que quando a época da boemia começou a se esvaír, “com o quase compulsório engajamento da *intelligentsia* brasileira em campanhas nacionalistas, sanitárias, religiosas ou educacionais”<sup>369</sup>, o reconhecimento público do humorista como escritor e intelectual, que já era difícil, ficou ainda mais complicado. Muitos humoristas hesitavam e sentiam um constrangimento em ser classificados apenas dessa forma ou como “escritores cômicos”. O estudioso afirma também que, em parte decorrente de uma relativa marginalização, muitos mostravam-se quase sempre não só constrangidos, mas também tolhidos na sua produção. Em relação a essa marginalização, comenta sobre o relacionamento do humorista Bastos Tigre com a Academia Brasileira de Letras, que havia se tornado a referência institucional da *intelligentsia* brasileira. Para Saliba, Bastos Tigre teve o nome proposto várias

<sup>366</sup> SERRANO, Altivo. Chronica. **Lavoura e Comércio**. 15/11/1903. n. 455. p. 1.

<sup>367</sup> SIMPLICÍSSIMUS. Cavaquinhos. **Lavoura e Comércio**. 31/08/1902. n. 330. p. 1.

<sup>368</sup> Vale ressaltar que a respeito do modo como o colunista foi convidado ou contratado para atuar no jornal não foram encontradas informações.

<sup>369</sup> SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso** – a representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. p. 135.

vezes para a Academia e em todas foi recusado. Resignados, “os humoristas punham-se a ironizar com as armas que a vocação lhes dera as instituições que os rejeitavam, mas que, de alguma forma, como intelectuais, eles também secretamente ambicionavam.”<sup>370</sup> O autor salienta que naquela sociedade da *Belle Époque* o lugar designado ao humorista era “o lugar do efêmero, do passageiro, daquele que diverte os outros”.<sup>371</sup> Em sua ótica, “o humorista não era reconhecido socialmente e eles próprios tinham dificuldade em reconhecer-se dessa forma”.<sup>372</sup> Além disso, afirma que “quando designados publicamente como humoristas o rótulo colava-se a eles como a máscara do palhaço e não havia meio de tirá-la”.<sup>373</sup> Sobre esse aspecto, discorre: “a máscara que o palhaço usa para fazer rir se confunde com ele próprio de tal forma que ainda que retirada do rosto o público acaba por não reconhecer a pessoa real”.<sup>374</sup>

Num texto intitulado “Quem era o humorista? Autoimagem e identidade dos humoristas”, do livro “Raízes do Riso”, o autor aprofunda essa questão e ao utilizar o exemplo de outro humorista atuante no Rio de Janeiro, José do Patrocínio Filho, discute essa perspectiva da máscara assumida por esses profissionais que, de tanto se empenharem em fazer as pessoas rirem, “terminavam usando o humor como um espelho deformado de suas próprias imagens”. No caso de José do Patrocínio Filho, afirma que de tanto fazer piada, ninguém mais acreditava em sua seriedade.<sup>375</sup> Confrontando os apontamentos de Saliba em relação a humoristas no Rio de Janeiro com a realidade de Manoel Felipe de Souza, em Uberaba, foi possível fazer duas proposições: (1º) o colunista uberabense não parecia sentir constrangimentos em ser caracterizado como humorista, pois ele mesmo no jornal se apresentava dessa forma e, conforme discutido, era designado por outras pessoas como tal; (2º) suas opiniões não estavam desvinculadas da máscara do humorista. Sua função e seu papel no jornal era fazer piada, fazer o leitor rir, embora sua coluna fosse além do humor e, por vezes, era difícil identificá-lo. Nesse sentido, se retorna ao impasse do ponto da autonomia das opiniões pessoais do colunista frente às propostas gerais do jornal e aos seus papéis dentro dele. Enquanto um intelectual do campo da literatura, ao escrever para a folha, municiava-se dessa máscara do humorista e muitas vezes utilizava-se do humor para justificar suas declarações.

---

<sup>370</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 144.

<sup>371</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 133.

<sup>372</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 133.

<sup>373</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 134.

<sup>374</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 132.

<sup>375</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 138.

Segundo Jean Starobinski, as máscaras sociais estão associadas à polidez e à civilidade, aparência e realidade se confundem. O autor afirma que os indivíduos, ao utilizá-las, se submetem à condição de “ser aprovados” num grupo social ou “círculo”, em suas palavras: “a imagem ideal que os membros do ‘círculo’ têm de si mesmos: só aceitarão aquele que se lhes assemelhe e que, por seus méritos e seus encantos, lhes proponha o reflexo de seu próprio valor”.<sup>376</sup> As considerações desse autor também contribuem para analisar a relação do colunista com o jornal. Fazer parte do quadro fixo de intelectuais pertencentes à redação do periódico implicava dizer que ele foi admitido e reconhecido pelos demais integrantes do “círculo” que o compunha. No jornal o “círculo” ao qual o autor se vinculava dizia respeito ao seu grupo idealizador. Sua produção escrita, e ele mesmo em pessoa, equivaliam à imagem que os participantes do jornal tinham de si mesmos: cultos, ordeiros, modernos.

O dirigente da folha encampava a perspectiva de representar os interesses do grupo ruralista ao qual pertencia enquanto o colunista, com o seu olhar crítico a respeito da realidade em que vivia, representava a voz da modernidade que as elites rurais queriam refletir. O fato é que tanto Manoel Felipe de Souza quanto as elites letradas que circulavam no jornal, a respeito do incentivo à modernidade, ao progresso e à civilização, compartilhavam dos mesmos discursos. Dentro do periódico ele não era o único intelectual que estimulava esses ideais. Fosse ao discurso político, social, médico ou outro, o incentivo a tais premissas se fazia presente. Nesse aspecto, o autor tinha consenso com outros intelectuais que circulavam na imprensa e com o próprio jornal *Lavoura e Comércio*, pois o intuito de inserir Uberaba no mundo que se considerava civilizado era realizado de forma quase generalizada por outros articulistas da folha e da imprensa em geral. Ninguém queria ser visto como chucro ou atrasado. Nessa ótica, dotado de uma máscara social, o papel oficial do articulista no jornal era divertir as elites e dar voz aos discursos e projetos que as elevaria à concepção de civilizadas.

Contudo, nesse ponto, entra em cena a complexidade das “Pennadas Furtivas”. Por trás da divulgação do caráter leve, que visava despertar o riso dos leitores, fazendo-os em solavanco pular das cadeiras, a coluna, conforme sinalizado, transcendia o humor. Quando mergulhado a fundo no seu conteúdo, nota-se que humorista era um dos papéis de Manoel Felipe de Souza. No jornal adotou essa função, mas fora dele, em outros impressos, como também já abordado, atuava como poeta, literato e escrivão. No *Lavoura e Comércio*, ao contrário do viés ameno

---

<sup>376</sup> STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. p. 62.

anunciado, muitos de seus textos eram cáusticos, cheios de farpas, eram engraçados apenas para os grupos abastados que concordavam com suas afirmações.

O humor, além de arma, era uma máscara que encobria o seu caráter por vezes preconceituoso. Anunciava uma coisa e muitas vezes fazia outra. Declarava, por exemplo, não abordar política, mas abordava. De acordo com o que foi debatido no primeiro capítulo, dizia escrever para todos, mas apresentava referências eruditas, desconhecidas pela maioria analfabeta. Discorria sobre o uso correto da gramática e criticava aqueles que em seu ver estavam falando errado. Tratava-se de um autor que, imerso num mundo de pessoas brancas e elitizadas, sentia-se incomodado quando alguém mencionava a tonalidade de sua pele. Conforme será abordado no capítulo que se segue, era um colaborador que se admitia “moreno”. Não um “moreno” com proximidade aos escravizados recém-libertos e analfabetos, mas um “moreno” alfabetizado, erudito e civilizado.

Pensando especificamente no seu papel de humorista oficial do jornal, é importante destacar que o humor apresentado por ele na coluna transitava entre o “bom riso” e o “mau riso”. Sobre essa questão, Saliba afirmou que a indistinção entre o “bom” e o “mau riso” foi uma característica intrínseca da própria cultura da *Belle Époque*. O “bom riso” era aquele não degradante, superior, civilizador, legível a todos, que não desmoralizava o risível. O “mau riso” era aquele de ironia, chacota, mortificante, que exprimia rancor, que se dirigia contra algo ou alguém; com vocábulos de atos belicosos como morder, causticar, cortar, ferino, mordente; que satirizava a figura criticando seus atos e expondo-os ao opróbrio público. Segundo o historiador, era um humor de conteúdo ofensivo, que alfinetava, cheio de farpas.<sup>377</sup>

Refletindo sobre essa característica própria do humor da *Belle Époque*, as “Pennadas Furtivas” desencadeavam tanto o “bom riso” quanto o “mau riso”. Por um lado, elas poderiam ter a conotação de amigáveis, que visavam ensinar civilidade, divertir, moralizar, instruir e contribuir para a ordenação da cidade. Exemplo desse humor ligado ao “bom riso”, que visava a piada e a diversão do leitor, se dá quando em uma de suas “Pennadas” discorre sobre um relógio produzido em Uberaba por Umberto Adamo, e adquirido por ele, sobre o qual afirmava se tratar de um objeto que “além da chiqueza”, era um “regulador perfeito”, “produto artístico da indústria uberabense”, que chamava a atenção dos “curiosos” quando ao utilizá-lo caminhava pelas ruas:

---

<sup>377</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 59.

Inimigo acérrimo da perda de tempo, o meu genio sofrego e electro padece contrariedades nas continuas interrupções de percurso, tanto que estou resolvido a tomar um destes expedientes: ou deixar em casa o relógio, sahindo á rua com outro, ou requerer o *habeas corpus* para apresentar a todos os que quizerem coagir a minha liberdade de locomoção, afim de que saibam que tenho concessão judicial para transitar livremente pelas ruas armado de... relógio. Mas, não se incomodem, leitores; estou caçoando.<sup>378</sup>

O autor admite caçoar a respeito da quantidade de pessoas que o paravam nas ruas para ver o relógio. Isso acontecia porque, segundo ele, era um objeto bonito, de boa qualidade e produzido com cuidado e minúcia por Umberto Adamo, "artista" digno de ter o trabalho divulgado numa "Pennada". Um dos efeitos humorísticos do trecho está no recurso às reticências, uma de suas estratégias para provocar o riso: "armado de... relógio".

Por outro lado, suas "Pennadas Furtivas" poderiam fazer uso de um tom cáustico, que debochava, atacava e ofendia os personagens citados. Exemplo desse humor ligado ao "mau riso" se deu em um texto no qual debochava do excesso de água benta utilizada pelos religiosos na "Beata de Minas". Era dessa forma ferina que o autor se referia a Belo Horizonte. Segundo ele, convidava-se um padre para proferir umas palavras e jogar água benta em qualquer obra pública inaugurada na cidade. Além disso, a água benta, conforme sarcasticamente afiança, era utilizada em quase tudo pelos cidadãos:

Quando naquella cidade foi concluída uma caixa d'água, tanque, depósito ou cousa semelhante, para o consumo público, foi chamado um padre que benzeu aquella enorme quantidade d'água, o que deu logar a troças e commentarios humoristicos de diversos jornais, notadamente de S. Paulo. [...] Diziam que os *bello horizontinos* era o povo mais feliz do mundo, porque bebiam água benta, cozinhavam com água benta, faziam refresco de água benta, lavavam o corpo em água benta, usavam e abusavam da água benta.<sup>379</sup>

É necessário pontuar que Saliba distingue riso e humor. O riso provém da parte mais antiga do cérebro, a mesma responsável por emoções primordiais como o medo ou a alegria. O humor, por sua vez, é definido pelo autor como social; um mecanismo de enfrentamento psicológico que o cérebro usa para a resolução de conflitos que nem sempre aparecem "na

<sup>378</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 31/08/1899. n. 17. p. 2.

<sup>379</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/02/1900. n. 61. p. 1.

forma de uma piada, pelo contrário, ele é inerente à vida humana na sua totalidade.”<sup>380</sup> Está associado a complexidade do cérebro humano que, conforme afiança o autor, “se fosse um governo, não seria uma ditadura, uma monarquia ou mesmo uma democracia – seria mais semelhante a uma anarquia.”<sup>381</sup>

Ainda conforme Saliba, o humor não é definido apenas em termos de piadas. Para o historiador, mesmo que assuma muitas formas diferentes, o humor não pode ser reduzido a uma regra ou fórmula, pois é um processo, não uma visão ou um comportamento. O próprio termo humor, para ele, nas suas mais variadas nomenclaturas, sofre da síndrome de vocábulos ‘guarda-chuvas’ que se refere a uma infinidade de fenômenos ora distintos, ora homogêneos.<sup>382</sup> Desse modo, o humor de Manoel Felipe de Souza enveredava por dois sentidos: tinha o lado da anedota e do chiste, mas também o lado da hostilidade e do menosprezo.

Vale ressaltar que não era o único a utilizar o humor e a crítica para incitar os preceitos nos quais acreditava. Embora ocupasse o papel de destaque enquanto humorista consolidado da folha, com o *status* de galhofeiro máster, outros articulistas se utilizavam do humor em seus textos. Se havia intelectuais que eram símbolo de rigor e seriedade, como o Dr. Draenert e Hidelbrando Pontes, havia também intelectuais que caminhavam na via contrária, eram gaiteiros e destilavam sua sátira sobre diferentes tipos de assuntos. A partir daí se conclui que o humor e a ironização não eram recursos exclusivos de Manoel Felipe de Souza.

A série “Zangarreando...”, assinada por Viola no Saco ou com a abreviatura Z. G. trazia uma conotação de humor e zombaria. O autor apresentava seu olhar sobre o que estava acontecendo no âmbito da política, mas realizava também alfinetadas com humor a textos publicados em outros jornais. Exemplo disso eram as críticas dirigidas ao jornal *O Aço* e a sua sessão intitulada “O Ferro”. O autor comentava: “descobriu-se um magnífico remédio contra a insônia: quando a moléstia resiste a todos os hypnoticos, basta receitar um artigo do sr. Andrade Figueira. É aquella soneca...!”<sup>383</sup> Viola no Saco não parava por aí, continuava alfinetando:

Já se sabe que isso é do chistosissimo *Aço*. Pois agora saibam todos que também se descobriu outro magnifico remédio contra o spleen: quando a prostração é profunda basta ao splenetico ler a secção *O Ferro!* Para que fique completamente curado. Ahi vae uma amostra do

<sup>380</sup> SALIBA, Elias Thomé. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisa. **Revista História**. São Paulo. n. 176. 2017. p. 7.

<sup>381</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 8.

<sup>382</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 9-10.

<sup>383</sup> SACO, Viola no. Zangarreando... **Lavoura e Comércio**. 26/08/1900. n. 120. p. 1-2.

pano: prepara-se o leitor para rir até lhe doer a barriga, para rir em todos os tons: “consta que em signal de profundo regozijo pelas últimas e succulentas victorias dos boers haverá chá com rapadura. E... palitos!”.<sup>384</sup>

O autor achou graça do que leu n’*O Aço* e se deu ao trabalho de apresentar no *Lavoura e Comércio* sua reação, que dotada de humor, expressava:

Ah! ah! ah! ah!  
 Eh! eh! eh! eh!  
 Ih! ih! ih! ih!  
 Oh! oh! oh! oh!  
 Uh! uh! uh! uh!<sup>385</sup>

Mais do que isso, por meio de versos terminou o artigo fazendo piada:

O’ *Aço* destemperado,  
 No chiste não tem rival  
 - És por demais engraçado,  
 Em demasia tens sal  
 Continua, não te vexes,  
 Com a tua frioleira  
 Por quem és, *Aço*, não feches  
 De tua graça a torneira.<sup>386</sup>

Para o autor de “Zangarreando...” as publicações de *O Aço* eram tão cômicas que mereciam ser caçadas. Um ponto em comum entre “Pennadas Furtivas” e “Zangarreando...” era que seus autores, ao se utilizarem do humor para escrever, possuíam a ideia de antídoto à insônia causada pelos textos caracterizados como áridos. Essa perspectiva de “antídoto à insônia” estava associada à concepção do “solavanco mental” causado pela reflexão que o humor provoca. Segundo Saliba esse “solavanco” acontecia quando o autor da anedota apresentava em versos uma referência cortante da realidade, um trocadilho, uma incoerência ou algo visto como absurdo.<sup>387</sup> Era esse o lugar do jornalismo humorístico na folha, quebrar a aridez das discussões políticas, científicas e econômicas. Além de Manoel Felipe de Souza e Viola no Saco outros articulistas se utilizavam do humor. José Luiz Alvares da Silva, por meio

<sup>384</sup> SACO, Viola no. Zagarreando... **Lavoura e Comércio**. 26/08/1900. n. 120. p. 1-2.

<sup>385</sup> SACO, Viola no. Zagarreando... **Lavoura e Comércio**. 26/08/1900. n. 120. p. 1-2.

<sup>386</sup> SACO, Viola no. Zagarreando... **Lavoura e Comércio**. 26/08/1900. n. 120. p. 1-2.

<sup>387</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 98.

de um poema intitulado “Humorismos”, também fazendo piada em versos, atacava um tal “juiz papapleitos”:

Diz a História: “nem zombando  
Epaminondas mentia”;  
Mas agora está troçando;  
Mente, mente noite e dia.

Eu tenho visto bandeiras  
De seda e de gorgorão  
Porém é a vez primeira  
Que vejo-a de papelão.

Tu mellas? Mello. Sou Mello.  
De mello melado vem.  
Me chamem. Chamem. Camello.  
Este nome me convém.

Olha a sorte dos Villelas  
Dos Philemons o destino,  
Em vez de toga, uma sella  
Merece, Juiz Caprino.<sup>388</sup>

A expressão “em vez de toga, uma sella merece, Juiz Caprino” dá a dimensão da forma como o humor era um instrumento importante para críticas.<sup>389</sup> Nesse sentido, humor e crítica eram dois elementos que caminhavam juntos no jornal. No caso desse exemplo se tratava de um poema-piada. Em relação ao intelectual do humor, Saliba afirma que o contato com a atividade jornalística e o relativo afastamento das instituições de legitimação literária fizeram com que os humoristas utilizassem e experimentassem inúmeras formas cômicas, a exemplo do poema-piada, onde os versos traziam a apresentação de anedotas que parodiavam a realidade.<sup>390</sup>

Havia também a série “Cavaquinhos” assinada com a abreviatura O. ou com a denominação Simplicíssimus. Essa série, assim como outras, trazia uma conotação de humor e ironismo para discutir os assuntos “sérios”. Seu autor, na maior parte das vezes de uma forma risível, escrevia sobre a necessidade de escolas agrícolas no estado, criticava a lavoura e a

<sup>388</sup> SILVA, José Luiz Alvares da. **Lavoura e Comércio**. Humorismos. 13/06/1901. n. 203. p. 2.

<sup>389</sup> O “Mello” que o autor cita, pela questão do sobrenome, talvez seja uma menção à Luiz Mello Brandão, diretor do Centro da Lavoura e indústria de Minas Gerais. O jornal bem antes desse número já havia trazido um artigo, intitulado “A dinastia dos Brandões”, que fazia críticas à Silvano Brandão. Não foi possível identificar se existia algum grau de parentesco entre Mello Brandão e o atacado pelo jornal, Silvano Brandão. Essa é uma hipótese que ficou em suspenso. Outra pessoa cogitada seria Joaquim de Araújo Vaz de Mello, mas não foi possível identificar se este era juiz.

<sup>390</sup> SALIBA, 2002, p. 96-97.

criação de gado, discorria sobre a colonização e a República argentina, discutia sobre os “homens célebres”, comentava sobre “a reforma do solo”, o Instituto Zootécnico, entre outros.

A respeito da discussão sobre humor e política, Andrés Valdez Zepeda, Delia Franco Huerta e Adolfo Perez Octavio afirmam que desde os “tempos antigos”, o humor foi usado como parte das estratégias satíricas e irônicas do povo para criticar os governos caracterizados como ruins. Os autores não apresentaram datas e nem situaram no tempo, mas afirmaram que, em diferentes momentos históricos, comediantes ou foram perseguidos pelos poderes políticos estabelecidos, ou recorreram ao humor como parte das estratégias das elites dominantes para entreter e agradar as pessoas ou dissuadi-las de criticar quem estivesse ocupando o poder no momento. Nesse ponto, o humor poderia ser usado como um meio de fazer os outros rirem e se entreter, mas também, poderia ser usado para fins políticos. O humor como sarcasmo, ironia ou para caricaturar e difamar adversários sempre esteve presente no âmbito da política. Seu uso poderia se dar como estratégia de persuasão em campanhas eleitorais, como recurso para alcançar o poder ou como estratégia para atacar os adversários. Isso significa que o humor em relação à política tem diferentes funções. Seu uso inteligente no âmbito político torna-se uma vantagem competitiva na luta para manter ou alcançar posições de poder. Esses autores afirmam também que serve como um meio para insultar e ridicularizar os adversários, prática muito comum na política. Nesse caso, o humor é geralmente invocado para mostrar a incoerência e o absurdo das ações ou posições propostas pelos envolvidos nas disputas políticas.<sup>391</sup>

Em Uberaba, não diferente de outros lugares, a troca de insultos na imprensa com uma dose de humor tinha relação com as disputas políticas entre os grupos. Episódios que ocorriam de maneira informal poderiam vir a público por meio da troca de farpas bem ou mal-humoradas publicadas nos artigos dos jornais. Um exemplo disso era Mitras Netto que, fazendo uso do humor, por meio de um artigo intitulado “Um catyra nas tabocas”, comentou a respeito da dimensão humorística que permeava a vida política do país: “todo mundo sabe que eleição política no Brasil é chistosa comédia repleta de episódios grotescos que daria um cobrão a empreza theatral acomodá-la a scena; mas, o que muita gente ignora é que ella serve de excelente pretexto para muito sujeito metido a sério fazer das suas.”<sup>392</sup>

---

<sup>391</sup> ZEPEDA, Andrés Valdez; FRANCO HUERTA, Delia; PRECIADO, Octavio Adolfo Perez. O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.13. Brasília, janeiro - abril de 2014, p. 245-258. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n13/a10n13.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020. [doi.org/10.1590/S0103-33522014000100010](https://doi.org/10.1590/S0103-33522014000100010)

<sup>392</sup> NETTO, Mitras. **Lavoura e Comércio**. Um catyra nas tabocas. 31/08/1902. n. 330. p. 2.

Desse modo, os grupos que transitavam pelos jornais estavam constantemente em debate. Tal fator estava ligado às disputas de poder que refletiam em artigos zombeteiros nos periódicos. A vida nas redações incorporava as tensões do mundo ao redor, uma pluralidade de pontos de vistas e posições, nem sempre concordantes. As tensões que ocorriam, por exemplo, na Câmara Municipal eram levadas para os jornais. Exemplo disso era Antero Rocha, agente do Executivo Municipal, que usava a *Gazeta de Uberaba* para humoristicamente criticar e se defender das alfinetadas que recebia:

[...] bem se vê que isto é um simples *debique* a minha pessoa, para se compreender desde logo que a Câmara procedeu com violência, exorbitou de suas atribuições, cometeu uma arbitrariedade sem nome, não é mister que se tenha cabedais nem científicos e nem tão pouco *macaquinhos no sótão*, basta que possua uma dose de bom senso para chegar a essa conclusão.<sup>393</sup>

A expressão “macaquinhos no sótão” utilizada por Antero Rocha, além de escárnio, refletia o teor das rixas políticas estampadas na imprensa. A *Gazeta de Uberaba*, nesse período, não apresentava uma coluna especificamente de caráter humorístico como o *Lavoura e Comércio*, mas ainda assim os seus colaboradores faziam uso de críticas, ironias e humor como instrumentos utilizados para atacar e alimentar as rixas políticas. A respeito dessa questão, Elias Thomé Saliba afirma que, no momento de transição pelo qual passou a sociedade brasileira entre a Monarquia e a República, a gestação de conflitos e lutas políticas nos dois primeiros governos republicanos contribuiu na eclosão de uma grande produção humorística, toda ela calcada na exploração de rixas políticas e rancores pessoais. Por meio da sátira política vinha à tona o humor ressentido ou degradante, de caráter circunstancial, ligado a ódios e rancores de momento, com referências muito particularizadas e com objetos de escárnio muito bem definidos.<sup>394</sup> Era esse o caso de Antero Rocha que usava o jornal para criticar de forma cáustica, com um humor ressentido, as atitudes da Câmara Municipal.

No entanto, nem só o humor ressentido e ferrenho tinha espaço nos jornais. A abertura de lacunas para a publicação de textos com a finalidade de divertir e entreter reforça a concepção de que o jornal *Lavoura e Comércio* tinha a preocupação também em informar e trazer discussões sobre política e economia, a chamada parte “séria”, mas tinha também espaços

<sup>393</sup> *Gazeta de Uberaba*. 06/02/1903. n. 1493.

<sup>394</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 57.

para a descontração e o entretenimento. Um exemplo de leitura de lazer era a série “Da Terra ao Planeta Marte”. Escrita por Manoel Felipe de Souza, entre 18 de outubro a 27 de dezembro de 1903, tratava-se de um conjunto de onze textos que se intercalavam com as “Pennadas Furtivas”. Além da perspectiva do humor e da irreverência, essa série estava aliada também ao viés do espiritismo, que será discutido no terceiro capítulo.

A narração de viagens intergalácticas exercia um fascínio na imaginação de uma sociedade cuja crença no progresso não via limites à busca por máquinas, invenções e inovações capazes de transformar a vida. Era uma época de possibilidades e o humor nesse processo tinha o seu papel. O autor convidava o “ilustrado navegante dos mares etéreos” a fazer o trajeto de um planeta ao outro. Chamados a embarcar numa nave, da Terra os tripulantes levariam apenas saudades. Ao penetrar a matéria universal, da qual, segundo o autor, se formava a Via Láctea, as nebulosas e tudo que era conhecido pelo nome de matéria, mais nada restaria do planeta deixado para trás. Em breve os tripulantes da nave estariam dando os “primeiros beijos nos gentis insulares do planeta marciano.”<sup>395</sup> As “manhãs marcianas”, segundo o autor, proporcionariam aos “pobres forasteiros” espetáculos nunca sonhados.

Encomendas poderiam ser despachadas da alfândega da “nossa capital do Triângulo Mineiro” e “a vista, mal habituada à cinematografias, procuraria se esquivar do choque direto das luzes azuis e tremeluzentes de Marte.”<sup>396</sup> De modo irreverente, num dos últimos textos da série, o articulista narrou o desembarque em Marte: “a aurora de Marte começa a tingir de ouro as colinas que aparecem ao longe, como folhetas de metal pálido, ninho ambicionado pelos condores daquele mundo.” Afirmava também: “antes de desembarcarmos beijamos ainda os amuletos conduzidos no pescoço de alguns dos nossos companheiros que, à mingua de outros enfeites, trouxeram algumas tetéias da sua patrea corpórea, suppondo deslumbrar com elas as marcianas princesas da moda.”<sup>397</sup> Esse viés de humor presente na série demonstra que a publicação de outros textos do colunista no jornal poderia estar associada ao seu prestígio intelectual diante da folha que lhe abria espaço para mais publicações.

Sobre a variedade de trabalhos, Saliba explica que o humorista típico desse período foi uma figura múltipla, com alta capacidade de trânsito entre diferentes práticas culturais. Muitas vezes, os humoristas reuniam as figuras de caricaturistas, cronistas da imprensa, publicitários, revistógrafos e, em alguns casos, músicos e atores. Saliba ressalta ainda que boa parte desses

---

<sup>395</sup> M. F. Da Terra ao planeta Marte. **Lavoura e Comércio**. 18/10/1903. n. 447. p. 2.

<sup>396</sup> M. F. Da Terra ao planeta Marte. **Lavoura e Comércio**. 25/10/1903. n. 449. p. 2.

<sup>397</sup> M. F. Da Terra ao planeta Marte. **Lavoura e Comércio**. 27/12/1903. n. 467. p. 2.

profissionais continuava “a produzir buscando formas alternativas de manter sua atuação jornalística, embora quase todos tivessem outras atividades.”<sup>398</sup> Esse era o caso de Manoel Felipe de Souza, um homem de múltiplos papéis que transitava pelas páginas da folha com a função oficial de humorista, mas que no conteúdo dos textos apresentava recursos de escrita que iam além do humor, como já afirmado. Era um cronista da imprensa que, conforme veremos no próximo capítulo, discutia diversos assuntos que considerava salutar à vida na cidade.

---

<sup>398</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 76-77.

**CAPÍTULO III:**  
**A COLUNA “PENNADAS FURTIVAS”**

O propósito deste último capítulo é entender os modos como as ideias relativas à tríade modernidade, progresso e civilização eram apropriadas e interpretadas por Manoel Felipe de Souza. “Pennadas Furtivas” é uma das colunas mais ricas do jornal *Lavoura e Comércio* na medida em que fornece subsídios para refletir sobre as visões de mundo do seu autor. Ao fazer parte de uma geração de intelectuais que experienciou as expectativas das transformações trazidas pela abolição e pela instauração da República, o articulista vivenciou e interagiu, através de sua coluna, com as questões de seu tempo.

Seus modos de ver não eram individualizados. Outros colaboradores, mais do que discutir, tinham como projeto a inserção da cidade no universo que consideravam civilizado. A diferença entre ele e os demais colunistas estava na forma de abordagem, já que suas crônicas eram via chave para discorrer sobre o que julgava como incoerente na urbe. A coluna de textos que comentavam os acontecimentos do cotidiano se utilizando de humor, figuras de linguagem e outros recursos de escrita teve longevidade no periódico. Tal fator leva a pensar que a coluna era um sucesso, agradava os leitores do jornal e beneficiava o mesmo.

Há de se concluir que, de certo modo, o periódico fundado por Antonio Garcia Adjuto, que depois passou para as mãos dos irmãos Jardim, correspondia, conforme discutido no primeiro capítulo, aos seus ideais de homem moderno. Aceitou a empreitada de escrever num jornal que, assim como ele, aderiu à ótica de incentivo à cidade moderna e civilizada. Nessa acepção, articulista, dirigentes e colaboradores comungavam aspirações.

A produção do colunista para o jornal era um espaço de difusão e visibilidade pública de concepções e projetos para a cidade. “Pennadas Furtivas” era espaço também de embates. Nesse sentido, a principal fonte utilizada no capítulo é a própria coluna. Adere-se a uma metodologia específica para a análise : organização por temáticas, apresentadas ao longo do capítulo. Para tanto, foi feito o mapeamento<sup>399</sup> da coluna no qual se privilegiou a anotação resumida, número por número, dos assuntos discutidos.

Para o período analisado as temáticas tratadas nas “Pennadas Furtivas” eram: os indígenas, as práticas religiosas e culturais dos negros, os divertimentos, a luta pelo fim dos maus tratos aos animais, o espiritismo, o sobrenatural, as cenas do cotidiano, os divertimentos, os comportamentos na cidade, as “maravilhas da ciência” e as “novidades do século”. Nesse conjunto de temas abordados, foram selecionados aqueles avaliados pelo autor como grosseiros no mundo civilizado, moderno e que almejava o progresso.

---

<sup>399</sup> Ver Apêndice V - Mapeamento da coluna “Pennadas Furtivas”. p. 284.

Não alheio ao que se passava no jornal, no país e no mundo Manoel Felipe de Souza escrevia também sobre a vida política, econômica e social e ao colocar a sua pena em exercício revelava suas representações a respeito dos temas discutidos. Nessa perspectiva, a primeira parte do capítulo analisa as representações de M. F. sobre a cidade. Ao apresentar a condição de Uberaba, indicava suas expectativas e as ambiguidades da modernidade na urbe. Toma-se como referência também os aspectos que entendia como contrários ao progresso e a civilização. A segunda e a terceira parte investigam os fatores que o colunista enxergava como retardos da civilização: as representações do autor a respeito dos indígenas, as práticas culturais e religiosas dos negros na igreja do Rosário, as opções de divertimento na cidade e os maus tratos aos animais. A quarta parte discute as abordagens do cronista para política, economia e os seus olhares para o viés social. A quinta apresenta a relação de Manoel Felipe de Souza com o espiritismo. A sexta fala das experiências que relatava a respeito do sobrenatural na cidade e, por fim, na sétima e última parte se apresenta o debate travado entre M.F. e F.M. Embasando-se em todo esse material o capítulo mostra as disputas em meio às quais o colunista e suas publicações se moviam. Nele, é feito o diálogo crítico com suas experiências, motivações e contexto de atuação na vida e no jornal.

### **3.1. A “Cidade da Roça”: civilização e modernidade em Uberaba**

No final do século XIX, Uberaba era uma cidade robustecida de elementos provenientes do campo. A economia, a paisagem e o jeito de viver da população tinham raízes profundas fincadas naquele espaço. Tal fator tinha seus impactos na imprensa. Fundado no pós-Mogiana, quando os trilhos já haviam expandido para outras cidades, o jornal *Lavoura e Comércio* trazia a concepção de que a sociedade rural e a sociedade urbana no município estavam entrelaçadas. A pluralidade de visões de mundo expressas no periódico demonstrava que a vida no campo não necessariamente se opunha aos modos de vida na cidade.

As delimitações entre campo e cidade (enquanto espaços), urbano e rural (enquanto práticas, hábitos, vivências e representações sociais), sinalizavam que os hábitos rurais construídos a partir das vivências no campo e os hábitos urbanos construídos a partir das vivências na cidade coexistiam. A mudança de um morador do campo para a cidade, ou vice e versa, não implicava necessariamente uma mudança de hábitos, pelo contrário, eles poderiam

ser (re)criados e (re)significados. Por isso, os pares campo/cidade e urbano/rural são entendidos não no sentido antagônico ou dicotômico, mas no sentido de entrelaçamento.

Manoel Felipe de Souza, nesse contexto, apresentava um olhar que refletia o modo como o campo e a cidade, o urbano e o rural, se inter-relacionavam de maneira muito intensa no município. Isso ficava em destaque quando em suas crônicas fazia uma diferenciação das áreas da cidade. O Centro era designado como a parte da civilização e as áreas mais afastadas, os “subúrbios”, como “cidade da roça”. Ao realizar essa diferenciação trazia consigo o sentido de toda uma complexidade da forma que enxergava a cidade.

A respeito da relação do cronista com a cidade, Juliany da Silva Vasconcelos e Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima chamam atenção para os vínculos entre autor, obra e cidade. Segundo elas, homens comuns no cenário urbano, através da crônica, transmitem sua visão da realidade.<sup>400</sup> Era isso que M. F. fazia por meio de suas “Pennadas Furtivas”: vivenciava acontecimentos, os relatava a sua maneira, selecionava fatos que poderiam ter sido vistos presencialmente por ele ou narrados por outras pessoas, apresentando sua própria versão. (Re)criava os acontecimentos partindo do que entendia e interpretava. Seu método de escrita consistia na observação do dia a dia e no relato crítico de fatos que nele ocorriam. Nesse processo, expressava suas visões a respeito do que se passava na urbe.

Conforme abordado, como uma pessoa de produção em diferentes tipos de impressos – almanaques, revistas e jornais – o autor deixava o rastro de seus múltiplos papéis na imprensa. Ao assumir tal postura expressava aspectos de como a civilização e a modernidade eram vivenciadas no município. Esta última, no seu entender, sendo permeada por contradições e ambiguidades.

Nessa perspectiva, Manoel Felipe de Souza era alguém que no jornal *Lavoura e Comércio* possuía a preocupação em trazer para a sua coluna discussões que em sua ótica representavam a realidade da urbe sem enfeites. Independente do assunto trabalhado, um dos objetivos em suas crônicas era mostrar e discutir a realidade concreta da urbe. As “Pennadas Furtivas” se propunham romper com olhares que, no seu modo de pensar, eram fantasiosos. Esse rompimento vinha com o uso de diferentes recursos de escrita próprios das crônicas: humor, ficção, metáfora, jogo de imagens, metalinguagem, reflexão, posicionamentos filosóficos, políticos e estéticos, figuras de linguagem e comunicação com possibilidade de

---

<sup>400</sup> VASCONCELOS, Juliany da Silva; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. Crônicas e cidades. **Almanaque Unigranrio de Pesquisa**. v. 1. 2011. p. 1-2.

diálogo. Além desses meios, conforme aponta Eloisa Silva Moura, as crônicas acionam alegorias, repetições, antíteses, ironia, comicidade, suspense e argumentações.<sup>401</sup> Manoel Felipe construía sua coluna utilizando esses diferentes recursos estilísticos.

Especificamente a respeito da aplicação do humor para romper com ideias devaneadoras sobre a realidade, Elias Thomé Saliba afirma que ruptura, contraste, estranhamento ou criação de significados estiveram presentes não só na cultura da *Belle Époque*, mas também nas explicações sobre a natureza do humor no século XX. Além disso, o humor, para o autor, nasce do contraste, da estranheza e da criação de novos significados. Essa questão do contraste e da criação de significados que emerge a partir do humor se fazia muito presente na colaboração de Manoel Felipe no jornal, uma vez que afirmava que a função de sua coluna era contrastar as narrativas consideradas sérias, ajuizadas, de tom contido.

Negava-se a escrever com floreios: “Quisera embalar sempre as leitoras e os leitores em redes phantásticas, tecidas de arminho, fazendo-os sonhar com gênios, fadas e príncipes encantados.”<sup>402</sup> Desse modo, ironizava, rompendo com a perspectiva de uma escrita que tinha como eixo central idealização e ideias fantasiosas sobre a realidade.

Possuía estratégias de escrita e procedimentos onde a própria linguagem utilizada criava os móveis centrais do riso e do humor. Uma de suas estratégias mais usuais era o elogio irônico. Antes de tudo, pode-se dizer que era um grande ironista. Jean Pierre Chauvin afirmou que o discurso irônico esteve presente na cultura brasileira desde pelo menos o século XVII quando, ainda nos laços com o mundo luso, homens letrados, poetas e prosadores, abordavam inúmeros assuntos recorrendo à ironia e ao humor, com a finalidade de denunciar os abusos da lei e sugerir um posicionamento crítico, tanto de autores quanto de leitores, perante os comportamentos vistos como inadequados e as decisões impostas.<sup>403</sup> Pensando por esse viés,

---

<sup>401</sup> MOURA, Eloisa Silva. **Novos olhares, novas leituras das crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade**. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. p. 25.

<sup>402</sup> M. F. **Lavoura e Comércio**. 27/12/1900. n. 155. p. 1.

<sup>403</sup> CHAUVIN, Jean Pierre. Modalidades do humor na Belle Époque. In: NEGREIROS, C.; OLIVEIRA, E.; CHAUVIN, J.; GENS, R. (Orgs.). **Belle Époque: efeitos e significações**. Rio de Janeiro: Série E-books ABRALIC, 2018. p. 334-348. A respeito do gênero humorístico, Chauvin afirma que o mesmo não se restringiu à arte literária, ganhou raízes também no jornalismo. Segundo o autor, a dura transição entre os regimes (Império/República) mostraria que o poder continuaria a ser exercido de modo arbitrário, sob o respaldo da violência institucionalizada por militares. Nesse sentido, a irreverência foi uma arma poderosa, nas mãos de autores como Emílio de Menezes, Oswald de Andrade e Juó Bananére. Chauvin elencou a blague, o poema-piada e a paródia como as modalidades do humor na *Belle Époque* e ressaltou que a estilização do senso comum, como matéria-prima do verso demolidor, nem sempre foi bem aceita pela ala que se intitulava séria e mais capaz de representar as mazelas brasileiras por intermédio da cultura.

um dos principais elementos que proporcionava o efeito humorístico nas “Pennadas Furtivas” era o recurso a palavras em itálico para ironizar e as reticências para leitores completarem e construírem sentidos. As reticências, nesse aspecto, tinham a finalidade de expressar o não dito que abria espaço para o riso. Geralmente logo após as reticências o autor completava a frase com o propósito de reafirmar o humor. Ao fazer esse exercício provocava uma ruptura de expectativas. Exemplo: “Uberaba, aquela ro... *praia de águas cristalinas*”.

Sua intencionalidade era designar a cidade como roça, mas as reticências e o elogio irônico na sequência provocavam o efeito humorístico e traziam em seu bojo uma conotação de crítica à cidade. Outro exemplo: desde suas primeiras “Pennadas Furtivas” ironizou a cidade chamando-a de *próspera* e *faceira odalisca* do Triângulo Mineiro. A ideia de *próspera* para Uberaba era uma piada e *faceira odalisca*, na verdade, era a forma que o articulista encontrou para ironizar a premissa da cidade enquanto *princesa do sertão*.

Numa outra “Pennada”, para falar da virada do ano de 1899 para 1900, comemorações para o início do último ano do século XIX, igualmente utilizou sua estratégia do elogio irônico chamando a cidade de “*praias de límpidas areias*”:

Pelo que vejo, o século XIX tem ainda um anno de vida. Não acabou e nem devia acabar a 31 de dezembro de 1899, pelas razões justas e sensatas de *Pafuncio Semicupio Pechincha*, longamente expendidas nas Folhinhas de Laemmert, para 1900. E parece que o povo aqui estava nesta persuasão, porque a noite de 31 de dezembro de 1899 para 1º de janeiro de 1900 passou sem maior reboição, á excepção de diversas soirées em diferentes pontos da cidade, cousa muito commum nesta cid... *nestas praias de límpidas areias*.<sup>404</sup>

Realizando muitos elogios irônicos, pitadas de humor eram incorporadas em suas crônicas. Era assim que suas “Pennadas Furtivas” se propunham ser o espaço de *oásis* dentro do jornal. Designar a cidade como “*praia de águas cristalinas*”, “*praias de límpidas areias*”, “*próspera*” e “*faceira odalisca*” era uma forma de o autor demonstrar um pouco do estilo de sua pena galhofeira. A galhofa nem sempre era empregada, mas quando acontecia vinha recheada dessas ironias e ao brincar com a ambiguidade crítica/elógio irônico abria um leque para perceber a forma como o humor refletia nas suas representações sobre a cidade.

---

<sup>404</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. Ano I. 04/01/1900. Nº 53. p. 1 e 2. Vale salientar que “Pafuncio Semicupio Pechincha”, cognome Patusco Jubilado, era o pseudônimo de Eduardo Laemmert, autor da “Encyclopedia do Riso e da Galhofa”, publicada no Brasil em 1863.

No mais, além de uma mesma “Pennada” utilizar mais de um recurso linguístico característico das crônicas, poderia ter mais de um assunto. Por isso o título trazia a pluralidade de “Pennadas Furtivas”. Vale ressaltar que Matheus Mesquisa e Pontes discorre sobre a dificuldade de definição do gênero na sua forma de narrar, pela multiplicidade de recursos. Ao estudar o caso específico das crônicas de Drummond, o pesquisador indicou que, de forma quase unânime, a maior parte dos literatos que produziam para os jornais estavam em busca de alguns “trocados” a mais para aumentar seu orçamento. A busca da sobrevivência levava os escritores, num único dia, a elaborar várias narrativas com temas diferentes.<sup>405</sup>

Nota-se que Manoel Felipe de Souza estava constantemente procurando trazer assuntos diversos para suas crônicas. Além das reticências o colunista utilizava em seus textos um símbolo de três pontos (:) para separar um assunto do outro. Poderia começar a falar de algo e partir para outra discussão. O tamanho das “Pennadas” também variava. Algumas eram maiores, outras mais curtas. A justificativa para estas últimas era a ausência de tempo em função da realização de outros trabalhos para a imprensa. Muitas vezes, acontecia também do colunista “sumir” por vários números, não tendo suas “Pennadas Furtivas” publicadas. A justificativa era praticamente a mesma, ou ausência de tempo ou falta de assuntos que gostava:

A falta desta secção já estava causando reparo, já íam aparecendo as reclamações (modéstia á margem) e convém evitar o escândalo: não vá alguém supor que estou de relações cortadas com o *Lavoura e Comércio* quando o certo que nunca estivemos em mais íntima fraternidade, igualdade e liberdade. Escassez de tempo e de assumptos favoritos eis a causa do armistício da minha trégua da minha penna.<sup>406</sup>

Essa afirmação reitera a relação de intimidade que construiu com o jornal e sendo um cronista do dia-a-dia, sua pena debatia o que acontecia na cidade. Embora escrevesse sobre assuntos internacionais, fosse um leitor de autores estrangeiros e se demonstrasse informado de fatos do mundo, dava muita atenção à Uberaba, uma de suas principais matérias. Quando discutia assuntos referentes a questões locais, como morador se via no direito e no dever de criticar e não tinha “papas na língua”. Mas quando aparecia alguém “falando mal” da cidade mudava de postura e partia em defesa da mesma, afirmando que não era tão feia como se

---

<sup>405</sup> PONTES, Matheus de Mesquita e. Jornalismo e História nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade: 1930-1950. **OPISIS**. Revista do NIESC, v. 4., 2004. p. 84-92.

<sup>406</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 23/01/1902. n. 267. p. 1.

pintava. Se a crítica fosse feita por um não habitante, demonstrava-se ainda mais incomodado argumentando que o fato de morar em Uberaba não impedia ninguém de “saber das coisas”:

De fato, a imprensa, o vapor e o telegrapho põem, não há dúvida, em contato e em poucas horas todo o mundo civilizado. Ninguém me impede que leia e compreenda o que um gênio qualquer escreveu em Pariz, lá na rainha da civilização da Terra. Os principais monumentos literários escritos na culta Europa, são também conhecidos no Brasil, as grammaticas portuguezas que estudamos são feitas em São Paulo, no Rio ou em Portugal.<sup>407</sup>

Ao falar de Uberaba revelava um fragmento do modo como a modernidade estava sendo apropriada e interpretada nas terras triangulinas. As cidades referências para essa modernidade no município eram o Rio de Janeiro e Paris. Sobretudo Paris, que para o colunista era a “capital da civilização na Terra”, uma vez que nesse período o Brasil estava passando em larga escala por um processo de importação da cultura europeia, tendo como parâmetro máximo a França, em especial Paris. Nesse ponto, ao construir sua argumentação em defesa da cidade demonstrava que os meios de comunicação e transportes eram instrumentos que permitiam aos habitantes conhecer coisas que estavam além da realidade local. Esses instrumentos também introduziam os cidadãos à experiência da modernidade e da civilização.

No entanto, uma coisa era a *Belle Époque* em Paris, como bem apontou Maria Stella M. Bresciani<sup>408</sup>, outra coisa era a *Belle Époque* em Uberaba. Era só em discurso que esta última era elevada ao nível da “cidade luz”. Mesmo Paris tinha seus problemas, então se pode imaginar Uberaba. Mas, ainda assim, M. F. elaborava suas representações para a cidade baseando-se em referências provenientes de Paris. No seu modo de ver, ter contato com produção cultural proveniente dessa cidade elevava Uberaba a altos níveis de modernidade.

Segundo Marshall Berman, o turbilhão da vida moderna, não só naquela virada de século, era alimentado por diversas fontes: descobertas nas ciências físicas, industrialização da produção, explosão demográfica, crescimento urbano, sistemas de comunicação, Estados nacionais cada vez mais burocraticamente estruturados e geridos, movimentos sociais e um mercado capitalista mundial flutuante e em permanente expansão. Os processos sociais que

---

<sup>407</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 25/10/1900. n. 137. p. 1.

<sup>408</sup> Ao identificar os elementos do viver em multidão em Paris, a historiadora trouxe à tona a perspectiva de que a cidade que se vangloriava de ser o centro da civilização no mundo, vivia uma modernidade cujas condições de vida eram marcadas pela precariedade e pobreza. Ver: BRESCIANE, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense. 1985. p.12-13.

deram vida a esse turbilhão, no século XX, se efetivaram num perpétuo estado de “vir a ser” chamado modernização. A passos lentos Uberaba tentava se modernizar.

Além dessas fontes que alimentavam a modernidade, invenções como o telefone, o avião, o gramofone, a energia elétrica, os automóveis e o cinematógrafo fascinavam o homem da *Belle Époque*; eram novidades vistas como progresso e civilização. Era uma época em que tudo parecia possível. Manoel Felipe de Souza, sendo um representante do homem da *Belle Époque*, apresentava em suas crônicas atenção a essas invenções utilizando-se também do recurso da ficção. A eletricidade, o uso do magnetismo e até mesmo “forças ocultas”, que transcendiam a própria crença na ciência, eram seus assuntos:

Neste fim de século, quando os acontecimentos se desdobram com a rapidez do relâmpago, quando aparecem terremotos onde a terra nunca tremeu, quando a humanidade boquiaberta e deslumbrada por assombrosas descobertas, já não se admira de nada, quando os sábios da época, fechando na mão a eletricidade, o magnetismo universal e outras forças ocultas, dão assalto na matéria onde nunca se penetrou o bisturi da sciencia – tudo parece possível.<sup>409</sup>

A pirotecnia também era objeto de curiosidade:

Grande multiplicidade de fogos de rua e de salão, últimos inventos da arte pirotécnica, iluminou e encheu de grato rumor a cidade, que parecia imenso castello de fogos phantásticos, com extensa escala chromática de estrepitos e deslumbrante variedade de cores, sem nome no dictionário da língua vernácula.<sup>410</sup>

Esse interesse de Manoel Felipe de Souza pelas novidades quando confrontado com a realidade material da cidade, que naqueles anos entre 1899 e 1903 ainda não possuía eletricidade e a iluminação das ruas era feita por lampiões, demonstra a forma como elementos fictícios, de criação imaginária e fantástica, eram utilizados para enaltecer os símbolos de modernidade que aos poucos iam chegando na cidade como grandes inovações. Além disso, o articulista enxergava as transformações e a transição de século não como algo que ocorreria de uma hora para outra, mas como gradual, ao longo do tempo:

O que foi o século XIX já o sabemos, mas o século XX paira ainda envolto na penumbra. [...] Estou hoje com pronunciada tendência para galgar alturas perigosas. E altos que de uma delas a queda me seja fatal,

<sup>409</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

<sup>410</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 28/06/1900. n. 103. p. 1.

despeço-me dos leitores, com quem tenho a honra de palestrar pela última vez no século que expira. Sejam muito felizes no salto mortal de um século a outro. Esta passagem não é grande cousa: o martello da companhia de um relógio, um simples artefacto mechanico, arroja no abysmo e manda embora a meia noite um século para dar logar a outro que chega, e no fim de contas, tudo visto e examinado, a impressão resultante da passagem dos séculos é mais convencional do que real. O primeiro dia do novo século, em relação ao último dia do século finda, não é mais que um dia depois do outro. A diferença entre o século XX e o seu sucessor não apparecerá de certo no primeiro dia, porém gradualmente, e os leitores nada perderão em esperar os acontecimentos que se vão desenrolar ante os olhos da humanidade deslumbrada.<sup>411</sup>

No trecho se nota que as metáforas eram também um dos recursos acionados nas crônicas de Manoel Felipe de Souza: “tendência para galgar as alturas perigosas” e de tão alto que “a queda de uma delas me seja fatal” era uma forma implícita de o autor se referir ao fato de estar inspirado para escrever, mas que o entusiasmo elevado poderia levá-lo a “palestras” desastrosas, daquelas cujo excesso de entusiasmo o fariam despencar das alturas. Essa opção da metáfora era uma das figuras de linguagem mais comuns em suas crônicas.

Regina Rossetti afirma que a crônica jornalística, como gênero híbrido na interface entre o jornalismo e a literatura, descreve não apenas situações concretas do cotidiano, mas as recria com vistas ao entretenimento e à reflexão crítica. Para inventar uma história, a partir dos fatos da vida real, o cronista utiliza figuras retóricas tais como a metáfora, que a autora define como uma “figura de pensamento” que depende do receptor da mensagem para atribuir-lhe um novo sentido, dentre os vários sentidos que existem para uma mesma palavra. Mais do que uma figura ou esquema da língua, a metáfora na crônica propicia a geração de imagens que não se restringem a um significado único. Caracteriza-se pela expressividade mutável de imagens convergentes, em sua variação indefinida de significados”.<sup>412</sup> Manoel Felipe usualmente recorria a essa estratégia de criar imagens com significados múltiplos.

Partindo da premissa de que havia diferentes níveis civilizacionais na urbe, atrelada à tentativa de disseminar a civilidade estava a hierarquização social. Quanto maiores eram as desigualdades sociais maiores eram as regras de refinamento e polidez da sociedade. Nesse

<sup>411</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 27/12/1900. n. 155. p. 1.

<sup>412</sup> ROSSETTI, Regina. As metáforas nas crônicas jornalísticas de Cony e Veríssimo. **Revista Estudos em jornalismo e mídia**: Fronteiras com a literatura. v. 6. n. 1. 2009. p. 30. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p23>>. Acesso em: 24 jun. 2020. [doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p23](https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p23)

ângulo, o colunista, atento à vida cotidiana, realizava uma diferenciação de níveis civilizacionais na cidade de acordo com suas áreas, e ao fazer isso, expressava as ambiguidades da modernidade. O olhar que lançava sobre a área central era de que a mesma era a parte mais civilizada e valorizada. Diferente do bairro Estados Unidos, caracterizado como subúrbio. Esse bairro, em sua ótica, era a expressão da “cidade da roça”, onde ao invés de “partituras civilizadas do piano”, típicas da área central, se ouvia o som das sanfonas e das violas. Além disso, para ele, os cidadãos de ambos os bairros viviam em tempos diferentes:

É bem provável que lá pela *Rua Grande* estejam haurindo os progressos e vantagens do século XX, enquanto por aqui ainda chafurdamos o século XIX. A cidade é grande e, por isso, nem sempre pode estar de acordo em todos os pontos. Quem, por exemplo, percorrer o extenso bairro dos Estados Unidos, especialmente em domingo e dia santo, não estando familiarizado ali, julgar-se-á presa de alienação, suppondo-se transportado para outra cidade, para outros climas e até para outros mundos. Enquanto no bairro central as casas comerciais conservam-se fechadas, ouvindo-se aqui e além a grata harmonia dos pianos, lá as lojas e vendas, com as portas escancaradas, exibem numerosa freguesia, estrangeira e nacional, duplicando beijos nos copos da genuína *paraty* mineira. Extensas filas de cavalos arreados e amarrados pelas portas dão aquelle pitoresco subúrbio um aspecto de *cidade da roça*. Alli, em vez das partituras civilizadas do piano, é o chiar da sanfona e o retintin das violas que diverte a ingenuidade dos *íncolas* e flagela os ouvidos dos forasteiros com a mais chata e prosaica monotonia. Só não se nota diferença no modo de andar. Todos andam em posição defin... *em posição vertical*, de cabeça para cima, nariz na frente e, notável coincidência! Quando mudam um pé para diante deixam sempre o outro atrás, como Júlio César.

O primeiro aspecto que o autor apresenta no que diz respeito à distinção entre os bairros é a questão dos ritmos. Enquanto o bairro central, em seu ver, já havia ingressado no século XX, o bairro situado na área mais periférica da cidade ainda permanecia no século XIX. Tal proposição trazia incutida a ideia de que uma área era mais “avançada” do que a outra, que vivia no atraso. Na área mais “avançada”, o Centro, moravam as elites. Nos subúrbios, que em seu ver viviam no atraso, concentrava-se a população mais empobrecida.

Ao utilizar a expressão “cidade da roça” o autor construiu um significado que não era apenas aquele que se relacionava ao aspecto espacial de um bairro suburbano, que na saída da cidade se confundia ao campo. Ele foi além. Ao denominar a cidade como “roça” exerceu o seu ressentimento de forma habilidosa. Sutil e muito implicitamente estava zombando das elites que, encasteladas pelo seu “chiquismo” e soberba, não passavam de habitantes da “roça”. Além

disso, o uso dessa expressão se referia ao comportamento dos mores. O colaborador realizou um confronto entre o que considerava civilizado e o que considerava não civilizado. Esse “não civilizado” foi associado a hábitos e práticas rurais. O som de sanfonas e violas, bem como cavalos arreados à porta dos espaços eram práticas que remetiam a uma ruralidade e à vida no campo. O subúrbio por si só, em seu ver, tinha a aparência da roça. Em contrapartida, o estilo de vida que considerava polido e urbano era aquele onde os espaços, habitados pelas elites, de portas fechadas, viviam ao som dos pianos. A parte tida como civilizada tinha uma conotação de harmonia e a parte tida como “não civilizada” tinha a conotação de balbúrdia.

A única coisa em comum observada no ritmo urbano de ambas as áreas era o jeito de andar dos habitantes. A afirmação da posição “defin...” foi substituída por “em posição vertical”, uma ironia aguda: até andam em pé, mas como Júlio Cesar, um “bárbaro”. Em outras palavras, teriam em comum o fato de serem *homo sapiens*, nada mais. Em síntese, o que o autor parecia sugerir, fazia parte das exigências dos padrões modernizantes e civilizados, em que a diversão, o ócio, o ir e vir e o jeito de andar das pessoas precisavam ser regulamentados.

Ainda em relação a realizar diferenciações das áreas da cidade, Manoel Felipe fez um comparativo entre o Alto Abadia e o Centro. Seguiu a mesma linha, de entender o Centro como área mais civilizada. Argumentando questões de higiene, o articulista, que havia ido com a família passar um tempo naquele Alto, afirmou “respirar outros ares”, longe do tumulto do Centro: “aqui parece que a gente está morando em outra cidade, em outra terra, em outro mundo. Tudo é diferente do centro da cidade. Os costumes são simples, o ar é livre da vida pesada. [...] O ar é bem puro, não é aquele ar impregnado do olheiro do carvão de pedra.”<sup>413</sup> O óleo citado era empregado em lampiões que faziam a iluminação das ruas. Isso leva a entender que a área central era mais iluminada, porém mais cheia do “olheiro” que fazia pesar o ar.

Contudo, embora fizesse elogios e apresentasse vantagens a respeito dos ares do Alto Abadia, afirmou a existência de um outro lado que em seu ver era de “descômodos”: “É uma brisa pura, mas pagã. Falta-lhe o baptismo da civilização”<sup>414</sup> e da modernidade, que em sua perspectiva estava no Centro:

[...] com o murmúrio partindo de mil boccas, accordes e melodias de instrumentos, sussurro de carros, apitos dos cocheiros, movimentos das ruas, legendas nas varandas dos edifícios, serenatas à meia noite, mexericos, carroças de gulodices, taboleiros pelas portas, guinchos dos

<sup>413</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/09/1902. n. 333. p. 1.

<sup>414</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/09/1902. n. 333. p. 1.

comerciantes, fumaça das chaminés, águas encanadas, typos de rua, pedintes em quantidade.<sup>415</sup>

A imagem que o colunista expressava da civilização e da modernidade era, portanto, uma cidade movimentada, com ruas agitadas, dezenas de pessoas circulando em ritmo enérgico, muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo, muitos burburinhos e frenesi das práticas urbanas. Mas essa movimentação relatada de modo ampliado também tinha a sua dose de ficção: “murmúrio partindo de mil bocas”, “sussuro de carros”, “fumaça das chaminés”, “águas encanadas”, esse era o Centro que lembrava uma cidade bem maior e bem mais equipada em aspecto de infraestrutura, não condizente com a realidade de Uberaba que à época tinha poucas casas com água encanada e poucos carros, recursos restritos às elites.

“Fumaça das chaminés” remetia a um cenário industrial, de poluição. Uberaba, enquanto isso, ao invés da industrialização em larga escala, tinha traços de ruralidade presentes não só nos subúrbios, mas também no Centro. A experiência da modernidade nas grandes cidades europeias não era a mesma de uma cidade do interior do Brasil. Nos centros europeus de maior destaque a paisagem moderna era diferente, marcada por máquinas a vapor, fábricas, ferrovias, amplas zonas industriais com as cidades crescendo do dia para a noite.<sup>416</sup> Essa não era a realidade de Uberaba. A paisagem estava longe de ser composta por um cenário de industrialização, como aquele ocorrido na Inglaterra, que naquela transição de século estava vivenciando a segunda fase de sua Revolução Industrial.

No entanto, mesmo fazendo uso de ficção para ressaltar a intensificação do ritmo de vida na cidade, o autor reconhecia que “no chiar do coração da Prynceza havia syncopes e intermitências”. Isto é, embora a modernidade e a civilização estivessem começando a compor o cotidiano, a cidade ainda contava com muitos problemas, tanto no aspecto material quanto no aspecto de comportamentos da população cujas práticas não só reprovava como combatia.

Além disso, mesmo usando elementos fictícios, o Centro para o autor era a área que tinha mais avanços. Em contrapartida, o Alto Abadia, mesmo possuindo “bons ares”, não contava com o “vigor da civilização”. Na sua concepção, era uma área que dizia respeito aos “subúrbios da vasta metrópole do Triângulo Mineiro”. E de lá, ele tinha “boas e más impressões”. As boas eram “ar livre, clima fresco e ameno, horizonte dilatado e vizinhança amável”. Fazendo o contrapeso, as “más impressões” eram: “á extrema penúria, á miséria

---

<sup>415</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/09/1902. n. 333. p. 1.

<sup>416</sup> Ver: BERMAN, Op. Cit., p. 28.

martyrizante, levadas às últimas phases e revestidas dos andranjos que a população do centro mal conhecia”. Além disso, apresentou aquilo que mais o incomodava: “a lepra, a syphiles, a imundície poluem a pureza da brisa que passa pelas arruinadas choças onde figuras humanas, deformadas por enfermidades inclementes, exgottam o cálice de amargura e vivem porque ainda não morreram.”<sup>417</sup> Nesse sentido, a representação que formulava para os doentes era a de que se tratava de uma espécie de aberração que com suas deformidades contaminava a “pureza da brisa”. Mais do que um olhar preconceituoso contra os leprosos e sífilíticos que moravam naquele Alto, o autor encampava a perspectiva higienista. A civilização também estava relacionada com a higienização dos espaços e da paisagem social.<sup>418</sup>

Da mesma forma que abordou o bairro Estados Unidos, como subúrbio, fez o comparativo do Alto Abadia com a área central reafirmando que esta era o espaço que representava a civilização. Então, as áreas suburbanas, designadas como “cidade da roça”, faziam parte do todo da cidade que em suas crônicas muitas vezes era citada de forma irônica: “metrópole”, “capital donairoisa do Triângulo”, “musa inclemente”.

O processo de urbanização também era objeto de sua atenção. Atento aos contrastes sociais, percebia as transformações da cidade. Esse processo de urbanização caminhava de mãos dadas com o progresso, que em sua ótica também não estava livre de contradições, expressas por meio do uso das metáforas e das ironias:

Uberaba na ponta! Em todos os bairros, em todas as ruas, becos e praças, *per totum urbem*<sup>419</sup>, manifesta-se a actividade humana. Por toda parte surgem as edificações, desde a modesta, pequenina vivenda do pobre até os elegantes palacetes daquelles que saboreiam a longos sorvos os favores da fortuna. O commercio, a indústria, a imprensa fazem prurido.

[...] Tudo progride na capital donairoisa do Triângulo, que acaba de ser dotada com mais uma corolla tecida de... *capim*; lá, além, muito além do cemitério velho, num extenso vale, campeia o hyppodromo, ponto favorito da reunião heterogênea da massa popular.<sup>420</sup>

<sup>417</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 09/10/1902. n. 341. p. 1.

<sup>418</sup> Ver: OLIVEIRA, Raniele Duarte. **A cidade na perspectiva de um processo civilizador: o espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-1927)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. 2015. p. 30-36. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16502>>. Acesso em: 25 jul. 2019. [doi.org/10.14393/ufu.di.2015.145](https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.145)

<sup>419</sup> Expressão em latim que significa “por toda a cidade”.

<sup>420</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 06/06/1901. n. 201. p. 1.

Para elucidar as contradições na paisagem da cidade, sem titubear, Manoel Felipe ironizava: “corolla tecida de... *capim*”, afirmação metafórica que não dizia respeito apenas a mato alto, mas ao campo - “coroa de capim” - resquício do rural. De forma direta ou indiretamente, o autor estava sempre apresentando suas representações sobre a paisagem da cidade. Parte das elites residia no entorno da praça principal, onde havia a casa de câmara e cadeia. A população mais pobre vivia nas ruas e becos que confluíam para ela. Dessa forma, as hierarquias sociais refletiam na conformação do espaço.

Em relação à configuração da paisagem, Renato Muniz de Carvalho, salientou que em Uberaba, a partir do Largo da Matriz, espalhavam-se as ruas principais e depois, mais distantes, as ruelas, os becos, as chácaras e a periferia -, dando a entender que as chácaras ficavam na periferia. Embasando-se em Lourenço, afirmou que os fazendeiros tinham o costume de construir chácaras, compreendidas como pequenas unidades agropecuárias que funcionavam como casas de campo: “enquanto que no centro o acesso ao mercado é facilitado e existem comodidades, como a proximidade da água, nas cercanias a situação é precária, com exceção das chácaras.”<sup>421</sup> A localização destas, quando pertencentes às pessoas da elite dominante, impulsionava melhoramentos como ruas e pontes.<sup>422</sup>

Carvalho mencionou ainda que, durante todo o século XX, a presença de vazios urbanos, chamados também de pousios ou de terrenos de engorda (pelo fato de estarem à espera de valorização imobiliária), eram uma constante na paisagem uberabense. Possivelmente, a presença de muitos vazios urbanos propiciava o crescimento de vegetação. Fotografias do período reforçam essa perspectiva. Desse modo, para também contribuir no entendimento da expressão “cidade da roça”, é necessário levar em conta a paisagem da cidade naquele período.

Partindo dos levantamentos de Pontes, Carvalho indicou que em 1900 a cidade contava com 86 ruas, 15 praças, 4 ladeiras, 2 becos e uma travessa. Além das chácaras e dos vazios urbanos, o autor identificou que havia bairros, como era o caso do Fabrício, que se formaram em espaços que haviam sido propriedades rurais.<sup>423</sup> Assim, a caracterização da cidade em termos de condições físicas e situação de uso e ocupação do solo traz à baila o tipo de relacionamento que a sociedade daquele período estabelecia com a natureza. Esse relacionamento tinha não apenas a dimensão do mundo natural, mas também a dimensão do mundo do campo se confundindo com a paisagem da cidade.

---

<sup>421</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 184.

<sup>422</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 202.

<sup>423</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 202.

A persistência de hábitos rurais num ambiente urbano que aparentemente galgava ares de modernidade, somada ao esforço de ordenamento e ideia de prosperidade, prestígio e *status* social de elites ligadas ao campo, fomentava um complexo de práticas, representações e (re)significações do que se considerava civilizado e moderno. Nesse ponto, divulgava-se nos jornais a existência de práticas que colocavam em discussão o anseio civilizacional de parte dos mores, como já apontado. Era comum ser noticiada a criação de porcos, a construção de chiqueiros, a circulação de galinhas nas ruas, a plantação de hortas nos quintais, práticas vistas como incoerentes à vida civilizada. Todo e qualquer artefato que ultrapassasse as características da ruralidade seria imaginado como a materialização da civilização.

No entanto, em Uberaba essa perspectiva de superação da ruralidade era difícil de ser adotada. Ao mencionar aspectos de reordenação do espaço, Manoel Felipe de Souza expressava essa dificuldade ao apresentar em suas falas hábitos provenientes do mundo rural:

Um freguez do barbeiro, sem olhar para cima, sem dar pela falta da taboleta, embarafusta pela casa a dentro com o fim de fazer a barba e esbarra num pedaço de toucinho, num pedaço de carne de vaca ou num metro de linguiça. Outro/outra entra num restaurante para tomar um chocolate ou um sorvete e esbarra numa carga de fumo. [...] Aquelle vai a venda comprar uma arroba de toucinho e tropeça num piano.<sup>424</sup>

Pedaços de toucinho, de carnes de vaca e metros de linguiça expostos nas casas comerciais, conforme citou o colunista, eram referências de como as ruralidades se manifestavam na urbe. Teoricamente, o “arcaico” e o “rústico” do campo precisavam ser substituídos pelo “moderno” e “polido” da cidade. Manoel Felipe de Souza trazia um olhar que apreendia as contradições no modo como esse almejado mundo moderno estava se formando, inerente às próprias ambiguidades<sup>425</sup> da modernidade. E o autor, por ele mesmo, apresentava uma postura de adesão às novidades trazidas por essa modernidade. Ao mesmo tempo, relatava em suas crônicas hábitos que em seu ver eram do passado.

---

<sup>424</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 09/01/1902. n. 263. p. 1-2.

<sup>425</sup> Historiador que escreveu sobre essas ambiguidades foi Jacques Le Goff. A partir de uma discussão sobre o antigo/moderno o autor assinalou que esse par, embora presente em outras historiografias, esteve ligado à história do Ocidente e envolvia uma dinâmica que era dialética. Nesse ponto, o que se chamou de modernidade para ele foi a tomada de consciência das rupturas com o passado e a vontade coletiva de as assumir. Mais que uma ruptura, o “novo” significava um esquecimento, uma ausência de passado. O moderno defrontava-se também com a questão do progresso que se transformou num substantivo associado à “recente”, entendido como oposto à “passado”, com um sentido de evolução positiva. Le Goff, Jacques. *Antigo/Moderno*. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 149-178.

Ademais, utilizando-se de metáforas, para ele havia uma “cidade das vitrines” e uma cidade cuja “sujeira” ficava escondida e ocultada:

Mas a Musa inclemente a tanto não me protege e ditoso me julgo quando consigo fazer os leitores desta secção passear em leve cabriolet, no abrigo dos salpicos da lama das ruas, avistando a cidade das vitrinas os mostradores para cima e deixando muito embaixo o que é sórdido e peludo.<sup>426</sup>

A cidade possuía uma infraestrutura muito precária. O saneamento básico (ou não saneamento) envolvia o despejo de dejetos nos córregos. Muitas vezes, havia córregos passando no fundo das casas e ainda assim o abastecimento de água era precário. As ruas eram sem calçamento e a impermeabilização do solo só se deu a partir da segunda metade do século XX. A modernização dos espaços e as benfeitorias públicas se davam a passos lentos. Quando aconteciam, ganhavam holofotes na imprensa. A precária infraestrutura gerava problemas que iam aos extremos. De um lado lamas, chuvas e enchentes. Do outro, nos tempos de seca, o pó que cobria os logradouros. Esses problemas eram também assuntos para as “Pennadas”:

Actualmente a rua do Commercio apresenta um aspecto esquisito. A chuva teimosa, insistente, fez della e de outras ruas um lamaçal enorme, intransitável. Os moradores de um lado estão incomunicáveis com os vizinhos do lado oposto. Dificilmente transitam os carros (não falo os carros de bois) e os trollys, enterrados no barro até o eixo, de modo que os passageiros andam, por assim dizer, embarcados por terra e por água. A chuva torrencial cahida no dia quatro, depois de meia noite, levou parte da lama e ocasionaria vários prejuízos, se continuasse uma ou duas horas. Não deixou contudo de fazer algumas victimas. Uma mulher e um menino lá na rua Brazileira, imediações do Barro Preto, o qual por sua vez a levou atravessando quase toda a cidade, sendo a victima retirada das águas a mais de um kilometro do lugar onde cahiu. Que estava morta não é preciso dizer. Nem tamanha distância era preciso percorrer asphyxiada em água misturada com barro e o lixo dos quintaes de muitos tantos casos, que assim passaram por séria lavagem. No quintal do Chico Pedro, um dos muitos invadidos pela enchente, uma galinha com seus pintinhos trepou num pé de mandioca; mas as águas foram crescendo, avolumando até que uma onda, quebrou o pé de mandioca e o levou com a galinha e os pintos, os quais tiveram o triste fim dos protagonistas do Guarany de José de Alencar. Aqui era uma palmeira que cedeu ao embate das ondas, levando na copa um par amoroso; alli era um pé de mandioca que estalou ao impulso da

---

<sup>426</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 27/12/1900. n. 155. p. 1.

enxurrada, levando nos galhos uma família alada, mas impotente para transpor a distância que a separava da terra enxuta.<sup>427</sup>

Nesse trecho, com um tom de deboche e ironia - “carros enterrados no barro até o eixo”, “passageiros embarcados” - fez uso de seu discurso sarcástico para descrever a situação proveniente do volume de água das chuvas. Nesse caso não colocou as palavras em itálico para ironizar. Isso significa que nem sempre fazia uso desse recurso. Além disso, a metáfora permanecia aparecendo com destaque: “palmeira sendo engolida pelas ondas”, “ondas quebrando os pés de mandioca”, forma metafórica de afirmar a intensidade das chuvas. Exagerar uma ideia tinha a finalidade de enfatizar. E na dimensão fictícia, fora da praça central, área mais embelezada e cartão postal da cidade, onde se situava também a Igreja Matriz, era difícil encontrar alguma palmeira imperial. Além disso, o colunista não abria mão de suas referências literárias ao citar autores e suas obras, como foi o caso de José de Alencar com “O Guarani”.

Igualmente objeto da atenção do colunista era o avesso das enchentes: a seca que gerava os volumes de poeira que incomodavam os moradores: “Como aqui basta um dia de sol para tudo ficar em poeira é bem possível que até o dia da distribuição do jornal já tudo se ressinta dos efeitos de furiosa cenicula...”<sup>428</sup> Em outra “Pennada Furtiva” foi ainda mais incisivo:

Sei que São João Batista não é assinante do *Lavoura*, mas lê de graça os jornaes e revistas, livros e tudo que lhe apraz. Portanto, tenho certeza que lerá estas *Pennadas*, mil vezes mais destituída de interesses, porém mil vezes mais leve que o *Tractado de Agricultura Tropical*. Graças ao benefício presente de São João, ficamos livres por uns três dias de pó asphixiante e pestifero que envolvia a cidade.<sup>429</sup>

Nesse trecho, o colunista trouxe à baila novamente o seu humor e o uso de figuras de linguagem para expressar a satisfação com a chegada da chuva que amenizou a poeira que tomava conta da cidade. Para isso, agradeceu as benfeitorias de “São João”. Logo, era nesse cenário de dubiedades na paisagem - campo/cidade, rural/urbano, centro/subúrbio, enchentes/seca - que a modernidade se constituía em Uberaba. Manoel Felipe incorporava em seus escritos essas dubiedades e era atento às suas contradições, que refletiam em seus escritos.

<sup>427</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 09/01/1902. n. 263. p. 1-2.

<sup>428</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 06/02/1902. n. 271. p. 1.

<sup>429</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 28/06/1900. n. 103. p. 1.

A “cidade da roça” e a “metrópole donairoso do Triângulo” coexistiam em suas falas sobre a urbe. Em certos momentos eram citadas em tom de ironia e deboche, em outros, eram citadas em sentido literal. Em específico a “metrópole”, quando queria defender a cidade e se recusar a ser habitante de um lugar não civilizado, falava sim de modo afirmativo que a cidade era uma metrópole<sup>430</sup>. Nesse quesito, em duas frentes de escrita, a figurada e a literal, usava sua pena arduamente para combater o que considerava os antônimos da civilização.

O fato é que na cidade havia uma urbanização concentrada em alguns pontos e tecnologias modernas, de um lado. Pouco investimento em infraestrutura, de outro. Além do problema das enchentes e do pó, exemplos eram a falta de calçamento e luz elétrica, que só chegou em 1905. Nessa ótica, uma coisa era o discurso da modernização feito nos jornais. Outra era a maneira como as premissas pregadas nesses discursos se efetivavam na prática.

Enquanto isso, na convivência de uns com os outros, parte dos cidadãos demonstravam o esforço por uma nova sensibilidade coerente à modernidade. Esse esforço convivia com hábitos arraigados. O tradicional e o moderno igualmente coexistiam<sup>431</sup>. Manoel Felipe apresentava a simultaneidade das duas instâncias em suas crônicas e se empenhava para mostrar que Uberaba não estava isolada do que se passava no mundo, uma vez que buscava construir seus símbolos de modernidade e por meio da imprensa se inteirar de notícias globais.

O autor era um observador e vivia em meio às referências modernas que chegavam a Uberaba. Eliane Mendonça Marquez de Rezende<sup>432</sup> selecionou alguns itens que, em seu ver, representavam os símbolos de modernidade no município: a estrada de ferro, a arquitetura das casas das elites, a decoração dos interiores, o contato com cidades maiores, a leitura de jornais, os hotéis, cafés, restaurantes e confeitarias, a chegada de imigrantes, a criação de associações para atendê-los, os estabelecimentos de ensino e os diplomas conquistados pelos jovens eram

---

<sup>430</sup> Sobre isso ver o livro de: FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Ed. UFPR, 2020.

<sup>431</sup> Em relação a essa discussão - tradicional/moderno - Anthony Giddens sublinhou que seria um equívoco contrastar as duas premissas de maneira grosseira. Para ele, as mudanças ocorridas nos últimos séculos foram dramáticas e abrangentes em seus impactos. Por isso, o chamado “período moderno” foi marcado também por discontinuidades, que em sua ótica separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. O primeiro fator de discontinuidade apontado foi a questão do “ritmo de mudança” que a modernidade colocou em movimento. A rapidez das transformações na modernidade foi extrema no que se refere à tecnologia, mas também a outras esferas. A segunda discontinuidade foi o “escopo da mudança”, quando diferentes áreas do globo foram postas em interconexão, “onde ondas de transformação social penetraram toda a superfície da terra.” Por fim, o terceiro fator de discontinuidade mencionado foi a “natureza intrínseca das instituições modernas”. Ver: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p. 11-16.

<sup>432</sup> REZENDE, Op. Cit., p. 96-109.

exemplos. Enquanto, por meio de um aparato coercitivo, o poder público municipal criava estratégias para ordenar a urbe, promover uma mudança na sensibilidade, na psique e no autocontrole das pessoas, a imprensa pregava a vida moderna. O jornal *Lavoura e Comércio* e o colunista também eram frutos de todo esse contexto que ansiava a modernidade.

A intensificação do ritmo de vida na cidade, o esforço de interconexão com o mundo por meio da imprensa, a ação de frequentar espetáculos em teatros, reivindicar nos jornais música nos jardins e divertimentos nos espaços públicos faziam parte da realidade do município que ansiava inserir-se no mundo moderno. Porém, o conforto associado às condutas urbanas não se contrastava com tanta ênfase quando comparado à comida feita no fogão à lenha e à roupa passada no ferro à brasa, hábitos atribuídos ao mundo rural e reproduzidos na cidade. Neste município, a visão de mundo do homem rural e a visão de mundo do homem urbano, em alguns casos, se confundiam. Havia uma interação entre urbanidades e ruralidades. As ruralidades eram incorporadas no cotidiano urbano. A presença de munícipes andando tranquilamente a cavalo no centro da cidade era um exemplo disso; o ato de andar a cavalo era um costume comum ao homem que saía do campo e vinha à cidade. Nesse mesmo contexto, para parte dos cidadãos, era preciso a criação de um ambiente que permitisse o exercício da urbanidade e da civilidade, ou seja, uma superação da ruralidade. Superação que não parecia ocorrer, o que Manoel Felipe de Souza expressava em suas crônicas.

### **3. 2. Os retardos da civilização no olhar do colunista: os indígenas e as práticas culturais e religiosas dos negros**

No início do século XX as cidades brasileiras foram inundadas por uma carga de legislação que tinha o propósito de ordená-las. Em Uberaba não foi diferente, existiam as instâncias civilizadoras que incitavam o autocontrole dos cidadãos. Tratava-se de pensar os sujeitos em seu contexto social, em sua relação com os outros. A auto-observação e a observação que se fazia dos outros diziam respeito à dinâmica dos processos e dos projetos civilizadores que se instauravam. Gestos e falas polidas, olhares, sorrisos e humores afáveis, atitudes refinadas eram representações de civilidade. As leis, por exemplo, se tornavam mediadoras no ordenamento da urbe. Da mesma forma que as leis, os jornais eram instrumentos que, ao propalar modos de comportamento, também apresentavam nas suas entrelinhas a capacidade ou incapacidade de se fazer cumprir as medidas civilizatórias.

Jean Starobinski, ao averiguar os usos da palavra civilização na França dos séculos XVII e XVIII, mostrou que o conceito é polissêmico e sempre esteve entrelaçado com a barbárie. Nas palavras do autor “tudo que não é a civilização, tudo que lhe resiste e ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto.” Nessas circunstâncias, no entender do autor, “o anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora da condição de prejudicar se não podem ser educados ou convertidos.”<sup>433</sup> Nesse sentido, a construção do mundo civilizado em Uberaba passava pela definição do “anticivilizado” e do “bárbaro.” No esforço de se estabelecer uma ordem na cidade, as iniciativas civilizatórias tinham como função produzir um consenso que permitisse a vida em sociedade, atenuando seus problemas. Enquanto a cidade se urbanizava em alguns pontos, acirravam-se os conflitos. Manoel Felipe de Souza, ao apresentar tudo que via como inadequado à civilização, expressava as tensões sociais que estavam em voga na sociedade daquele período.

Carlo Ginzburg, ao abordar a história de Domenico Scandella, um moleiro do Friuli, que viveu na Europa pré-industrial marcada pela difusão da imprensa e da Reforma Protestante, descobriu a partir de dois processos distantes um do outro, por um período de quinze anos, um rico quadro das ideias, sentimentos, fantasias e aspirações daquele sujeito. Por meio desses e de outros documentos ligados ao moleiro, Ginzburg conseguiu reconstruir um fragmento do que se costumava denominar “cultura das classes subalternas” ou “cultura popular”. A pesquisa, que em início girava em torno de um indivíduo aparentemente fora do comum, desembocou numa hipótese geral sobre a cultura popular camponesa. Segundo o autor, “os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.”<sup>434</sup> Desse modo, para o pesquisador, as vivências de sujeitos pertencentes a segmentos sociais pobres chegam até o historiador por meio de crivos que as desfiguram. Neste ponto, as contribuições de Ginzburg são úteis para o trabalho, no sentido de ajudar a perceber nas fontes documentais a participação dos sujeitos sociais menos privilegiados no processo histórico que marcou a sociedade uberabense da virada do século. De forma direta ou indireta, suas vozes estavam presentes nos jornais. A imprensa refletia a efervescência social e cultural do município, mas refletia também o modo como as elites econômicas e intelectuais tratavam as populações pobres na paisagem da cidade.

---

<sup>433</sup> STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 33.

<sup>434</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 11.

Fazendo coro ao intuito de civilizar a urbe, Manoel Felipe de Souza foi incentivador de intervenções do poder público municipal na produção, modificação e controle social do espaço no intuito de colocar em prática seus projetos de civilização e cidade, incentivando a eliminação daquilo que não o agradava. Neste processo, os indígenas e as práticas culturais e religiosas dos pretos eram entendidos pelo autor como formas de retardo à civilização.

É preciso lembrar que, naquele período, a busca por uma identidade nacional no âmbito das elites intelectuais lidava com o desafio de encarar um país com uma complexidade social proveniente da existência de inúmeros grupos com variadas características culturais, assim como lidar com as diversidades regionais. Era muito difícil criar tipos adequados à nacionalidade. A questão cívica estava em alta e havia preocupação com aquilo que seria caracterizado como elemento da identidade nacional.

Saliba observou que, naquele momento, a busca por uma representação positiva da nacionalidade e de um tipo que expressasse a identidade do brasileiro oscilava. De um lado, caricaturistas e desenhistas, como Deodato Maia, rejeitavam, por exemplo, a figura do caboclo, entendendo-o como uma representação de viés negativo. O caboclo em seu olhar não era condizente com a imagem de um povo culto. Outro caricaturista, K. Lixto, também argumentava no mesmo sentido em relação aos indígenas, justificando que estes não eram uma imagem representativa da civilização. No ver de K. Lixto, o “botocudo envergonhado e nu com arco ou tacape nas mãos” não era adequado. Por outro lado, Raul Pederneiras, outro humorista do período, não via inadequação na figura simbólica do indígena para representar a nação.<sup>435</sup>

Além disso, Saliba salienta que a República ajudou a aprofundar a distância entre as elites e o restante da sociedade. As representações estereotipadas dos tipos nacionais e da própria nação se fundaram muitas vezes no ressentimento, na negatividade ou na degradação. Isso, em sua ótica, era nada menos que o reflexo da recusa das classes dominantes em aceitar o restante da população como integrante de um mesmo universo social. O esforço por uma representação mais unitária e generalizante do brasileiro foi algo que perdurou durante todo o período da *Belle Époque*. O autor ressalta que houve também o processo inverso: destruição, modificação e desmistificação de tipos e estereótipos.<sup>436</sup> Nesse processo de invenção de uma identidade nacional, os indígenas eram objeto de atenção dos intelectuais nos jornais.

---

<sup>435</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 125.

<sup>436</sup> SALIBA, Op. Cit., p. 125.

Manoel Felipe de Souza, em seu primeiro texto do século XX para a coluna, além da perspectiva da crença no progresso como algo que caminhava sempre em direção a um futuro cada vez mais grandioso e civilizado – “até Uberaba não ficou indiferente ao progresso do mundo”<sup>437</sup> -, apresentou um olhar que ia ao encontro das formas como a imagem dos indígenas era utilizada para representar a cidade no contexto da nação. Em suas palavras, Uberaba não era mais uma “terra de índios selvagens” ou de “índios caiapós”. A concepção do autor sobre a cidade trazia um viés civilizacional de saída de um estado “mais atrasado”, representado na ideia de “índios selvagens”, para outro estado “mais evoluído.” Utilizou ainda nas “Pennadas” as expressões “selvagem beijuda” e “índios caiapós” associadas à ideia de “não civilizado”:

A selvagem beijuda cor de cobre, vestida de tanga, foi substituída pela umiude côr de jambo, que ostenta a magia dos modernos figurinos de Paris. Onde os índios caiapós balbuciavam grosseira algaravia gemem os *marinonis* espalhando aos quatro ventos sete periódicos de diferentes formatos.<sup>438</sup>

A linguagem confusa e incompreensível dos “caiapós” deu lugar aos impressos modernos. Nessa acepção, as indígenas “beijudas” e de tanga, naquela altura da civilização em Uberaba, já haviam sido substituídas pelas mulheres que portavam “mágicos” figurinos de Paris. Assim como em seus poemas e contos, nas crônicas o autor reafirmava suas representações estereotipadas e negativas dos indígenas que para ele eram verdadeiros selvagens. O “botocudo”, expressão que também utilizava, era o avesso do homem civilizado.

Ainda nesse contexto de construção de uma identidade nacional, numa outra “Pennada Furtiva” sobre as comemorações, do 4º centenário do Brasil na cidade, o autor, além dos detalhes da festa e observações a respeito dos discursos proferidos pelos oradores no salão do edifício da Câmara Municipal, novamente apresentou seu olhar depreciativo em relação aos indígenas ao associar muitos brasileiros ao nível civilizacional dos mesmos em 1500:

[...] de pé, como uma sardinha em lata e supportando um calor de trinta graus à sombra, ouvi desfilar dos discursos, nos quaes perto de vinte oradores, com êxito mais ou menos feliz, nos repetiram os episódios do descobrimento do Brazil, e dos factos mais salientes sobrevindos desde então para cá, achando uns que em quatrocentos anos de existência mal sahimos do estado selvagem e outros que já estamos aptos para

<sup>437</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 03/01/1901. n. 157. p. 1.

<sup>438</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 03/01/1901. n. 157. p. 1.

sustentar um confronto com as nações mais avançadas da Terra. Supponho que uns e outros acertaram, porque, si até no meio das grandes cidades, divagam indivíduos cujo grau de civilização pode ser equiparado ao dos indígenas brasileiros de 1500, em compensação o Brazil possui gênios que a culta Europa acata e respeita.<sup>439</sup>

Esse perfil de abordagem que contrastava a “selvageria” dos indígenas frente à “civilização” da Europa se fez presente em muitas de suas “Pennadas”. Além dos indígenas como a representação do atraso, as práticas culturais e religiosas dos grupos negros também eram entendidas por Manoel Felipe de Souza como entraves à civilização.

O olhar que o colunista lançava aos festejos desses grupos era um indício do modo como os negros eram vistos por parte da sociedade uberabense à época. Sua perspectiva não era individualizada, pois estava ocorrendo em nível nacional e dizia respeito à forma como, em especial os africanos e seus descendentes, estavam sendo encarados por parte da sociedade brasileira no pós-abolição e ingresso na República.

As celebrações que reuniam africanos nos espaços de diversas cidades brasileiras, desde pelo menos o século XVIII, eram vistas por algumas autoridades, membros das elites e da própria Igreja como costumes bárbaros que deveriam ser combatidos, ou simplesmente afastados dos olhos da “boa sociedade”, evitando assim a “contaminação” de outros setores da população. No Rio de Janeiro, a partir da segunda década do século XIX, as autoridades cariocas passaram a proibir as danças e as procissões organizadas pelas irmandades de escravizados, alegando que elas promoviam desordens, bebedeiras e ameaças à ordem pública. Além disso, havia aqueles que viam as celebrações dos negros como uma espécie de carnavalização da religião oficial, uma mistura de sagrado e profano que subvertia a ordem simbólica dos brancos. A respeito da questão da imprensa, um jornal da capital baiana, em meados daquele século, já tecia fortes críticas às festividades dos africanos e descendentes no meio urbano, chamando-as de “práticas que a civilização condenava”, “bacanal dos tempos pagãos”, “canções de prostíbulos”, “gestos que desencadeavam os mais sensuais e desordenados desejos”. As posturas repressoras e discriminatórias, marcadas por intolerância e truculência daqueles que não viam com bons olhos as práticas culturais e religiosas dos africanos no mundo urbano perduraram por todo o século XIX. Na República, os negros viram aos poucos seus cortejos serem impedidos de sair às ruas, seus atabaques silenciados. Até

---

<sup>439</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 10/05/1900. n. 89. p. 1.

mesmo seus templos sagrados seriam excluídos dos mapas urbanos com as inúmeras reformas nas cidades a partir das primeiras décadas do século XX.<sup>440</sup>

Tendo em vista que Uberaba trazia em seu bojo os traços de uma sociedade escravista, a Igreja do Rosário era um espaço de representatividade negra. Intitulada também como Igreja dos “homens de cor”<sup>441</sup>, foi erguida em meados do século XIX e literalmente apagada da paisagem no início da segunda década do século XX.<sup>442</sup> A percepção de Manoel Felipe de Souza sobre os festejos dos pretos realizados nessa igreja e nas suas imediações trazia à baila percepções que revelavam as tensões sociais.

Vale a pena lembrar que naquele período a Igreja Católica continuava a ser o centro das atividades públicas. Missas e festas religiosas movimentavam a vida de boa parte da população. Na Semana Santa havia as procissões e em algumas épocas a “queima de judas”. Havia as festas do Divino, com foguetes e fogos de artifício e a festa do Rosário com músicas, danças e batuques. Além disso, eram realizadas também as Congadas e os Moçambiques.<sup>443</sup>

Nesse ambiente, não sem julgamentos, os festejos e as manifestações culturais dos negros realizadas no orago do Rosário eram objeto de um olhar negativado, tanto por parte de integrantes da própria Igreja, quanto por parte de integrantes da imprensa, a exemplo do colonista, que em uma de suas “Pennadas Furtivas” escreveu sobre a festa, e da fala de um bispo que, da mesma forma que ele, discordava e rejeitava a maneira como os negros se portavam nas comemorações do Rosário:

Não assisti porque não gosto da festa do Rosário, mas não falta quem conte a gente. S. exc. o bispo diocesano estava na igreja e censurava energicamente o modo gaiato e carnavalesco com que se celebra a festa denominada *dos pretos*, e dizia que mais de uma vez tem proibido tal abuso. Repetia a sua solene proibição quando uma turma dos taes foliões, em piquete avançado e de jacázinho aos pés, fazendo medidas e trejeitos pouco pudibundos, aproximando-se da porta da igreja, arrancava de mal educadas larynges e soltava as variações merídias a copla chata e quase obscena que ahi fica reproduzida. Nesse momento, acompanhados daquela dança infernal, damas de honra e moços fidalgos, ia transpondo a entrada da igreja o imperador e a imperatriz, a

<sup>440</sup> FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; Soares, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006. p. 112-120.

<sup>441</sup> Além de Nossa Senhora do Rosário, eram considerados “santos de negros” Santa Efigênia e São Benedito.

<sup>442</sup> OLIVEIRA, Raniele Duarte. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Uberaba/MG: desafios e possibilidades de pesquisa (1841/1924). **Anais do I Seminário de História e Cultura**: historiografia e teoria da História. Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

<sup>443</sup> REZENDE, Op. Cit., p. 107.

quem a exc. deu ordem de despir o manto e todas as insígnias imperiais, depois de ter mandado demolir dois thronos que lá debaixo da arcada da igreja esperavam o soberano casal.<sup>444</sup>

A partir da interpretação e ação do bispo em relação às práticas dos pretos na festa, foi possível identificar impasses que envolviam as relações dos negros com a Igreja e também o modo como o próprio Manoel Felipe de Souza enxergava a questão. Estava em voga o preconceito social, racial e religioso. Ao falar em “mal educadas larynges” e “dança infernal” com “copla chata e quase obscena” as “Pennadas Furtivas” construíam a ideia de que os sons emitidos pelas festividades dos negros na cidade eram entendidos não apenas como uma perturbação da ordem pública, mas também como uma perturbação da ordem moral.

No entanto, para os negros as congadas possuíam importante significado. Jeremias Brasileiro, ao pesquisar a realidade de grupos de congadas uberlandenses, entendeu essa prática como manifestação de pertencimento e identidade diversa, abarcando participação popular, não necessariamente só de descendentes africanos.<sup>445</sup> Em sua percepção se tratava de uma prática de rememoração das vivências culturais que diferentes grupos étnicos trouxeram consigo de várias regiões da África Ocidental, principalmente a partir do século XIX. Era uma forma de os escravizados presentes numa outra terra, sob outros contextos, ritualizarem e constituírem representações por meio da dança, do ritmo, do canto, um tempo que se “encontrava na memória, mas era de reinos e reis que se transformavam em reinados, com súditos, toda a corte a lembrar um estado, uma cultura, um povo, um sistema de valores sociais, políticos e religiosos, reconfigurados por uma necessidade de permanência ancestral, sendo elementos chaves à recriação de novas identidades.”<sup>446</sup> Isto porque, povos que não eram homogêneos, reunidos sob a égide da escravização, tiveram que se adaptar a outros contextos.<sup>447</sup>

Em Uberaba, como em muitas outras cidades brasileiras, as congadas eram uma forma de os africanos e seus descendentes reelaborarem suas identidades. Por meio de suas manifestações culturais e religiosas apresentavam formas de resistência frente aos conflitos com os representantes eclesiásticos e frente aos preconceitos que viviam na vida em sociedade. A

<sup>444</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 22/04/1900. n. 84. p. 2.

<sup>445</sup> BRASILEIRO, Jeremias. **O ressoar dos tambores do Congado: entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas (1955-2011)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012. p.24-33.

<sup>446</sup> BRASILEIRO, Op. Cit., p. 46-48.

<sup>447</sup> Além disso, de acordo com o pesquisador, as congadas constituem uma prática religiosa e cultural que extrapola o caráter festivo temporal, pois implicam não só a participação na festa e nas celebrações litúrgicas, além do ritual existe todo um compromisso do congadeiro feito ao longo do ano. Brasileiro. Op. Cit., p. 19.

respeito dessa questão, Brasileiro sinalizou que o congado no final do século XIX era tido por alguns setores sociais e religiosos como algo que portava uma marca demoníaca, de algazarra, de “dançantes bate caixas” que produziam gestos pecaminosos. Somado a isso, o autor salientou que “além de jogos de azar e das bebidas alcoólicas, os bispos e os padres mineiros faziam de tudo para impedir a presença do congo no interior de suas igrejas.”<sup>448</sup>

Outro elemento que o trecho das “Pennadas Furtivas” elucidou foi o modo como o bispo lidou com a entrada dos negros no orago. O mesmo deu a ordem para que o imperador e a imperatriz, personagens do universo das congadas, se despissem de todas suas “insígnias imperiais”, além de mandar demolir os dois tronos que serviriam ao casal. Tais atos trouxeram incutido um sentido simbólico de sinalizar aos negros que no templo não havia espaço nem para eles, nem para o uso de suas insígnias religiosas. Isto significa que na prática não necessariamente havia na Igreja do Rosário em Uberaba uma interação harmônica entre os rituais de matriz afrodescendente e os rituais de matriz católica.

É oportuno lembrar que desde o Império os festejos oriundos do universo cultural dos escravizados em Uberaba passaram por um crivo de regulamentação do poder público municipal e por um crivo de censura do poder eclesiástico. Do poder público, no sentido de que este criava uma série de regras que normatizavam seus comportamentos e práticas; do poder eclesiástico no sentido de que os festejos poderiam ocorrer desde que fossem fora do espaço físico da Igreja do Rosário. Desde meados do século XIX, essa Igreja era um ponto associado aos escravizados e libertos, que nos dias de festa da santa recriavam na paisagem da cidade suas tradições ancestrais. Por meio das congadas, gestavam um espaço de afirmação negra.<sup>449</sup>

Todavia, os escravizados e libertos não podiam se apropriar do espaço do orago da maneira que lhes fosse conveniente, muito menos realizar suas manifestações culturais livres de restrições. Ainda em 1867, o poder público municipal havia criado o Código de Posturas, que trazia artigos nos quais se proibiam reuniões dançantes de escravizados e batuques.

Além disso, a própria presença dos escravizados na cidade era regulada por meio das leis contidas nesse Código. Ficava proibido, por exemplo, que esses andassem pelas ruas a qualquer pretexto, sem autorização dos seus senhores. Havia um toque de recolher e os escravizados que fossem achados nas áreas públicas após esse toque seriam levados à prisão e

---

<sup>448</sup> BRASILEIRO, Op. Cit., p. 52.

<sup>449</sup> OLIVEIRA, Raniele Duarte. A igreja de nossa senhora do Rosário em Uberaba/MG: os escravos e suas práticas culturais na cidade (1867/1888). **Anais do II Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Uberlândia, 2013.

lá ficariam até serem reclamados pelos seus senhores, que ficavam propensos ao pagamento de multas. Também lhes era vetada a realização de aglomerações ou conversas em grupos. A criação de uma legislação com esses tópicos reiterou que desde aquele período os africanos e seus descendentes em Uberaba eram alvos de interdições.

Caminhando para o fim do século, já no cenário de pós-abolição, a presença dos negros e suas manifestações culturais na cidade e na Igreja do Rosário continuaram sendo objeto de restrições. O “Regulamento da Irmandade”, de 1896, igualmente tentava coibir as manifestações. Deixava implícito que os folguedos e as festas populares poderiam ocorrer de acordo com a disponibilidade e recursos de seus idealizadores, desde que não se dessem dentro do orago do Rosário. A partir daí, ficou em perspectiva o fato de que os ritos e as festas provenientes do universo cultural dos ex-escravizados em Uberaba, com a República, continuaram passando por uma censura eclesiástica. Todas essas premissas normatizadoras indicaram que, desde meados do século XIX, o poder público municipal e o poder eclesiástico, possivelmente com a aderência de parte de indivíduos ligados às elites econômicas, intelectuais e sociais, construía estratégias que colocavam em pauta projetos de cidade que tinham como ponto em comum ocultar ou afastar os negros do ambiente urbano.<sup>450</sup>

Além do “Regulamento”, outra documentação que reforça a existência e atuação da Irmandade, no que se refere à imprensa, era o periódico *Mensageiro S. S. Rosário, da Confraria do S. S. Rosário e do Rosário Perpétuo*. Apenas foi possível chegar ao conhecimento deste impresso por meio dos registros de Hidelbrando Pontes, que não apresentou muitas explicações a seu respeito. Por meio dos registros, averiguou-se que se tratava de uma revista mensal, distribuída em 1897, e que por um período de pelo menos vinte anos esteve em circulação. Com uma longevidade tão grande, curioso não existir maiores informações ao seu respeito. A ausência de memórias sobre o periódico traz indagações sobre o destino e o tratamento de possíveis registros da presença de práticas da população afrodescendente na cidade.

O orago do Rosário se situava numa cidade que paulatinamente alterava sua estrutura física e sua paisagem. O ensejo por distinção e/ou *status* social refletia na organização do espaço e se dava também em relação ao sagrado. Um exemplo disso era o fato de o Largo da Matriz ser um dos principais lugares escolhidos pelas elites para erguer suas residências. As pessoas menos favorecidas, na maior parte das vezes, moravam em lugares mais afastados. Morar perto da Matriz conferia um valor social ao cidadão, enquanto morar perto da Igreja do

---

<sup>450</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2013.

Rosário conferia outro. A localização da casa do morador, próxima a uma ou outra igreja, por si só, era uma forma simbólica de promover valor social e/ou distinção nos espaços da cidade. Manoel Felipe, implicitamente, refletia essas distinções em suas crônicas.

Autor que estabelece uma relação entre o olhar negativo dirigido aos negros e os espaços das cidades é Sidney Chalhoub<sup>451</sup> que, ao estudar a situação dos cortiços e das epidemias na corte imperial, constatou que a partir das décadas de 1850 e 1860 a proliferação dos cortiços no Rio de Janeiro esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravizados. Outra situação comum que o autor citou era os escravizados conseguirem autorização de seus senhores para viverem “sobre si”, pois morar longe da casa do senhor era uma maneira de adquirir maior autonomia das atividades produtivas. Desde aquela época, segundo o historiador, era utilizado no Brasil o conceito de “classes perigosas”, entendido como se referindo aos indivíduos que faziam uso de estratégias de sobrevivência que os colocavam à margem da lei.

Nesse contexto, de acordo com Chalhoub, os pobres em geral e os negros em particular se tornavam suspeitos preferenciais. A alusão às “classes perigosas” era um dos fundamentos utilizados para justificar a atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. Os negros se tornavam suspeitos preferenciais também devido aquilo que os ex-senhores, que depois se tornaram patrões, imaginavam ser o caráter dos indivíduos egressos da escravização. Acreditava-se que possuíam “vícios” provenientes do “seu antigo estado”, isto é, as condições de vida no cativeiro seriam responsáveis pelo suposto despreparo dos ex-escravizados para a vida em liberdade. Nesse ângulo, eles eram pensados como possuidores de “defeitos insuperáveis”, tornando-se assim membros permanentes e em potencial das “classes perigosas”.<sup>452</sup>

Em meio à circulação desse perfil de pensamento a respeito dos negros nos espaços das cidades, Manoel Felipe de Souza em algumas de suas “Pennadas Furtivas” atribuiu atenção à Rua do Rosário, apresentando aspectos de suas condições de infraestrutura e melhoramentos nela realizados. Ao comentar sobre a rua, deu a dimensão do valor social a ela atribuído na cidade. Numa dessas “Pennadas” o colunista explanou que havia visto trabalhadores da Câmara Municipal arrancando as pedras da via para empregá-las no conserto da própria rua. Além da reutilização, afirmou também que havia a possibilidade das pedras serem carregadas para “ruas

---

<sup>451</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.15-29.

<sup>452</sup> CHALHOUB, Op. Cit., p. 15-29.

mais protegidas.”<sup>453</sup> Enquanto isso, segundo o articulista, despejava-se no Largo da Matriz duas ou três carroças de pedras novas para reparo do Largo.

Em outro texto o autor voltou a mencionar a questão dos consertos na rua, dessa vez em relação a um lampião, que retirado no momento de reformas, não havia sido colocado de volta, prejudicando e colocando em perigo quem a noite transitava pela via: “A rua continua nas trevas quando não há luar, visto que as imediações da ponte demoram a tal distância dos lampeões das esquinas das ruas Barão de Ataliba e das Flores, que a luz delles morre muito aquém e muito além da ponte.” O colunista completou dizendo ainda que a abordagem desse assunto do lampião da rua não era uma “tagarelice balofa” e nem falta de assunto, pois em seu ver era uma necessidade: “uma ponte no centro da cidade é sempre um logar suspeito e quem por alli passa a deshoras, envolvido nas trevas, seja embora um destemido ou um philosopho, leva sempre uma das mãos no coração e a outra no revólver.”<sup>454</sup>

A partir dos comentários expostos em ambas as “Pennadas Furtivas” é possível construir duas proposições a respeito dos olhares lançados sobre a rua do Rosário. A primeira se refere ao modo como o poder público municipal tratava seus consertos. Enquanto no Largo da Matriz depositavam-se mais de uma carroça de pedras destinadas a reformas no próprio Largo, para a rua do Rosário o tratamento era outro. As pedras arrancadas não seriam substituídas por novas, mas sim reutilizadas. Tal fator reforça a concepção de distinção das áreas da cidade. O Largo da Matriz tinha um tratamento privilegiado, enquanto o Largo do Rosário era tratado de forma inferiorizada. Além disso, quando se fala em transportar as pedras para “ruas mais protegidas” se dá a entender que a rua era tida como um espaço não seguro, um lugar de sarjetas. Esse ponto vai ao encontro da segunda proposição a respeito dos olhares lançados sobre o logradouro: um lugar escuro, “suspeito”, de “trevas”, onde a ausência de um lampião facilitaria a ação de criminosos. Isso indica que no Largo do Rosário não eram negatizadas apenas as práticas culturais e religiosas dos negros, mas a própria rua onde o orago se situava.

Foi nessa conjuntura que se iniciou no Império e se estendeu até à República que a Igreja do Rosário de Uberaba foi, em 1924, literalmente apagada da paisagem sem grandes justificativas. Além dessa ideia de ordenamento da paisagem excluindo o máximo possível os negros do orago e em especial do centro da cidade, as sociabilidades também eram objeto de ordenamento na imprensa. Partindo da premissa de que as relações sociais não eram

---

<sup>453</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comercio**. 05/07/1900. n. 105. p. 1.

<sup>454</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comercio**. 31/01/1901. n. 165. p. 1.

homogêneas, tanto entre os grupos que frequentavam a Igreja, quanto entre a diversidade de grupos que viviam na urbe, parte das elites intelectuais e religiosas uberabenses se viam na “responsabilidade de alertar” sobre os festejos e rituais dos negros. Elas se viam no dever de contribuir no ensinamento de maneiras civilizadas a esses grupos, sendo os jornais um ótimo instrumento.

Como se pode notar, os temas da cultura afro-brasileira eram tomados como representação de selvageria e barbárie. Nessa perspectiva, a forma como Manoel Felipe de Souza tratava as práticas da população africana e seus descendentes revela uma época permeada não só pela intolerância religiosa, mas também por visões negativas a respeito da congada na imprensa. Conflitos e disputas dos espaços socioculturais e religiosos da cidade ficavam à mostra nos artigos:

S. exc. disse que no estrangeiro, de onde acaba de voltar, o Brasil é enxovalhado como um país de selvagens, exhibindo-se alli photographias de grupos de congados e moçambiques como o typo do genuíno brasileiro. Disse que na livre América, onde o povo não consente um rei às direitas, não devem mais figurar esses reis annuaes e caricatos que trazem na régia cabeça diademas de folhas de Flandres. Contaram-se ainda ter s. exc. dito que não pôde levar a bem a farda e a espada do soldado brasileiro, guarda da integridade da Pátria, sejam malbaratadas e polluídas em tão grotesco carnaval. Justificou o seu acto com ações tão lógicas e tão bem limitadas pelo seu invejável talento e arrebatadora dicção, que o Dr. Hidelbrando Pontes, não podendo conter o entusiasmo, rompeu por entre a compacta multidão e foi dar os parabéns a exc.<sup>455</sup>

Esse trecho traz à tona novamente a questão dos “tipos nacionais” e a forma como o Brasil era visto lá fora. Na fala do articulista, embasando-se nos relatos de “S. exc.”, em outros países, além do “indígena botocudo”, os pretos com suas congadas eram tomados não só como a representação do selvagem, mas também como a representação do “genuíno brasileiro”. Tal fato, tanto no olhar do articulista quanto do próprio bispo citado no artigo, deveria ser combatido. No processo de construção da imagem e da identidade nacional, essas pessoas se posicionavam em favor da eliminação das congadas do centro da cidade, afirmando que elas eram um empecilho à civilização, não coerentes à imagem que se queria para a cidade e para o país.

---

<sup>455</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 22/04/1900. n. 84. p. 2.

Nessa perspectiva, é importante entender a Igreja do Rosário e as manifestações socioculturais dos negros não como um universo social destacado de um conjunto, mas como participantes de um processo de transformações. Construía-se representações na e sobre a cidade e o país que lentamente buscavam meios de inserir-se na modernidade. O ritmo de vida se alterava e com ele as relações socioculturais. No caso específico de Uberaba, a maneira como libertos e brancos pobres eram vistos pela população mais abastada de comerciantes, latifundiários, profissionais liberais, intelectuais, Igreja e poder público municipal era resultada de um complexo universo relacional que, com a abolição, evidenciou uma realidade onde negros e brancos teoricamente, apenas teoricamente, transitariam de forma livre e igualitária pelos espaços públicos da cidade.

No entanto, o que a análise da coluna de Manoel Felipe de Souza traz à baila é um contexto social de discriminação em que as práticas culturais e religiosas dos negros não agradavam a todos. A cidade, enquanto um espaço onde as visões de mundo dos habitantes não eram concordantes, abrigava representações em que não só o poder público, mas também representantes das elites intelectuais, a citar o colunista, entendiam as manifestações dos negros como uma incoerência física e social numa paisagem que, com a coibição das mesmas, contribuiria para a urbanidade no Largo do Rosário, tornando-o mais coerente à imagem que se tinha do progresso e da modernidade.

Parte da sociedade do período via aquele orago e a negritude que a frequentava como “feiura”, algo que desagradava à visão; uma irregularidade na paisagem que precisava ser suavizada no sentido de refletir a imagem da cidade almejada: moderna, progressista e civilizada, conforme as aspirações daquele momento. Os melhoramentos de infraestrutura eram entendidos como modernização. A civilidade implicava uma mudança de comportamentos, refinamento nos modos da população. A sociedade, dessa forma, seria positivada, desfrutando de urbanidade e alcançando o progresso.

Além da perspectiva de suavização da paisagem, pensada levando em conta as aspirações de embelezamento e urbanidade, nota-se que, desde os instantes iniciais do pós-abolição, e ao longo das primeiras décadas do século XX, se tentou confinar os negros a espaços públicos bastante restritos. Segundo Ribeiro Júnior, nesse período surgiram campanhas de destruição das igrejas do Rosário por todo o país, pois apagá-las da paisagem era uma estratégia de branqueamento das cidades porque, de maneira geral, elas foram edificadas nos pontos centrais dos núcleos urbanos que, após a abolição, se tornaram alvos de modificações

que visavam apagar possíveis emblemas que lembravam a escravização.<sup>456</sup> Não foi à toa que a demolição da Igreja do Rosário de Uberaba, em 1924, foi uma forma de eliminar, ao mesmo tempo, a suposta “feitura” da materialidade do seu espaço, bem como as manifestações socioculturais dos negros. Tidas como símbolo de atraso e rusticidade simbolizavam o contraponto da civilização. Partindo da perspectiva de que “civilizar seria tanto para os homens quanto para os objetos”<sup>457</sup>, o intuito do poder público municipal, em parceria não só com o clero, mas também com parte de representantes das elites e da imprensa, era civilizar o espaço físico e social da cidade.<sup>458</sup>

A motivação do poder público, com a concordância do clero, era mesmo suavizar a paisagem em nome da civilização devido a seus opostos: a barbárie, a selvageria, a aspereza, a grosseria e a rusticidade.<sup>459</sup> Jean Starobinski aponta que “polir é civilizar”. Polir, segundo ele, “é tornar um corpo uniforme, tirar-lhe todas as irregularidades”. Tirar as “irregularidades”, pensando no contexto uberabense, equivalia a banir da paisagem, tanto física quanto social, tudo o que era considerado o avesso da civilização. Nesse processo, Manoel Felipe de Souza descreve a festa como “dança burlesca”, “babuzeira selvática”, “berreiro monótono” e “ridículas fantasias”. De acordo com ele, os pretos não deveriam permanecer naquele “atraso secular”, com “aquelas danças” numa cidade civilizada. O autor se dizia espírita, mas no caso das manifestações dos negros na festa do Rosário concordava com o bispo católico:

Foi grande o alvoroço, dividiram-se as opiniões e formaram-se dois partidos – um que aplaude e um que reprova o acto do bispo. Ao segundo doa-lhe n’alma ver desaparecer da festa do Rosário aquella dança burlesca, aquella berreiro monótono que durante dias e noites seguidas martirizam os ouvidos da população, numa letra aparvalhada, que nem sempre consulta as exigências da mais tolerante pudicícia. Parte da população branca extasia-se deante daquela babuzeira selvática, e muitos têm pesar de não serem pretos, para dançar também, encadernados naquelas ridículas phantasias. Acorçoam os pretos para aquella continuo fiasco. Os pretos hoje são homens livres, cidadãos brasileiros, nossos patrícios, e não devemos querer que eles permaneçam eternamente naquele atraso secular, ostentando pelas ruas e praças de uma cidade civilizada aquellas danças, cantarolas e trajes irrisórios, herança vetusta importada em navios negreiros das costas africanas. Sou spirita, tenho orgulho em dizê-lo, portanto sou insuspeito

<sup>456</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Op. Cit., p. 18.

<sup>457</sup> STAROBINSKI, Op. Cit., p. 26

<sup>458</sup> OLIVEIRA, Raniele. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Uberaba/MG: desafios e possibilidades de pesquisa (1841/1924). **Anais do I Seminário de História e Cultura**: historiografia e teoria da História. Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

<sup>459</sup> STAROBINSKI, Op. Cit., p. 27.

louvando o acto de s. exc. E de facto não trato aqui de produzir uma defesa ao bispo, porém de tecer merecidos ecomios a um brasileiro distincto e illustrado, que zela pela dignidade da Pátria.<sup>460</sup>

Nesse trecho, além da ideia de práticas contrárias à civilização, a afirmação de zelo pela “dignidade da Pátria” reafirma o cenário de construção de uma identidade nacional onde tudo que contrariasse o esforço de inserção do país na modernidade era entendido como o avesso da civilização. Além disso, por meio dessa fala, o colunista apresentou a complexidade sociocultural dos habitantes que participavam da festa, uma vez que parte da sociedade “branca” lastimava a possibilidade de seu desaparecimento e demonstrava querer participar.

Nesse ângulo, não é possível dicotomizar a realidade social da festa como um simples embate entre negros e brancos, pois, conforme afiançou o autor, havia aquelas pessoas de pele branca que queriam dançar também. Ademais, o colunista fazia o uso literal da palavra “selvagem” para designar o avesso civilizacional que ficou ainda mais perceptível numa outra “Pennada Furtiva”, onde continuou comentando a respeito dos festejos do Rosário, mas dessa vez em relação à proibição do samba na festa. Em seu ver, se tratava de uma dança que era um “cancan selvagem”, um “tango de mau gosto”:

O samba africano abolido ultimamente por s. exc. Revma. Como signal externo das solenidades religiosas, deixou com efeito de figurar na última festa do Rosário, com grande pesar de pretos, morenos e brancos; mas os *moreníssimos* dançarinos, entendendo que Nossa Senhora ficava contrariada com aquella supressão, acostumada como estava ás delícias daquellas *suavíssimas* coplas que de anno em anno sobem aos ares de mistura com o rufo dos tambores, redobram o seu *fervor religioso* e foram expandir-se pelas ruas em animado *zé-pereira*. Custou mais caro a emenda as pessoas que detestam aquele tango de mau gosto. S. exc. não pôde proibi-lo na rua. Compete a polícia fazê-lo, mas a polícia já está como Nossa Senhora tão habituada aquelle cancan selvagem, que não vê nelle inconveniente algum. Para ella tudo aquilo é aproveitável: o berreiro, o sussurro dos jacázinhos (não conheço o termo thécnico) têm o condão de conciliar o somno e provocar sonhos agradáveis, povoados de fadas, mulas sem cab... digo, de fadas, princesas e príncipes encantados, e as coplas que surgem da ebulição alcoólica, numa indigesta miscellanea de portuguez e africano, contém edificantes predilecções de moral.<sup>461</sup>

<sup>460</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 22/04/1900. n. 84. p. 2.

<sup>461</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. Ano I. 26/04/1900. n. 85. p. 1.

Ironizando, o colunista apresentou uma condenação moral do samba, entendido por ele como uma dança de coplas ativadas pelo consumo do álcool. Além disso, no seu modo de ver, era preciso acabar com tudo que lembrasse as “passadas misérias do Brasil”, virar a página da escravização e educar e lapidar os pretos à civilização. Nesse ponto, a festa do Rosário, apesar de ser tradicional e movimentar a cidade, para o autor tinha o significado de rememoração daquele passado escravocrata, marcado pelo funesto período de tráfico negreiro, que precisava ser apagado da memória:

“- É uma festa tradicional”, dizem que diverte o povo e quebra a monotonia da vida da cidade. Muito bem! Quebrar a monotonia com a mais tola e enfadonha das monotonias. Divertir o povo com aquele espetáculo rude que faz a lembrança retrogradar aos tempos ominosos da escravidão e á época do criminoso tráfico dos íncolas da costa da África. Admire haver quem ache atractivo naquela nauseabunda relíquia dos tempos idos, que há muito devia estar obrumbrada pelo perpassar das eras e coberta da reprovação da sociedade. Suprimamos de uma vez, de um só golpe, tudo que possa evocar o negror dos tempos que foram, tudo que por ventura lembre as passadas misérias do Brasil. O egoísmo da população branca não deve subir a ponto de querer que os descendentes dos míseros captivos de outrora sejam mantidos em tão baixa esfera de educação. Não seja o mero incidente da cor um estorvo para que os nossos morenos patricios deixem de comungar na conquista da moderna civilização, havendo entre eles, quem sabe? Talentos inexplorados, preciosos diamantes por lapidar.<sup>462</sup>

Ainda discutindo a questão da escravização, o colunista emitiu parecer sobre um texto que foi publicado no primeiro número do jornal *O Domingo*:

Sobra-me desejo e boa vontade de dizer cousas bonitas e tecer ecomios aos habilísimos typographos, redactores d’*O Domingo*, mas não faltará ocasião. Deixem passar a má impressão que me deixou o artigo de fundo do primeiro número que recordou as negras scenas da escravidão, misérias humanas da pátria que jamais deviam subir à tona da publicidade, ficando para sempre immersas no abysmo do passado, onde em boa hora foram arrojadas pela aurea lei do 13 de maio, deixando perplexos e abatidos os sanhudos proprietários da liberdade alheia, alguns dos quaes não podendo sobreviver á catástrofe deram fim a seus dias, suicidando-se. Tarde, bem tarde, tomaram eles o salutar alvitre.<sup>463</sup>

<sup>462</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. Ano I. 26/04/1900. n. 85. p. 1.

<sup>463</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 27/06/1901. n. 207. p. 2.

Como se pode notar, para Manoel Felipe de Souza a escravização equivalia às “misérias humanas da pátria”. Novamente, a preocupação com a imagem da nação estava sendo elemento de sua atenção. No contexto da construção da imagem nacional, o passado de escravização deveria ser apagado da memória da população. Fator também relevante nas falas do articulista era que o mesmo afirmava não ter “ódio de raça”:

Quem escreve assim com tanta franqueza, *vasando a alma no papel*, de certo não odeia os pretos. Portanto, quando crimino a selvageria dos seus festejos e a burlesca expansão de sua alegria, não devem tomar a minha ojeriza por um ódio de raça.<sup>464</sup>

Justificou sua postura (re)afirmando que, na verdade, seu desejo seria “ver a pátria expurgada dos últimos salpicos do passado servilismo.”<sup>465</sup> Essa concepção perpassou seu pensamento nas “Pennadas”, reforçando o modo como no Brasil daquele momento havia uma intelectualidade circulando nos jornais que também participativa na construção da imagem e identidade nacional que se queria para o país. Esse fator da preocupação com a identidade nacional era muito presente em suas falas, além do incentivo ao esquecimento do passado de escravização com vistas à imagem que se queria para a pátria nos trilhos da civilização.

Ainda a respeito dos pretos nas tramas da civilização, uma questão que não passou despercebida, foi um comentário do também colunista F. M. Draenert, a respeito da cor da pele de Manoel Felipe de Souza, feito quando ambos os colunistas travavam um debate no jornal acerca do espiritismo. Draenert afirmou que o articulista “escapou de ser preto”. M. F. rebateu dizendo: “quando todos sabem que sou moreno...”<sup>466</sup>

Num outro número, Draenert tocou novamente na questão da cor da pele do colunista, chamando-o de “moreno tismado”.<sup>467</sup> Por meio de toda essa discussão, percebe-se que o articulista tinha uma tonalidade de pele escura. Isso se dava num contexto em que as teorias raciais colocavam o negro como inferior no aspecto social e civilizacional. Estaria aí a sua insistência no discurso civilizacional? Um “moreno” que afirmava não ter ódio de raça, mas que sendo parte do grupo discriminado, se colocava como distinto pela assimilação da civilização, pela erudição e pela identificação com o mundo europeu.

---

<sup>464</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 26/04/1900. n. 85. p. 1.

<sup>465</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 26/04/1900. n. 85. p. 1.

<sup>466</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/09/1901. n. 228. p. 2.

<sup>467</sup> DRAENERT, F. M. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 31/10/1901. n. 243. p. 1.

Lilia Moritz Schwarcz<sup>468</sup> afirmou que no final do século XIX, a miscigenação, saudada por cientistas estrangeiros como fenômeno desconhecido e recente, se transformou em um tema polêmico entre as elites locais brasileiras. O tema soava controverso, pois de um lado, a questão racial era tida como a linguagem pela qual se tornaria possível apreender as particularidades do país, os discursos raciais se vinculavam a projetos de cunho nacionalista. Por outro lado, a constatação de que o Brasil era uma “nação mestiça” gerava dilemas para os cientistas, pois implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de “raças mistas”. Isto porque, no conjunto dos modelos evolucionistas em alta no período, segundo Schwarcz, não só se elogiava o progresso e a civilização, como também se concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro e levava à degeneração não só do indivíduo, mas de toda a coletividade.

Em um momento em que se (re)descobria a nação, grupos indígenas, africanos e mestiços, segundo a autora, eram incorporados como obstáculos à civilização e barreiras à identidade nacional. Em sua perspectiva, as teorias raciais que circulavam no Brasil daquele final de século procuravam justificar a expulsão desses grupos entendidos como a parte “gangrenada” da população, sem deixar de garantir que o futuro seria “branco”. A referência ao tema da miscigenação entre os médicos baianos, por exemplo, era também “problema negro”, entendido como fator explicativo para “nossa inferioridade como povo” ou “nossa fraqueza biológica”. Além disso, Schwarcz ponderou que as teorias raciais serviam também para legitimar as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis por projetos políticos, e que viam nessas teorias sinais de modernidade e índice de progresso. Embasando-se nos apontamentos de Zilá Bernard, Schwarcz afirmou que “o conceito de mestiçagem foi uma cilada da modernidade, pois sob a aparência da aceitação do múltiplo, encobriu na verdade um projeto racista que previa a mistura de raças, desde que – através do branqueamento progressivo da população – acabassem predominando os valores brancos.”<sup>469</sup> Era nesse ambiente de discriminação que M. F. afirmava se distinguir não pela cor da pele, mas pela civilização.

Em uma imprensa de predominância branca o articulista situava-se num meio letrado em que os negros eram desqualificados de todas as maneiras possíveis: social, econômica e cientificamente. Viveu o auge das teorias racistas do final do século XIX: eugenia, darwinismo social, branqueamento. Em função de todo esse contexto de discriminação, tinha não apenas dificuldades em se assumir como negro, como também não ficava isento de (re)afirmar os

---

<sup>468</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. Vol.8. n. 20. São Paulo. Jan./abr. 1994. Disponível em: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 04/07/2020.

<sup>469</sup> SCHWARCZ, Op. Cit., p. 56.

preconceitos que sofria. Ao apresentar percepções profundamente racistas deixava escapar todo um histórico de opressão e violência do qual ele também era vítima.

Sendo um negro, alafabetizado, participante ativo da construção da imprensa uberabense, se esforçava para ter espaço e ser aceito. No ambiente racista que vivenciava, recorria à utilização de seu letramento e erudição para se diferenciar. Atacar os grupos com os quais não queria se identificar - os pretos - era uma prática que realizava imerso em relações de poder em que dominavam elites brancas. O ideal de superioridade dessas elites incluía a soma da imposição de uma cultura importada da Europa, a segregação dos grupos que consideravam impertinentes à civilização, a propagação dos seus valores e de toda uma estrutura de poder que, alicerçada em uma sociedade hierarquizada, impunha áridas barreiras aos negros.

### **3. 3 Mais empecilhos à civilização: alguns divertimentos e os maus tratos aos animais**

Somando-se à questão das práticas religiosas e culturais dos negros, outro aspecto que o colunista via como entrave à civilização eram algumas opções de divertimento que movimentavam a vida cultural da cidade: touradas, corridas no hipódromo, peças teatrais e “cavalinhos de pau”. Além destes, outra frente de combate do autor na esteira da civilização eram os maus tratos aos animais. Ao escrever sobre essas temáticas ia apresentando em suas crônicas mais representações para o universo social da urbe.

Para aquele período, últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX, havia na cidade os seguintes espaços culturais: o Teatro São Luís, tido como opção de lazer requintada; o “Cinematographo falante”, chamado também de “Cosmorama”; e o Paris Teatro, que exibia filmes estrangeiros. Além desses espaços havia os “circos de cavalinhos” e a “gangorra russa”, montados nas praças. Tinham ainda as atividades com cavalo e hipódromo no Jóquei, cuja fundação se deu em 1901, inicialmente com o nome de *Sport Club*. E ainda o “Prado São Benedito” que era um espaço que igualmente atraía a atenção da população, com corridas acirradas de cavalos, “oferecendo aos amantes do hipismo uma opção de lazer e divertimento.”<sup>470</sup>

O jornal *Lavoura e Comércio* divulgava a vida cultural, e o colunista das “Pennadas Furtivas” era um crítico de algumas das atividades, ao tecer observações de protesto e

---

<sup>470</sup> REZENDE, Op. Cit., p. 109.

indignação. Zombeteiro, era muito atento, agia quase que como um juiz ao designar o que via como “mau gosto”: touradas, cavalinhos de pau, corridas no hipódromo e circo.

Segundo Victor Andrade de Melo e Coriolano Pereira da Rocha Júnior, desde o período colonial, em muitas cidades do Império português, as touradas eram promovidas como parte importante da programação das festividades destinadas a comemorar datas significativas da família real ou da administração local. E desde aquele período eram tradicionais também as touradas espanholas, as quais muitas vezes eram tomadas como modelo. Antecipando o que no século XX seriam os estádios esportivos, as arenas de touradas eram um grande teatro que permitia aos mais poderosos serem reconhecidos ao desfilar seus sinais de *status* e distinção.<sup>471</sup>

No entanto, para esses autores, houve um momento no século XIX em que os modelos das touradas passaram por uma transição: a praça de touros até então construída por decisão do Estado, por ocasião de datas festivas e com entradas gratuitas para a população, passou para um modelo de caráter empresarial, em que a programação não seguia exatamente as celebrações governamentais, pois o público interessado deveria comprar bilhetes para assistir às apresentações. Além disso, esse modelo empresarial de touradas em cidades como o Rio de Janeiro, em Porto Alegre e São Paulo, demorou algum tempo para se consolidar. Esse processo, no ver dos autores, se deu *pari passu* com a estruturação de um mercado ao redor dos entretenimentos públicos, o que se relacionou mesmo com a adesão às ideias de modernidade.

Foi somente a partir dos anos finais da década de 1870 que se percebeu uma maior atenção à prática, inclusive com a difusão de informações sobre as corridas de touros promovidas em outros países, notadamente na Espanha, nas cidades de Madri, Sevilha e Cádiz. Os pesquisadores afirmaram também que havia nos jornais anúncios de touradas organizadas em muitas cidades brasileiras. Ademais, os organizadores desse tipo de evento mobilizavam estratégias para atrair tanto as elites quanto os mais populares, porque por meio da venda dos bilhetes se viabilizavam financeiramente os espetáculos.<sup>472</sup>

Numa de suas primeiras “Pennadas Furtivas” para o jornal comentou da visita à cidade de uma companhia de toureiros e sugeriu às famílias não irem. Seu argumento: “divertimento legado dos tempos bárbaros, que a civilização hodierna não conseguiu abolir; quixotesco e

---

<sup>471</sup> MELO, Victor Andrade de; ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira da. As touradas na Cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (54): 189-211, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35394>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>472</sup> MELO; ROCHA JÚNIOR, Op. Cit., 2016.

sangrento espetáculo”. Sua fala ressaltou o modo como, em seu ver, uma população civilizada não deveria se comportar ante as touradas:

Não é de bom gosto que uma população civilizada fique assistindo de palanque ao inaudyto martyrio de inocentes animaes que, depois de fechados três dias num quadrado, sem comer nem beber, expostos ao rigor do sol, são provocados no circo a uma agressão selvagem, no fim da qual, si não inutilizam o desalmado provocador, são submetidos a terríveis torturas, além das fomes que os devora e sede de três dias.<sup>473</sup>

Em um número seguinte retornou ao assunto, dessa vez afirmando que as touradas deveriam desaparecer da “locomotiva do progresso.” Caracterizando-as como uma prática “velha, arcaica e carunchosa”<sup>474</sup>. Na sua ótica eram espetáculos que já não serviam mais ao estágio de civilização da cidade. Era uma “quixotesca e pré-histórica tragédia”; “combatida em diferentes partes do globo”. O Brasil em seu ver avançava e incoerente eram os maus tratos aos “inocentes animais”<sup>475</sup>, era uma violência. As condições físicas dos animais e o péssimo trato dado a eles eram uma selvageria.

Em outra “Pennada Furtiva” explicou que não participava dos “espetáculos”, as pessoas é que lhe traziam as informações. Combatendo as touradas de forma determinada reforçava que quem tivesse “a alma vasada nos moldes da adeantada civilização” deveria reprovar tal prática. O “selvagem divertimento” se opunha ao “adiantamento da civilização”, o circo de touradas era discordante desta; era algo que também remetia a um “passado de barbaria”; um “espantelho do século XX” que deveria “ficar de uma vez sepultado nas sombras do passado”<sup>476</sup>. A população nesse sentido deveria “ter uma diversão melhor e de acordo com a época”<sup>477</sup>.

No que diz respeito a esse assunto, Melo e Rocha Júnior afirmam que nos anos finais do século XIX homens e mulheres transformavam os eventos tauromáquicos em ocasiões que marcavam uma nova relação da população com a cena pública, especialmente estabelecida por meio dos entretenimentos que progressivamente se organizavam. Contudo, também nas últimas décadas daquele século, com o cenário de modernização das cidades, onde a tônica era substituir o antigo pelo novo, as touradas passaram a ser relacionadas igualmente a um passado

---

<sup>473</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comercio**. 13/07/1899. n. 3. p. 1.

<sup>474</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comercio**. 19/07/1899. n. 5. p. 1.

<sup>475</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 27/07/1899. n. 7. p. 1-2.

<sup>476</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 19/02/1903. n. 380. p. 1.

<sup>477</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 03/08/1899. n. 9. p. 2.

que se desejava por fim. Conforme afiançaram os autores, parte da população das cidades começou a encarar a prática como indício de um tempo que se queria superar.<sup>478</sup>

A conformação de uma cultura eminentemente urbana, o desenvolvimento de novas sensibilidades para com os animais, bem como a crítica a atividades consideradas “bárbaras”, no ver dos autores, progressivamente abalaram o prestígio das corridas de touros, contrastadas com o perfil dos esportes, encarados como símbolos de progresso, adotados e exaltados por aqueles que desejavam “civilizar” as cidades. Por mais que a prática por algum tempo tenha continuado a ser apreciada por muitos, paulatinamente foi desaparecendo das cidades à medida que outras experiências tidas como modernas foram sendo valorizadas e incorporadas como representações dos novos parâmetros sociais desejados.

Melo e Rocha Júnior ressaltaram ainda que foi somente em 1934 que a legislação brasileira determinou em todo território nacional o fim das corridas de touros. O fato foi que a taumaquia, segundo os investigadores, era uma prática que ajudava a refletir sobre as ambiguidades da adesão a ideias de modernidade naquele período. O desenvolvimento econômico e urbano, segundo eles, teve relação com a adesão às ideias de modernidade. O mesmo processo que ajudou a consolidar o novo modelo de touradas, paulatinamente também colocou a prática em xeque, uma vez que trazia em seu bojo discursos “civilizatórios”. Os projetos de modernização, em várias cidades, manifestaram-se não somente na promoção de reformas urbanas, mas também em interferências nos hábitos e modos de vida da população. A noção de civilização que se impunha ligada ao modelo urbano das cidades europeias, especialmente Paris, paradigma de urbanização moderna e bem sucedida, começou a desqualificar as corridas de touros que, com o decorrer do tempo, passaram a ser criticadas, perseguidas e proibidas.<sup>479</sup>

Nesse contexto, por vários números o colunista foi adjetivando as touradas: “selvática velharia”; “selvageria”; “arte selvática”. De forma irônica chegou a afirmar: “antes lobisomens do que as touradas”<sup>480</sup>. Para ele, estas eram um tipo de divertimento que adiava a civilização. Por isso, quando a Companhia de Touros deixou a cidade, anotou em suas “Pennadas”:

O mais importante é que a bárbara tragédia deixou o cenário de Uberaba, talvez para não mais voltar. E si, por um requinte de caiporismo nosso, algum novo Don Quixote ainda se lembrar de exhibir

---

<sup>478</sup> MELO; ROCHA JÚNIOR, Op. Cit, 2016.

<sup>479</sup> MELO; ROCHA JÚNIOR, Op. Cit, 2016.

<sup>480</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 06/03/1902. n. 279. p. 3.

a sua tola barbaridade nas praças desta cidade, conte com a protecção da minha penna, que sempre estará a disposição dos bravos artistas quantanto têm concorrido para abafar o sentimento de caridade para com os animaes e para retardar a civilização dos poucos países que ainda toleram aquella estúpida amostra dos tempos da barbaria.<sup>481</sup>

Como o uso do humor irônico e sarcástico era um dos recursos de suas crônicas, as touradas também foram objeto desse recurso: “Ao saltarem na rua as Pennadas de hoje é bem possível que a empresa de touradas, que ora infelicita Uberaba, já tenha exibido os seus primeiros espect... digo, seus primeiros fiascos”<sup>482</sup>. Dessa vez, ao invés de fazer o elogio irônico criticou explicitamente ao final da afirmação.

Num outro artigo, elogiando o cinematógrafo, criticava quando no espaço aconteciam os espetáculos de touradas: “entre as scenas que se sucediam no campo do cinematographo passou também um contrabando, isto é, um espetáculo de touradas, tolice chata que o povo tolera, mas que não devia aparecer alli, como uma espécie de traição as pessoas que com justo motivo detestam aquela selvageria própria do tempo de Nero”<sup>483</sup>. Além do Cinematógrafo, os espetáculos de touradas exibidos no Teatro São Luís, que o colunista chamava de “galinheiro”, também eram objeto de reprovação: “Senti não estar no gallenheiro para gritar *Fora!* Nos capinhas espanhoes, mais pixotes que os toureadores do Brazil”<sup>484</sup>.

Além das touradas, outro divertimento combatido por Manoel Felipe de Souza eram os “circos de cavalinhos” ou “cavalinhos de pau”. A partir da análise de seus posicionamentos a respeito desses espetáculos foi possível perceber sua mudança de opinião. Nas primeiras “Pennadas Furtivas” para o jornal, escritas em 1899, os entendia como coerentes à “civilização atual” e os distinguia dos espetáculos das touradas. E sobre esse perfil de espetáculo apresentava também os seus olhares sobre os diferentes grupos sociais da cidade:

Aqui o aspecto é diferente, a reunião mais numerosa e variada, desde o ingênuo e tosco operário até a classe mais elevada [...] No circo de cavalinhos o aspecto é muito outro, e em todo o ambiente a harmonia das cores, o concerto das vozes, o atrito dos dictionarios, o trabalho dos artistas, tudo tem o cunho da civilização actual.<sup>485</sup>

<sup>481</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 15/05/1902. n. 299. p. 1.

<sup>482</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 29/01/1903. n. 373. p. 1.

<sup>483</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/05/1902. n. 295. p. 1.

<sup>484</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/05/1902. n. 295. p. 1.

<sup>485</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 10/08/1899. n. 11. p. 2.

Em sua fala, mais do que elogiar os “circos de cavalinhos”, vê o operário como “ingênuo e tosco”, enquanto para as classes mais altas não houve adjetivação. No entanto, nos anos e números seguintes, o colunista foi mudando sua opinião a respeito desse divertimento. Passou a denominá-lo como “burlesca equitação”, cujo uso via como “ridículo”<sup>486</sup>, uma “vergonha para a cidade”<sup>487</sup>. Em uma das “Pennadas” explicou como funcionava o espetáculo: “é vistoso e desopilante, num tablado circular e girante a plateia vê passar os actores em vertiginoso rodopio”. E, novamente, com o seu olhar preconceituoso, comentou da diversidade social das pessoas que participavam:

A variedade daquela população rodante é incompatível com tudo que é sisudo e triste. Empertigadas em antipáticos cavalinhos artificiais, passam em desfilada, com ou sem chapeo: brancas, morenas e pretas; barbados, imbarbados e creanças; dandys, medíocres e esfarrapados, tudo na mais democrática promiscuidade e na mais perfeita escala cromática de cores, desde a palidez romântica até o puro azeviche.<sup>488</sup>

No calor dos primeiros anos do pós-abolição, Manoel Felipe de Souza via a aglomeração de pretos e brancos nos mesmos espaços como uma “democrática promiscuidade”: os mais socialmente privilegiados, os “dandys”, junto aos “medíocres e esfarrapados” das camadas populares. A mistura de cores da pele diferentes umas das outras também foi relacionada à dimensão social. A “palidez romântica” remetia a pele alva das personagens principais de romances de sucesso do período, o “azeviche” remetia à tez escura.

Além da mistura social e de diferentes tonalidades de pele que havia nos espetáculos o colunista trouxe de novo uma fala que permitiu observar a forma como a modernidade e o progresso eram relacionados por ele às tecnologias como os motores e a eletricidade:

[...] em toda aquela caravana a nota predominante é o fiasco. Os próprios espectadores ficam mais ou menos envolvidos na penumbra do fiasco. Ali só não é fiasco o motor, porque o vapor representa o progresso. Já não é nova a descoberta d'elle, mas é e será utilizado com vantagem até que seja substituído pela eletricidade ou pelo motor contínuo que o N. está descobrindo.<sup>489</sup>

<sup>486</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 14/06/1900. n. 99. p. 1-2.

<sup>487</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/05/1902. n. 295. p. 1.

<sup>488</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/05/1902. n. 297. p. 2

<sup>489</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/05/1902. n. 297. p. 2.

À exceção das tecnologias modernas, o espetáculo em si, ainda que um divertimento popular que movimentava a cidade, era um “papelão”, um “fiasco” que contrariava os ditames da civilização.

No entanto, ainda que ele os criticasse, no jornal, os olhares sobre os divertimentos eram difusos. Havia quem reprovasse, mas havia também quem enxergasse pontos positivos. Num artigo intitulado “Hippodromo Mechanico: bello altruísmo”, não assinado, se elogiava os “cavalinhos de pau”, cujo dinheiro adquirido por meio das bilheterias do espetáculo seria convertido em doação à Irmandade de São Vicente de Paula, instituição de caridade que tinha como função oferecer asilo e abrigo aos mendigos e doentes indigentes.

Entendido como um ato positivo, o artigo trazia um texto enaltecedor a respeito:

É bello e altamente louvável o altruísmo que patenteará hoje à noite os diretores do circo de cavallinhos de pau, que há dias atrahem pra lá uma enorme massa popular, chamando os *dilletanti* á uma alegre função, cujo resultado reverterá em benefício da Irmandade de S. Vicente de Paula, desta cidade.<sup>490</sup>

Essa postura caritativa tinha dois sentidos. O primeiro era beneficente, com o intuito de ajudar e se engajar numa “causa nobre”, demonstrando envolvimento com causas sociais. O segundo era comercial, visando criar uma imagem positiva para a prática, vinculando-a a temas valorizados pela sociedade.

No caso do hipódromo afirmava: “não é uma instituição civilizadora que esteja em harmonia com os avanços do século, antes faz lembrar jogos e torneios bárbaros dos tempos que já vão longe e não voltam mais”<sup>491</sup>

Em outra “Pennada”, trazendo novamente à baila seu olhar para o social, com ares de suspense, discorreu sobre a “corrida de gala no hipódromo” que, de acordo com ele, não se tratava de uma corrida qualquer, mas sim de um evento de gala que solenizava a instalação do hipódromo. Tratando-se de algo mais elitizado, conforme um verdadeiro *flâneur*, observava e não perdia oportunidade, satirizava:

Grande público! Movimento em toda parte! Cidade em festa! Luxo e galas! Os dandys escovam as suas mais vistosas condecorações e o bello sexo esmera-se no seu aprimorado chiquismo. [...] Hoje a vasta planície onde campeia o hippodromo vai ficar enfeitada com o *high-life*

<sup>490</sup> NÃO ASSINADO. Hippodromo Mechanico: bello altruísmo. **Lavoura e Comércio**. 15/05/1902. n. 299. p. 1.

<sup>491</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 13/06/1901. n. 203. p. 1.

da população uberabense e a cidade abandonada como vasta e silenciosa tapera, onde aparecerão raros degenerados, em cujos corações de gelo não tem efeito o cavalo, este mágico trysllabo que faz arfar os peitos de quem conhece o que é bom, o que é *chic*, o que é moderno.<sup>492</sup>

Enquanto os “dandys” e as mulheres da alta sociedade esnobavam o seu “chiquismo”, a cidade, para ele, vivia abandonada. A inauguração do hipódromo era um evento de exibição social.

Criticando alguns divertimentos, Manoel Felipe de Souza não era o único a emitir pareceres a respeito do que acontecia na cidade. Em números onde as “Pennadas Furtivas” eram ou não publicadas, também apareciam notas com viés negativo a respeito de eventos que movimentavam a vida social de Uberaba. Em notícia intitulada “Diversões”, não assinada, havia, por exemplo, um posicionamento que ia ao encontro das ideias do colunista a respeito das touradas no que se refere aos maus tratos aos animais:

Pelas supinamente brutas touradas em que a ferocidade humana e o instinto de maldade para com os animaes que vivem na sua quietude patenteam-se sobejamente, vae o entusiasmo falecendo n'alma os que sabem sentir.<sup>493</sup>

Dessa forma, negatizando ou positivando, o jornal contemplava percepções variadas em relação aos divertimentos na cidade.

No âmbito das bandeiras defendidas na coluna, os maus tratos aos animais também eram vistos por Manoel Felipe de Souza como um retardo da civilização. Conforme abordado a respeito dos espetáculos de touros, se posicionava no sentido de combater práticas cruéis que causavam um sofrimento desnecessário. Colocava em pauta não apenas a forma atroz como eram tratados os animais utilizados nos espetáculos, mas também como parte dos habitantes da cidade tratavam seus animais de carroça. Os horizontes do seu debate, além de envolverem a discussão sobre os entraves à civilização, evidenciavam fundamentos que, naquela transição de século, contribuía para guiar a defesa dos animais. Variando conforme a realidade política, cultural e econômica de cada sociedade, a luta em favor dos direitos dos bichos, contra a crueldade e os maus-tratos a eles infligidos teve força na pena do colunista.

---

<sup>492</sup> M.F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 29/05/1902. n. 303. p. 1.

<sup>493</sup> NÃO ASSINADO. **Lavoura e Comércio**. 11/05/1902. n. 298. p. 1.

A historiadora Natascha Stefania Carvalho de Ostos afiança que essa luta não é recente no Brasil. Segundo ela, as primeiras leis de proteção surgiram na Inglaterra, ao longo do século XIX. Na esteira da luta em defesa dos animais, foi criada em Londres, a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals, em 1824. A partir de então, postos da entidade inglesa e sociedades congêneres foram criados por toda a Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, a pioneira foi a União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), em São Paulo, em 1895. Conforme Ostos, essas sociedades protetoras partiam em defesa de bichos domesticados presentes na lida diária, como cavalos, bois e burros, e também aqueles de estimação, como cães e gatos. A autora apontou que foi graças à ação e à pressão de tais organizações que leis foram promulgadas com a finalidade de estabelecer medidas protetivas.<sup>494</sup>

Nesse ângulo, a defesa dos animais feita por Manoel Felipe de Souza estava em consonância com o que vinha acontecendo em outros países e em outras cidades do Brasil. O péssimo trato conferido a eles, para o autor, era mais um dos fatores que se contrapunha à civilização:

A população de Uberaba que já não é bárbara ou semibárbara, não pode, não deve tolerar por mais tempo tanta barbaridade dentro do perímetro da cidade, sob a pena de comprometer seus créditos de civilizada.<sup>495</sup>

No mais, os maus tratos aos animais, em sua ótica, eram um tipo de prática feita por pessoas que precisavam passar por um processo de polimento, se refinar: “precisamos retocar o coração dos homens feras, dar-lhe nova forma, imprimir nelles sentimentos humanos, obrigar os bímanos dar um salto da pedra lascada aos alvinitentes lampejos do século que desponta.”<sup>496</sup>

À época, Manoel Felipe já reconhecia a necessidade da criação de uma Sociedade de Animais: “com o foro de cidade adeantada, Uberaba não devia adiar esta medida”<sup>497</sup>. E, nesse ponto, continuava reiterando a necessidade de extinguir os maus tratos que via como selvageria e que abarcavam desde o animal ser obrigado a carregar cargas muito superiores ao seu peso até porretadas para fazê-los se erguer. Indignado, descrevia: “repugna relatar os maus tratos

---

<sup>494</sup> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Ciência e Cultura**. v. 69. n. 2. São Paulo Apr./Jun. 2017. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>>. Acesso: 22 set. 2020.

<sup>495</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 23/08/1900. n. 119. p. 2.

<sup>496</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 23/08/1900. n. 119. p. 2.

<sup>497</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 21/08/1902. n. 327. p. 1.

infligidos aos pobres animais magros, famintos, sujeitos a arrastar peso duplo, triplo e quadruplo daquelle que as suas esgotadas forças comportam”.<sup>498</sup>

Como já apontado, a voz do colunista a esse respeito não era isolada, havia inclusive um diálogo entre articulistas no periódico. Houve um número em que as “Pennadas Furtivas” não foram publicadas, mas na coluna “Cavaquinhos”, assinada por Simplicíssimus, o autor da mesma elogiou as reclamações de M.F.:

Cumprimentamos o senhor M. F. pela excelente ideia que teve de lembrar em uma de suas últimas *Pennadas Furtivas* a necessidade real de se fundar nesta cidade uma *sociedade protectora dos animaes*. São realmente revoltantes as scenas de crueldade para com os animaes, de certos habitantes desta cidade, que de homens só tem o nome. E todo dia um coração bem formado é obrigado a assistir involuntariamente e calado a semelhantes brutalidades.<sup>499</sup>

Da mesma forma que o colunista, Simplicíssimus trouxe exemplos de brutalidades presenciadas no cotidiano da cidade. Essas situações, no seu entender, eram expressão da necessidade de civilizar parcela dos moradores: “muito trabalho terá uma sociedade protectora dos animais nesta cidade para civilizar certa gente.”<sup>500</sup>

Prontamente, diante daquele mundo de transformações havia pessoas na imprensa uberabense se posicionando em relação a causa dos animais. Outro articulista atuante em diferentes jornais era Basílio, autor da coluna intitulada “Palestras de um roceiro”. Esse colaborador apresentou um olhar diferente a respeito da presença de animais na cidade. Citou em específico o caso dos cachorros que, pela quantidade, em seu ver, deveriam ser recolhidos pelos donos ou eliminados. O peso numérico dos mesmos incomodava o colaborador que os via como prejudiciais à imagem de Uberaba: “refiro-me a medonha caozoadada, que infesta esta cidade, a despeito do pomposo nome porque é cognominada: - Princeza dos Sertões, e da fama de civilizada e aceiada de que goza”. Basilio argumentava que a “raça canina” na cidade era mais numerosa que a “raça humana”. Afirmava que muita gente que não os possuía, mas havia também quem os possuísse em três, quatro, cinco animais ou até mais.

Da mesma forma que Manoel Felipe, que recorreu às leis para defender os animais, Basilio transcreveu para sua coluna trechos de artigos do Código Municipal, não para proteger, mas sim para apresentar brechas que permitiam o seu extermínio. Anunciou se tratar da Lei n.

<sup>498</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 21/08/1902. n. 327. p. 1.

<sup>499</sup> SIMPLICÍSSIMUS. Cavaquinhos. **Lavoura e Comércio**. 31/08/1902. n. 330. p. 1.

<sup>500</sup> SIMPLICÍSSIMUS. Cavaquinhos. **Lavoura e Comércio**. 31/08/1902. n. 330. p. 1.

48 de 28 de dezembro de 1897 que compunha o Código Municipal da “Princesa dos Sertões”. Nos artigos dessa lei constava que os cães que fossem encontrados vagando sem coleira, número de matrícula ou mordação, ou quando fossem bravios, ainda que matriculados, poderiam ser mortos por qualquer pessoa e enterrados às custas de seus donos ou pela Câmara Municipal quando não fossem reclamados. Além disso, havia as multas. Era proibido deixar animais soltos pelas ruas, praças e caminhos urbanos, fossem eles cachorros, vacuns, cavalares ou de qualquer espécie. Aqueles que fossem encontrados vagando na cidade poderiam ser recolhidos e encaminhados ao matadouro público ou outro lugar designado pela Câmara Municipal, também às custas de seus donos, que ficariam sujeitos à multas no valor de 10\$000 por cabeça de animal. A pena seria elevada à 100\$ se tratando de animais ferozes quando conduzidos sem açaímo, salvo quando estivessem em jaulas que oferecessem resistência. E pela legislação, os cães estavam sendo enquadrados na modalidade de animais ferozes. Finalizando suas “Palestras de um roceiro” afirmou que, à exceção de alguma rara companhia de cavalinhos, quase ninguém conduzia seus animais da forma estabelecida no Código Municipal.<sup>501</sup>

Confrontando os olhares e posicionamentos de Manoel Felipe de Souza, Simplicísimus e Basílio a respeito do cotidiano dos animais e da presença dos mesmos na cidade é possível apreender que, embora nem todos enxergassem a questão da mesma forma, todos tinham uma ideia em comum: levar a cidade ao progresso e coibir o que viam como retardo à civilização no que se refere aos animais.

M.F. escrevia também sobre os espetáculos apresentados no Teatro São Luís. Elogiando, discorreu a respeito de um deles, estrelado por um casal estrangeiro, Dr. Henrique Moya e madame Heloyse Moya, sobre o qual demonstrou entusiasmo ao falar dos números de madame Moya. A plateia, segundo ele, aplaudia deslumbrada e em frenesi; era um enorme sucesso. No entanto, o colunista se disse espantado em “ver no tablado de um pobre teatro do sertão uma artista electrizante que brilhou 320 noites seguidas no teatro Eden de Pariz”. Aos olhos do público e aos seus próprios, ela era um “anjo exilado que possuía de antemão a hypoteca do pasmo uberabense”<sup>502</sup>. No fim dessa “Pennada Furtiva” deixou explícita a percepção que tinha de Paris: “os célebres artistas, depois de fascinar o Novo Mundo, irão, na capital da civilização na Terra, deslumbrar os parisienses durante a próxima exposição universal

---

<sup>501</sup> BASILIO. Palestras de um roceiro. **Lavoura e Comércio**. 21/03/1901. n. 179. p. 1.

<sup>502</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 05/10/1899. n. 27. p. 2.

de 1900”<sup>503</sup> Isto posto, no contexto dos divertimentos, Manoel Felipe de Souza, naquela transição de século, continuava vendo Paris como “capital da civilização na Terra”.

Contudo, em outro texto, caçoando e criticando, o colunista discorreu sobre um espetáculo designado como “novidades fantásticas”, estrelado pelo “Dr. Moya brasileiro”. Esse espetáculo, em sua ótica, era um “ameno passatempo”. Continuando, no mesmo artigo, rememorou trechos do espetáculo do senhor e da senhora Moya e criticou o comportamento dos espectadores que estavam no 3º andar do teatro. A designação de “plateia” era para quem estava nos primeiros andares. O 3º andar era o “galinheiro” do teatro. Sobre isso fazia uso de um humor cáustico:

[...] não tardava soar meia noite o galinheiro deu sinal, bateu asas e cantou. Fizeram brilhaturas os pândegos lá do sobrado, emendaram a mão do povo cá de baixo, e teriam feito mais, si alguns soldados da polícia, que subiram até lá, não tivessem apertado o break daquele trem aéreo, diminuindo o cacarejo dos alados espectadores. Em todo o caso, e ainda por via de regra, aplaudi os que estavam em cima, elogiei o galinheiro.<sup>504</sup>

Em relação aos circos que passavam pela cidade também criticava. Dando uma de suas “Pennadas” escreveu sobre o quanto as bancadas ficavam lotadas para os espetáculos: “não havia mais lugar; entretanto os recém-chegados abusando da elasticidade do corpo da gente, iam-se acomodando mais ou menos mal, ficando alguns tão comprimidos que perderam o sagrado direito de respirar, porque a barriga não tinha espaço para o arfar da respiração”. Ao apresentar suas percepções sobre o universo social permanecia revelando suas representações sobre a aristocracia e o povo. Nesse exercício suas representações sobre as mulheres pretas em especial continuavam trazendo à tona o seu olhar hostil, marcado pela discriminação:

[...] faceiras damas cor de ébano, ostentando um derricho mal ensaiado, enveredavam para qualquer parte, atravessando logares impossíveis, pisando nos pés de um, nas pernas de outro e na cabeça de alguns, indo parar no último degrau da bancada, suppondo talvez que o grau de chiquismo se afere pela altitude acima do mar.<sup>505</sup>

<sup>503</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 05/10/1899. n. 27. p. 2.

<sup>504</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 12/10/1899. n. 29. p. 2.

<sup>505</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 18/10/1900. n. 135. p. 2.

Em suas crônicas, o tratamento conferido a essas mulheres era diferente do tratamento conferido às mulheres brancas cuja representação criada era aquela que dizia respeito à alvura das donzelas da literatura. “Cor de ébano” era uma metáfora para se referir as pretas que eram pejorativamente designadas também como “morenas” ou “moreníssimas”:

[...] no seu movimento ascensorio deixavam estragos mais ou menos sensíveis, porque além do peso da chanera (eu que o diga!) Trajavam vestido de goma tão dura que onde passava uma dobra era um golpe certo, e tudo ficava vermelho da cor da chita; rostos feridos, testas raiadas, narizes contusos, orelhas gotejantes – estragos em toda a linha. Era como si os pacíficos frequentadores do circo tivessem acabado de ferir sangrento combate. Mas deixemos pavonear as morenas sylfides repimpadas nas últimas prateleiras do palanque e... Ah, começa o espetáculo!<sup>506</sup>

Seu olhar preconceituoso zombava dos rostos dessas mulheres, criticava os seus narizes, suas orelhas e menosprezava suas vestes. Por meio dessas representações, o que Manoel Felipe de Souza fazia era expressar elementos intrínsecos ao preconceito à cor da pele presentes nas relações sociais. A abolição em Uberaba, não diferente de outras localidades, foi só no papel. Do ponto de vista social, os negros permaneciam sendo violentados, inclusive na imprensa como mostra a coluna. As relações de discriminação e de preconceito cultural e social permaneciam sendo criadas e recriadas. Por meio de práticas e pensamentos o autor disseminava a intolerância e o racismo que estava circulando na sociedade. Seu olhar não individualizado, era um fragmento das ideias de grupos mais amplos.

Ainda em relação aos circos comentou sobre dois que estavam na cidade. Segundo ele, um servia ao bom gosto, “agradável passatempo”; o outro servia a “selvageria”. No primeiro, os espetáculos eram à noite e “em meio às ondas das toaletes, estalar das gargalhadas argentinas e rouquenhadas dos espectadores, esvoaçar das pilhérias dos palhaços, admirando a agilidade dos artistas, saboreando a permuta dos ditérios,” se registrava “os últimos avanços da psicologia popular”. Já no segundo circo, caminhando na via contrária, os espetáculos eram durante o dia e nestes “ao relento os valientes capinhas” obrigavam “os espectadores à retrogradar aos tempos da barbaria, onde chegam já meio assados pelo ardor do sol”<sup>507</sup>. O articulista não explicou do que se tratava o espetáculo, pois mudou o assunto das “Pennadas”.

<sup>506</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 18/10/1900. n. 135. p. 2.

<sup>507</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 19/02/1903. n. 380. p. 1.

Um outro aspecto da coluna era a percepção de que espaços como o Teatro São Luís e o cinematógrafo eram lugares onde o público poderia tomar conhecimento do que estava acontecendo em outras partes do mundo:

O cinematographo tem proporcionado noites de delícias ao público uberabense e, na verdade, vale a pena a gente perder algumas horas para ver desenrolar vistas, scenas, episódios dos habitantes do Velho Mundo. Guerras por mar e por terra, bombardeios de fortalezas, festins populares, carnaval, tudo passa diante dos espectadores que assentados bem no gosto aqui no interior do Brazil gozam a perspectiva animada, vê a imagem viva e movediça do que se passa na Europa, na Ásia ou na África, sem o incomodo e o dispêndio de longas viagens.<sup>508</sup>

Por meio dos materiais que chegavam e eram exibidos no cinematógrafo, além de conhecer o que se passava no mundo, havia um movimento de divulgação daquilo que seria exibido nos espaços culturais da cidade e havia opções para escolher. Manoel Felipe de Souza, informando, mas também alfinetando as touradas, comentou um pouco do modo como as atrações eram divulgadas:

A parte da população que gosta de entretenimento tem muito onde escolher. Esvoaçam pelas ruas os boletins, anúncios e programmas multicores convidando o público para as corridas no hippodromo uberabense. [...] O cinematographo no teatro e tomem nota o espetáculo de touradas na praça do Comendador Quintino. O cinematographo, além de muitas vistas de efeito, representará episódios da guerra do Transwaal, questão da actualidade. Mas quem quizer apreciar as últimas novidades do engenho e da arte, vá ao circo das touradas e, garanto, terá saudade dos tempos de Dom Quixote de La Mancha.<sup>509</sup>

Nesse sentido, com o seu olhar crítico, o colunista, ao mencionar os indígenas, os divertimentos e os espetáculos no Teatro São Luís e no cinematógrafo da cidade, assim como fazia com as práticas religiosas e culturais dos negros, abordava também aspectos que em seu ver eram incoerentes à vida social. Designando muitas práticas como “barbarias”, fazia uso do humor irônico e outros recursos de escrita próprios das crônicas para atender as expectativas de leitura das elites mantenedoras e leitoras do jornal, que assim como o colunista, queriam apagar

<sup>508</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/05/1902. n. 295. p. 1.

<sup>509</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 24/04/1902. n. 293. p. 2.

da paisagem social tudo que fosse visto como empecilho à civilização. Tudo aquilo que fosse considerado “feito” no mundo social deveria se excluído, ocultado ou eliminado.

### **3.4 Política, economia e outros olhares sobre aspectos sociais na pauta das “Pennadas”**

Dentro das questões políticas, Manoel Felipe de Souza, embora afirmasse não gostar e não escrever a esse respeito, na prática de suas crônicas fazia o contrário. De modo contraditório ao que anunciava, criticava e elogiava ironicamente representantes políticos e práticas políticas que considerava inadequadas tomando como principal referência um mencionado “xará”. Discorria sobre as fraudes nos votos, as provocações, as disputas e as contendas que existiam na política do interior. Comentava também a respeito da política em nível estadual e sobre a morte de Silviano Brandão, apresentando sua visão sobre o que aconteceu no estado de Minas Gerais. Trouxe também para suas “Pennadas” toda a truculência própria do coronelismo que poderia gerar medo e silêncio nas seções eleitorais do município nos dias de votações. Em relação às questões de âmbito econômico, o autor comentava sobre o câmbio e se posicionava sobre o imposto territorial argumentando que o mesmo era nocivo não só às classes mais abastadas, mas também aos menos favorecidos. Nesse viés mais social, o autor discutia também a situação da mendicância no município.

Na vertente política, um dos maiores objetos de crítica e deboche do cronista era um homem que nas suas “Pennadas Furtivas”, de forma irônica, denominava como “xará”. Tal homem iria se candidatar a um cargo na Câmara Municipal. Pela sequência de textos que o abordam, nas entrelinhas, Manoel Felipe de Souza dá a entender que criticava o rapaz antes mesmo de estar na Câmara. Com muitas ironias e afirmações pilhéricas, acreditava que, caso o “xará” fosse eleito, Uberaba cairia em completo atraso, relegada a uma situação deplorável:

Crear-se-á uma companhia de bondes electricos, puxados por cavallos; a despeza da iluminação pública será modificada, quase abolida, suprimindo-se os lampiões de kerosene e erigindo-se no centro da cidade um holophote de sebo, com luz tão viva que em qualquer ponto os habitantes poderão ler cartas e jornaes acendendo uma vela de Clichy. O jardim público será transformado em paraizo terrestre, onde apparecerão todas as espécies da flora brasileira, inclusive jurubeba e carrapicho, e ainda será povoado de antas e capivaras, patos e gansos, araras e periquitos e até dos genuínos representantes da raça tupi,

vestidos com trajes de Adão e Eva. Uberaba será um Éden mais encantador do que o Éden bíblico: liberdade em tudo, menos no voto.<sup>510</sup>

Em sua projeção, a cidade no governo do “xará” seria marcada por retrocessos: invasão ainda maior do mato alto, com muita “jurubeba e carrapicho”. Ademais, seria habitada pelos moradores que, conforme discutido, via como na contramão da civilização: os indígenas, que no caso dessa “Pennada” teve como etnia citada os Tupis.

Seus comentários a respeito do “xará” não paravam. Com críticas sempre recheadas de farpas no seu tom mais cáustico, dava a entender também, que o rapaz acompanhava no jornal as críticas que recebia e igualmente propagava seu descontentamento em relação aos ataques de M.F. que, por sua vez, ao ouvir seus reclames, respondia na coluna com seu modo intolerante:

Eu bem disse que o meu *xará* é um rapaz de *talento*. Não viram a tribuisana que elle encomendou contra mim, tão *engraçada*, tão suja e tão medonha que me deixou quase como elle – meio *xurdo*, meio bobo e meio babão. Bem sei que foi um sermão encomendado, porque o coitado do meu *xará*, si bem que talentoso é quase analfabeto e, portanto, incapaz de escrever uma linha; mas o *xará* é político, pretende seguir carreira e não desgostar os eleitores. O *xará* já é vereador da Câmara Municipal e ainda pode ser deputado e senador no Congresso Estadual. Pode até ser presidente do Estado e da República, porque para presidente não faz mal ser meio *xurdo*. Mas, *xará*, discutir assim não tem graça. É melhor o *xará* (conselho de amigo) frequentar primeiro uma escola de primeiras letras e quando estiver mais desasnado escrever por si mesmo os seus artigos. Isto de sarabanda encomendada não serve: nem sempre o indivíduo estipendiado faz o gosto da gente. Já pela primeira vez o *xará* foi caipora na escolha do alfaiate, porque cahiu nas unhas de um remendão de marca maior, que esbofou-se para ser engraçado e só arranjou espírito de canjica. Portanto, *xará* vá aprender a ler, depois volte, querendo. Não discuto, ouviu? Não discuto com indivíduos assalariados, que não sabem onde têm o nariz nem conhecem o tamanho de suas orelhas.<sup>511</sup>

O jeito de falar do “xará”, caçoado de forma ferrenha, demonstra o olhar negativo que lançava também contra quem possuía alguma peculiaridade no jeito de ser. Essa peculiaridade poderia ser alguma dificuldade na forma de se expressar, alguma deformidade, algum comportamento ou hábito que fugia da dita normalidade. Tudo isso era tratado por ele com crítica, deboche e desdém. O “xurdo” em itálico era uma forma de debochar do jeito de falar do rapaz descrito por ele como “bobo”, “babão”, “analfabeto” e “caipora”. Colocava-se como

<sup>510</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 14/09/1899. n. 21. p. 1-2.

<sup>511</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 21/09/1899. n. 23. p. 1.

superior e afirmava não discutir com “assalariados”. Não perderia seu tempo de intelectual com populares?

Ao abordar o “xará” sugeria que o mesmo havia contratado alguém para responder, em outros periódicos, aos ataques que recebia. Diante disso, publicou na coluna a sua resposta: “Faça como eu: solte de uma vez esses botocudos que escrevem asneiras por encomenda.” Remetendo novamente aos indígenas chamou de “botocudos” os colaboradores que escreviam em outras folhas criticando-o, supostamente a pedido do “xará”. Esse tipo de ação demonstrou um viés de como se davam as disputas travadas na imprensa e fora dela. Queria expor o “xará” relacionando-o aquilo que considerava o lado ridículo das coisas. Esse lado ridículo se definia pelas ironias.

No entanto, mesmo com tantas críticas, em 1900, houve o processo eleitoral municipal. Findo o processo, o “xará” foi eleito. À face dessa eleição, depois do resultado divulgado, o articulista observou pela janela de sua casa uma movimentação noturna na cidade e fez uma reflexão que expressou em suas “Pennadas”. Nessa reflexão continuou fazendo críticas ao “xará” e mostrou que a eleição do mesmo lhe causou desdém:

Lembrei-me logo da eleição e, como ea natural, supuz que aquilo não passava de vadiação do xará que decerto festejava a victoria alcançada no certame eleitoral havia poucas horas. Cheguei a ficar contente, pois sinto-me sempre feliz em ver o xará alegre.”<sup>512</sup>

A movimentação festiva não era do “xará” pela eleição, mas sim de fogos provenientes da casa de um tenente-coronel em comemoração à passagem do ano. De qualquer forma, M.F. não perdia a oportunidade de dirigir suas críticas a quem o desagradava. A eleição do “xará” continuou sendo objeto de sua atenção ferina em várias “Pennadas”.

O dono da pena relatou ainda que o “xará” havia sido eleito para vereador, mas não para juiz de Paz, função para a qual também havia se candidatado. Assim sendo, igualmente expeliu seu humor de farpas: “105 votos! Com efeito, *xará!* Como é que foi perder tão longe? Hom essa! Eu, que já estava de penna alçada para lhe tecer elogios e dar mil parabéns, *perdi o requebrado*, na phrase humorística.” Comentando as possibilidades do candidato favorito à eleição de juiz de paz ressaltou estar aguardando o resultado final para, enfim, poder ironizar caçoar publicamente na imprensa a derrota do “xará”: “Assim, não perdi a esperança de inserir

---

<sup>512</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 04/01/1900. n. 53. p. 1.

nesta secção um punhado de felicitações *ex-corde* ao meu distinto, meigo, doce e adorável *xará*, que não ganha eleição em Uberaba, não ganha no Triângulo Mineiro, não ganha no Oeste de Minas...”<sup>513</sup>.

Nesse ângulo, na posição também de escrivão, uma possível eleição do “*xará*” para a ocupação do cargo de juiz de Paz o incomodava. Logo, essas situações não só demonstram, mas também reforçam como a ocupação de cargos públicos e a atuação nos jornais se faziam presentes constituindo dinâmicas da imprensa municipal naquele período. Além disso, o que ficou explícito com as abordagens sobre o “*xará*” nas “*Pennadas Furtivas*” foi a dinâmica dos grupos políticos atuando na imprensa. O “*xará*” sendo oposição na Câmara Municipal era visto como uma “pedra no sapato” dos participantes do *Lavoura e Comércio*, folha oficial da urbe.

O “*xará*”, eleito, era objeto de desaprovação por parte do colunista não apenas por ter um jeito peculiar de falar e apresentar propostas que entendia como ruins, mas, em seu ver, por ser uma pessoa “do contra”, que trabalhava na oposição. Em qualquer tipo de votação na Câmara Municipal o vereador, segundo ele, procurava atravancar os projetos em discussão. O presidente da Câmara mal podia se pronunciar, o vereador logo discordava das propostas.

Antonio Garcia Adjuto, também diretor do jornal *Lavoura e Comércio*, era o presidente da Câmara. Nessa circunstância, o autor defendia Adjuto em suas crônicas e não ficava fazendo críticas ao mesmo. Somando-se a essa premissa, sua forma de atacar o “*xará*” era ao mesmo tempo uma estratégia para entreter e agradar os leitores e persuadi-los a, assim como ele, criticar o poder político do candidato eleito. Era também uma maneira de condenar aquilo que considerava um mau governo. O próprio humor, nesse sentido, era uma estratégia política para persuadir, informar, entreter e mobilizar quem lia; gerava audiência para o jornal. Para fins políticos, o humor de farpas servia para caricaturar e difamar os adversários dos interesses dos grupos mantenedores do jornal, pois ao se posicionar contra os projetos propostos, o “*xará*” desagradava Adjuto que tinha como aliado na folha Manoel Felipe de Souza.

Dentro das questões políticas nem só de ironia e humor ferino vivia o colunista. Suas crônicas, ao contrário do intuito de pilhéria apresentado no número inaugural do jornal, traziam também o tom sério, nada chistoso. Como se sabe, a Primeira República foi marcada pelo voto de cabresto e as fraudes eleitorais. Atento a essa realidade, o autor era um observador e crítico da prática de compra e venda de votos, reconhecendo o caráter fraudulento e violento que perpassava os processos eleitorais, marcados pelo coronelismo, provocações e a “política da

---

<sup>513</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 25/01/1900. n. 59. p. 1.

bala”, em que qualquer contenda era passível de ser resolvida na base do tiro. Isso ficou explícito numa “Pennada”, onde discorreu sobre o processo eleitoral no município de Passos:

Chegada a hora da chamada dos eleitores, um dos mesários despejou um jacá de cédulas em cima da mesa, dizendo a um candidato da oposição que ali se achava: “É assim que se faz eleição aqui.” Vendo o candidato aquela fartura e liberdade de votos, quis protestar, mas aconselharam-lhe que se pozesse ao fresco, caso tivesse um resto de amor á vida. Tentou fazer protesto aos tabeliães, mas estes (ambos os dois) o mandaram plantar batatas, visto que era candidato da lavoura. À visto disto, ganhou caminho de Uberaba e veio contar suas aventuras.<sup>514</sup>

Por aí foi possível apreender o perfil de abordagem que ocorria nos processos eleitorais dos municípios do estado. Partindo dos relatos do candidato de oposição que veio buscar retiro em Uberaba, continuou narrando o episódio elucidando o aspecto amedrontador que marcava as eleições: “ainda com certo receio, assombrado como estava do respeitável número de capangas, de rostos sinistros, que tinha visto cercando a mesa eleitoral, para a fiel observância da lei.” Segundo M.F. , o candidato não pode garantir se eram de fato “capangas, bandidos, scelerados, ou os próprios soldados da polícia phantasiados de bahianos.” Em seu ver se tratava de “dandys de garrucha à cinta e laço na garupa” dispostos a “disparar o tiro de honra.” Encerrou o trecho da “Pennada” que tratava desse assunto parabenizando a postura dos tabeliães que se negaram a ceder aos caprichos dos capangas em seu cartório:

[...] acabo de saber, e gostosamente transmito aos leitores, que um dos tabeliães de Passos, soube honrar a sua posição, tomando o protesto do candidato, apesar dos jagunços que infestavam o seu cartório, procurando estorvá-lo no cumprimento de seu dever. Os meus emoras ao independente e honrado funcionário.<sup>515</sup>

Essas ocorrências com capangas, jagunços, provocações e ameaças de tiros nos processos eleitorais eram indícios de como as disputas entre coronéis e oligarquias traziam em seu bojo todo um panorama de como funcionava a vida política na Primeira República.

Além do mais, ao escrever a respeito de política, Manoel Felipe de Souza nem sempre falava abertamente sobre a quem estava destinando suas “Pennadas”. Pelo contrário, lançava indiretas. A esse respeito, houve uma “Pennada” em que o representante político citado não foi

---

<sup>514</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/01/1900. n. 55. p. 1.

<sup>515</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/01/1900. n. 55. p. 1.

nomeado: “não desço a miudescencias para não facilitar demais a decifração da charada. Basta dizer que elle era da opposição, aliás em absoluta maioria...”<sup>516</sup> Tratando-o sempre indiretamente por “elle”, afirmava: “como ia dizendo, elle ora da opposição e, elleito por ela, exercia cargo eminente na administração do município. Um dia, não sei por alguma causa justa ou por algum palpite caipora, deram com os costados no partido opposto, para o qual passou com as armas o bagagene”<sup>517</sup>. Este ocorrido, segundo o articulista, havia custado à “elle” uma “prolongada peleja com uma papelada para cima e para baixo”, até que o mesmo, “satisfeito e vingado”, conseguiu reintegrar-se a seu posto e no partido do governo.

Nessa mesma “Pennada”, brevemente, a política em nível estadual e Silviano Brandão também foram assuntos ao relatar a sua percepção do que aconteceu em Minas Gerais com a posse do sucessor do governador, chamado igualmente de “presidente do estado”:

Passado pouco tempo, extinguiu-se o governo, não só pela expiração do prazo como pela infausta morte do presidente do estado. Como era natural, esta dupla extinção mudou o fato das cousas. O novo presidente não quis saber de batuque na cozinha e deixou na volta de fora o pessoal querido do seu antecessor. E assim o partido do extinto governo, que já era muito reduzido, quase acabou de acabar, porque alguns políticos que não gostam de lutar contra o governo mudaram de arraiaes.<sup>518</sup>

Além da política em nível estadual, a política municipal tinha o seu espaço. Nos primeiros meses do ano de 1900, nos idos de março, escreveu a respeito das eleições que aconteceriam no fim do ano: “Em completa pasmeira corre agora a vida da faceira odalisca do Triângulo Mineiro. A eleição futura está longe e a passada, passou. Passou a contento dos candidatos, porque todos obtiveram diploma tanto os mais como os menos votados”<sup>519</sup>. Diante disso, apresentou sua ótica em relação à participação da imprensa:

Medonho sussurro irrompeu da imprensa, antes e principalmente depois da eleição, mas... passou a procella, o assumpto obrigado de há pouco está quase abolido das palestras. Apenas um outro jornal do sertão ainda choraminga, trazendo na página de honra, em caracteres robustos, a nossa victoria, traduzida, aliás, por notável minoria. Da passada grita são os últimos echos que morrem.<sup>520</sup>

<sup>516</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 04/12/1902. n. 357. p. 1.

<sup>517</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 04/12/1902. n. 357. p. 1.

<sup>518</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 04/12/1902. n. 357. p. 1.

<sup>519</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 15/03/1900. n. 73. p. 1.

<sup>520</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 15/03/1900. n. 73. p. 1.

Posteriormente, discorreu sobre a “calmaria” que, em seu ver, foi o processo eleitoral daquele ano de 1900:

[...] correram admiravelmente as eleições de 1º de novembro, não só nesta cidade como nas fazendas e nos districtos do município. Abortaram alguns planos de opressão, calmo correu o pleito e o resultado sahiu a contento de todos. É o que corre nas torneiras typographicas.<sup>521</sup>

No entanto, mesmo mencionando essa “calmaria”, deixou escapar que a mesma era parcial, pois as disputas políticas no município se expressavam não somente a partir dos debates na imprensa, mas também por meio de episódios isolados nos dias de votação. Um exemplo foi o relato que realizou em relação a um início de “incêndio” no Paço Municipal, onde estavam funcionando quatro mesas eleitorais:

Em uma das mesas eleitoraes, não sei por causa de que, originou-se uma questão. A alteração de vozes chamou a atenção do povo estacionado no largo. Paisanos e militares correram para o logar do conflito e imediatamente o edificio municipal ficou tão apinhado de gente que ali não cabia mais nenhum alfinete de cabeça. Cresceu a escala da gritaria, multiplicaram-se as vozes, a disputa assumiu as proporções de um rolo medonho, tanto que alguns eleitores, chegando ao largo e presenciando aquella bernarda, pararam em respeitosa distância, depois... cada um tomou seu rumo e retornou para casa. Ouviram falar em *mata frequês e corta cabeça* e, não querendo ficar defeituosos, isto é, sem cabeças, ganharam caminho de casa.<sup>522</sup>

Esse ocorrido trouxe à baila novamente a dimensão da violência que poderia acontecer nos processos eleitorais. “Mata frequês e corta cabeça” remetia literalmente ao risco de morte. A causa do desentendimento, não diferente do episódio de Passos, envolveu a prática do “voto de cabresto”. Um eleitor, chamado Juca Pino recusou o fato de um de seus colegas querer votar em um candidato diferente daquele para o qual já havia feito o “compromisso” de voto:

O Juca Pina pintou o sete, como vamos ver. O seu companheiro de cartório queria dar um votinho no dr. Militino. Mas, já tendo compromisso, tencionava-lhe fazer uma barretada com o voto do Juca,

<sup>521</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/11/1900. n. 141. p. 1.

<sup>522</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/11/1900. n. 141. p. 1.

com quem se achava justo e contractado de pedra e cal para este fim. O Juca que não faz monopólio de votos, tinha prometido ao collega em quem este muito bem quisesse, mas tudo ficou burlado, porque o Juca, *rapaz genioso*, vendo lá em cima á água na fervura, conhecendo a temeridade da sua coragem e sabendo que se ele tornasse parte do barulho, estava tudo perdido – não restava pedra sobre pedra, nem cabeça sobre ombros, fez meia volta a direita e tomou o rumo da casa, tinando uma cantilena em *la menor*, rytmada pelo tremor nervoso das pernas.<sup>523</sup>

A violência fazia parte dos processos eleitorais. Ademais, os olhares e relatos de Manoel Felipe de Souza sobre política levantaram uma incógnita a respeito da intensidade e do ritmo dos debates que ocorriam na imprensa e a intensidade e o ritmo que os processos eleitorais, fossem eles municipais, estaduais ou federais, se efetivavam na prática. Sabendo que quem votava eram apenas representantes masculinos, alfabetizados, o eleitorado não era a maioria da população. Essa nuance ficou explícita em um texto onde, fazendo o uso da estratégia da ironização, escreveu sobre o processo de votação em Uberaba nas eleições estaduais de 1902. Em sua narrativa a descrição dos eleitores sugere estátuas da paisagem, senhores sisudos e de barba que votavam:

Brandamente impelidas por uma brisa suave, passaram as eleições estadoaes realizadas a 7, sem disputas, sem cabalas e sem as múltiplas arrelias que infestam e coagem a livre expansão da soberania popular quando as eleições são disputadas. Correu tudo admiravelmente no meio de completa calma, semblantes serenos, adejando de boca em boca o sorriso e a pilhéria, muitas vezes excitada pela esquisite dos nomes dos eleitores apregoados em alta voz. Só no edifício do Theatro Municipal funcionaram três secções, uma no palco e duas na plateia. A do palco, que era a quinta secção da cidade, despertou minha atenção pelo aspecto de gravidade que a revestia. Instalada num espaço acanhado, cercado de cortinas, reposteiros e paisagens escuras, achava-se envolta em densa penumbra. A voz fraca do mesário que fazia a chamada morria no extenso vão do edifício antes de chegar aos ouvidos do povo que na platea acercava-se nas mesas da 6° e da 7° secção, de modo que, observada de longe a 5° secção, parecia reinar alli incommodo silêncio. De vez enquanto um eleitor deixava cair na urna alguns envelopes fechados, depois escrevia alguma coisa num livro aberto sobre a mesa e silencioso e lento se retirava. Além do pessoal em movimento, diversos vultos imóveis pareciam formar o fundo de reserva, segregando as vezes entre si, enquanto graves efigies de semblante sisudo e barbas encanecidas, um pouco afastadas da mesa, pareciam coladas nos reposteiros, fazendo parte da sombria paisagem.

---

<sup>523</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/11/1900. n. 141. p. 2.

Enfim, aquele conjuncto de sombra, silêncio e gravidade parecia menos uma secção eleitoral do que...<sup>524</sup>

As reticências ao final sugerem ironicamente um velório ou funerária, dado o aspecto de sepulcrário nas seções eleitorais. Isso significa que embora na imprensa as discussões fossem ferrenhas e os traços do coronelismo fizessem presença por meio da manipulação de votos, ameaças, mortes e violências, o articulista, ao mencionar o aspecto silencioso das seções, revelou que o ritmo das mesmas era marcado pela participação de poucas pessoas.

Por fim, um tópico singular abordado foi em relação ao socialismo. Trazendo um pouco da forma como as ideias a ele relacionadas eram recebidas, apropriadas e interpretadas em Uberaba demonstrou seu descontentamento no modo de ver essa vertente política por meio de um candidato que iria proferir seus discursos no Rio de Janeiro:

Não garanto, mas contaram-me que um dos candidatos socialistas desta cidade conta com a victoria nas próximas eleições e já está arrumando a mala e improvisando discursos para, no anno de 1900, em *linda manhã de estio*, seguir caminho do Rio, onde promete fazer um *papelão*, embasbacar e confundir, as bancadas republicanas e monarchistas, si houver.<sup>525</sup>

Foram abordados de modo geral elementos que em seu ver faziam parte do discurso do candidato, o qual afirmava que fora do socialismo “não haveria salvação”. O candidato, segundo ele, argumentava que o socialismo era “a última expressão da liberdade”, mas, em seu ver, não passava de um “cativeiro” porque todos seriam “obrigados a trabalhar tantas horas por dia, marcadas a bico de relógio, sob a imediata fiscalização de todos por um e de um por todos.”<sup>23</sup> A questão da igualdade do mesmo modo era discutida: “igualadas as posições, isto é, ficando todos mais ou menos quebrados, o traje será leve, simples e barato, não mais aparecerá a fatiota negra, enfadonha, pesada, fatídica, agoureira.”<sup>24</sup> Nesse ponto da igualdade outro aspecto citado pelo autor foi em relação ao saber e à instrução, que na sua ótica dependia exclusivamente do “talento” de cada um, mas no ver do candidato socialista não. Para o mesmo poderia haver igualdade de ensino. Diante de tudo isso, se posicionou dando a entender que, em seu ver, o socialismo era uma espécie de enganação.

<sup>524</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 13/03/1902. n. 281. p. 1.

<sup>525</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 30/11/1899. n. 43. p. 1.

Além da questão política, outro aspecto comentado por Manoel Felipe de Souza era a economia. Embora para esse período entre 1899 e 1903 tenha sido um dos assuntos menos abordados escreveu sobre o aumento do câmbio e a diminuição dos valores dos produtos disponibilizados no comércio da cidade. As “Pennadas” que abordaram o assunto não estavam deslocadas do contexto do restante do jornal que igualmente trazia na primeira página textos sobre o câmbio. O articulista afirmou que na verdade quase ninguém sabia o que de fato era o “câmbio”: “pessoas ilustradas que consultei, ou não sabiam o que é cambio ou fizeram *monopólio* da sua sciencia” e para descobrir do que se tratava afirmou precisar andar de “Herodes para Pilatos até que notável advogado de foro uberabense” lhe desse uma ideia “deficiente” do que se tratava o tal “bicho de 27 cabeças.” Não apresentou o que havia entendido sobre o câmbio, mas discorreu a respeito da forma como o aumento do mesmo estava refletindo na economia e no mercado:

[...] os negociantes que tem grandes sortimentos comprado sob a influência do câmbio a nível do zero estão agora apertados de serviço e resolvidos a pôr tudo na rua por qualquer preço antes que o mal cresça. Espalham em boletins e nos jornais annuncios tão seductores, tudo tão barato, tão *queimado*, tão abaixo do custo, que freguesia, enlevada no canto da sereia, chove nos estabelecimentos, traz os patrões e os caixeiros numa roda vida, servindo-se estes de bengalas e chapéos de sol para medir fazenda, por não haver metros que cheguem. Na certeza de estarem comprando tudo na bacia das almas, abaixo do custo, os ingênuos consumidores fazem com efeito boas compras, mas salvam sem saber o custo, o frete o... lucrozinho, porque os negociantes não são nenhum *trouxas* para trabalharem somente para o bispo.<sup>526</sup>

As oscilações do câmbio no mercado, seguindo à dinâmica comercial, também eram abordadas pelo autor: “a influência da subida do câmbio já se faz sentir em quase todos os ramos do comércio. Até o Kerosene e a rapadura dignaram-se baixar de mil réis a quinhentos réis, e isto de um salto sem passar pelas cifras intermediárias”. Com sua dose de “bom riso”, dessa vez não com o “mau riso” das farpas, continuou com a intenção de elogiar:

O queijo, porém, conserva-se impassível e surdo ao fragor dos outros gêneros que se precipitam pela mesma escada por onde sobe o câmbio; mas há de chegar a sua vez. Que não demore são os votos do rabiscador destas linhas, que é *doido* por aquelle acepipo burguês, do qual recebeu há pouco um lindo spoiemon, feito a capricho, com trinta centímetros

<sup>526</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 12/07/1900. n. 107. p. 1-2.

de diâmetro, pesando três kilos, massa excelente, gosto... façam ideia e tomem por cima uma xícara de café. Ao digno e probo fazendeiro, sr. Manoel Gomes da Silva Sá, auctor da oferta envio, envolto em leve curvatura, um ameno *obrigado!* Ferido em *lá menor*. Não é uma provocação, mas previno a qualquer outro fazendeiro d'aquem ou d'além mar que não me faça igual *desfeita*, sob pena de ver o seu nome em letra redonda, outro flores... de retórica.<sup>527</sup>

Quando o colunista recebia pequenos presentes de fazendeiros, em contrapartida, citava o nome dos referidos nas suas “Pennadas Furtivas”.

Ainda dentro do viés econômico e comercial houve uma “Pennada” em que comentou sobre o imposto territorial reforçando seus vínculos com as concepções gerais defendidas pelo diretor do jornal a respeito de tal imposto. Conforme afiançou, por meio de um decreto, o vice-presidente do estado havia prorrogado o prazo da lei para o seu pagamento, sem multa. No entanto, para que essa prorrogação acontecesse, o contribuinte deveria assinar uma documentação onde colocava um de seus imóveis como garantia do pagamento.

Assim sendo, argumentou que a assinatura dessa documentação seria um “novo aperto” para os coletores: “hontem atropelados para receber; hoje atropelados para pagar, isto é, para restituir a multa aquelles que já tinham cahido com o *tacho* no medonho sorvedouro.” Nessas circunstâncias, os coletores, deveriam se preparar para um “novo jejum”, muito mais sério do que outro que já haviam passado. Isto porque para o pagamento do imposto a “freguesia” havia chegado aos poucos e de “má vontade, quebrando a cabeça pelas ruas e procurando a repartição onde tinham que depor as suas choradas oferendas.” Para o cronista todos sabiam com quem tinham de se haver: “já aprenderam o caminho e como é mais agradável receber do que pagar, alli chegarão de bola á bola e os collectores podem contar com a enchente.”<sup>528</sup>

Nesse ângulo, a coluna de Manoel Felipe de Souza não era isenta das discussões mais amplas do jornal. Atento aos debates da redação, se posicionava. E nesse processo revelava a sua personalidade multifacetada. Se por um lado se via como alguém superior pela cultura e civilização, menosprezando grupos sociais que em sua ótica não estavam no seu mesmo patamar de ilustração e civilidade, por outro, reconhecia quando os impostos prejudicavam não apenas as classes mais altas, mas também os menos favorecidos

<sup>527</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 12/07/1900. n. 107. p. 1

<sup>528</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 26/06/1902. n. 311. p. 1.

Enfim, como eu já disse nas últimas *Pennadas*, se adejou sobre o povo um tributo mais antipathico e oppressor, porque não affecta somente os indivíduos favorecidos da fortuna que podem satisfazer sem sacrificios ás prescrições legaes; mas, qual abutre agoureiro, grasna também sobre a pobreza e orfandade, agravando a sorte daqueles que sem meios de vida e acabrunhados pelas dificuldades da existência vivem pedindo a Deus que o mundo acabe. Si os possuidores de pequenos imóveis têm a faculdade de vende-los, para aliviarem-se daquelle trambolho, o mesmo não se dá com orphans e interditos, que não podem transigir.<sup>529</sup>

Ademais, reiterou que as terras, por conta do imposto territorial, haviam baixado de preço, mas não havia procura por essas: “Todos desejam vender, mais ninguém quer comprar”<sup>530</sup>. Essa realidade era perceptível na seção de anúncios do próprio jornal que trazia a divulgação de muitas fazendas à venda.

Além de tratar questões políticas e econômicas, a coluna permanecia mostrando as representações que o seu autor construía sobre aspectos sociais. Essas representações, além das já abordadas em outros tópicos, envolviam não apenas aquele olhar que anunciava que o queijo enviado por um fazendeiro era um “*acepipo burguês*”, mas aquele do *flâneur* que observava a condição de sujeitos que transitavam pela cidade.

Em um de seus textos abordou a questão da mendicância. Segundo ele, o povo uberabense tinha a fama de espírito filantrópico e por tal popularidade a cidade atraía “a pobreza forasteira das cidades vizinhas”, que de fato não perdia viagem, viabilizada inclusive pela presença das estradas de ferro. No seu modo de ver, a Câmara Municipal, a polícia ou a quem coubesse a competência, deveria, a exemplo de outras cidades, levar os pedintes a uma inspeção médica: “separar os que verdadeiramente necessitam da caridade pública, pôr nelles uma divisa e mandar os outros plantar batatas”<sup>531</sup>. Esse posicionamento se devia ao fato dele acreditar que havia pessoas que, se passando por mendicantes, não estavam precisando de ajuda. Observava que no cotidiano da cidade existiam sujeitos que de segunda a sexta feira andavam em “boa figura”, mas no sábado se caracterizavam de mendigos e saíam às ruas:

Vemos todos os dias, ao menos de sábado em sábado, pedintes robustos, possantes, sem indício aparente de enfermidade, os quais ficariam abrigados da miséria sujeitando-se a um trabalho qualquer,

<sup>529</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 26/06/1902. n. 311. p. 1.

<sup>530</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 26/06/1902. n. 311. p. 1.

<sup>531</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 01/11/1900. n. 139. p. 1.

ainda que leve. Muitos delles, conhecidos da *freguesia* aos sábados, são vistos nos outros dias da semana com aspecto melhor, com melhor *toilette*, trabalhando, às vezes, e tão outros que a gente duvida acreditar ao testemunho dos olhos. [...] Parte da mendicância da cidade tem um aspecto durante a semana e outro no sábado. De domingo até sexta-feira parecem sadios, mais ou menos médios, decentemente trajados, e no sábado... quem te viu, quem te vê! Completa metamorfose – aspecto cadavérico, roupa andrajosa, voz fraca, quase sumida, gemidos e queixumes que vêm expirar nos lábios, depois de penoso trajecto por entre as torturas de terrível moléstia interna. Perfeitos actores dramáticos na quotidiana tragédia da vida.<sup>532</sup>

Pelo trecho citado tudo levou a pensar que na cidade sujeitos sociais pertencentes aos grupos menos favorecidos criavam táticas que nas suas práticas cotidianas tinham como objetivo assegurar sua sobrevivência. Por isso, durante a semana, se apresentavam em melhores condições; no sábado, mostravam um aspecto de pessoa sofrida, com necessidades que levavam à mendicância.<sup>533</sup>

### 3. 5 M. F., o espiritismo e outras dimensões do sobrenatural

Outra frente de defesa de Manoel Felipe de Souza no *Lavoura e Comércio* era o espiritismo. Desde o seu primeiro texto na folha demonstrou-se adepto, um espírita convertido. Em seu ver, aquele fim de século era um momento de possibilidades e rápidas transformações. O desenvolvimento do espiritismo e outras “ciências ocultas”, chamadas por ele também de “ciências novas”, fazia parte da constituição do século que findava e da aurora do que se iniciava<sup>534</sup>. Nesse processo, a religião tornou-se objeto de debate não só do colunista, mas da imprensa à época. O *Lavoura e Comércio*, considerado pelo autor um “jornal profano”, era um espaço de debate e exposição de convicções que não eram apenas individuais, mas que, seguindo a moda europeia, remetiam a uma dimensão da *Belle Époque*, como já apontado.

<sup>532</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/11/1900. n. 139. p. 1.

<sup>533</sup> Michel De Certeau no livro “A invenção do cotidiano” escreveu sobre táticas e práticas cotidianas como modos de ação, como operações realizadas pelo indivíduo no processo de interação social. Segundo o autor, nas práticas culturais cotidianas há um potencial enunciativo e criativo do indivíduo, isto é, o indivíduo é dotado de uma dimensão criadora e inventiva. São os “modos de fazer” das pessoas comuns. Esses “modos de fazer” dizem respeito às diversas maneiras pelas quais os indivíduos fazem uso de regras e convenções impostas por uma ordem social e economicamente dominante. Ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>534</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 06/07/1899. n. 1. p. 1.

Além de discutir assuntos relacionados ao espiritismo e criticar o catolicismo, o autor debatia com colaboradores de outros jornais e do próprio *Lavoura e Comércio*. Seu embate mais marcante se deu com o Dr. Draenert, que partindo de um viés higienista atacava apontamentos espíritas. Somando-se aos debates, M. F. abordava também em suas “Pennadas Furtivas” outras dimensões do sobrenatural.

Para Mary Del Priore, esse período, final do século XIX e início do século XX, eram “tempos estranhos”, pois de um lado as ciências haviam introduzido conquistas como a eletricidade, a química e a ótica, mas por outro aumentava entre as pessoas a curiosidade por um universo onde se pudesse ver espíritos e falar com os mortos. O tempo da modernidade e do relógio, em que tudo passava rapidamente, cruzava o tempo do infinito no qual os mortos poderiam retornar. Em cidades como Hamburgo, Rio de Janeiro, Nova York, Salvador e Paris, desde a década de 1860, já se realizavam as reuniões para contatar falecidos. Segundo a estudiosa, em salas sob luz pálida, ao redor de mesas redondas, todos de mãos dadas, aguardavam informações e notícias de entes queridos, parentes e até mesmo recados de desconhecidos que haviam partido.<sup>535</sup> Sendo assim, em meados daquele século, a imprensa brasileira já se fazia presente abordando os eventos das “mesas volantes”, consideradas sobrenaturais. Del Priore comentou, por exemplo, que pelo *Diário de Pernambuco* se noticiava que em Paris era impossível entrar num salão sem que se visse uma mesa redonda com os presentes em silêncio aguardando a mesa voltar. Igualmente, o jornal *O Cearense* noticiava a realização de reuniões para ver as mesas volantes.<sup>536</sup>

Essa curiosidade e fascínio pelo universo dos espíritos, mesas volantes e sobrenatural chegou a Uberaba. No próprio *Lavoura e Comércio* havia uma série intitulada “Viagem Astral” onde, além de Manoel Felipe de Souza e Maria Augusta Ribeiro, quem contribuía nos textos, segundo ambos, era Badain, que conforme consta no periódico era um espírito que palestrava nas sessões espíritas. Essa série trazia a narração de sessões promovidas pelo *Grupo Luz Spirita* e pelo *Grupo Paz e Amor*. Em resumo, se comentava nos textos sobre “abóbodas celestes”, “asteroides hierarquichos” e “candências de efeitos arrebatadores”<sup>537</sup>, que nada mais eram que elementos relacionados ao universo espírita ao qual M. F. era vinculado.

---

<sup>535</sup> DEL PRIORE, Op. Cit., p. 20-21.

<sup>536</sup> DEL PRIORE, Op. Cit., p. 65-66.

<sup>537</sup> AUGUSTA, Maria. Viagem Astral. *Lavoura e Comércio*. 13/06/1901. n. 203. p. 1.

A respeito do histórico do espiritismo na cidade, Raquel Marta da Silva<sup>538</sup>, em sua dissertação sobre a construção e a consolidação do imaginário que elevou Uberaba à condição de “Capital do Espiritismo”, a partir da presença de Chico Xavier no município, explicou que os primeiros fiéis espíritas uberabenses foram aparecendo de forma lenta e gradual. Segundo a autora, eram integrantes de uma classe letrada e de prestígio social: jornalistas, políticos, professores, advogados, militares, médicos, dentistas, empresários, fazendeiros, entre outros. Os títulos de lideranças ficavam reservados aos nomes de homens e mulheres de maior poder aquisitivo ou destaque social. Na medida em que se difundia, aumentando o número de adeptos, começaram a se formar na cidade os “Grupos Familiares”.

De acordo com ela, em Uberaba, assim como em outras urbes brasileiras, as reuniões desses grupos para a realização de sessões espíritas também aconteciam nas residências dos próprios participantes. Às vezes, as reuniões se baseavam nas leituras e discussões das obras de Allan Kardec, mas o mais comum eram as práticas mediúnicas de comunicação com os mortos através da “incorporação psicofônica” ou “psicográfica”, isto é, as pessoas que se diziam médiuns, afirmavam a possibilidade de receber mensagens de pessoas falecidas através da comunicação verbal ou escrita. Silva afirmou ainda que além dessas práticas, ocorriam as sessões de “tiptologia”, que consistia também no recebimento de mensagens, mas através de pancadas de mesa ou na mesa. Possivelmente, a exemplo do que ocorria nos salões europeus e do Rio de Janeiro, resguardadas as devidas proporções e especificidades, muitas pessoas, na perspectiva dessa autora, viam essas reuniões para práticas mediúnicas como espaços de lazer e sociabilidade, uma vez que, por meio das sessões, procuravam se comunicar com os mortos, fazer amizades e trocar gentilezas com os “espíritos amigos”, mas também socializar com os vivos.<sup>539</sup>

Manoel Felipe de Souza, sendo espírita declarado, em uma de suas “Pennadas Furtivas” relatou com riqueza de detalhes uma dessas sessões ocorridas no local que hoje é o bairro rural de Peirópolis. No final do século XIX esse bairro era chamado de Paineiras. A sessão ocorreria na “caieira do prezado confrade Frederico Peiró”, situada a dois quilômetros da Estação Paineiras. Segundo relata a coluna, saindo de Uberaba, um grupo de quinze pessoas, composto por homens, senhoras e crianças, teria se espalhado pelo “ameno sítio” enquanto esperava o

---

<sup>538</sup> SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier**: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais - Uberaba, 1959/2001. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

<sup>539</sup> SILVA, Op. Cit., p. 73-85.

almoço. Após este, Manoel Felipe relatou que no vasto ambiente de uma sala de jantar as quatro ou cinco famílias que ali se encontravam se reuniram sob a égide de uma única família espírita. Nessa sala se iniciou a sessão onde os presentes recebiam “celestes mensagens, saturadas de ensinamentos tão puros e emitidas como as brisas campesinas”. O modo de narrar a sessão espírita tinha uma conotação afável, um tom afetoso, nada de farpas. Encerrada a sessão, o anfitrião Frederico Peiró acompanhou os *touristes* até à Estação para os mesmos embarcarem no vapor de retorno à Uberaba.<sup>540</sup>

De acordo com Silva, o jornalista Alceu de Souza Novaes, filho de Manoel Felipe de Souza, por volta de 1956, contando com aproximadamente 70 anos, de próprio punho, teria feito em um caderno várias anotações a respeito dos primórdios do espiritismo em Uberaba. Nessas anotações, entre outras coisas, ele teria transcrito alguns artigos de jornais sobre o histórico do mesmo na cidade. Entre as notas comentadas, Novaes teria mencionado, de forma enaltecida, profissões, práticas e nomes de seus pioneiros na urbe, dentre os quais incluiu seu pai, que citou como “escrivão de órfãos e jornalista de muitas facetas, poeta e sobretudo polemista vigoroso, irônico e causticante”<sup>541</sup>. Teria discorrido ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos primeiros adeptos. De acordo com seus relatos, as práticas da religião na cidade teriam se dado antes de 1890 e consistiam em apenas algumas pessoas se entretendo às ocultas com a leitura das obras de Allan Kardec. Para aquele período, Silva afirmou que bastava pensar em possuir a literatura kardequiana para a pessoa ser considerada como apresentando um sinal de loucura, atitude que ia contra os preceitos do “bom católico”.

Portanto, para Silva, os portadores dessas obras, no mínimo, eram considerados heréticos. Além disso, dada a realidade social daquele contexto e certos indícios a respeito da vida familiar de alguns dos pioneiros do espiritismo na cidade, a autora sinalizou que boa parte dos adeptos tinha origem católica, mas se convertiam por vislumbrarem um novo sentido para suas vidas, visto que, supostamente, essa nova religião oferecia não apenas respostas e alento para suas dores e conflitos, mas também comprovaria a possibilidade de comunicação com os mortos. Ainda de acordo com Silva, nas anotações atribuídas a Alceu de Souza Novais constavam informações a respeito da conversão de seu pai. Manoel Felipe de Souza acompanhava as sessões por conta de sua esposa, dona Cherubina Borges, que conforme os relatos de Novaes, quase enlouquecera com a morte de seu genitor e de uma filha de sete anos.

---

<sup>540</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/07/1901. n. 211. p. 1.

<sup>541</sup> SILVA, Op. Cit., p. 73-85.

Conforme os escritos do jornalista, Dona Cherubina era uma senhora que apesar de analfabeta era médium escrevente, tinha a faculdade de “chamar as pessoas mortas e falar com elas”, conseguindo os espíritos manter a caligrafia que possuíam na última encarnação. Nos relatos de Novaes, teria sido na primeira comunicação com sua filha falecida que ela havia se tornado “espírita combatente”. O marido, acompanhando-a nas sessões, despertou o interesse em saber do que se tratava o espiritismo. Vendo o alento de sua companheira, começou a ler a respeito.

Outro fator que teria contribuído à conversão do articulista, conforme os relatos de Novaes, teria sido o contato, pela tipologia, com o espírito de uma pessoa conhecida. O autor, conforme os mesmos registros de Novaes citados por Silva, teria escrito uma pergunta numa carteira da qual apenas ele e o falecido tinham conhecimento da resposta, que veio correta. Findada a sessão, teria se declarado plenamente convencido e iria a público dar seu testemunho na imprensa. Isso num contexto em que, da mesma forma que ler a obra kardequiana, anunciar uma conversão à nova religião significava dar provas de heresia.

Silva afirmou também que os adeptos do espiritismo em Uberaba teriam enxergado a possibilidade de professarem uma “fé racionalizada”, embasada num corpo doutrinário que afirmava comportar aspectos religiosos e científicos. Embora não houvesse registros que mencionassem essa possibilidade, nada impedia que a suposição tivesse ocorrido. A estudiosa ressaltou ainda que até por volta de 1902, Uberaba contava com aproximadamente seis grupos familiares que de forma geral tiveram vida curta devido, sobretudo, a perseguições católicas que se transformavam em acirrados afrontamentos travados por meio da imprensa. Mas, a despeito das perseguições da Igreja, na medida em que os grupos foram se organizando, elegendo diretorias, arregimentando sócios, angariando dinheiro para a construção de sedes próprias, ampliando suas atividades religiosas e abrindo seus trabalhos para atendimento ao público, foram também constituindo os seus “Centros Espíritas”.

Além disso, conforme enfatizou Silva, a Igreja Católica era predominante em Uberaba. Os espaços de sociabilidade muitas vezes estavam a ela relacionados. A Igreja se fazia presente regendo o cotidiano das pessoas que viviam sob os olhares disciplinadores tanto da polícia quanto de clérigos. Os gestos, as atitudes, as palavras e os costumes eram vigiados e regulados de acordo com as normas do que se considerava uma “boa conduta” moral e religiosa. A partir do ano de 1896 se iniciaram os trâmites para a transferência à Uberaba da sede do bispado de Goiás, do qual essa cidade e outras urbes triangulinas faziam parte.

Clérigos começaram a reivindicar a separação e a criação de uma nova diocese no Triângulo. Este fato se efetivou somente em 1907. O Papa Pio X considerou o pedido do bispo de Goiás, D. Eduardo Duarte Silva, autorizando a separação e criação de uma nova diocese no país, cujo bispo seria o próprio D. Eduardo. A partir daquele momento Uberaba, que há onze anos sediava o bispado goiano, passava a ser a nova diocese da região mineira. Silva ressaltou que antes de se transformar em diocese, Uberaba já possuía um seminário, uma gráfica onde produzia seu próprio jornal, o *Correio Católico*, e também um colégio religioso, o Nossa Senhora das Dores. Elevada à diocese, a cidade passou a contar com mais igrejas, colégios e congregações, fazendo a urbe se destacar devido ao número expressivo de instituições religiosas, condizentes com sua posição. Dessa forma, Silva reiterou que por volta do final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica não deixava dúvidas quanto a sua força e influência no meio social da cidade. No entanto, embora o catolicismo fosse a religião predominante à época, a autora ressaltou que havia sinais de outras crenças religiosas: cultos da Igreja Metodista, práticas afro-católicas e o próprio Kardecismo.<sup>542</sup>

Fundamentando-se na literatura espírita<sup>543</sup>, a autora sugeriu que o kardecismo chegou à Uberaba entre os anos de 1890 e 1895, próximo ao período em que se iniciou na cidade o esforço para a mesma se tornar sede episcopal. Foi nesse processo que Silva identificou o fato de que, desde os primeiros anos de práticas e rituais na cidade, o Kardecismo enfrentou fortes conflitos com a Igreja Católica, os quais se configuravam em agressões e ameaças nos jornais.

Dos embates travados entre católicos e espíritas, a partir das fontes consultadas por Silva, se averiguou que jornais como a *Gazeta de Uberaba*, o *Lavoura e Comércio* e *O Tempo* eram veículos de comunicação que serviam ao ataque ou à defesa do espiritismo. Ela afirmou também que embora os conflitos fossem constantes, não eram unilaterais, provocados apenas pelos insultos de católicos ou de espíritas. Ao contrário, os dois lados eram combativos. Defendiam-se e atacavam-se, demonstrando apreço em provocar.<sup>544</sup>

Partindo de sua experiência pessoal e familiar, o colunista utilizava o jornal para defender o espiritismo e criticar o catolicismo. Por meio de seu humor cáustico criticava os reverendos católicos acusando-os de professarem mentiras nos jornais, atacava publicações do *Correio Católico*, repreendia o modo como um articulista daquele jornal tratava o casamento

---

<sup>542</sup> SILVA, Op. Cit., p. 75.

<sup>543</sup> BACCELLI, Carlos, A. **O Espiritismo em Uberaba**. Uberaba: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1987.

<sup>544</sup> SILVA, Op. Cit., p. 73-85.

civil, alfinetava o celibato dos padres, o fanatismo religioso, a adoração de imagens, a confissão sacramental e o recolhimento de doações para a realização das festas católicas na cidade.

Em muitas “Pennadas Furtivas” seguia tecendo elogios ao espiritismo, que em seu ver “avançava de progresso em progresso, de victória em victória”, fazendo “brilhantes conquistas na superfície da Terra” e alvorecendo na “gentil princesa do Triângulo Mineiro”. Ao mesmo tempo as críticas aos eclesiásticos não cessavam. Segundo ele, um tal padre Júlio Maria, no Rio de Janeiro, estava pregando em vários jornais de larga circulação contra a “filosofia”. Com seu humor ferino, afirmou: “em poucas palavras sua reverendíssima enfiou os pés pelas mãos, comprometeu a sua ilustração, o seu bom senso”, “quando a verdade fulgura desaparece a mentira”.<sup>545</sup>

As alfinetadas não paravam. Em edição posterior, afirmou que o espiritismo começava a incomodar os reverendos católicos e protestantes em Uberaba. Por isso, visando contra argumentar uma publicação intitulada *Lux Veritatis*, transcreveu nas “Pennadas Furtivas” um trecho onde o autor, também um reverendo, expunha o seu olhar a respeito do espiritismo:

[...] é um systema oposto á palavra de Deus. Quando se viu ou se ouviu dizer que os homens bons hajam perdido o seu tempo em consultar os mortos? Nem Abrahão, nem Moysés, nem os profetas, nem os aphotolos, somente os egypticos, os caldeos (sem h), os gregos e todos os pagãos que carecem de uma revelação divina.<sup>546</sup>

Nota-se que a prática de conversar com os mortos era condenada pelo autor eclesiástico. No entanto, caminhando na direção contrária, o autor das “Pennadas Furtivas” rebateu o ponto de vista afirmando que os espíritos desencarnados eram tão vivos quanto eles próprios e via como incoerente comparar o tempo bíblico com a realidade do final do século XIX: “os sábios dos tempos bíblicos não conheciam o vapor, a electricidade, o magnetismo, o electróide ou o fluído universal.” Continuou argumentando: “O próprio Salomão, si agora viesse ao mundo em corpo e alma daquelle tempo, ficaria deslumbrado pelos raios X e não sustentaria uma these sobre a teoria das vibrações.” E interrogava: “que mal faz que a humanidade desencarnada nos venha revelar segredos d’além?”. Para encerrar, emitiu farpas: “Protestantes e católicos, atirai

<sup>545</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 26/10/1899. n. 33. p. 1-2.

<sup>546</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 14/12/1899. n. 47. p. 1-2.

por terra essa caturrice enferrujada e abre esses olhos á luz. *Lux Veritatis* mudai o azeite dessa sua candeia”.<sup>547</sup>

M.F. questionou também o modo “petulante” como um correspondente do *Correio Católico* discorreu sobre o casamento civil: “dá a entender que os missionários combateram do púlpito e estigmatizaram a lei que se refere ao casamento, e o próprio correspondente denomina as pessoas unidas pelo casamento civil de *amasiadas legalmente, amasiadas civilmente*”. Isto, segundo o colunista, era uma afronta às leis do país. Em seu ver, os eclesiásticos, que denominava também como “*santos missionários*”, estavam no seu direito de recomendar o casamento religioso, mas combater o casamento civil, na sua ótica, era um disparate, uma vez que a lei não reconhecia o casamento religioso. Sendo assim, não constituía família no sentido de compartilhamento de sobrenomes oficializados diante da justiça e nem dava direito à herança. Sobre essa situação, citou o exemplo de um inventário onde se verificou que uma herdeira menor era casada apenas no religioso. Diante disso, o juiz do inventário a considerou como solteira e órfã, lhe nomeando um tutor, que no caso era o seu próprio marido ou, nas palavras do articulista, “pseudo-marido”. Dessa forma, o mesmo “não figurou no inventário da sogra”.<sup>548</sup> Não surpreende que no contexto do patriarcalismo o centro das atenções na questão da herança fosse o “pseudo-marido” e não a menor citada, posto que apenas com o casamento religioso ficaria impossibilitado de receber a herança da sogra. Nesse sentido, a coluna criticava as posturas da Igreja no que dizia respeito ao tratamento do casamento civil. Manoel Felipe de Souza, nesse contexto, não perdia a oportunidade de tomar partido e tecer críticas à Igreja.

Ainda em relação a casamentos, outro ponto discutido pelo jornalista foi o celibato dos padres. Argumentava que se de fato fosse abolido, conforme a reforma que a Igreja estava propondo, iria acontecer um “quiproquó”. Com seu humor de farpas, afirmou:

Quando a noite um reverendo sair à passeio com sua excellentissima consorte, elle de barba rapada, ella sem barba, ambos de saia, não será fácil, distinguir-lhes um do outro para dar o devido tratamento. Os transeuntes darão muitas vezes o tratamento a elle de excelência e a ella o de reverendo. Quando não tomarem o respeitável casal por duas heroínas que alardeiam o seu donaire em indiscreta excursão noturna.<sup>549</sup>

Diante da possibilidade de confusão em se identificar quem era o marido, quem era a esposa, por meio dos trajes, deu a sugestão de se fazer no Brasil da mesma forma como era feito

<sup>547</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 14/12/1899. n. 47. p. 1-2.

<sup>548</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 28/09/1899. n. 25. p. 2.

<sup>549</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 16/11/1899. n. 39. p. 2.

nos Estados Unidos: “Para evitar equívocos o *Beato* vai propor, de acordo com *Martin Chifrudo*, que os padres casados usem calça e paletot”. Naquele país, de acordo com a coluna, apenas as mulheres andavam de saia, “sendo proibida igual toiallet aos homens”.<sup>550</sup>

Outra temática de crítica do autor ao catolicismo era em relação ao que denominou como “fanatismo”. Numa ocasião de movimentação religiosa relatou que em seu ver o aparato solene da chegada de romeiros de Batatais à Uberaba, na Estação da Companhia Mogiana, era um “fundo negro de fanatismo por uma religião arredia da verdade” e que se distanciava do “puro cristianismo dos tempos apostólicos”. O colunista não se dizia contra o entusiasmo dos “patricios de Batatais”, mas criticava “[a] expansão que irrompia do peito daqueles que pecavam livremente”. Tal postura, na sua ótica, era reflexo de um “carolismo” que retardava o desenvolvimento “normal e instructivo da sociedade inexperta”.<sup>551</sup>

Ainda sobre esse tema do “fanatismo”, numa outra “Pennada”, comentou a respeito da adoração de imagens. Ao ler na *Gazeta de Uberaba* uma situação vivenciada pelo bispo D. Eduardo Duarte Silva no município de Trindade, em Goiás, se apropriou do assunto e o discutiu em sua coluna, emitindo uma crítica e um posicionamento. Segundo ele, o bispo diocesano, em viagem pastoral aquela cidade, não havia agradado os seus habitantes pelo fato de tentar levar da igreja daquela povoação a imagem do Divino Padre Eterno. Conforme relatou no texto, a população teria feito oposição em massa em frente à igreja. Diante disso, seu olhar sobre o ocorrido era de que o mesmo dizia respeito a uma expressão de atraso e ignorância daquela população, pois a adoração de imagens, na sua perspectiva, remetia a uma prática fortemente proibida pelo Novo Testamento. Adorar imagens, em seu ver, era um “costume anticristão” e se a alusão da imagem pelos habitantes era feita a Deus, “supremo criador dos mundos”, tratava-se de “ridículo e criminoso disparate”<sup>552</sup>.

As alfinetadas ao catolicismo e suas práticas se estenderam por vários números. Em outra de suas “Pennadas Furtivas” remeteu a uma série publicada no periódico *Minas Gerais*, órgão de imprensa oficial do estado. Segundo Manoel Felipe de Souza, a série intitulada “Conferências de Assunção” era um desastre, uma vez que um “insigne tribune católico” foi “caipora” ao abordar o tema da confissão sacramental, que para ele igualmente não tinha coerência com a época vivida, era algo que já havia passado, feito o seu tempo, ficado para trás. Para complementar seu pensamento continuou a emitir seu humor mordente à Igreja, apontando

<sup>550</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 16/11/1899. n. 39. p. 2.

<sup>551</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 29/07/1900. n. 112. p. 2.

<sup>552</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 02/08/1900. n. 113. p. 1-2.

sua inconveniência em existir naquele momento: “como passam as instituições retrógradas quando soam incompatíveis com as luzes do século.”

De acordo com ele, o “insigne tribune católico” do *Minas Gerais* afirmou que a confissão era uma instituição antiga. Nesse ponto, apoiava e concordava. O orador católico afiançou também que era uma instituição social e civilizadora, ponto do qual discordava. Para ele, “em todas as cidades e povoações do Brasil, e até nos habitantes do campo, elite da sociedade, a honrada gente”, não considerava a confissão como parte indispensável da civilização. Em seu ver, o *high-life* que transitava pelas ruas, praças e becos, “alardeando elegância e chiquismo, joias e enfeites”, não portava o “bilhete da confissão”. Ironizando com as palavras em itálico, afirmou também que a confissão sacramental era “aquele complemento necessário de uma educação esmerada.” Nesse sentido, o jornal *Minas Gerais* estaria atribuindo um “fervor religioso” ao assunto, circunstância que em seu ver igualmente fazia parte do “fanatismo católico.” O povo, e principalmente a parte mais ilustrada, gostava era de ouvir “arroubos de retórica” feitos por eclesiásticos que transitavam pelas folhas dos periódicos.<sup>553</sup>

Os debates com outros jornais permaneciam intensos. Dando continuidade ao assunto das confissões sacramentais, em outro número “rebateu” o jornal *Correio Católico* que, em suas palavras, havia ficado “*magoadado*” com suas críticas. Nesse número reafirmou seus posicionamentos e realimentou seus ataques à Igreja por meio de sua pena ferina:

Tem razão! Fui mesmo um desastrado porque toquei-lhe na menina dos olhos, falei mal da confissão. Em todo caso, não havia motivo para tamanha descarga, pois o *Correio* já devia estar pensando sobre essas cousas. A imprensa do mundo inteiro, todos os dias, diz horrores da confissão. Para ser agradável aos reverendos do *Correio* nada mais direi da confissão. Nem vale a pena perder tempo em estigmatizar uma instituição atrasada, obsoleta, indecente e perigosa que cai por si, uma instituição essencialmente catholica e já quase abolida na prática pelos próprios catholicos.<sup>554</sup>

Ainda em relação à perspectiva de crítica ao catolicismo, a mesma se fazia presente até mesmo nas mensagens “do além” recebidas nas sessões espíritas e transcritas nas “Pennadas Furtivas”. De acordo com o colunista, numa dessas sessões, um espírito desencarnado afirmou: “não deveis inquirir sobre o meu procedimento para com a igreja catholica apostólica romana:

<sup>553</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 20/09/1900. n. 127. p. 1.

<sup>554</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 27/09/1900. n. 129. p. 2.

bastante sabeis já quanto ella se desviou do christianismo que mais não é do que o Spiritismo moderno”.<sup>555</sup> Logo, em seu ponto de vista, essas mensagens eram “joias” e o olhar que tinha em relação ao periódico *Lavoura e Comércio*, ao permitir esse tipo de publicação, era de que o mesmo, sendo um “jornal profano”, tinha o “escrúpulo” de aceitar “colaboradores intangíveis”, isto é, aqueles que na linguagem do espiritismo já haviam “desencarnado”. A transcrição da fala de espíritos nas “Pennadas Furtivas” não terminou por aí. Em outra “Pennada” afiançou que, no dia seguinte à ida a Paineiras, um espírito de nome Badain se referiu à “excursão”. Transcreveu na coluna um trecho do que teria dito o espírito Badain e igualmente no relato desse espírito se apresentavam farpas ao catolicismo:

A Badain não pode ausentar-se do amável convívio que o acompanhou, ainda acompanhada pela candidez dos angélicos romeiros, que lá nos vértices do outeiro dividiam-se em turmas. Hiberna, pacífico enxame de saltitantes alfenins, correndo a faceira de lábio em lábio, a candura de peito em peito, a sagacidade de mimo em mimo, de norte a sul, de leste a oeste, cahia a pilheria christã, a alacridade pura de aparatos adhesivos e isenta de ademanes estudados; gentilezas, lyrismo, facecias, algumas vezes candentes contra o catolicismo. Cantae *gloria in excelsis* a ofuscante romaria, e não vos assusteis com a sedição fatiota da pobreza de espírito da beatice...<sup>556</sup>

Manoel Felipe de Souza encerrou o trecho com as reticências e afirmou que não transcreveria toda a fala do espírito para não melindrar os leitores católicos. Ele também era contra o recolhimento de doações para as festas católicas da cidade. Criticou, por exemplo, os donativos para a festa de Nossa Senhora da Abadia, que ainda estava longe de acontecer, mas, segundo ele, já havia gente batendo à porta de sua casa:

[...] um dos primeiros passou por aqui e supponho que *errou a porta*. Era um homem preto (creoulo como dizem), moço e válido, mal vestido, com paletot jogado sobre os hombros. O sentimento de *caridade* fê-lo abandonar a enxada para socorrer os necessitados. Teve dó da *pobreza* de Nossa Senhora e em auxílio della invocava a generosidade da população.<sup>557</sup>

Muito insatisfeito, ressaltou que tal prática não era privilégio apenas da festa de Nossa Senhora da Abadia, mas também das festas de Nossa Senhora do Rosário, das Dores, da

<sup>555</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 01/01/1903. n. 365. p. 2.

<sup>556</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 11/07/1901. n. 211. p. 1.

<sup>557</sup> M. F. Pennadas Furtivas. *Lavoura e Comércio*. 14/08/1902. n. 325. p. 1.

Aparecida, de Santa Rita, de Santa Bárbara e outras. Sentindo-se indignado afirmava que a população não era obrigada a acreditar na “boa fé” de qualquer “*distrahido*” a quem o “*fervor religioso*” levava a percorrer as ruas “arrancando dos ingênuos, muitas vezes, o último tostão destinado ao pão nosso de cada dia.” Em seu ver, a prática do recolhimento dos donativos era realizada por “criminosos e velhacos”, que além de abusar da credulidade das “almas pacatas”, tinham o “descaro de reduzir Nossa Senhora a triste condição de mendigo”.<sup>558</sup>

Assim sendo, Manoel Felipe de Souza criticava o catolicismo e criticava quem era contra o espiritismo, mas quando alguém o elogiava, retribuía com apoio. Exemplo disso foi dizer ter voto de simpatia ao redator chefe do *Triângulo Mineiro* que transcreveu nesse jornal uma notícia publicada no *Correio de Campinas* sobre o espiritismo: “signal de que se não é spirita declarado, como o Casusa, si não fez profissão de fé, também não hostiliza a nova philosophia. Faz Bem. Antes assim do que combater como alguns retrógrados uma doutrina que não conhecem.” Argumentava que a “*philosophia spirita*” já incluía a ciência e a literatura, assim como absorvia a atenção do *high-life* das academias de ciência e das notabilidades mais conhecidas daquele fim de século.<sup>559</sup>

Outro elemento que o autor mencionou em seu texto foi o de que na cidade havia poucos adeptos ao espiritismo e esses, confirmando os apontamentos de Silva<sup>560</sup>, constituíam-se em grupos. Afirmou que “do pessoal competente” havia dois “modestos grupos spiritas” que funcionavam regularmente na cidade<sup>561</sup>: o *Paz e Amor* e o *Lábaro Vespertino*. Em outra mensagem “do além”, recebida num desses grupos e transcrita em sua coluna, (re)afirmou a ideia do espiritismo entendido como “*philosophia*”: “a nova philosophia abaterá o orgulhoso prurido da sciencia ludibriada pela aparência da matéria táctil”; “a nova philosophia não padece acessos de intermitência, seguindo acelerada o seu curso tranquilo”; “a nova philosophia finalmente não pede carta de recomendação”<sup>562</sup>. Mencionou também a importância dos materiais impressos na disseminação dessa “*philosophia*”: “os livros escriptos sobre a matéria não podem ser lidos por um só indivíduo, ainda que se triplicasse a sua existência”, “os jornais e revistas spiritas surgem por toda parte”, “os próprios jornaes profanos tomam interesse pela nova revelação, que vai triumphando entre a verdade”<sup>563</sup>.

<sup>558</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 14/08/1902. n. 325. p. 1.

<sup>559</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/10/1900. n. 133. p. 1.

<sup>560</sup> SILVA, Op. Cit., p. 73-85.

<sup>561</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 11/10/1900. n. 133. p. 1.

<sup>562</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/01/1903. n. 365. p. 2.

<sup>563</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 01/01/1903. n. 365. p. 2.

O espiritismo entendido como filosofia remetia à diversidade de visão dos grupos espíritas no país. Sobre esse aspecto, Del Priore averiguou que entre os espíritas brasileiros, graças às múltiplas influências e leituras, havia divergências entre os grupos. Conforme a autora, existiam três grandes grupos: o chamado “científico”, que privilegiava o aspecto doutrinário; o do “espiritismo puro”, que considerava apenas a parte filosófica da doutrina; e o “místico”, interessado no aspecto religioso.<sup>564</sup> Diante dessas considerações da autora, foi possível apreender que na coluna, Manoel Felipe de Souza privilegiava a dimensão filosófica que, em sua ótica, já trazia incutida a dimensão científica e religiosa.

No jornal *Lavoura e Comércio*, se havia por um lado Manoel Felipe de Souza defendendo o espiritismo, havia por outro séries como a “Sicci Oculi - lenda cristã: raio de luz no meio das trevas”, assinada por Dr. João Teixeira e oferecida ao bispo diocesano D. Eduardo Duarte Silva, que era uma espécie de romance em que se abordavam temas católicos como o céu, a alma e os últimos sacramentos. Não era uma série de ataque ao espiritismo, mas uma representação da forma como colaboradores com olhares ligados a diferentes vertentes se faziam presentes nas páginas do periódico. E se havia espíritas atacando o catolicismo na imprensa, havia católicos dando a recíproca. A Igreja também tinha os seus argumentos de crítica em relação ao espiritismo.

Segundo Del Priore, a Igreja Católica empurrava os fenômenos paranormais para o território da ilusão ou dos sonhos e respondia ao espiritismo com severa condenação, pois via nele uma tentativa de modernizar a necromancia, prática reprovada em concílios.<sup>565</sup> No entanto, ainda que houvesse esses debates acalorados na imprensa, ponto importante apresentado pela autora foi que, em moda na Europa, a adesão no Brasil às ideias espíritas não implicava um rompimento com o catolicismo, que, como dito, era a religião predominante. Nos anos finais do século XIX, sem renunciar à crença oficial, muitas pessoas frequentavam missas e procissões ao mesmo tempo que consultavam médiuns.<sup>566</sup> As crenças populares misturavam o culto dos santos católicos aos rituais de origem indígena ou africana, mas nos meios intelectuais e burgueses se optava por explicações do mundo em doutrinas constituídas “cientificamente”<sup>567</sup>.

---

<sup>564</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. p. 95.

<sup>565</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. p. 31.

<sup>566</sup> Del Priore citou os vários tipos de médiuns que poderiam existir: “sensitivos, impressionáveis, falantes, auditivos, videntes sonâmbulos, curadores, pneumatógrafos, escreventes e psicógrafos; voluntários ou involuntários; intuitivos, mecânicos e os ‘sem saber’”. DEL PRIORE, Op. Cit. 93.

<sup>567</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. p. 49.

Para a autora, à época da transição de regime político, enterros dentro das igrejas já não eram admitidos, discutia-se sobre o casamento civil e a liberdade religiosa. A Monarquia e a Igreja estavam enfraquecidas pelas mudanças. Foi nesse panorama que, segundo Del Priore, Igreja e Estado se separaram. Contudo, o novo e o velho em sua perspectiva conviviam. As novidades e as ciências continuavam a (co)existir com as tradições. Catolicismo e espiritismo tinham espaço. Nas seções dos jornais multiplicavam-se as vozes defendendo uma ou outra crença.<sup>568</sup> Ademais, no modo de ver de Del Priore, depois da proclamação da República o espiritismo consolidou uma doutrina de caridade e auxílio aos pobres, ocupando um espaço que até então era muito ocupado pela filantropia das elites católicas.<sup>569</sup>

Del Priore ressalta também que em países como a França e a Inglaterra, desde meados do século XIX, havia uma imprensa setORIZADA do espiritismo que ganhava força. Igualmente, nos Estados Unidos de meados daquele século, havia uma imprensa espírita de peso congregada em dois grandes jornais: o *Spiritual Scientist*, da Nova Inglaterra, e o *Banner of Light*, de Boston. Na concepção da autora, muitas famílias que haviam perdido seus filhos na Guerra Civil queriam se comunicar com seus entes queridos, e até mesmo na Casa Branca, a esposa do então presidente Abraham Lincoln chorava em sessões espíritas assistidas pelo marido, o filho falecido em campo de batalha. Na Inglaterra, do mesmo modo, cientistas que investigavam o fenômeno terminavam aderindo a ele. A autora mencionou como exemplo o químico e físico William Crookes (muito citado por Manoel Felipe de Souza), o biólogo evolucionista Alfred Russel Wallace, o prêmio Nobel Charles Richet e o físico e ficcionista Arthur Conan Doyle, que também perdeu um filho na guerra, aderindo ao movimento e incorporando em sua obra as comunicações mediúnicas e os fenômenos de materialização.<sup>570</sup>

Autor que também discutiu a respeito das relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil foi Bernardo Lewgoy.<sup>571</sup> Sendo um investigador da área, o mesmo afirmou que o kardecismo se transformou no Brasil não só pela interação com outras matrizes religiosas, mas também pela intervenção de uma história política relacionada à ação de diversos protagonistas desde a fundação da República. Em sua ótica, a história da relação entre espiritismo e catolicismo, além de ter a periodização relacionada a alguns momentos decisivos que

---

<sup>568</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. p. 52.

<sup>569</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. 161-164.

<sup>570</sup> DEL PRIORE, Op. Cit., p. 95.

<sup>571</sup> LEWGOY, Bernardo. O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil. In: ISAIA, Artur Cesar (org.). **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

acompanharam a trajetória republicana e do campo religioso desde o século XIX, era também tributária da dinâmica de um Brasil que naquele momento se queria moderno, urbano e industrial. Sendo uma crença que à época era relativamente nova no cenário mundial, metade do século XIX na França e anos de 1880 no Brasil, de início surgiu anticlerical e aliada ao pensamento progressista, aos maçons, livres pensadores, positivistas, escritores, liberais e republicanos, também com algumas passagens pelo movimento operário anarquista.<sup>572</sup>

O pesquisador afirmou ainda que foi nas ásperas disputas com o clero católico que o espiritismo consolidou a imagem de agregar esses grupos citados. Em vários pequenos bolsões surgiram nas cidades brasileiras rituais e práticas assistenciais que ganharam força nas federações regionais. Concomitante à ausência de políticas públicas sistematizadas para o atendimento à saúde da população, se consolidou também por meio da prática filantrópica. Lewgoy afirmou do mesmo modo que, mesmo combatido pela Igreja Católica, o espiritismo conseguiu atrair e converter membros das elites. Inicialmente fragmentado, o surgimento da Federação Espírita Brasileira, em janeiro de 1884, propôs a unificação de diferentes grupos espíritas. De acordo com ele, fazendo uma delimitação distinta de Del Priore que sinalizou três grandes grupos, havia os “místicos” e os “científicos”, sendo os primeiros mais protuberantes. Para esse autor, cresceu também no período a influência do espiritismo via receitas mediúnicas, que assim como as práticas religiosas dos negros, eram alvo de polêmicas que visavam a sua criminalização, pois muitas vezes eram associadas às práticas de curandeirismo. Ainda em relação à passagem para a República, Lewgoy salientou a consagração das chamadas “terapias de desobsessão” e “terapias de passes”, ambas destinadas ao tratamento espiritual.<sup>573</sup>

Nesse contexto de disputas, Manoel Felipe de Souza travava debates não apenas com representantes católicos a respeito do espiritismo, mas também com colaboradores do *Lavoura e Comércio*. Não perdia oportunidade de “cutucar” e/ou dar “pennadas” em quem considerava necessário. Essa postura muitas vezes ferina se fazia presente nos comentários chistosos, nas situações pilhéricas, nos elogios irônicos, nas metáforas, nas ficções e nas diversas figuras de linguagem que utilizava. Os textos individualmente e os textos em conjunto, além de demonstrarem um exercício de escrita fomentado no calor do momento e das circunstâncias vividas pelo autor, traziam um repertório de embates que contribuíam para o interesse dos leitores e ajudavam a vender o jornal.

---

<sup>572</sup> LEWGOY, Op. Cit. p. 209-224.

<sup>573</sup> LEWGOY, Op. Cit. p.209-224.

No âmbito das rivalidades e das disputas, a troca de ironias e críticas entre colunistas no jornal, para o período estudado, teve como exemplo mais emblemático o debate travado entre M. F e F. M., isto é, entre Manoel Felipe de Souza e o Dr. F. M. Draenert. Realizado por meio das colunas desses colaboradores, tratava-se do diálogo marcado pelo escárnio entre um “homem de ciência” e um cronista imbuído das crenças no espiritismo. A discussão teve a duração de cerca de três meses e meio e tudo começou quando o Dr. Draenert deu início a uma série intitulada “Hygiene: o estado espiritual dos espiritas”. Nessa série, Draenert defendia que o espiritismo e o alcoolismo produziam alienação mental.

Indignado com essa ideia, Manoel Felipe de Souza partiu em defesa do espiritismo. Nesse processo, o sarcasmo entre ambos os lados foi uma constante. De um lado, escrevendo diretamente à Draenert, o colunista apresentava seus argumentos sobre o espiritismo e a questão da “matéria radiante”. A respeito desta, embasando-se nos apontamentos do químico e físico britânico William Crooks, Manoel Felipe de Souza explicava que a teoria da “matéria radiante”, ainda que provada posteriormente como incorreta por outros cientistas, tinha como cerne a concepção de que as propriedades dos raios, quando propagados em linhas retas, causavam fosforescência nos objetos sobre os quais eram aplicados. Escrevia sobre os experimentos do Dr. William Crooks, que também era espírita, com a finalidade de tecer relações entre a teoria e o espiritismo. Nesse ponto, ao comentar sobre aspectos do espiritismo, Manoel Felipe de Souza acusava Draenert de escrever sobre assuntos que não conhecia e o ironizava chamando-o de “ilustre sábio”, “sábio higienista”, “prurido de sabência”, “sizudo cultor da ciência agrícola”, “exímio conhecedor de estrumes e ferragens”, “sábio dos olhos d’água”, “exímio estrumador do solo”. Para ele se tratava de um “momento do caiporismo intelectual do Dr. Draenert” que, no seu entender, tinha completa ignorância em matéria de espiritismo. Afirmava que pouco a pouco iria “apertando o break” e dando o seu recado. Para isso, trazia para seus debates o que era publicado em jornais do Rio de Janeiro sobre o espiritismo.

Do outro lado, visando igualmente atacar, Draenert chamava-o de “Fellippico”, no diminutivo, com a intenção de menosprezá-lo. Respondendo às “Pennadas”, Draenert também não economizava nas zombarias ao chamar Manoel Felipe de Souza de “sábio verdureiro”; “ignorante em ciência”. Nesse mesmo período, além da coluna “Hygiene: estado espiritual dos espíritas”, Draenert estava publicando simultaneamente a coluna “Notícias Agrícolas”. Segundo Del Priore, esse perfil de debate acontecia em periódicos, por exemplo, do Rio de Janeiro. Na imprensa daquela cidade, na década de 1870, no *Jornal do Comércio*, já se acusava o

espiritismo de ser uma “fábrica de loucos”. Não faltava quem considerasse que espiritismo e alcoolismo fossem sinônimos e que somados deveriam ser caso de polícia e da Junta de Higiene; o lugar dos adeptos deveria ser o Hospício Nacional de Alienados.<sup>574</sup>

Visando atacar ainda mais o articulista, Draenert trouxe para o seu repertório de ofensas a cor do mesmo, chamando-o de “moreno tismado”, com o intuito igualmente de inferiorizá-lo.

Depois de intensas discussões, Manoel Felipe de Souza chegou à conclusão que o debate servia de espetáculo aos leitores do *Lavoura e Comércio*. Tinha a função de segurar sua atenção. Explicou também que o redator chefe do jornal havia pedido que as “Pennadas Furtivas” cessassem as “hostilidades”. Por isso, iria voltar a “faiscar” assuntos referentes à “pacatez da vida uberabense.” Isso indica que o colunista tinha um limite dentro do jornal, sua liberdade de escrita não era total e, possivelmente, como outros colaboradores, tinha de acatar eventuais solicitações. Mas, ainda assim, mesmo com o pedido da direção do jornal, vez ou outra, não perdia a oportunidade de, implicitamente, dar umas “pennadas” em Draenert.

Sem citar diretamente o nome do cientista, com crítica, dava a entender que estava se referindo ao mesmo. Todo esse episódio do debate demonstrou que os articulistas, por meio da escrita, também demonstravam emoções. Ao tecer uma série de críticas recheadas de farpas esboçavam sensibilidades que tinham como objetivo atacar o outro. Deste modo, a imprensa uberabense era um espaço marcado por tensões; (re)sentimentos e emoções ficavam passíveis de vir à tona por meio das publicações. No âmbito das sensibilidades, era o espaço da divergência de pontos de vistas. A discordância remetia à existência de tensões nas relações socioculturais dentro e fora das redações. Nelas, os colaboradores e colunistas formalizavam e debatiam suas interpretações sobre variados assuntos. Nesse movimento, ao escrever e discutir, os participantes do jornal desnudavam afetos e desafetos que teoricamente deveriam ficar recolhidos à esfera privada. Críticas de teor pessoal e (re)sentimentos vinham a público por meio dos artigos.

Dessa forma, o autocontrole das emoções, inerente à vida civilizada, era questionável na medida em que o conteúdo das crônicas revelava a realidade subjetiva de autores que estavam inseridos num contexto de debates e embates. Tendo em vista que as emoções são moldadas pelas sociedades em que se inserem<sup>575</sup>, os jornais se tornavam um espaço sensível à exposição dessas, como repulsa, raiva, tristeza, desgosto, esperança, felicidade, surpresa, admiração.<sup>576</sup> A

---

<sup>574</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. p. 134.

<sup>575</sup> ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**: problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

<sup>576</sup> WALTON, Staurt. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

partir de várias facetas que se interseccionavam, instigando reflexões, os periódicos e seus colaboradores por meio das palavras formulavam estratégias para expor suas visões de mundo, defender seus interesses e criticar o que julgavam necessário. A própria existência dos jornais, na visão de seus diretores, redatores, colaboradores e leitores era expoente de civilização. Uma negação sensível de que o interior do Brasil era tomado pelo “atraso” ou era um entrave ao progresso do país.

Por fim, além da dimensão dos embates com integrantes da igreja católica e com o cientista Draenert, em defesa do espiritismo, Manoel Felipe de Souza trazia para a sua coluna a dimensão do sobrenatural. Mary Del Priore também escreveu sobre essa questão da história do sobrenatural no Brasil. Segundo ela, conforme o Império brasileiro declinava, palavras novas eram disseminadas pelos ares: república, abolição, progresso e ciência. Todas prometendo um futuro grandioso, mas que, no entanto, também gerava receios.

Nesse contexto, o sobrenatural teria um papel fundamental, pois cada grupo da sociedade encontraria em suas crenças a perspectiva de um futuro sereno. Para a autora, o que se convencionou chamar de “sobrenatural”, “maravilhoso” ou “fantástico” revelava, na realidade, atos de fé. Já à época do Império, na corte do Rio de Janeiro, os jornais multiplicavam notícias de fenômenos fantásticos. Enquanto as elites preferiam estudar para compreender “racionalmente” o que acontecia, a cultura popular mantinha a crença no sobrenatural. Era assim, de acordo com ela, que no Rio de Janeiro “o além” e “os espíritos” agitavam o século XIX oferecendo alívio e conforto aos que neles acreditavam.<sup>577</sup>

Segundo Del Priore, o fascínio pelo fantástico estava muito presente também na França desse século. Em diferentes classes sociais, nos campos ou nas cidades, a crença no sobrenatural se disseminava: evocação de espíritos, presságios, feitiçaria, magia, lobisomens e adivinhação compartilhavam espaço com o pensamento religioso. A imprensa francesa, de acordo com a autora, se encarregava de contar as múltiplas aparições que tomavam conta das cidades.<sup>578</sup>

No mais, de acordo com a autora, escritores românticos como Chateaubriand, Victor Hugo e Alexandre Dumas, conhecidos dos leitores brasileiros, introduziram na literatura um ambiente de névoas propícias ao aparecimento de fantasmas, um universo de sonhos e melancolia favorável ao sobrenatural. Fenômenos fantásticos relacionados às almas do outro

---

<sup>577</sup> DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014. p. 15-19.

<sup>578</sup> DEL PRIORE. Op. Cit. p. 108.

mundo e casas mal assombradas compuseram o repertório do universo sobrenatural inerente ao século XIX. Foi assim, cambiando entre um mundo visível e invisível, que na imprensa e na literatura a abordagem do sobrenatural se fazia presente.<sup>579</sup>

Ainda conforme Del Priore, durante aquele século, a ciência tratou com descrédito o sobrenatural, mas sem sucesso. Ainda que empurrado para a marginalidade ou a clandestinidade, o sobrenatural progrediu. Apesar de todas as conquistas da ciência, a ordem lógica não reinou soberana.<sup>580</sup>

Foi nesse contexto que a atenção ao universo do sobrenatural ganhou força em Uberaba. Fosse por meio da apresentação de espetáculos que tinham como temática o aparecimento de fantasmas, por meio de “fantasmagorias” nos desvãos noturnos de igrejas fechadas, por meio da ocorrência de “fenômenos inexplicáveis” e também de relatos sobre o aparecimento de lobisomens nos bairros, Manoel Felipe de Souza escrevia sobre o tema. Nos espetáculos ocorridos no Teatro São Luiz, comentou em suas “Pennadas Furtivas” que um dos números apresentados pelo casal de artistas vindos de Paris, o Dr. Moya e Eloyse Moya, intitulado o “*gabinete dos fantasmas*”, abordava o assunto de maneira a despertar curiosidade: “em cima de uma mesa comum e sem preparo o Dr. Moya fazia aparecer phantasmas de pessoas vivas e até conhecidas dos espectadores, assim como fazia desaparecer quando queria e com a mesma facilidade”.<sup>581</sup>

Em outra edição do jornal, afiançou que naquela mesma noite do espetáculo, ao retornar para casa, ele e mais algumas pessoas, por volta da meia noite, passaram em frente à Igreja do Rosário e viram uma luz: “a igreja estava totalmente fechada, mas a luz transparecia pelos interstícios da porta e janelas. Todos os que passavam naquela ocasião olharam e viram a luz”.<sup>582</sup> Transeuntes, chamados por ele de “galos e galinhas”, que o acompanhavam teriam se aproximado da porta do orago e ouvido vozes na certeza de que lá dentro não havia ninguém, pelo menos ninguém vivo. As pessoas chegaram à conclusão de que talvez se tratasse de assombrações. Segundo o colunista, foi uma noite “de fantasmagorias”.

No repertório de “fenômenos inexplicáveis” citou também estrelas que apareciam e desapareciam no espaço. De uma das janelas de sua casa, chamada por ele de “arruinada *bastilha*”, conseguia ver o fenômeno para o qual afirmava não possuir bagagem para atribuir

<sup>579</sup> DEL PRIORE. Op. Cit. p. 26.

<sup>580</sup> DEL PRIORE, Op. Cit. 169.

<sup>581</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 12/10/1899. n. 29. p. 2.

<sup>582</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 19/10/1899. n. 31. p. 2.

uma explicação científica. Além disso, em sua narrativa, a cidade era invadida por uma atmosfera sombria: “morria nas sombras da noite o último arrebol do 1º do corrente. Os lampeões da iluminação pública deixavam ver uma luz vermelha e mortiça, prenuncio de próxima derrota na peleja com as trevas que desciam e... Até aqui nenhuma novidade.” Então, continuou: “Despertou, porém, a atenção do público uma fumaça baixa que enchia toda a cidade e parece que penetrava no interior das habitações, entrando pelas portas e janellas.” Tratava-se em sua descrição de uma fumaça espessa que inutilizava a luz dos lampiões: “a pequena distância do observador pareciam pontos esbranquiçados, espécie de nebulosas que salpicavam de luz indecisa a cor plúmbea do ambiente”<sup>583</sup>. Em meio a essa atmosfera sombria relatada pelo autor a população, segundo ele, subia e descia as ruas comentando sobre fantasmas e “fenômenos inexplicáveis”.

Por fim, compondo esse universo sobrenatural, o autor escreveu também a respeito do aparecimento de um lobisomem à época da quaresma no Alto do Fabrício: “na noite da última sexta-feira elle pintou o sete em uma das ruas daquele bairro. Acossado por uma chusma de cachorros poz em sobressaltos os habitantes da dita rua, despertados do sono em hora adeantada da noite, por um inopinado motim”<sup>584</sup> De acordo com a coluna, tratava-se de “um quadrupede preto, ou quase preto, maior que um cachorro”. Tamanho o alvoroço dos moradores da rua que, já despertos, ficaram à espreita com carabinas em mãos aguardando o lobisomem.

Manoel Felipe de Souza relatou que a população acreditava se tratar de um lobisomem pelo fato da criatura só aparecer às sextas-feiras de quaresma. Somando-se a isso, havia a crença de que a criatura não era um “bicho do matto”, pois não era crível que um animal bravio e desconhecido deixasse suas paragens naturais para vir “pandegar na cidade no meio de tão intransigente e hilariante companhia.” O colunista afirmou também que o Alto do Fabrício não era frequentado apenas por lobisomens:

[...] habitantes do bairro assim acreditam, e com razão, porque não é de hoje que aquele bairro, anda malsinado servindo de teatro aos vadios d'além túmulo. Alli já tem aparecido rastro de mula sem cabeça e sabe Deus até o fim da quaresma quantas surpresas estão reservadas aos intimidados habitantes.<sup>585</sup>

<sup>583</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 08/02/1900. n. 63. p. 2.

<sup>584</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 28/03/1901. n. 181. p. 1.

<sup>585</sup> M. F. Pennadas Furtivas. **Lavoura e Comércio**. 28/03/1901. n. 181. p. 1.

Assim, naquele bairro, para o autor, não existiam apenas lobisomens, mas também fantasmas que (re)afirmavam o sobrenatural na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A investigação da coluna “Pennadas Furtivas” foi marcada por muitas descobertas inesperadas, leituras novas, percursos áridos de escrita e esquematização metodológica, como também o contato com campos de pesquisa até então não desbravados. Esses foram desafios que apareceram no processo de produção do trabalho. A diversidade de recursos linguísticos característicos das crônicas, de assuntos e de discussões presentes nas “Pennadas” são portadoras de uma complexidade que exigiu um exercício historiográfico de constante redirecionamento das perspectivas teórico-metodológicas adotadas.

A problemática que norteou a pesquisa foi entender a maneira como Manoel Felipe de Souza, autor da coluna, se tornou uma voz da modernidade e do discurso civilizacional, ao se apropriar criativamente dessas concepções e incentivar, por meio de suas crônicas, a superação de práticas vistas como atrasadas. Para o enfrentamento dessa problemática a coluna foi analisada levando em consideração seus suportes de publicação: o próprio jornal onde era estampada e a imprensa municipal. Desse modo, a contribuição esperada do trabalho foi ampliar as discussões sobre o periodismo no Triângulo Mineiro, apresentando aspectos que anseiam somar conhecimento ao entendimento das dinâmicas da imprensa no interior. Visou também propiciar visibilidade à existência e atuação de cronistas dessa região.

A metodologia adotada girou em torno da análise “intra” e “inter jornal”. Na verificação “intra jornal” foi feita a leitura e comparação entre o que estava sendo discutido nas “Pennadas Furtivas” e nas demais colunas do *Lavoura e Comércio*. Na verificação “inter jornal” foi realizada igualmente a leitura e comparação entre o que estava sendo debatido no *Lavoura e Comércio* e na *Gazeta de Uberaba*. O procedimento para essa metodologia teve como base o mapeamento da imprensa no município, do jornal e da coluna estudada. Nos mapeamentos se privilegiou a esquematização e a categorização de dados e informações que ofereciam subsídios para responder o problema da pesquisa.

A tese foi estruturada em três capítulos. O capítulo um se dedicou à análise da imprensa em Uberaba, focando em uma coluna específica do jornal *Lavoura e Comércio*. As “Pennadas Furtivas” eram assinadas apenas por M. F., abreviatura de Manoel Felipe de Souza, um escrivão e escritor que produzia trabalhos para essa imprensa. Tratava-se de uma pessoa versátil no modo de escrever: jornalista, humorista, poeta e cronista. A fluidez de sua linguagem resultava em textos de diferentes gêneros, com o uso de variados recursos literários. Ele era um

exemplar do homem da *Belle Époque*, alguém que almejava ser visto como moderno, civilizado e polido. Intelectual do interior, tinha grande preocupação com o uso da norma culta da língua portuguesa, pois queria ser visto como um homem de letras de alto nível, leitor de Miguel de Cervantes, La Fontaine, Mirabeau e Bernardo Guimarães. Almejava também se distinguir do restante de uma população que contava com maioria analfabeta.

Atuava na imprensa uberabense desde o Império. Foi proprietário, em parceria, dos jornais *O Waggon* e *Gazetinha Mineira*, assim como redator do periódico *Filho do Povo*. Continuou trabalhando na República, aparecendo como colaborador nos periódicos *Gazetinha*, *Triângulo Mineiro* e *Arrebol*. Neste último era também redator. Teve a coluna “Pennadas Furtivas” publicada de modo longo, doze anos, no jornal *Lavoura e Comércio*, além de contribuir em edições do *Almanach Uberabense*. Não passou despercebida a atuação da família Souza nessa fase da imprensa em Uberaba. Somado a Manoel Felipe de Souza havia outros representantes atuando em diversos periódicos.

Na transição do Império para a República foram levantadas algumas características gerais da imprensa no município: uma mesma pessoa poderia ser dona de diferentes jornais, desempenhar funções diversas num mesmo periódico e transitar por vários jornais; havia a atuação dos grupos familiares; alguns periódicos, os mais bem equipados, se denominavam como empresas, e boa parte permanecia sendo construída de forma artesanal, em baixas tiragens e de vida efêmera; muitas folhas surgiam (e desapareciam) com a demanda de atender assuntos provenientes de disputas políticas; a mudança de dono ou de direção poderia implicar a mudança de linha editorial; havia jornais com o mesmo nome, mas com proprietários diferentes; jornais com objetivos, propostas e temáticas muito variadas; por fim, outro traço marcante é que essa imprensa polarizava informações e notícias da região.

No capítulo dois, se observou que o jornal *Lavoura e Comércio* foi criado no bojo dos setores que representava, principalmente o latifundiário, que insatisfeito com a instauração de um Imposto Territorial, fundou também um clube e um partido. Além da insatisfação com o imposto, eram reivindicações desses setores: posicionamentos frente à crise econômica que assolava o país, afetando a agricultura e o comércio; construção de uma rede de viação que permitisse a fácil circulação de produtos para fora do território de Minas Gerais; por meio da imigração, obter braços para o trabalho; instituições de crédito que fornecessem ao lavrador e ao comerciante meios de salvaguardar suas produções e vendas.

Somadas a essas reivindicações, o periódico buscava representação política em nível estadual. Em Uberaba, donos de terras criavam seus próprios jornais e ingressavam em cargos políticos, exercendo seu controle pessoal no campo e na cidade. Grupos oligárquicos usavam os impressos como espaço da manifestação pública de ideias, veículo de comunicação e reivindicação de interesses. Nesse contexto de disputas as elites uberabenses buscavam um caminho para a conformação política entre os poderes municipais e estaduais. O *Lavoura e Comércio*, nesse ponto, era utilizado como um espaço de oposição a Silviano Brandão, então governador de Minas Gerais. Além de Uberaba, em outras cidades do Triângulo havia grupos opositoristas a Silviano Brandão: Uberabinha, Araguari, Monte Alegre, Sacramento, Prata, Frutal e Bagagem. Nesse ambiente, o *Lavoura e Comércio* se colocava como referência.

Averiguou-se também no capítulo, que além de política, o jornal abria espaço para outros temas como ciência, economia, poesia, literatura, vida social e humor. Muitos articulistas passavam pela folha e vários deles tinham espaços e papéis próprios. Manoel Felipe de Souza se apresentou como o humorista do jornal. Seu humor muitas vezes tinha um caráter dúbio: ora despertava o riso sereno e civilizador, ora era irônico, sarcástico, provocativo e debochado. No entanto, o humor não era o único recurso de suas “Pennadas”. Além dele, os textos apresentavam ficção, metáfora e figuras de linguagem, caracterizando-se como crônicas. Ademais, Manoel Felipe não era o único a utilizar humor no jornal. A diferença dele para os demais colaboradores era o fato de ter sido convidado para ser o humorista “oficial” da folha. Era o único que tinha uma coluna dedicada especificamente ao gênero.

No capítulo três foi feito um mergulho no universo das crônicas do articulista, que à sua maneira apropriou e interpretou ideias de modernidade, progresso e civilização na imprensa do interior. O *Lavoura e Comércio* correspondia aos seus anseios de homem moderno e civilizado, que almejava ver a cidade nos trilhos do progresso. Escrevia em um periódico que, assim como ele, era adepto à vida que tinha como mote essas premissas. Para tanto, sua pena era uma arma que combatia tudo aquilo que avaliava como grosseiro e antagônico ao mundo civilizado.

Dentro dos temas que via como avessos da civilização estavam os indígenas, as práticas religiosas e culturais dos negros e alguns divertimentos. Entre as suas “bandeiras” defendidas estava a luta pelo fim dos maus tratos aos animais e o espiritismo. Ademais, com muitos elogios irônicos e sarcasmo, abordava acontecimentos da cidade, cenas do cotidiano, ciência, “novidades do século”, fatos sobrenaturais e vida política, econômica e social. Todo esse caudal de assuntos servia de material para a composição de suas crônicas. Enquanto nas demais

colunas do periódico os articulistas se propunham ao compromisso de abordar a realidade dos fatos, utilizando-se de uma linguagem tida como objetiva, e considerada por ele como sisuda, as crônicas do autor permitiam uma liberdade em relação ao uso de figuras de linguagem. Por meio delas, ele caçoava e também levava para os textos elementos ficcionais e outros recursos que permitiam a discussão de temas que via como dignos de estarem nas “Pennadas Furtivas”.

O capítulo dialogou também com suas experiências, motivações e contexto de atuação na vida e no jornal. Na análise se evidenciou que Manoel Felipe de Souza, por vezes, demonstrava uma conduta ressentida, pois escrevia para parcelas mais abastadas da sociedade sem a elas pertencer. Tinha o *status* de elite intelectual, mas não de elite econômica. Era um homem pardo, característica que despertava preconceitos à época, e raramente se posicionava como tal. As poucas vezes que se designou como “moreno”, foram respostas a polêmicas que o envolviam, em que sua cor era ironicamente mencionada. A representação que criava de si mesmo era a de quem tinha uma tonalidade de pele mais escurecida, mas que se diferenciava pela civilização, cultura e erudição. Seus textos nem sempre tinham o caráter leve que ele anunciou nos primeiros números do jornal.

Ao discorrer sobre os retardos da civilização, apresentava olhares preconceituosos e de deboche. Aqueles que via como “não civilizados” identificava aos indígenas, chamando-os de “botocudos”, algo como “selvagens”. Igualmente via como inadequadas aos parâmetros da modernidade e da civilização, as celebrações e os rituais religiosos dos negros na Igreja do Rosário. Afirmava não ter preconceito de cor, mas condenava as práticas. Outro aspecto que considerava impróprio de existir na cidade que deveria progredir eram as touradas. Tudo que colocasse algum animal em circunstância de sofrimento era para ele um tipo de ação não condizente com o nível de civilização pretendido para Uberaba.

Nesse sentido, Manoel Felipe de Souza mostra que a cidade vivenciava a modernidade e a civilização a seu modo, de forma excludente. Havia um padrão para ser moderno: o da elite econômica. Era uma modernidade “branca”, que construía tipos e excluía os pobres, os negros, os indígenas e todos aqueles que não se adequavam aos padrões impostos. Caracterizava-se como um processo que visava afastar e ocultar das paisagens física e social da cidade todas as nódoas que manchavam a civilização desejada.

Em relação direta com sua vida pessoal, o autor levava para a coluna assuntos relacionados ao espiritismo, defendendo-o longamente em suas “Pennadas”. E para defender, criticava. Atacava de maneira mordaz o catolicismo. Além de propagar farpas aos preceitos

católicos, entrou em debate também com o principal representante da ciência no jornal, o Dr. F. M. Draenert. O fato é que Manoel Felipe de Souza em suas “Pennadas Furtivas” não perdia oportunidade de dar “pennadas” em quem considerava necessário. Tinha posturas que visavam despertar o riso divertido, mas tinha também posturas que tendiam a arrancar o riso cáustico, irônico, sarcástico.

Suas “Pennadas” também tinham muitas outras estratégias de escrita e espaço para a narrativa tecida em tom sério, sem a intenção de levar ao riso. Furtivamente, como um exímio observador do cotidiano da cidade, o nosso *flâneur* ia de comentários chistosos e apresentação de situações pilhéricas a elogios irônicos, metáforas, ficções e figuras de linguagem que, não diferente do repertório dos cronistas das capitais, eram meios utilizados com habilidade pelo autor. Sua forma dinâmica e versátil de escrever contribuía ao interesse dos leitores e ajudava a vender o jornal.

Por fim, depois de todo trabalho realizado, foi possível concluir que Manoel Felipe de Souza, a partir de suas “Pennadas Furtivas”, era uma voz que no *Lavoura e Comércio*, ao invés de conceber o progresso, a modernidade e a civilização na cidade como algo pronto e acabado, como muitos faziam, era um autor que usava a ironia, o sarcasmo e o humor ácido visando à superação de práticas e comportamentos que, no seu ver, eram retrógrados. Eram esses elementos, adicionados aos demais meios das crônicas, que o diferenciavam na crítica ao atraso. Ademais, não foi possível aprofundar a análise do autor devido à limitação de dados encontrados. Entretanto, espera-se que a tese abra perspectivas para futuras pesquisas relacionadas à atuação dos negros na imprensa uberabense.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. Site da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba (Codiub)

| JORNAL                    | PERÍODO   |
|---------------------------|-----------|
| <i>Lavoura e Comércio</i> | 1899-1911 |

### 2. Site da Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital)

| JORNAL                   | PERÍODO   |
|--------------------------|-----------|
| <i>Gazeta de Uberaba</i> | 1901-1902 |

### 3. Site do Arquivo Público Mineiro (APM)

| JORNAL                   | PERÍODO   |
|--------------------------|-----------|
| <i>Echo do Sertão</i>    | 1875      |
| <i>O Volitivo</i>        | 1884      |
| <i>Gazeta de Uberaba</i> | 1888-1889 |
| <i>Tribuna do Povo</i>   | 1894      |
| <i>Cidade de Uberaba</i> | 1895      |
| <i>A Lucta</i>           | 1896      |
| <i>Gazetinha</i>         | 1896      |
| <i>Triângulo Mineiro</i> | 1897      |
| <i>Arrebol</i>           | 1897      |
| <i>Triângulo Mineiro</i> | 1899      |

#### 4. Site do Arquivo Público de Uberaba

| <b>ALMANAQUE</b>          | <b>PERÍODO</b> |
|---------------------------|----------------|
| <i>Almanak Uberabense</i> | 1895-1903      |

#### 5. Arquivo Público de Uberaba (APU)

INVENTÁRIO (1915). Manoel Felipe de Souza (inventariado); Alceu Novaes de Souza (inventariante). 2º Vara. CX. 329.

A IMPRENSA DE UBERABA POR HIDELBRANDO PONTES. Jornal Correio Católico, 1931.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-50). **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 11 set. 2015.

AGUIAR, Antônio Sérgio Pontes; FRANKLIN, Ruben Maciel. Romantismo nos trópicos: motivos literários no Brasil oitocentista. **Revista Maracanan**. n.16, jan/jun 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/27207>>. Acesso 03 nov. 2021.

ANDRADE, Aline Guimarães; OLIVEIRA, Ueber José de. O cenário político-partidário no Brasil republicano: os partidos como expressão política das elites. **Anais eletrônicos do XXIX Encontro de História Nacional/ANPUH**. 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489451661\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto-ANPUH-AlineGuimaraesAndrade.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489451661_ARQUIVO_ArtigoCompleto-ANPUH-AlineGuimaraesAndrade.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

AMORIM, Josiane Amaral. **A literatura no Almanach Uberabense (1895-1911)**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Letras: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Uberaba. 2012.

AMARAL, Alex Lombello. Prosopografia e redes de jornais mineiros na primeira metade do século XIX. **Anais eletrônicos do XX Encontro Regional de História (ANPUH/MG)**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG. 2016. p. 2. Disponível em: <[http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh.pdf](http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469135078_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Cascudos e chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. **Anais eletrônicos do VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/>>. Acesso em 13 abr. 2018.

BARBOSA, Antonio José. **O Federalismo brasileiro**. p. 1. Disponível em: <[www.senado.gov.br/jovemsenador](http://www.senado.gov.br/jovemsenador)>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. **Anais do 4º Encontro Nacional de grupos de pesquisa – ENGRUP**, São Paulo. 2008.

BEZERRIL, Simone da Silva. *Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Anais do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: disputas políticas e práticas de poder.* Universidade Estadual do Maranhão. 07 a 10 de julho de 2011.

BORGES, Maria Antonieta; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *ABCZ: História e Histórias.* 2. ed. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.

BRASILEIRO, Jeremias. *O ressoar dos tambores do Congado: entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas (1955-2011).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16431>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRESCIANE, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.* São Paulo: Brasiliense. 1985.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? *Revista de Comunicação e Mercado/UNIGRAN*, Dourados, v. 01, n. 02 – edição especial, nov. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Renato Muniz Barreto de Carvalho. *Vida e morte de um córrego: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lajes.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural.* Campinas: Papyrus, 1995.

COSENTINO, Daniel do Val. A economia mineira do século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. *Revista debate econômico*, v. 1, n. 2, p. 28-53, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/3726>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações.* Lisboa: DIFEL, 1985.

CHAUVIN, Jean Pierre. Modalidades do humor na *Belle Époque*. In: *Belle Époque: efeitos e significações.* Série e-book: ABRALIC. 2018. Disponível em: <<https://abralic.org.br/downloads/e-books/e-book05.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/sao\\_paulo\\_em\\_papel\\_e\\_tinta.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/sao_paulo_em_papel_e_tinta.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Tese. (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da História do Brasil. In: **Uma República Velha?** Rio de Janeiro: Ediouro. 2001.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2006.

DUARTE, Márcia Querobina Santos. **Raízes rurais na vivência urbana: persistências, desistências, recriações - Ituiutaba (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. 2001. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=126280](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=126280)>. Acesso em: 23 jan. 2016.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. In: 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BORIS, Fausto. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala São Paulo, 1908-1928**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; Soares, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: ed. UFPR, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Mariana Couto. O jornalismo literário no século XIX: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores. **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH): conhecimento histórico e diálogo social.** NATAL (RN), 22 a 26 de julho de 2013. p. 5. Disponível em <<http://www.snh2013.anpuh.org>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920).** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Estudos pós-graduados em Educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. p. 29.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. **Revista Forense.** Rio de Janeiro. 1951.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Renato. O pacto dos Estados. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** n. 5. Rio de Janeiro, Nov. 2005.

LIMA, Guilherme da Conceição de. Confrontos periódicos: os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884). **Revista Santa Catarina em História.** Florianópolis: UFSC. v.11, n.2, 2017. p. 65-66. Disponível em <[www.nexos.ufsc.br](http://www.nexos.ufsc.br)>. Acesso em: 18 ago. 2020.

LIMA, Poliana Gonçalves. **A visão bernardina do índio n' O Ermitão do Muquém.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/11795>>. Acesso em: 15 set. 2021.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX).** Uberlândia: EDUFU, 2010.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto. 2008.

MACHADO, Raphael de Sousa. A cultura política do coronelismo e suas representações sociais: Araguari/MG-1930/1945. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18215>>. Acesso em: 23 out. 2021. [doi.org/10.14393/ufu.di.2016.223](https://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.223).

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista Economia Política.** v. 32. n. 1. São Paulo. Jan/Mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/?lang=pt>>. Acesso: 30 mar. 2021. [doi.org/10.1590/S0101-31572012000100009](https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000100009)

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In. MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Rubens de Oliveira. **Belle Époque literária e Modernismo: Oswald de Andrade entre dois mundos**. v.15. n. 2. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/tWvjQPXKwJcBZsjkw9zpJ7d/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 fev. 2020. [doi.org/10.1590/S0102-69922000000200004](https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200004)

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017.

MELO, Victor Andrade de; ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira da. As touradas na cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **Revista História e Perspectivas**, v. 29, n. 54, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35394>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MENDES, Jairo Faria. Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas. **Anais eletrônicos do III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. GT de História da Midiologia. Novo Hamburgo, RS. 2005. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

MENDES JÚNIOR, Antônio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História** – texto e consulta - República Velha. Vol. 3. São Paulo: Brasiliense. 1981.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro: bolsa de publicações do município de Uberaba. 2008.

MOLINA, Matías M. Imprensa em questão – voz dos ouvidores: insultos pagos, muito lidos. **Observatório da imprensa**. ano 21. n. 1128. Disponível em: <<http://wwwobservatiodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre campo e cidade** - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1999.

NEGREIROS, Carmen; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (Orgs.). **Belle Époque: a cidade e as experiências da modernidade**. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019.

OLIVEIRA, André Luís. **A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22267?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22267?locale=pt_BR)>. Acesso em: 12 out. 2020. [doi.org/10.14393/ufu.di.2018.563](https://doi.org/10.14393/ufu.di.2018.563)

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro. In: **História**, São Paulo, 2008. p. 203-223. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/9WYkjJt93q4M77NxtsdFcKH/?lang=pt>>. Acesso em: 30 jul. 2020. [doi.org/10.1590/S0101-90742008000200010](https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200010)

OLIVEIRA, Raniele Duarte. **A cidade na perspectiva de um processo civilizador: o espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-1927).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. 2015. p. 30-36. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16502>>. Acesso em: 25 jul. 2019. [doi.org/10.14393/ufu.di.2015.145](https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.145)

\_\_\_\_\_. A igreja de nossa senhora do Rosário em Uberaba/MG: os escravos e suas práticas culturais na cidade (1867/1888). **Anais do II Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.** Uberlândia, 2013.

\_\_\_\_\_. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Uberaba/MG: desafios e possibilidades de pesquisa (1841/1924). **Anais do I Seminário de História e Cultura: historiografia e teoria da História.** Universidade Federal de Uberlândia. 25 a 27 de junho de 2013.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Ciência e Cultura.** vol.69 no.2 São Paulo Apr./Jun. 2017. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200018)>. Acesso: 22 set. 2020. [doi.org/10.21800/2317-66602017000200018](https://doi.org/10.21800/2317-66602017000200018)

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886).** São Paulo: Unicamp, 2016.

REZENDE, Eliane M. M. **Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910).** Uberaba: Arquivo Público de Uberaba. 1991. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX).** Uberlândia: EDUFU, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais eletrônicos do V Congresso Nacional de História da Mídia.** São Paulo. 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20imprensa%20da%20independencia%20e%20do%20primeiro%20reinado.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo de Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais (1888-1928). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

RISCHITELI, Augusto B. S. P. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Franca, 2005.

ROSSETTI, Regina. As metáforas nas crônicas jornalísticas de Cony e Veríssimo. **Revista Estudos em jornalismo e mídia: Fronteiras com a literatura**. v. 6. n. 1. 2009. p. 30. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p23>>. Acesso em: 24 jun. 2020. [doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p23](https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p23)

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais - Uberaba, 1959/2001**. Dissertação (Mestrado em História., Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SCARRONE, Marcello. Entrevista à Elias Thomé Saliba. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 7. n. 79. Abril 2012.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2004.

SALDANHA, F. H. **Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888)**. **Locus (UFJF)**, v. 22, p. 255-273, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20822>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: e ecletismo do zebu em Uberaba. **Revista da Universidade Católica de Goiás**. v. 11, n. 3/4, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1984.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso – a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

\_\_\_\_\_. **História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisa**. **Revista História (São Paulo)**. n. 176, 2017.

SANTOS, Regma Maria dos. **Memórias de um plumitivo: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes**. Uberlândia: ASPPECTUS, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Gerais**: representação, memórias e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18190>>. Acesso em: 13 abr. 2018. [doi.org/10.14393/ufu.te.2015.36](https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.36)

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Contos de Machado de Assis**: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005.

SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 136. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/95/449>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHMITT, Juliana. **Mortes vitorianas**: corpo, luto e vestuário. São Paulo: Alameda, 2010.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. Vol.8. n. 20. São Paulo. Jan./abr. 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/?lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2020. [doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017](https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017)

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

\_\_\_\_\_. Aliança “Café com política”. **Nossa História**, ano 2, n.19, maio 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZEPEDA, Andrés Valdez; FRANCO HUERTA, Delia; PRECIADO, Octavio Adolfo Perez. O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.13. Brasília, janeiro - abril de 2014, p. 245-258. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7FcMVgdjH5NyB4JTcLxpMRx/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 19 mar. 2020. [doi.org/10.1590/S0103-33522014000100010](https://doi.org/10.1590/S0103-33522014000100010)

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - A IMPRENSA EM UBERABA NO IMPÉRIO (1874-1889)

Quadro 1: Grupos proprietários, redatores e colaboradores

| JORNAL  | PROPRIETÁRIOS E/OU DIRETORES   | REDADORES  | COLABORADORES   |
|---|--|--|---|
| <b>Paranaíba</b>                                | Dr. Henrique Des Genettes  | Dr. Henrique Des Genettes  | Tenente coronel Antônio Borges Sampaio e José Alexandre de Paiva Teixeira, além de outros, que não cita.    |
| <b>Eco do Sertão</b>                            | Dr. Henrique Des Genettes  | Dr. Henrique Des Genettes  | Tenente coronel Antônio Borges Sampaio e José Alexandre de Paiva Teixeira, além de outros, que não cita.    |
| <b>Beija-Flor</b>                               | Gerido por José Alexandre de Paiva Teixeira  | Não consta (N. C.)   | Não consta (N. C.)  |
| <b>Gazeta de Uberaba (na sua primeira fase)</b> | José Alexandre de Paiva Teixeira   | José Alexandre de Paiva Teixeira   | N. C.   |
| <b>Relâmpago</b>                                | José Alexandre de Paiva Teixeira   | Antônio Borges Sampaio   | Antônio Hermógenes da Silva Ribeiro, Zeferino Borges Sampaio, Antônio Augusto Pereira de Magalhães e outros |
| <b>1º de Abril</b>                              | Laurindo e Itajubá   | N. C.  | N. C.   |
| <b>Uberabense</b>                               | Paiva Teixeira; Ribeiro e Magalhães; Antônio Augusto Pereira (gerente)                                   | J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza – redator e editor responsável)<br>Antônio Borges Sampaio (redator)                        | N. C.   |
| <b>Progresso</b>                                | Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior, Thomaz Pimentel de Ulhôa, Wenceslau Pereira de Oliveira (direção) | José Augusto de Paiva Teixeira (edição)  | N. C.   |
| <b>Gazeta de Uberaba (na sua segunda fase)</b>  | João Caetano & Rosa  | N. C.  |   |
| <b>Recreio</b>                                  | Francisco dos Santos Bastos  | Francisco dos Santos Bastos  | N. C.   |
| <b>Correio Uberabense</b>                       | Oliveira, Penna e Teixeira   | Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior (redator político)<br>J. Gaspar da Silva, Eduardo Bernardes Júnior e Ataliba Guaritá | N. C.   |
| <b>A Vespa</b>                                  | Dário Augusto de Paiva Teixeira  | N. C.  | Joaquim da Silva e José Augusto de Paiva Teixeira   |
| <b>Tiradentes</b>                               | Joaquim Antônio da Silva Júnior, Rufino Penna e Dário Augusto de Paiva Teixeira                          | N. C.  | N. C.   |

|                  |                          |       |   |
|------------------|--------------------------|-------|---|
| <b>A Moça</b>    | João Setubal             | N. C. | N. C.   |
| <b>A Violeta</b> | Cecílio Antônio da Silva | N. C. | José Antônio Gomes da Silva, José Augusto de Paiva Teixeira, Juventino Polycarpo Alves de Lima, João José Frederico Ludovice e outros |

|                           |  |  |  |
|---------------------------|--|--|--|
| <b>Monitor Uberabense</b> | Gomes e Teixeira   | Antônio Borges Sampaio (redator político); Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior (redator chefe); J. Gaspar da Silva (redator literário) | N. C.  |
| <b>O Raio</b>             | Francisco dos Santos Bastos                              | N. C.  | N. C.  |
| <b>Palladino</b>          | Alves e Vannir   | N. C.  | N. C.  |
| <b>Waggon</b>             | Manoel Felipe de Souza e José Augusto de Paiva Teixeira  | N. C.  | N. C.  |
| <b>Volitivo</b>           | L. de Toledo e Companhia                                 | Silvério José da Silva, Lafayette e Octaviano de Toledo  | Salathiel de Oliveira, Theophilo Ferreira, Elisاريو Ribeiro de Vasconcellos, Rodolpho Ribeiro, Manoel Felipe de Souza, João Rodrigues Cordeiro, João Rodrigues Fernandes, Olympio de Vasconcellos, Júlio Franco e outros |
| <b>O Dentista</b>         | Oscar Leal   | Oscar Leal   | N. C.  |
| <b>Rabequista</b>         | Clube Carnavalesco                                       | N. C.  | N. C.  |
| <b>Filho do Povo</b>      |  | Manoel Felipe de Souza e José Augusto de Paiva Teixeira. Do nº 25 em diante passou a ser redigido por Randolpho Ribeiro                  | N. C.  |
| <b>O Caipira</b>          | S. D'Oliveira e Companhia                                | João Rodrigues Fernandes e Randolpho Ribeiro   | Octaviano de Toledo e Salathiel de Oliveira  |
| <b>Gazetinha Mineira</b>  | Manoel Felipe de Souza e J. A. de Paiva Teixeira         | Antônio Borges Sampaio (redator político)  | N. C.  |
| <b>Aurora Mineira</b>     | José Antônio de Paula Júnior e Francellino Cardoso       | José Antônio de Paiva Júnior e Francellino Cardoso   | N. C.  |
| <b>Revista da Semana</b>  | José Antônio de Paula Júnior e Comp. Francellino Cardoso | Redatores diversos   | N. C.  |
| <b>Jornal de Uberaba</b>  | João Aquino da Silva e Oliveira                          | Manoel Felipe de Souza   | N. C.  |
| <b>A Marcha</b>           | Elisاريو de Vasconcellos                                 | José Oliveira Ferreira e Mello Menezes   | Colaboradores diversos   |
| <b>Clarim</b>             | Redigido por Joaquim de Araújo Vaz de Mello              | N. C.  | N. C.  |

|  |                                  |  |  |
|--|----------------------------------|--|--|
|  | Júnior e Theophilo José da Silva |  |  |
| <b>Quadro 1:</b> Grupos proprietários, redatores e colaboradores |                                  |  |  |

### Quadro 2 - Frequência de publicação

| NOME DO JORNAL                            | FREQUÊNCIA   |
|---|--|
| <b>Paranaíba</b>                          | Uma vez por semana ou regularmente 5 vezes por mês |
| <b>Beija-Flor</b>                         | Semanário  |
| <b>Gazeta de Uberaba</b>                  | Semanário  |
| <b>Relâmpago</b>                          | Semanário  |
| <b>1° de Abril</b>                        | Edição única                                       |
| <b>O Uberabense</b>                       | Hebdomadário                                       |
| <b>Progresso</b>                          | Semanário  |
| <b>O Recreio</b>                          | Publicava-se em dias incertos                      |
| <b>Correio Uberabense</b>                 | Semanário  |
| <b>A Vespa</b>                            | Semanário  |
| <b>A Moça</b>                             | Edição única                                       |
| <b>A Violeta</b>                          | Semanário  |
| <b>O Carrapato</b>                        | Semanário  |
| <b>O Denunciante</b>                      | Edição única                                       |
| <b>O Waggon</b>                           | Semanário  |
| <b>O Volativo</b>                         | Semanário  |
| <b>O Dentista</b>                         | Dias indeterminados                                |
| <b>O Rabequista</b>                       | Edição única                                       |
| <b>Filho do Povo</b>                      | Hebdomadário                                       |
| <b>O Caipira</b>                          | Semanário  |
| <b>Gazetinha Mineira</b>                  | Semanário  |
| <b>Aurora Mineira</b>                     | Semanário  |
| <b>Revista da Semana</b>                  | Dias indeterminados                                |
| <b>Jornal de Uberaba</b>                  | Semanário  |
| <b>A Marcha</b>                           | Semanário dominical                                |
| <b>Clarim</b>                             | Semanário  |
| <b>Quadro 2:</b> Frequência de publicação |  |

**Quadro 3 - Duração dos periódicos:**

| PERIÓDICO                        | TEMPO DE CIRCULAÇÃO   |
|----------------------------------|---|
| <b>Paranaíba</b>                 | Teve a duração de 3 edições   |
| <b>Eco do Sertão</b>             | Encerrou sua publicação com o n.º 66, em meados de março de 1886, passando a denominar-se Uberabense distribuído a 30 de março do mesmo ano com o n.º 67. |
| <b>Beija-Flor</b>                | Durou 6 meses   |
| <b>Uberabense</b>                | Entre 30 de março de 1876 e 30 de setembro de 1876  |
| <b>O Bobo</b>                    | Durou pouco   |
| <b>O Progresso</b>               | De 12 de março de 1878 até princípio de 1879  |
| <b>Correio Uberabense</b>        | De 30 de maio de 1880 à 12/02/1882; 88 edições  |
| <b>O Mineiro</b>                 | Curta duração   |
| <b>A Vespa</b>                   | Curta duração   |
| <b>Tiradentes</b>                | Durou cerca de um ano e meio  |
| <b>Monitor Uberabense</b>        | De 19/02/1882 à setembro de 1885  |
| <b>O Waggon</b>                  | De 03/02/1884 a 01/02/1885 (cessou sua publicação com o n.º 52)   |
| <b>O Dentista</b>                | Em Uberaba, possivelmente apenas uma edição em 09/11/1884   |
| <b>O Rabequista</b>              | Edição única distribuída em 20/02/1885  |
| <b>O Filho do Povo</b>           | De 08/03/1885 a 14/04/1886; 50 números  |
| <b>O Caipira</b>                 | 09/05/1885 a 19/09/1885   |
| <b>Aurora Mineira</b>            | Duração efêmera   |
| <b>Revista da Semana</b>         | Apareceu no último trimestre de 1887 e desapareceu seis meses depois  |
| <b>Jornal de Uberaba</b>         | 19/05/1889 a 03/08/1889   |
| <b>O Clarim</b>                  | Duração efêmera   |
| Quadro 3: Duração dos periódicos |   |

**Quadro 4 - Formato dos impressos:**

| JORNAL        | FORMATO | DESCRIÇÃO | MUDANÇA DE FORMATO | QUANTIDADE DE PÁGINAS | QUANTIDADE DE COLUNAS |
|---------------|---------|-----------|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Paranaíba     | 37 x 25 | -         | -                  | 4                     | 3                     |
| Eco do Sertão | 38 x 27 | -         | 37 x 25            | -                     | -                     |
| Beija-Flor    | 35 x 24 | -         | -                  | -                     | -                     |
| Relâmpago     | 33 x 24 | -         | -                  | -                     | -                     |
| 1º de Abril   | 16 x 12 | -         | -                  | -                     | -                     |
| Uberabense    | 35 x 25 | -         | -                  | -                     | -                     |

|                       |         |                    |         |   |   |
|-----------------------|---------|--------------------|---------|---|---|
| O Progresso           | 24 x 17 | -                  | -       | - | - |
| O Recreio             | 25 x 17 | -                  | -       | - | - |
| Correio<br>Uberabense | 54 x 38 | Grande formato     | -       | - | - |
| Monitor<br>Uberabense | 54 x 35 | Grande formato     | -       | - | - |
| O Carrapato           | Mignon  | 10 centímetros     | -       | - | - |
| O Waggon              | 37 x 25 | -                  | -       | - | - |
| O Volativo            | 20 x 15 | -                  | 38 x 28 | - | - |
| O<br>Rabequista       | 40 x 27 | -                  | -       | - | - |
| Filho do<br>Povo      | 35 x 25 | -                  | -       | - | - |
| O Caipira             | 30 x 20 | Pequeno<br>formato | -       | - | - |
| Gazetinha<br>Mineira  | 40 x 28 | -                  | 47 x 33 | - | 5 |
| Revista da<br>Semana  | 27 x 19 | -                  | -       | - | - |
| Jornal de<br>Uberaba  |         | Jornalzinho        | -       | - | - |
| A Marcha              | 42 x 33 | -                  | -       | - | - |

**Quadro 4:** Formato dos impressos**Quadro 5 - Valor das assinaturas**

| JORNAL                    | ASSINATURA ANUAL                     | ASSINATURA SEMESTRAL | ASSINATURA TRIMESTRAL | VALOR NA CIDADE OU FORA DA CIDADE |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| <b>Paranaíba</b>          | 8\$000                               | 5\$000               |                       | Na cidade                         |
| <b>Relâmpago</b>          | 5\$000                               | 3\$000               |                       | Na cidade                         |
|                           | 6\$000                               | 4\$000               |                       | Fora da cidade                    |
| <b>Uberabense</b>         | 8\$000                               | 5\$000               |                       | Na cidade                         |
|                           | 10\$000                              | 6\$000               |                       | Fora da cidade                    |
| <b>Progresso</b>          |                                      |                      | 2\$000                | Na cidade                         |
|                           |                                      |                      | 2\$200                | Fora da cidade                    |
| <b>Recreio</b>            | A série de 10 números custava 1\$000 |                      |                       |                                   |
| <b>Correio Uberabense</b> | 10\$000                              | 5\$000               |                       | Na cidade                         |
|                           | 12\$000                              | 6\$000               |                       | Fora da cidade                    |
| <b>Monitor Uberabense</b> | 10\$000                              | 5\$000               |                       | Na cidade                         |
|                           | 12\$000                              | 6\$000               |                       | Fora da cidade                    |

**Quadro 5:** Valor das assinaturas

**Quadro 6 - Localização das redações e oficinas tipográficas:**

| <b>PERIÓDICO</b>  | <b>REDAÇÃO OU OFICINA</b> | <b>LOCALIZAÇÃO</b>   |
|---|---------------------------|--|
| <b>Paranaíba</b>  | Oficina e redação         | Rua Direita, n.º 13.   |
| <b>Eco do Sertão</b>  | Redação                   | Rua Direita  |
| <b>Gazeta de Uberaba</b>  | Oficinas                  | Tristão de Castro, n.º 2.  |
| <b>Monitor Uberabense</b>   | Escritório e tipografia   | Rua São Sebastião, n.º 3; depois mudou para a Vigário Silva, n.º 13. |
| <b>Quadro 6:</b> Localização das redações e oficinas tipográficas |                           |  |

**APÊNDICE II: A IMPRENSA EM UBERABA ENTRE O PRIMEIRO ANO DA REPÚBLICA E O ANO ANTERIOR A FUNDAÇÃO DO JORNAL *LAVOURA E COMÉRCIO* (1890-1898)**

**Quadro 7 - Grupos proprietários, redatores e colaboradores**

| <b>JORNAL</b>             | <b>PROPRIETÁRIOS E/OU DIRETORES</b>  | <b>REDADORES</b>  | <b>COLABORADORES</b>   |
|---------------------------|--|---|--|
| <b>O Dia</b>              | Propriedade dos alunos da Escola Magalhães   | Não consta (N. C.)  | Não consta (N. C.)   |
| <b>O Break</b>            | Sebastião J. da Silva e Theophilo Pereira  | N. C.   | Colaboradores diversos   |
| <b>O Comércio</b>         | Oliveira e França  | N. C.   | N. C.  |
| <b>O Povo</b>             | Romão Leal de Campos e Eduardo Gonçalves de Oliveira   | Romão Leal de Campos e Eduardo Gonçalves de Oliveira  | N. C.  |
| <b>Revista Uberabense</b> | Romão Leal   | Francisco da Cunha Peixoto Leal, Firmino Vellasco, Luiz Ignácio de Souza Lima, João Augusto Chaves, Joaquim de Araújo Vaz de Mello Júnior, Vicente Anconi | N. C.  |
| <b>A Revista</b>          | Romão Leal   | Romão Leal  | N. C.  |
| <b>A Espera</b>           | Romão Leal   | Romão Leal  | N. C.  |
| <b>O Popular</b>          | Oliveira Medeiros e Comp. * vários associados  | Redigido por Antônio Pereira de Artiaga e Desiderio Ferreira de Mello   | N. C.  |
| <b>Gazetinha</b>          | Romão Leal   | N. C.   | Elisário de Vasconcellos, Theophilo de Medeiros  |
| <b>Procella</b>           |  | José Rodrigues da Costa   | N. C.  |
| <b>O Tempo</b>            | Joaquim Quintino (direção); Romão Leal (proprietário)  | Joaquim Quintino; Romão Leal (editor)   | N. C.  |
| <b>Tribuna do Povo</b>    | Antônio Pereira de Artiaga, Desidero Ferreira de Mello   | Antônio Pereira de Artiaga, Desidero Ferreira de Mello e Antônio de Souza Guimarães   | N. C.  |
| <b>O X...</b>             |  | Arthur Lobo   | N. C.  |
| <b>Gazetinha</b>          | Club Parlamentarista; J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza - direção); Firmeino Meirelles (gerente) | J. A. de Paiva Teixeira (Cazuza)  | João Caetano de Oliveira e Souza, Manoel Felipe de Souza, Gustavo Theophilo Alves Ribeiro, Antônio Borges Sampaio, Miguel de Leonyssa, Frederico Mauricio Draenert, Chispiniano Tavares, Octavio Augusto de Paiva Teixeira |

|                            |   |   |   |
|----------------------------|---|---|---|
| <b>A Sogra</b>             | Fausto de Paiva (Nandaca)   | Redigido por Fausto de Paiva e Adelardo Rodrigues   | N. C.   |
| <b>O Prego</b>             | N. C.   | Redigido por Affonso Modesto dos Santos   | Antônio de Souza Guimarães e outros   |
| <b>Almanach Uberabense</b> | Deoclesiano Vieira e Arthur Costa   | N. C.   |   |
| <b>Cidade de Uberaba</b>   | Órgão do Partido Republicano Constitucional   | Antonio Pereira de Artiaga, Desidero Ferreira de Mello, Arthur Lobo, Theophilo Luiz de Medeiros   | Gustavo Theophilo Alves Ribeiro, Antonio Cesário da Silva e Oliveira, José Maria Teixeira de Azevedo Júnior, etc.   |
| <b>Gargalhada</b>          | Aurélio de Araújo Vaz de Mello  | Aurélio de Araújo Vaz de Mello  | N. C.   |
| <b>O Jasmim</b>            | Altino de Araújo Vaz de Mello e Sílvio Mauro Savastano                                  | N. C.   | N. C.   |
| <b>A Luta</b>              | Joaquim de Araújo Vaz de Mello Júnior (Tatim)   | Joaquim de Araújo Vaz de Mello Júnior (Tatim)   | Arthur Lobo, Aurélio e Francisco de Araújo Vaz de Mello   |
| <b>Jornal de Uberaba</b>   | Cônego Aurélio Elias de Souza   | Politicamente redigido por Antônio Ferreira de Artiga e Antônio Garcia Adjuto   | Atanasio Saltão (Pan), Ricardo Ernesto de Carvalho, Antônio Borges Sampaio e Alexandre de Souza Barbosa   |
| <b>Clarim</b>              | Francisco de Araújo Vaz de Mello e Irmãos   | Fernando, Aurélio e Francisco de Araújo Vaz de Mello  | Fernando, Aurélio e Francisco de Araújo Vaz de Mello  |
| <b>Triângulo Mineiro</b>   | José Augusto de Paiva Teixeira  | N. C.   | João Caetano de Oliveira e Souza, Mario Pio Guimarães, Toninho (Marpiquito – promotor de justiça da Comarca), José Amandio Sobral, Frederico Mauricio Draenert, Octávio Augusto de Paiva Teixeira, Gustavo Teophilo Alves Ribeiro, Manoel Felipe de Souza, Alexandre de Souza Barbosa |
| <b>Arrebol</b>             | João Augusto Chaves   | José Augusto da Silva, Antônio Cesário da Silva e Oliveira (segundo Pontes, introdutor do espiritismo em Uberaba, em 1883), Manoel Felipe de Souza, Diocleciano Vieira e outros | João Augusto Chaves, Manoel Felipe de Souza, Alceu de Souza Novaes  |
| <b>Correio Católico</b>    | Padres dominicanos (autoridade diocesana)   | N. C.   | N. C.   |
| <b>Revista Agrícola</b>    | Fundada por iniciativa de Fidelis Reis, José Maria dos Reis, Militino Pinto de Carvalho | Delcides de Carvalho, Hidelbrando de Araújo Pontes  | Docentes do Instituto Zootécnico: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, Frederico Mauricio Draenert, José Joaquim Marques, Amadeé Collier, José Amandio Sobral, Chispiniano   |

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
|   |  |  | Tavares. Colaboradores de fora: O. Mozeik, Chr. Albert Partou, etc. |
| <b>Mensageiro do S. S. Rosário</b>                                | Confraria do S. S. Rosário e do Rosário Perpétuo                                 | N. C.  | N. C.   |
| <b>Sentinela</b>  | Celso Antônio Rosa   | Aurélio de Araújo Vaz de Mello e Irineu de Mello Cabral, Fidelis Reis, José Maria dos Reis, Miltinho Pinto de Carvalho | N. C.   |
| <b>O Dia</b>  | Octávio Augusto de Paiva Teixeira, Luiz Ignácio de Souza Lima, Firmino Meirelles | N. C.  | N. C.   |
| <b>Quadro 7:</b> Grupos fundadores, proprietários e colaboradores |  |  |   |

### Quadro 8 – Frequência de publicação

| <b>NOME DO JORNAL</b>              | <b>FREQUÊNCIA</b>  |
|------------------------------------|--|
| <b>O Dia</b>                       | Semanário  |
| <b>O Caipira</b>                   | Semanário  |
| <b>O Comércio</b>                  | Semanário  |
| <b>O Povo</b>                      | Semanário  |
| <b>Revista Uberabense</b>          | Semanário  |
| <b>A Revista</b>                   | Semanário  |
| <b>A Espera</b>                    | Semanário  |
| <b>O Popular</b>                   | Hebdomadário   |
| <b>Gazetinha</b>                   | Edição única   |
| <b>A Procella</b>                  | Duas edições   |
| <b>O Tempo</b>                     | Semanário  |
| <b>Tribuna do Povo</b>             | Semanário  |
| <b>Gazetinha</b>                   | Publica-se semanalmente, havendo, contudo, ocasiões de circular duas, três e mais vezes por semana |
| <b>A Sogra</b>                     | Semanal  |
| <b>O Pregão</b>                    | Semanário com 5 edições apenas   |
| <b>Almanaque Uberabense</b>        | Anual  |
| <b>Cidade de Uberaba</b>           | Hebdomadário   |
| <b>O Jasmim</b>                    | Hebdomadário dominical   |
| <b>Jornal de Uberaba</b>           | Seis vezes mensalmente   |
| <b>O Petiz</b>                     | Dias indeterminados (publicaram-se 6 ou 8 edições)   |
| <b>O Clarim</b>                    | Dominical  |
| <b>Triângulo Mineiro</b>           | Bi semanário   |
| <b>Arrebol</b>                     | Quinzenal  |
| <b>Correio Católico</b>            | Semanário dominical  |
| <b>Mensageiro do S. S. Rosário</b> | Mensal   |
| <b>A Sentinella</b>                | Dominical  |
| <b>O Dia</b>                       | Semanário  |

|   |
|---|
| <b>Quadro 8:</b> Frequência de Publicação |
|---|

\* Observação: Hebdomadário e semanário são expressões sinônimas. O memorialista Hidelbrando Pontes utiliza as duas para se referir a frequência de publicação dos jornais.

### Quadro 9 – Duração dos periódicos:

| PERIÓDICO                   | TEMPO DE CIRCULAÇÃO  |
|-----------------------------|--|
| <b>O Dia</b>                | Distribuído em 1890, desapareceu quatro meses depois   |
| <b>O Break</b>              | Distribuiu-se no 1º semestre de 1890. Durou cinco meses  |
| <b>O Caipira</b>            | Reapareceu em 1890 e durou um trimestre  |
| <b>O Comércio</b>           | Distribuído a 07 de setembro de 1890. Publicou-se por espaço de cinco meses  |
| <b>O Povo</b>               | Distribuiu-se a 14 de setembro de 1890, cessando sua circulação com o n.º 3  |
| <b>Triângulo Mineiro</b>    | Distribuído a 04 de março de 1897; cessou sua publicação com o número 260, distribuído em princípios de 1902   |
| <b>Revista Uberabense</b>   | Distribuída nos primeiros dias de junho de 1891. Publicou-se por espaço de seis meses  |
| <b>A Revista</b>            | Publicou-se a 20 de fevereiro de 1892. Cessou de circular no dia 04 de junho seguinte.   |
| <b>A Procella</b>           | Só saiu duas edições, sendo a primeira em 05 de fevereiro de 1893.   |
| <b>O Tempo</b>              | Publicado em 06 de março de 1893. Publicaram-se 29 edições. A última em 28 de agosto seguinte  |
| <b>Tribuna do Povo</b>      | Durou pouco mais de ano. Distribuído a 23 de junho de 1893.  |
| <b>Gazetinha</b>            | Nasceu pequenina e já condenada a curta existência, porque tem de ser substituída por outro jornal de grande formato. Publicou-se por cerca de mais ou menos quatro anos, substituindo pelo Triângulo Mineiro  |
| <b>A Sogra</b>              | Distribuiu-se o primeiro número a 03 de junho de 1894. Por duas vezes interrompeu-se a sua publicação, isto é, reapareceu a segunda vez a 07 de março de 1896 e a terceira a 20 de março de 1898. Em todo esse tempo editaram-se cerca de cinquenta e poucos números, cessando a sua publicação em meados de 1898. |
| <b>O Prego</b>              | Distribuído em 18 de setembro de 1894. Publicaram-se cinco edições apenas  |
| <b>Almanaque Uberabense</b> | Publicação iniciada em 1º de janeiro de 1895 e, após um interregno de cessação de oito anos, retomou a publicação em 1903, cuja circulação cessou em 1911.   |
| <b>Cidade de Uberaba</b>    | Publicado em 21 de abril de 1895. Teve 18 meses de existência e publicou cerca de 80 edições   |
| <b>A Gargalhada</b>         | Publicada em junho de 1895. Editou-se por espaço de cinco meses  |
| <b>O Jasmim</b>             | Publicado a 08 de março de 1896. Distribuíram-se cinco edições   |
| <b>A Luta</b>               | Publicada a 03 de maio de 1896. Publicou-se durante seis meses   |
| <b>Jornal de Uberaba</b>    | Publicado por menos de um ano; depois a empresa do jornal mudou de dono  |
| <b>O Petiz</b>              | Distribuído a 09 de novembro de 1896. Publicaram-se seis ou oito edições   |
| <b>O Clarim</b>             | Distribuído a 06 de dezembro de 1896. Cessou a circulação com o n.º 25 do dia 13 de junho do ano seguinte  |
| <b>Triângulo Mineiro</b>    | Distribuído a 04 de março de 1897. Dois anos depois a folha tomou a forma de Revista. Cessou sua publicação com o n.º 260, distribuído em princípios de 1902   |

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <b>Arrebol</b>                     | Distribuído a 1º de maio de 1897. Cessou de publicar-se com o n.º 54, em 1911  |
| <b>Correio Católico</b>            | Distribuiu-se a 1º de junho de 1897. Extinguiu-se em 1911, como propriedade dos R. R. P. Dominicanos. Reapareceu com o mesmo formato em 1924 |
| <b>Revista Agrícola</b>            | O primeiro número da revista distribuiu-se a 15 de agosto de 1897 e o último (12º) a 15 de julho do ano seguinte                             |
| <b>Mensageiro do S. S. Rosário</b> | Distribuída em 1897. Circulou por pelo menos 20 anos   |
| <b>A Sentinela</b>                 | Publicado a 31 de julho de 1898. Desapareceu com o número 78, distribuído a 31 de janeiro de 1900.   |
| <b>O Dia</b>                       | Distribuiu-se a 04 de dezembro de 1898. Publicou-se durante um semestre  |

**Quadro 9:** Duração dos periódicos**Quadro 10 – Formato dos periódicos:**

| JORNAL               | FORMATO  | DESCRIÇÃO       | MUDANÇA DE FORMATO       | QUANTIDADE DE PÁGINAS | QUANTIDADE DE COLUNAS |
|----------------------|----------|-----------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| O Comércio           | 33 x 24  | -               | -                        | -                     | -                     |
| Revista Uberabense   | 29 x 21  | -               | -                        | -                     | -                     |
| O Popular            | 48 x 33  | -               | -                        | -                     | -                     |
| Procella             | 29 x 19  | -               | Foi duplamente aumentado | -                     | -                     |
| O Tempo              | 22 x 16  | -               | -                        | -                     | -                     |
| Tribuna do Povo      | 54 x 34  | Grande formato  | -                        | -                     | -                     |
| Gazetinha            | 27 x 19  | -               | Duplicado depois         | -                     | 3                     |
| A Sogra              | 12 x 8   | -               | 19 x 14                  | -                     | -                     |
| Almanaque Uberabense | 12,5 x 9 | -               | 12,5 x 8                 | -                     | -                     |
| Cidade de Uberaba    | 51 x 34  | Grande Formato  | -                        | -                     | -                     |
| A Gargalhada         | 24 x 18  | -               | -                        | -                     | -                     |
| O Jasmim             | 18 x 9   | -               | Depois triplicou         | -                     | -                     |
| A Luta               | 35 x 17  | -               | -                        | 4                     | 4                     |
| Jornal de Uberaba    | 54 x 39  | -               | -                        | 4                     | 6                     |
| Triângulo Mineiro    | -        | -               | -                        | 4                     | 6                     |
| Arrebol              | 38 x 28  | -               | -                        | 4                     | 4                     |
| O Povo               | -        | Formato pequeno | -                        | -                     | -                     |
| A Espera             | In 4º    | -               | -                        | -                     | -                     |
| Correio Católico     | 56 x 39  | -               | -                        | -                     | -                     |
| Mensageiro Rosário   | -        | Panfleto        | -                        | -                     | -                     |
| Sentinella           | 37 x 26  | -               | -                        | 4                     | 3                     |
| O Dia                | 39 x 28  | -               | -                        | 4                     | 3                     |

**Quadro 10:** Formato dos periódicos

**Quadro 11 - Valor das assinaturas:**

| JORNAL                           | ASSINATURA ANUAL                              | ASSINATURA SEMESTRAL | ASSINATURA TRIMESTRAL | VALOR NA CIDADE OU FORA |
|----------------------------------|---|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| O Dia                            | -   | -                    | 1\$000                | -                       |
| O Povo                           | -   | -                    | 2\$000                | -                       |
| Revista Uberabense               | -   | -                    | 2\$000                | -                       |
| A Espera                         | -   | -                    | 1\$000                | -                       |
| O Tempo                          | -   | 4\$000               | 2\$000                | Na cidade               |
|                                  | 9\$000  | 5\$000               | -                     | Fora da cidade          |
| Gazetinha                        | -   | -                    | 3\$000                | -                       |
| Arrebol                          | 6\$000 na 1º fase                             | -                    | -                     | -                       |
|                                  | 5\$000 na 2º fase                             | -                    | 1\$000 na 2º fase     | -                       |
| Revista Agrícola                 | 20\$000                                       | 10\$000              | -                     | -                       |
| Messageiro do S. S. Rosário      | 2\$000 no início; depois aumentou para 3\$000 | -                    | -                     | -                       |
| A Procella                       | 3\$500 sujeitos a parte                       |                      | 220 réis avulso       |                         |
| Quadro 11: Valor das assinaturas |   |                      |                       |                         |

**Quadro 12 – Localização das oficinas tipográficas:**

| PERIÓDICO  | REDAÇÃO OU OFICINA      | LOCALIZAÇÃO   |
|--|-------------------------|---|
| O Comércio                                       | Oficina                 | Rua Vigário Silva   |
| O Tempo  | Oficina                 | Rua do Comércio, n.º 14   |
| Tribuna do Povo                                  | Oficina                 | Rua do Comércio, n.º 06   |
| Gazetinha  | Oficina                 | Rua Marechal Deodoro  |
| Cidade de Uberaba                                | Oficina                 | Rua Vigário Silva   |
| Gargalhada                                       | Oficina                 | Rua Vigário Silva   |
| O Jasmim   | Oficina                 | Rua São Miguel  |
| Jornal de Uberaba                                | Oficina                 | Largo da Matriz   |
| Correio Católico                                 | Redação e oficina       | Praça Dom Eduardo. Rua General Carneiro, ao pé da Igreja São Domingos |
| Messageiro do S. S. Rosário                      | Redação e administração | Convento R. R. P. P. Dominicanos. Rua Lauro Borges                    |
| Quadro 12: Localização das oficinas tipográficas |                         |   |

**APÊNDICE III: A IMPRENSA DURANTE A PUBLICAÇÃO DAS “PENNADAS FURTIVAS” NO LAVOURA E COMÉRCIO (1899-1911)**

**Quadro 13 - Grupos fundadores, redatores e colaboradores**

| <b>JORNAL</b>        | <b>PROPRIETÁRIOS E/OU DIRETORES</b>  | <b>REDADORES</b>  | <b>COLABORADORES</b>   |
|----------------------|--|---|--|
| Lavoura e Comércio   | Dr. Antônio Garcia Adjuto  | Não Consta (N. C.)  | Dr. Antônio Garcia Adjuto, os irmãos Francisco Jardim e Quintiliano Jardim, Manoel Felipe de Souza, etc.   |
| O Grito              | José Rochedo   | José Rochedo  | N. C.  |
| O Trabalho           | Agrônomo Dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho  | N. C.   | N. C.  |
| O Uberabense         | Francisco Vaz de Mello e Irmãos  | N. C.   | N. C.  |
| O Gallucho           | Carlos Silva e Comp.   | N. C.   | N. C.  |
| Mocidade             | N. C.  | Francisco Jardim (redator-chefe), Raul Terra (redator secretário), Fausto de Paiva (redato gerente) | Quintiliano Jardim Júnior, Hidelbrando de Araújo Pontes  |
| Passiflora           | N. C.  | Amélia Freire de Andrade, Carolina Freire de Andrade Marcondes, Izabel Freire de Andrade            | N. C.  |
| O Domingo            | João Lourenço Filho, Zacharias Alves de Ulhôa (direção), Corporação da Tipografia Lavoura e Comércio (propriedade) | N. C.   | N. C.  |
| O Brado              | Honório Guimarães (fundador)   | Honório Guimarães (redator chefe)   | N. C.  |
| O Século XX          | Aredio de Souza  | N. C.   | N. C.  |
| Almanaque Uberabense | Aredio de Souza  | N. C.   | N. C.  |
| Revista de Uberaba   | N. C.  | Redigida por José Felício Buarque de Macedo, Francisco Altino Vaz de Mello e Orlando Ferreira       | Antônio Borges Sampaio, Silvestre de Lima, Augusto Franco, Militino Pinto de Carvalho Mendes e Oliveira, Américo Wemek, Athanasio Saltão, A. Pinheiro Campos, Ignácio Xavier da Silva, Eduardo Cerqueira |
| O Sant' Aurea        | Propriedade de uma Associação  | Redatores diversos  | N. C.  |
| A Época              | Abdon Bunazar  | N. C.   | N. C.  |
| O Teatro Moderno     | Órgão ambulante da Companhia Dramática Francisco dos Santos,   | N. C.   | N. C.  |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | dirigido por Euclides Teixeira  |  |   |
| Jesus Cristo                                   | Publicada sob os auspícios de Dom Eduardo Duarte Silva, bispo de Goiás. Fundador proprietário: Teixeira Alvares | N. C.  | João Teixeira Alvares, arcebispo da Bahia; bispos de Goiás, São Paulo, Pouso Alegre, Mariana, Espírito Santo e Diamantina. Nuncio Apostólico, D. Júlio Tonti, Padres Júlio Maria e Pedro Ribeiro da Silva, Monsenhor Manfredo Leite, Frei Sebastião Thomaz, Princesa Isabel, Conde de Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, Françaís Coppé, Lousie Rostand, Estevão Leão Bourroul, Antônio Mello Batalha, Brásilio Machado, Lopes Cançado, Francisco Atagyba, tenente coronel Antônio Borges Sampaio, Couto de Magalhães e outros |
| Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães | N. C.   | Redatores-provisórios: José Felício de Buarque de Macedo, Hidelbrando de Araújo Pontes, Militino Pinto de Carvalho, Honório Guimarães, Arlindo Costa e Silva | N. C.   |
| O Facão  | Barbosa & Freitas   | N. C.  | N. C.   |
| O Tribuno                                      | Sob direção e redação do seu fundador proprietário Diocleciano Vieira   | Diocleciano Vieira   | Diocleciano Vieira, Hidelbrando de Araújo Pontes, João Baptista Porto Morethzon, Lauro de Oliveira Borges, Manoel Felipe de Souza e outros  |
| Jornal da Câmara                               | Redigido por José Maria dos Reis  | Redator-chefe: dr. Sinête; redator-artístico: J. Camêlo; gerente: dr. Badalo   | N. C.   |
| O Tempo  | Alaor Prata Soares e Lauro de Oliveira Borges   | N. C.  | Esyevam Pucci Júnior, Alceu de Souza Novaes, Pedro de Alcantra Albuquerque Paraíso e outros   |
| O Ferrão                                       | Pinheiro, Marques & Comp. (no 1º ano); Antônio Vaz & Irmão (no 2º ano)  | Lagorgote Pinheiro Antônio Vaz & Irmão   | N. C.   |
| O Canivete                                     | Manoel Clemente   | N. C.  | N. C.   |
| A Instrução                                    | Órgão das escolas da 24ª circunscrição Literária de Minas Gerais  | Ernesto de Mello Brandão e Arlindo Costa e Silva   | Tancredo Martins, José Maria dos Reis, João Teixeira Alvares, Alaor   |

|                 |  |  |   |
|-----------------|--|--|---|
|                 |  |  | Prata Soares, Phillipe Achée, Hidelbrando de Araújo Pontes, José Felício de Buarque de Macedo, Ignácio Xavier da Silva, Berenice Martins e Maria Dolabella Portella, Diocleciano Vieira, Quintiliano Jardim Júnior, João Augusto Chaves, Elisiário de Vasconcellos, Athanásio Saltão, Antônio Cesário da Silva e Oliveira, Alceu de Souza Novaes e outros |
| O Sorriso       | Na 1º fase: Edgard Medina Coeli & Eduardo Formiga  | Edgard Medina Coeli & Eduardo Formiga  | N. C.   |
| O Palladino     | N. C.  | Redator-chefe: monsenhor Ignácio Xavier da Silva; redator-secretario: padre Joaquim Thiago dos Santos; redator-comercial: Zacharias Alves de Ulhôa Mello | N. C.   |
| O Civilista     | N. C.  | Phillipe Achée, José Maria dos Reis, Hidelbrando de Araújo Pontes, etc.  | N. C.   |
| O Smart         | Astrogildo Alvares e Jeronymo Villaça  | Representantes da folha: Sebastião Alvim e João Villaça Júnior   | N. C.   |
| A Cometa        | Jeronymo Villaça e Luiz Ferreira Júnior  | Redatores diversos   | N. C.   |
| Au Louvre       | Direção de Luiz Humberto Calcagno, proprietário da Casa Comercial Au Louvre ou “Colosso das Novidades” | N. C.  | N. C.   |
| O Mercantil     | Guimarães & Costa  | Hidelbrando de Araújo Pontes   | Diversos  |
| O Veríssimo     | Padre Joaquim Thiago dos Santos  | Padre Joaquim Thiago dos Santos  | N. C.   |
| Aiglon          | João Teixeira Alvares / Antônio Pereira de Mello Batalha   | N. C.  | N. C.   |
| Brado de Alerta | Senhorinha Leovigilia Chaves   | Redator-principal: Manoel Felipe de Souza  | Diversos  |
| O Clarim        | Diretor-gerente: sargento Homero de Mattos   | Redatores-gerais: sargento Affonso Modesto de Almeida, José P. F. Velloso  | Diversos  |
| Brasil Central  | N. C.  | Monsenhor Ignácio Xavier da Silva, José  | N. C.   |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   |  | Júlio de Freitas<br>Coutinho, José Felício<br>Buarque de Macedo,<br>Antonio Pereira de<br>Mello Batalha, João<br>Teixeira Alvares |  |
| Quadro 13: grupos fundadores, redatores e colaboradores |  |   |  |

#### Quadro 14 - Frequência de publicação:

| PERIÓDICO   | FREQUÊNCIA  |
|---|---|
| Lavoura e Comércio                                | Bi semanário  |
| O Grito   | Semanário   |
| O Trabalho  | Quinzenal   |
| Uberabense  | Semanário   |
| Gallucho  | Quinzenário   |
| Passiflora  | Quinzenal   |
| O Domingo   | Dominical   |
| O Brado   | Bi semanário  |
| Alerta!   | “sae quando pode”                                     |
| Século XX   | Mensal  |
| Revista de Uberaba                                | Mensal  |
| O Sant’Aurea                                      | Duas edições  |
| A Época   | Quinzenal   |
| O Teatro Moderno                                  | Publicado às terças, quintas, sábados e domingos      |
| Rosas e Lírios                                    | Anual   |
| Jesus Cristo                                      | Anual   |
| Anuário do Grémio Literário<br>Bernardo Guimarães | Anuário   |
| O Facão   | Semanário dominical                                   |
| O Tribuno   | Semanário publicado às<br>segundas-feiras             |
| Jornal da Câmara                                  | Três únicas edições tiradas em dias<br>indeterminados |
| O Tempo   | Bi Semanário  |
| O Ferrão  | Bi Semanário  |
| O Canivete  | Semanário   |
| A Instrução                                       | Mensal  |
| O Sorriso   | Semanário   |
| O Paladino  | Semanal   |
| O Civilista                                       | Bi Semanário  |
| O Smart   | Semanário   |
| A Corneta   | Semanário   |
| O Mercantil                                       | Três edições  |
| O Veríssimo                                       | Dominical   |
| Aiglon  | Tri-mensário  |
| Brado de Alerta                                   | Mensal  |
| O Clarim  | Mensário  |
| Quadro 14: Frequência de Publicação               |   |

**Quadro 15 – Duração dos periódicos:**

| <b>PERIÓDICO</b>                                      | <b>TEMPO DE CIRCULAÇÃO</b>   |
|---|--|
| <b>Lavoura e Comércio</b>                             | Publicação contínua a partir de 06/07/1899   |
| <b>O Grito</b>  | Distribuído a 25 de dezembro de 1899. Teve sua publicação interrompida por quatro vezes. Reapareceu pela segunda vez em 03 de agosto de 1904; a terceira em 21 de março de 1906; a quarta e última vez em 1º de janeiro de 1913. Na última fase só se publicaram oito edições, a última das quais foi em 27 de fevereiro de 1913 |
| <b>O Trabalho</b>                                     | Publicado a 15 de agosto de 1900. Publicou apenas duas edições. A última das quais foi em 30 do mesmo mês  |
| <b>O Uberabense</b>                                   | Editado a 23 de setembro de 1900. Findou sua existência com o n.º 27, seis meses depois  |
| <b>O Gallucho</b>                                     | Distribuído a 15 de dezembro de 1900. Nos três meses de sua duração publicaram-se seis edições.  |
| <b>A Mocidade</b>                                     | Distribuiu-se a 1º de janeiro de 1901. Desapareceu com a edição número 16 publicada em 24 de setembro seguinte   |
| <b>A Passiflora</b>                                   | Publicada a 09 de junho de 1901. Durou cerca de um trimestre   |
| <b>O Domingo</b>                                      | Distribuiu-se a 16 de junho de 1901. Durou um trimestre  |
| <b>O Brado</b>  | Distribuído a 21 de julho de 1901. Durou um trimestre  |
| <b>Alerta!</b>  | Seu primeiro número distribuiu-se a 1º de dezembro de 1901; o segundo poucos dias depois e o terceiro e último a 15 de fevereiro de 1903   |
| <b>O Século XX</b>                                    | Distribuiu-se em dezembro de 1901. Cessou sua distribuição em 1912. Ultimamente a sua distribuição fazia-se a longos espaços de tempo  |
| <b>Almanaque Uberabense</b>                           | Depois de oito anos retomou a publicação em 1903   |
| <b>Revista de Uberaba</b>                             | Distribuiu-se o seu primeiro n.º a 30 de março de 1904 e os demais, em número de 12, pontualmente, no dia 30 de cada mês, sendo o último em 28 de fevereiro de 1905. Reapareceu em 02 de outubro de 1905 e desapareceu novamente com o n.º 9, distribuído a 27 de novembro seguinte  |
| <b>O Sant’Aurea</b>                                   | Publicaram-se duas edições: a primeira a 24 de outubro de 1905 e a última a 20 de novembro seguinte  |
| <b>A Época</b>  | Distribuíram-se duas edições em novembro de 1905   |
| <b>Teatro Moderno</b>                                 | Imprimiram-se diversas edições a partir da 65ª, distribuída no dia 28 de dezembro de 1905  |
| <b>Rosas e Lírios</b>                                 | Apareceu a 1º de janeiro de 1906 e desapareceu anos depois   |
| <b>Jesus Cristo</b>                                   | O primeiro número saiu na 6ª feira da Paixão de 13 de abril de 1906. Só se publicaram três edições, sendo a última na sexta-feira da Paixão de 1908  |
| <b>O Facão</b>  | A primeira edição saiu em 07 de outubro de 1906. Publicaram seis edições das quais a última saiu em 11 de novembro seguinte  |
| <b>Anuário do Grêmio Literário Bernardo Guimarães</b> | Só se publicou uma edição em 21 de abril de 1906   |
| <b>A Tribuna</b>                                      | Distribuiu-se a 02 de abril de 1907. Foram distribuídos regularmente 22 edições até o dia 27 de agosto de 1907, cessando então de circular   |
| <b>Jornal da Câmara</b>                               | Publicadas três edições únicas. A primeira das quais se publicou a 25 de dezembro de 1907, constaram cada uma, de um só exemplar   |
| <b>O Tempo</b>  | Publicado a 1º de janeiro de 1908. Cessou a circulação em 18 de fevereiro de 1911  |
| <b>O Sorriso</b>                                      | Na sua primeira fase: publicado a 25 de janeiro de 1909. Interrompendo-se a circulação em julho de 1920  |
| <b>O Paladino</b>                                     | Publicaram-se 50 edições, sendo a primeira em março de 1909  |
| <b>O Smart</b>  | Publicado a 25 de julho de 1910. Publicaram-se onze números  |
| <b>A Corneta</b>                                      | Publicado a 17 de setembro de 1910. Publicaram-se cinco edições  |

|  |  |
|--|--|
| <b>Au Louvre</b>                         | Editado a 02 de outubro de 1910. Publicou-se com muita irregularidade durante cerca de três anos   |
| <b>O Mercantil</b>                       | Publicaram-se três edições: a primeira a 15 de outubro de 1910, a segunda em abril de 1911 e a terceira em abril de 1912   |
| <b>O Veríssimo</b>                       | Publicado a 15 de novembro de 1910. Após haver publicado cerca de 115 edições cessou de circular em janeiro de 1913. Reapareceu em 25 de dezembro de 1915                            |
| <b>Aiglon</b>                            | Distribuído a 30 de dezembro de 1910. Publicou-se por espaço de seis meses, substituindo-se pelo Brasil Central, distribuído a 18 de junho de 1911                                   |
| <b>Brado de Alerta</b>                   | Publicado a 15 de fevereiro de 1911. Suspendeu sua circulação a 15 de fevereiro de 1912, com o n.º 68.   |
| <b>O Clarim</b>                          | Publicado a 15 de junho de 1911. Durou cerca de cinco meses  |
| <b>Brasil Central</b>                    | Na primeira fase distribuiu-se de 18 de junho de 1911 a março de 1913, suspendendo sua circulação depois de haver publicado cerca de 40 números. Reapareceu em 16 de janeiro de 1927 |
| <b>Quadro 15: Duração dos periódicos</b> |  |

### Quadro 16 - Formato dos periódicos:

| JORNAL                      | FORMATO | DESCRIÇÃO                  | MUDANÇA DE FORMATO | QUANTIDADE DE PÁGINAS  | QUANTIDADE DE COLUNAS |
|-----------------------------|---------|----------------------------|--------------------|------------------------|-----------------------|
| Lavoura e Comércio          | -       | -                          | -                  | -                      | -                     |
| O Grito                     | 20 x 14 | -                          | 33 x 25            | -                      | -                     |
| O Trabalho                  | 33 x 24 | -                          | -                  | -                      | 3                     |
| O Uberabense                | -       | -                          | -                  | -                      | 6, 8, 10              |
| O Gallucho                  | 28 x 20 | -                          | -                  | 4                      | 2                     |
| A Mocidade                  | 40 x 25 | -                          | -                  | 4                      | 4                     |
| A Passiflora                | 27 x 20 | -                          | -                  | 4                      | 2                     |
| O Domingo                   | 28 x 20 | -                          | -                  | 4                      | 3                     |
| O Brado                     | 26 x 15 | -                          | -                  | 4                      | 3                     |
| Alerta!                     | 40 x 29 | -                          | -                  | -                      | -                     |
| Século XX                   | 33 x 25 | -                          | -                  | 4, 6, 8 e mais páginas | 3                     |
| Revista de Uberaba          | 18 x 11 | Fascículos                 | -                  | Entre 24 e 88 páginas  | -                     |
| O Sant'Aurea                | 39 x 28 | -                          | -                  | 4                      | Outras tantas colunas |
| A Época                     | 35 x 25 | -                          | -                  | 4                      | 4                     |
| Teatro Moderno              | 33 x 24 | -                          | -                  | 4                      | Outras tantas colunas |
| Rosas e Lírios              | 23 x 15 | Brochurinhas               | -                  | 12 a 16 páginas        |                       |
| Jesus Cristo                | 45 x 32 | Grande e elegante brochura | -                  | 73                     | 2 colunas largas      |
| Anuário do Grêmio Literário | 24 x 16 | Fascículo                  | -                  | 46, fora a capa        | -                     |
| O Facão                     | 20 x 15 | -                          | -                  | 4                      | 3                     |
| O Tribuno                   | 39 x 27 | -                          | -                  | 4                      | Outras tantas colunas |

|                 |         |                 |   |                     |                       |
|-----------------|---------|-----------------|---|---------------------|-----------------------|
| O Tempo         | 56 x 39 | Grande formato  | - |                     |                       |
| O Ferrão        | 27 x 19 |                 | - | 4                   | 3                     |
| O Canivete      | 19 x 14 | Mignon          | - | 4                   | 3                     |
| A Instrução     | 37 x 25 | -               | - | 22 páginas de texto | -                     |
| O Sorriso       | 30 x 19 | Mignon          | - | -                   | -                     |
| O Paladino      | 48 x 32 | -               | - | -                   | 5                     |
| O Civilista     | 48 x 33 | -               | - | -                   | -                     |
| O Smart         | 28 x 19 | -               | - | -                   | -                     |
| Au Louvre       | 35 x 25 | -               | - | -                   | -                     |
| O Mercantil     | 38 x 28 | -               | - | 4                   | -                     |
| O Veríssimo     | 33 x 25 | -               | - | 4                   | Outras tantas colunas |
| Aiglou          | 52 x 34 | Grande formato  | - | -                   | -                     |
| Brado de Alerta | 36 x 27 | -               | - | 4                   | 4                     |
| O Clarim        | 26 x 17 | Pequeno formato | - | -                   | -                     |
| Brasil Central  | 51 x 35 | Grande formato  | - | -                   | 6                     |

**Quadro 16:** Formato dos periódicos**Quadro 17 – Valor das assinaturas**

| JORNAL             | ASSINATURA ANUAL      | ASSINATURA SEMESTRAL | ASSINATURA TRIMESTRAL | ASSINATURA MENSAL OU AVULSO |
|--------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Lavoura e Comércio | 18\$000               | -                    | -                     | -                           |
| O Grito            | -                     | -                    | -                     | 1\$000 (mensal)             |
| O Trabalho         | 20\$000               | -                    | -                     | -                           |
| Uberabense         | -                     | -                    | -                     | 2\$000 (mensal)             |
| A Mocidade         | -                     | -                    | 2\$000                | -                           |
| Passiflora         | -                     | -                    | 2\$000                | -                           |
| O Domingo          | -                     | -                    | 2\$000                | 200 réis (avulso)           |
| O Brado            | -                     | -                    | 2\$000                | 200 réis (avulso)           |
| Século XX          | Distribuição gratuita |                      |                       |                             |
| Revista de Uberaba | 8\$000                | -                    | -                     | 1\$000 (mensal)             |
| Sant'Aurea         | 2\$000                | -                    | -                     | -                           |
| Rosas e Lírios     | -                     | -                    | -                     | 500 réis (avulso)           |
| Jesus Cristo       | 10\$000 no 1º ano     | -                    | -                     | -                           |
| O Facão            | -                     | -                    | 2\$000                | -                           |
| O Tribuno          | 5\$000                | 3\$000               |                       |                             |
| O Tempo            | 18\$000               | 10\$000              |                       |                             |
| O Ferrão           |                       |                      | 2\$000                |                             |
| A Instrução        | 16\$000               | 10\$000              |                       | 2\$000 (avulso)             |
| O Sorriso          | 15\$000 no 1º ano     | 8\$000               | 4\$000                |                             |
| O Paladino         | 8\$000                | 5\$000               |                       |                             |
| O Civilista        | 15\$000               | 8\$000               |                       |                             |
| A Corneta          |                       |                      |                       | 1\$000 (mês)                |
| O Veríssimo        | 10\$000               |                      |                       |                             |
| Brasil Central     | 18\$000               | 10\$000              |                       | 200 réis (avulso)           |

**Quadro 17:** Valor das assinaturas

**Quadro 18 - Localização das redações e oficinas tipográficas:**

| <b>PERIÓDICO</b>   | <b>OFICINA OU REDAÇÃO</b>                    | <b>LOCALIZAÇÃO</b>                   |
|--|--|--------------------------------------|
| <b>Lavoura e Comércio</b>  | Oficina                                      | Rua Vigário Silva                    |
| <b>O Uberabense</b>  | Redação                                      | Rua da Princesa no Alto São Benedito |
| <b>Passiflora</b>  | Redação                                      | Praça Santa Barbara                  |
| <b>O Tempo</b>   | Impresso nas antigas oficinas de O Município | Rua do Comércio                      |
| <b>O Ferrão</b>  | Redação                                      | Rua Nunes Viana                      |
| <b>O Sorriso</b>   | Oficina                                      | Rua Nunes Viana                      |
| <b>O Smart</b>   | Redação                                      | Rua 24 de Fevereiro                  |
| <b>A Corneta</b>   | Redação                                      | Rua Marechal Deodoro                 |
| <b>O Veríssimo</b>   | Redação e Oficina                            | Praça Coronel Misael                 |
| <b>O Clarim</b>  | Redação                                      | Rua Marquês do Paraná                |
| <b>Brasil Central</b>  | Oficina                                      | Rua do Comércio                      |
| <b>Quadro 18: Localização das redações e oficinas tipográficas</b> |  |                                      |

## APÊNDICE IV: EXEMPLO DO MAPEAMENTO DO JORNAL *LAVOURA E COMÉRCIO*

|   |
|---|
| ANO I – 06/07/1899 - N° 1   |
| <p>Nosso Programa – artigo de apresentação da proposta e da fundação do jornal – não assinado, mas possivelmente escrito pelo próprio Antonio Garcia Adjuto, diretor da folha</p> <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas - Alexandre Barbosa Penadas Furtivas - M. F.</p> <p>Poema – Flor da Noite - Guerra Junqueira</p> <p>Parte Forense – não assinado</p> <p>Mudança de Nome - João Floriano</p> <p>Chegadas e Saídas – não assinado</p> <p>Interior – não assinado</p> <p>Exterior – não assinado</p> <p>A Pedidos – ilegível</p> <p>Observações Meteorológicas – Antonio Borges Sampaio</p> |
| ANO I – 09/07/1899 – N° 2   |
| <p>Reapresentação – artigo de reapresentação do programa do jornal - não assinado</p> <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa</p> <p>Interior – Não assinado</p> <p>Exterior - Não assinado</p> <p>A Pedidos – Diretório do Partido Republicano Mineiro no município de Uberaba, 13 de maio de 1899</p> <p>Editaes – Primeira Praça</p> <p>Folhetim – não dá para saber se está assinado, pois o jornal está danificado</p>  |
| ANO I – 13/07/1899 - N° 3   |
| <p>Mal entendido – não assinado</p> <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa Penadas Furtivas – M. F.</p> <p>Folhetim – Sylvio Dinarte</p> <p>Candido Egidio Pereira</p> <p>Parte Forense – não assinado</p> <p>Chegadas e Saídas – não assinado</p> <p>A Pedidos – Diretório do Partido Republicano Mineiro no município de Uberaba, 13 de maio de 1899</p> <p>Editaes – Edital de citação</p>   |
| ANO I – 16/07/1899 - N° 4   |
| <p>Estatutos – sobre os estatutos do Club Lavoura e Comércio da cidade - não assinado</p> <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa</p> <p>Folhetim – Sylvio Dinarte</p> <p>Candido Egidio Pereira</p>   |
| ANO I – 19/07/1899 - N° 5   |
| <p>A mensagem e o imposto territorial – não assinado</p> <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa Penadas Furtivas – M. F.</p> <p>Folhetim – Sylvio Dinarte</p>   |

|   |
|---|
| <p>Parte Forense – não assinado<br/>         Parte Policial – não assinado<br/>         Mercado de Uberaba<br/>         Chegadas e Saídas – não assinado<br/>         A Pedidos – Cidade de Sacramento<br/>         Nota sobre as touradas</p>  |
| ANO I – 23/07/1899 - N° 6   |
| <p>A mensagem e o imposto territorial – não assinado<br/>         Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa Adão e Eva no Paraíso - Eça de Queiroz<br/>         Folhetim – Sylvio Dinarte</p>   |
| ANO I – 27/07/1899 - N° 7   |
| <p>Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa Adão e Eva no Paraíso - Eça de Queiroz<br/>         Penadas Furtivas – M. F.<br/>         Folhetim – Sylvio Dinarte</p>  |
| ANO I – 30/07/1899 - N° 8   |
| <p>A mensagem e o Imposto territorial – não assinado<br/>         Bohemios – Pif (do Dário de Minas)<br/>         Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa Adão e Eva no Paraíso - Eça de Queiroz<br/>         Folhetim – Sylvio Dinarte<br/>         A Pedidos (cidade do Prata) - Protesto</p>   |
| ANO I – 03/08/1899 - N° 9   |
| <p>A mensagem e o Imposto territorial – não assinado<br/>         Penadas Furtivas – M. F.<br/>         Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa<br/>         Folhetim – Sylvio Dinarte</p>  |
| ANO I – 06/08/1899 - N° 10  |
| <p>O desabar de uma chefia – não assinado<br/>         Notícia: sobre a questão do limite entre os Estados de S. Paulo e Minas – Alexandre Barbosa<br/>         Imposto territorial – não assinado<br/>         Bohemios – Pif (do Dário de Minas)<br/>         Adão e Eva no Paraíso - Eça de Queiroz<br/>         Folhetim – Sylvio Dinarte<br/>         O ensino agrícola em Minas Gerais – Fidélis Reis</p> |

**APÊNDICE V - MAPEAMENTO DA COLUNA “PENNADAS FURTIVAS”:**

|   |
|---|
| Ano I – 06/07/1899 (5° feira) – N° 1  |
| Apresentação da coluna. Uberaba citada como “odalisca do Triângulo Mineiro”. Vários assuntos compuseram as “Pennadas”: “pessoas avessas” / o fim do século / desenvolvimento do espiritismo e outras ciências ocultas / ciências novas.   |
| Ano I – 09/ 07/1899 (domingo) – N° 2  |
| Não escreveu  |
| Ano I – 13/07/1899 (5° feira) – N° 3  |
| Comenta da visita da companhia de toureiros e sugere famílias não ir. Seu argumento: “divertimento legado dos tempos bárbaros, que a civilização hodierna não conseguiu abolir; quixotesco e sangrento espetáculo”.   |
| Ano I – 16/07/1899 (domingo) – N° 4   |
| Não escreveu  |
| Ano I – 19/07/1899 (5° feira) – N° 5  |
| Retorna o assunto das touradas. Em seu ver, eram práticas que deveriam desaparecer da “locomotiva do progresso”.  |
| Ano I – 23/07/1899 (domingo) – N° 6   |
| Não escreveu  |
| Ano I – 27/07/1899 (5° feira) – N° 7  |
| Continua o assunto das touradas. Para M. F. Uberaba já não servia para aqueles espetáculos: “quixotesca e pré-histórica tragédia”; “combatida em diferentes partes do globo”; “Brasil que avança”; “inocentes animais”  |
| Ano I – 30/07/1899 (domingo) – N° 8   |
| Não escreveu  |
| Ano I – 03/08/1899 (5° feira) – N° 9  |
| Continua o assunto das touradas. Explica que não iria aos “espetáculos”. As pessoas é que lhe passava as informações. Combatia a prática. Segundo M. F. as pessoas que tivessem “a alma vasada nos moldes da adeantada civilização” deveriam reprovar”; o “selvagem divertimento” se opunha ao “adiantamento da civilização”; “passado de barbaria”; “ter uma diversão melhor e de acordo com a época”. |
| Ano I – 06/08/1899 (domingo) – N° 10  |
| Não escreveu  |
| Ano I – 10/08/1899 (5° feira) – N° 11   |
| Encerra o assunto dos toureiros. Começa o assunto do “circo de cavalinhos” que segundo o colunista tinha o cunho da “civilização atual”. Parece aprovar o circo de cavalinhos.  |
| Ano I – 13/08/1899 (domingo) – N° 12  |
| Não escreveu  |
| Ano I – 17/08/1899 (5° feira) – N° 13   |

|  |
|--|
| Escreveu sobre o cometa Biela. Afirma que não era o espiritismo que estava anunciando o fim do mundo. Solicita deixar em paz o espiritismo que “nas brenhas uberabenses” nunca teve por chefe aquele “infeliz”, como disse o reverendo articulista (em outro jornal não citado), inspirado por “dona mentira”.   |
| Ano I – 20/08/1899 (domingo) – N° 14   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 24/08/1899 (5° feira) – N° 15  |
| Digitalização muito ruim. Não foi possível ler.  |
| Ano I – 27/08/1899 (domingo) – N° 16   |
| “Pennadas Furtivas” foi publicada. Digitalização bem ruim de ler, mas o colunista fala de um relógio produzido por Umberto Adamo.  |
| Ano I – 31/08/1899 (5° feira) – N° 17  |
| Retoma o assunto do relógio fabricado nesta cidade por Umberto Adamo. Além da “chiqueza é um regulador perfeito”; “Produto artístico da indústria uberabense”  |
| Ano I – 03/09/1899 (domingo) – N° 18   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 07/09/1899 (5° feira) – N° 19  |
| No editorial está constando que o número é de domingo, mas provavelmente saiu errado na impressão. “Pennadas Furtivas” escreveu. Comentou sobre a seca e a falta d’água e também escreveu um poema.  |
| Ano I – 10/09/1899 (domingo) – N° 20   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 14/09/1899 (5° feira) – N° 21  |
| Escreveu sobre um tal “xará” que, em seu ver, era seu “xará” no nome e no talento: “membro do atual congresso municipal”; “eleito por maioria absoluta”; “xará” votava contra; trabalhava na oposição. Seu texto é irônico ao criticar o “xará”. Se o mesmo continuasse como legislador se criaria em Uberaba uma companhia de bondes elétricos puxados por cavalos. Caçoa ainda mais: o jardim público seria transformado em “paraíso terrestre, com jurubeba e carrapicho, antas e capivaras e até genuínos representantes da raça tupi, vestidos com trajes de Adão e Eva.” Comenta sobre uma seção na Câmara Municipal. Cita Mirabeu, escrita em Latim e um tal “Licurgo em Sparta”. |
| Ano I – 17/09/1899 (domingo) – N° 22   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 21/09/1899 (5° feira) – N° 23  |
| Afirma que o “xará” encomendou uma “tribusana” contra ele que o deixou quase “meio xurdo”, igual ele. O coitado do “xará”, se bem que talentoso, em sua perspectiva, era quase analfabeto. Mas, o “xará” era político, era vereador municipal. Poderia ser até presidente por que para isso não fazia mal ser meio “xurdo”. Ataca: “o xará, conselho de amigo, deveria frequentar uma escola de primeiras letras.”   |
| Ano I – 24/09/1899 (domingo) – N° 24   |
| Não escreveu   |

|  |
|--|
| Ano I – 28/09/1899 (5° feira) – N° 25  |
| Questiona o modo como o correspondente do Correio Católico falou do casamento civil. No final três pontos ∴ “cutuca” novamente o “xará”  |
| Ano I – 01/10/1899 (domingo) – N° 26   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 05/10/1899 (5° feira) – N° 27  |
| Fala sobre um espetáculo exibido na cidade. Se disse espantado ao ver no tablado de um pobre teatro do sertão um espetáculo que brilhou no teatro parisiense.  |
| Ano I – 08/10/1899 (domingo) – N° 28   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 12/10/1899 (5° feira) – N° 29  |
| Foi convidado para assistir no Teatro São Luiz um espetáculo de “novidades fantásticas”. No final o símbolo dos três pontos que significava a mudança de assunto numa mesma “Pennada” ∴ Gabinete dos fantasmas. Dr. Moya fazia aparecer fantasmas de pessoas vivas e conhecidas dos espectadores. Define como “ilusão fantástica”. Falou mal do espetáculo que precedeu “as novidades fantásticas” e que se apresentava nos intervalos. Segundo ele, a plateia que estava no 3° andar do teatro parecia um “galinheiro”; cacarejava e foi preciso chamar a polícia para dar um “brek”. |
| Ano I – 15/10/1899 (domingo) – N° 30   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 19/10/1899 (5° feira) – N° 31  |
| M. F. narra que naquela mesma noite do espetáculo, depois dele, os “galos e galinhas” viram uma luz e ouviram uma conversa na Igreja que estava completamente vazia e trancada. Foi uma noite, segundo M. F., “de fantasmagorias”.   |
| Ano I – 22/10/1899 (domingo) – N° 32   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 26/10/1899 (5° feira) – N° 33  |
| M. F. elogia o espiritismo e critica um tal padre Júlio Maria, que no Rio de Janeiro estava pregando contra essa doutrina. Segundo M. F., as falas desse padre estavam sendo publicadas em jornais.  |
| Ano I - 29/10/1899 (domingo) – N° 34   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 02/11/1899 (5° feira) – N° 35  |
| O texto é sobre espiritismo. Fala de um médium que era chamado de curandeiro.  |
| Ano I - 05/11/1899 (domingo) – N° 36   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 09/11/1899 (5° feira) – N° 37  |
| M. F. fala sobre o fim do mundo que estava marcado para o dia 13 de novembro; a Terra seria atingida por um cometa.  |
| Ano I - 12/11/1899 (domingo) – N° 38   |
| Não escreveu   |

|   |
|---|
| Ano I - 16/11/1899 (5° feira) – N° 39   |
| M. F. discute a questão do celibato dos padres. Tem o apêndice com símbolo de três pontos :. nesse texto se define como jornalista.   |
| Ano I - 19/11/1899 (domingo) – N° 40  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 23/11/1899 (5° feira) – N° 41   |
| O colunista comenta que ninguém mais falava do fim do mundo, mas escreve de forma irônica sobre o cometa Biela: “o cometa mais perigoso pra nós é o Tell... é o Biela”. Além disso, comenta de forma lacunar sobre outro assunto: “uma geração substituída por outra, entre a qual não haverá cavalheiros, como Nhô Bento.” |
| Ano I - 26/11/1899 (domingo) – N° 42  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 30/11/1899 (5° feira) – N° 43   |
| M. F. menciona um candidato socialista da cidade e discorre sobre o socialismo. Ao final escreve: “contudo os Manoeis nunca passarão de bobos alegres, como o M. B. e o M. F.   |
| Ano I - 03/12/1899 (domingo) – N° 44  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 07/12/1899 (5° feira) – N° 45   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 10/12/1899 (domingo) – N° 46  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 14/12/1899 (5° feira) – N° 47   |
| Afirma que o espiritismo começava a incomodar os reverendos católicos e protestantes em Uberaba. Defende o espiritismo frente às críticas que recebe na cidade. Discorre a respeito das “maravilhas” inventadas / a ciência.  |
| Ano I - 17/12/1899 (domingo) – N° 48  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 21/12/1899 (5° feira) – N° 49   |
| Faz um reclame ao periódico Triângulo Mineiro que, em seu ver, já estava “desenganado dos médicos”: “asmático, enfraquecido, esqualido”, mas segundo M. F., o jornal se recuperou.  |
| Ano I - 24/12/1899 (domingo) – N° 50  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 28/12/1899 (5° feira) – N° 51   |
| Escreveu sobre um poeta que acreditava ser um representante do intelectualismo das nações em pleno tribunal do júri em Uberaba. Critica o poeta que, nas suas palavras, se comportava como “deus do raio”.  |
| Ano I - 31/12/1899 (domingo) – N° 52  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 04/01/1900 (5° feira) – N° 53   |
| “Pennadas” aborda os seguintes assuntos: fim do século/virada do ano (1899/1900); “xará”; casa do tenente coronel Antônio Cesário; e a cidade que em seu ver era grande, mas nem por  |

|   |
|---|
| isso estava de acordo em todos os pontos. Faz diferenciações da cidade e cita uma “cidade da roça”.   |
| Ano I - 07/01/1900 (domingo) – N° 54  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 11/01/1900 (5° feira) – N° 55   |
| Escreveu sobre o processo eleitoral em Passos: “cidade dos dandys da garrucha à cinta e laço na garupa”. Falou novamente do “xará” e “jagunços em cartório”. Mudou o assunto: três mendigos nas ruas: “pelegas suas vozes de cabaça rachada”. |
| Ano I - 14/01/1900 (domingo) – N° 56  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 18/01/1900 (5° feira) – N° 57   |
| No restaurante na rua Barão do Ataliba um grupo discutia “dificuldades da língua vernácula”. M. F. discorre sobre o assunto e finaliza dizendo que o grupo pertencia ao partido político do “xará”.   |
| Ano I - 21/01/1900 (domingo) – N° 58  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 25/01/1900 (5° feira) – N° 59   |
| M. F. afirma que o “xará” havia perdido as eleições de juiz de Paz. Ironiza o “xará”  |
| Ano I - 21/01/1900 (domingo) – N° 60  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 01/02/1900 (5° feira) – N° 61   |
| Cita o Dr. Draenert como “o sábio maior do mundo”. O assunto central das “Pennadas” é a “Beata de Minas”, Belo Horizonte. Caça o catolicismo.   |
| Ano I - 04/02/1900 (domingo) – N° 62  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 08/02/1900 (5° feira) – N° 63   |
| M. F. narra um “fenômeno inexplicável”  |
| Ano I - 11/02/1900 (domingo) – N° 64  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 15/02/1900 (5° feira) – N° 65   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 18/02/1900 (domingo) – N° 66  |
| M. F. discorre sobre uma frase e seu uso gramatical   |
| Ano I - 22/02/1900 (5° feira) – N° 67   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 25/02/1900 (domingo) – N° 68  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 01/03/1900 (5° feira) – N° 69   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 04/03/1900 (domingo) – N° 70  |

|   |
|---|
| Não escreveu  |
| Ano I - 08/03/1900 (5° feira) – N° 71   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 11/03/1900 (domingo) – N° 72  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 15/03/1900 (5° feira) – N° 73   |
| M. F. comenta sobre a política na “vida da faceira odalisca do Triângulo Mineiro”.  |
| Ano I - 18/03/1900 (domingo) – N° 74  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 22/03/1900 (5° feira) – N° 75   |
| Não escreveu  |
| Ano I - 25/03/1900 (domingo) – N° 76  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 29/03/1900 (5° feira) – N° 77   |
| M. F. abordou a imigração turca e árabe. Defendeu.  |
| Ano I - 01/04/1900 (domingo) – N° 78  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 05/04/1900 (5° feira) – N° 79   |
| Continuou discutindo imigração árabe ∴ mudou o assunto: “ataque da menina de cor preta”. Era 1° de abril. M. F. contra mentiras.  |
| Ano I - 08/04/1900 (domingo) – N° 80  |
| Não escreveu  |
| Ano I - 12/04/1900 (5° feira) – N° 81   |
| M. F. escreveu sobre maus tratos à animais de carroça. Esses maus tratos, em seu ver, eram uma barbaridade.   |
| Ano I - 15/04/1900 (domingo) – N° 82  |
| “Pennadas Furtivas” / M. F. não escreveu.<br>* Saiu uma notinha sobre a festa do Rosário  |
| Ano I - 19/04/1900 (5° feira) – N° 83   |
| M. F. discorreu sobre a pronuncia da palavra Boer, da Guerra dos Boeres.  |
| Ano I - 22/04/1900 (domingo) – N° 84  |
| O articulista escreveu sobre a fala do bispo a respeito da festa do Rosário. M. F. via festa como coisa de selvagens. À descreve como “dança burlesca”, “berreiro monótono”, “ridículas fantasias”. De acordo com ele, os negros não deveriam permanecer naquele atraso secular, com “aquelas danças” numa cidade civilizada. O autor se dizia espírita, mas no caso dos negros na festa do Rosário concordava com o bispo. |
| Ano I - 26/04/1900 (5° feira) – N° 85   |
| M. F. comentou a respeito da proibição do samba na festa do Rosário. Nas palavras do autor o samba era um “cancan selvagem”, um “tango de mau gosto”. Em sua ótica, era preciso acabar com tudo que lembrasse o “passado miserável do Brasil”. Os negros poderiam ser lapidados. Mas, mesmo com todos esses apontamentos, afirmava não ter “ódio de raça”.  |

|  |
|--|
| Ano I - 29/04/1900 (domingo) – N° 86   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 03/05/1900 (5° feira) – N° 87  |
| Não escreveu   |
| Ano I - 06/05/1900 (domingo) – N° 88   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 10/05/1900 (5° feira) – N° 89  |
| Escreveu sobre a comemoração do 4° centenário do Brasil. Comenta sobre civilização e barbárie.   |
| Ano I - 13/05/1900 (domingo) – N° 90   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 17/05/1900 (5° feira) – N° 91  |
| M. F. escreveu a “Pennada” respondendo a um colega que disse que ele tinha cheiro de percevejo. Falou de seus hábitos de higiene e do sabão russo que usava.                         |
| Ano I - 20/05/1900 (domingo) – N° 92   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 24/05/1900 (5° feira) – N° 93  |
| Não escreveu   |
| Ano I - 27/05/1900 (domingo) – N° 94   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 31/05/1900 (5° feira) – N° 95  |
| Explica que foi acordado por gente, em diferentes idiomas, vendendo carne; impostos ∴ questiona prisão correccional do Dr. Draenert.   |
| Ano I – 03/06/1900 (domingo) – N° 96   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 07/06/1900 (5° feira) – N° 97  |
| Não escreveu   |
| Ano I - 10/06/1900 (domingo) – N° 98   |
| Não escreveu   |
| Ano I - 14/06/1900 (5° feira) – N° 99  |
| Escreveu sobre os “cavalinhos de pau” ou “burlesca equitação”. Via como ridículo.  |
| Ano I - 17/06/1900 (domingo) – N° 100  |
| Não escreveu   |
| Ano I – 21/06/1900 (5° feira) – N° 101   |
| Não escreveu   |
| Ano I – 24/06/1900 (domingo) – N° 102  |
| Não escreveu   |
| Ano I – 28/06/1900 (5° feira) – N° 103   |
| M. F. agradeceu São João pela abundância de águas que “abaixou o pó” que tinha na cidade.<br>* Essa “Pennada” permite fazer um paralelo com o texto/coluna “Palestras de um Roceiro” |

|  |
|--|
| Ano I – 01/07/1900 (domingo) – N° 104  |
| Não escreveu   |
| Ano I – 05/07/1900 (5° feira) – N° 105   |
| Comenta da “arrancada” das pedras da Rua do Rosário / a Câmara Municipal e o processo eleitoral / munições e cartuchos.  |
| Ano II - 08/07/1900 (domingo) – N° 106   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 12/07/1900 (5° feira) – N° 107  |
| Escreveu sobre o aumento do cambio e a diminuição dos valores dos produtos disponibilizados no comércio da cidade.   |
| Ano II - 15/07/1900 (domingo) – N° 108   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 19/07/1900 (5° feira) – N° 109  |
| Artigo difícil de ler pela digitalização e conservação do jornal, mas M. F. falou sobre um fiscal de fazenda que visitou o Triângulo Mineiro; pessoa que, segundo ele, nunca tinha visto “nestas praias de límpidas areias”. |
| Ano II - 22/07/1900 (domingo) – N° 110   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 26/07/1900 (5° feira) – N° 111  |
| O colunista falou de um outro “xará”, carroceiro, que não pagou o imposto da carroça e deixou o prejuízo nas mãos do “Pennadas Furtivas”.  |
| Ano II - 29/07/1900 (domingo) – N° 112   |
| Escreveu sobre romeiros de Batatais e fanatismo. Encerrou a “Pennada” com uma frase em outro idioma.   |
| Ano II - 02/08/1900 (5° feira) – N° 113  |
| Texto de viés religioso. M. F. comentou a respeito da adoração de imagens.   |
| Ano II - 05/08/1900 (domingo) – N° 114   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 09/08/1900 (5° feira) – N° 115  |
| M. F. escreveu sobre o assassinato do rei Humberto e demonstrou-se pesaroso.   |
| Ano II - 12/08/1900 (domingo) – N° 116   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 16/08/1900 (5° feira) – N° 117  |
| M. F. falou de Belo Horizonte, de Uberaba e da selvageria dos espetáculos de touros  |
| Ano II - 19/08/1900 (domingo) – N° 118   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 23/08/1900 (5° feira) – N° 119  |
| M. F. reclamou novamente dos maus tratos aos animais de carroça. Recorreu as posturas municipais. Afirmou que Uberaba já não era uma cidade bárbara ou semibárbara, mas sim  |
| Ano II - 26/08/1900 (domingo) – N° 120   |

|   |
|---|
| uma cidade civilizada que precisava sair da pedra lascada e acompanhar o século que despontava.   |
| Não escreveu  |
| Ano II – 30/08/1900 (5º feira) - N° 121   |
| * o arquivo em pdf. não abriu   |
| Ano II - 02/09/1900 (domingo) – N° 122  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 06/09/1900 (5ª feira) – N° 123   |
| Comentou sobre o relógio público. Rebateu os comentários de um articulista do jornal <i>Triângulo Mineiro</i> .   |
| Ano II - 09/09/1900 (domingo) – N° 124  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 13/09/1900 (5ª feira) – N° 125   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 16/09/1900 (domingo) – N° 126  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 20/09/1900 (5ª feira) – N° 127   |
| M. F. cita um “insigne tribune católico”. Falou em instituições retrógradas, incompatíveis com as luzes do século. As confissões, na fala de um orador que o colunista observou, era algo civilizado, mas ainda assim M. F. dizia não aplaudir. Falou de um “fanatismo católico”.                             |
| Ano II - 23/09/1900 (domingo) – N° 128  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 27/09/1900 (5ª feira) – N° 129   |
| Respondeu / rebateu o Correio Católico por conta da última “Pennada” onde criticou o ritual das confissões.   |
| Ano II - 30/09/1900 (domingo) – N° 130  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 04/10/1900 (5ª feira) – N° 131   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 07/10/1900 (domingo) – N° 132  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 11/10/1900 (5ª feira) – N° 133   |
| O colunista retomou o assunto dos carroceiros. Mudou o assunto. Dizia ter voto de simpatia ao redator chefe do Triângulo Mineiro por transcrever uma notícia sobre o espiritismo: “antes assim do que combater alguns ‘retrógrados’ de uma doutrina que não conhecem. Por fim, discorreu sobre o espiritismo. |
| Ano II - 14/10/1900 (domingo) – N° 134  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 18/10/1900 (5ª feira) – N° 135   |

|  |
|--|
| Escreveu sobre o espetáculo de circo. Comentou da aristocracia, do povo e dos trajas das damas.  |
| Ano II - 21/10/1900 (domingo) – N° 136   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 25/10/1900 (5° feira) – N° 137  |
| Comentou sobre gramática (uso do à) e afirmou também que morar em Uberaba não impedia que uma pessoa não soubesse de qualquer coisa, pois tinha contato com o mundo civilizado. Além disso, asseverou: “Uberaba não é tão feia como se pinta”. |
| Ano II - 28/10/1900 (domingo) – N° 138   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 01/11/1900 (5° feira) – N° 139  |
| M. F. abordou a questão da mendicância na cidade   |
| Ano II - 04/11/1900 (domingo) – N° 140   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 08/11/1900 (5° feira) – N° 141  |
| Falou de uma clamaria no processo eleitoral e incidente no processo eleitoral  |
| Ano II - 11/11/1900 (domingo) – N° 142   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 15/11/1900 (5° feira) – N° 143  |
| M. F. começou falando de um interlocutor positivista e encerrou a “Pennada” comentando de “cabrita sem tutor”.   |
| Ano II – 18/11/1900 (domingo) - N° 144   |
| Esse número não foi encontrado nas digitalizações  |
| Ano II - 22/11/1900 (5° feira) – N° 145  |
| Nessa “Pennada” M. F. citou o jornal <i>O Paiz</i> e dona Amélia de Portugal   |
| Ano II - 25/11/1900 (domingo) – N° 146   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 29/11/1900 (5° feira) – N° 147  |
| O colunista escreveu a respeito da clamaria do processo de apuração eleitoral ∴ respondeu alguém que caçou da “Pennada” sobre D. Amélia  |
| Ano II - 02/12/1900 (domingo) – N° 148   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 06/12/1900 (5° feira) – N° 149  |
| Manoel Felipe escreveu sobre um “tipo” da cidade que fazia pilhéria  |
| Ano II - 09/12/1900 (domingo) – N° 150   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 13/12/1900 (5° feira) – N° 151  |
| Nessa “Pennada” M. F. abordou os seguintes assuntos: questão da iluminação pública, fatos “estranhos” e movimento rumo ao Rosário e um “engenheiro aluado”   |
| Ano II - 16/12/1900 (domingo) – N° 152   |

|   |
|---|
| Não escreveu  |
| Ano II - 20/12/1900 (5º feira) – N° 153   |
| Comentou sobre a imprensa, um poema publicado no Rio de Janeiro e D. Amélia   |
| Ano II - 23/12/1900 (domingo) – N° 154  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 27/12/1900 (5º feira) – N° 155   |
| Última “Pennada” do século. Escreveu sobre si, a cidade que não é das “vitrines” e espiritismo  |
| Ano II - 30/12/1900 (domingo) – N° 156  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 03/01/1901 (5º feira) – N° 157   |
| Primeira “Pennada” do século. Escreveu sobre o que Uberaba era (terra de índios selvagens) e sobre o Uberaba se tornou (princesa do sertão)   |
| Ano II - 06/01/1901 (domingo) – N° 158  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 10/01/1901 (5º feira) – N° 159   |
| Nesse número não foi publicada as “Pennadas Furtivas”, mas existem dois textos muito interessantes sobre eventos culturais e vida social da cidade. Um desses textos se refere à encenação no teatro São Luiz do drama intitulado “A filha do bandido ou os phantasmas da Matta de São João” e, o outro, chamado “Theatro: impressões de um espectador”, também comentou sobre esse mesmo espetáculo. |
| Ano II - 13/01/1901 (domingo) – N° 160  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 17/01/1901 (5º feira) – N° 161   |
| M. F. comentou sobre o novo século e a comunicação da Terra com Marte.  |
| Ano II - 20/01/1901 (domingo) – N° 162  |
| O número digitalizado não abriu o arquivo em pdf.   |
| Ano II - 24/01/1901 (5º feira) – N° 163   |
| O colunista escreveu sobre uma Revista teatral e “personalidade” Adão   |
| Ano II - 27/01/1901 (domingo) – N° 164  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 31/01/1901 (5º feira) – N° 165   |
| Escreveu sobre o “lampeão” da ponte, o conserto da rua do Rosário: “até as rãs reivindicavam o conserto” ∴ termina a “Pennada” caçoando alguém ou algo (não deu para ler direito)   |
| Ano II - 03/02/1901 (domingo) – N° 166  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 07/02/1901 (5º feira) – N° 167   |
| Assuntos das “Pennadas”: O século XX: “o século das luzes” / Espiritualismo   |
| Ano II - 10/02/1901 (domingo) – N° 168  |

|   |
|---|
| Não escreveu  |
| Ano II - 14/02/1901 (5º feira) – N° 169   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 17/02/1901 (domingo) – N° 170  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 21/02/1901 (5º feira) – N° 171   |
| Manoel Felipe trouxe uma explicação sobre gramática. Afirmou não escrever mais como na juventude e quando recebia “descomposturas” às almas grandes a nobreza era esta. |
| Ano II - 24/02/1901 (domingo) – N° 172  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 28/02/1901 (5º feira) – N° 173   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 03/03/1901 (domingo) – N° 174  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 07/03/1901 (5º feira) – N° 175   |
| O colunista escreveu sobre seu passeio de locomotiva e a estrada de ferro. Fez muitos elogios ao passeio.   |
| Ano II - 10/03/1901 (domingo) – N° 176  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 14/03/1901 (5º feira) – N° 177   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 17/03/1901 (domingo) – N° 178  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 21/03/1901 (5º feira) – N° 179   |
| Comenta o “sumiço” das “Pennadas” / caçoa dizendo que não havia nada de “desastroso” ou ofensas”  |
| Ano II - 24/03/1901 (domingo) – N° 180  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 28/03/1901 (5º feira) – N° 181   |
| M. F. escreveu sobre o lobisomem no Alto do Fabrício e a quaresma   |
| Ano II - 31/03/1901 (domingo) – N° 182  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 04/04/1901 (5º feira) – N° 183   |
| Retificou as informações da história do lobisomem/quaresma  |
| Ano II - 07/04/1901 (domingo) – N° 184  |
| Não escreveu  |
| Ano II - 11/04/1901 (5º feira) – N° 185   |
| Não escreveu  |
| Ano II - 14/04/1901 (domingo) – N° 186  |
| Não escreveu  |

|  |
|--|
| Ano II - 18/04/1901 (5° feira) – N° 187  |
| Iria falar de um cachorro morto na rua do Rosário, mas achou o tema chato e desistiu. Foi falar de Espiritismo/Catolicismo – artigo difícil de ler, jornal em estado ruim. |
| Ano II - 21/04/1901 (domingo) – N° 188   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 25/04/1901 (5° feira) – N° 189  |
| Iluminação pública .: fazendeiro de São Paulo falando de coisas que não conhecia.  |
| Ano II - 28/04/1901 (domingo) – N° 190   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 02/05/1901 (5° feira) – N° 191  |
| “Pennada” bem ruim de ler. Escreveu sobre espíritas e protestantes   |
| Ano II - 05/05/1901 (domingo) – N° 192   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 09/05/1901 (5° feira) – N° 193  |
| Não escreveu   |
| Ano II - 12/05/1901 (domingo) – N° 194   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 16/05/1901 (5° feira) – N° 195  |
| M. F. escreveu sobre trajes negros / mofados costumes  |
| Ano II - 19/05/1901 (domingo) – N° 196   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 23/05/1901 (5° feira) – N° 197  |
| Discorreu sobre o tenente-coronel Sampaio  |
| Ano II - 26/05/1901 (domingo) – N° 198   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 30/05/1901 (5° feira) – N° 199  |
| Não escreveu   |
| Ano II - 02/06/1901 (domingo) – N° 200   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 06/06/1901 (5° feira) – N° 201  |
| Começou a “Pennada” falando bem da cidade, mas depois mudou. Falou do capim e da necessidade de acabar com o costume de se andar à cavalo.                                 |
| Ano II - 09/06/1901 (domingo) – N° 202   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 13/06/1901 (5° feira) – N° 203  |
| M. F. afirmou que o hipódromo não era uma instituição civilizadora .: imprensa: comentou a respeito do “jornalzinho feminino Passiflora” e suas “gentis redactoras”        |
| Ano II - 16/06/1901 (domingo) – N° 204   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 20/06/1901 (5° feira) – N° 205  |

|  |
|--|
| Não escreveu   |
| Ano II - 23/06/1901 (domingo) – N° 206   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 27/06/1901 (5° feira) – N° 207  |
| Artigo curto, mas com vários assuntos. Falou de si e dos outros. Comentou de sua linguagem e da linguagem de “certas escritoras que agora colaboravam no Lavoura” e que o fizeram “perder o requadrado”. Dizendo-se “desapontado” se colou “ao alcance de todos”. Criticou <i>O Domingo</i> , que apresentou uma publicação sobre escravização |
| Ano II - 30/06/1901 (domingo) – N° 208   |
| Não escreveu   |
| Ano II - 04/07/1901 (5° feira) – N° 209  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 07/07/1901 (domingo) – N° 210  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 11/07/1901 (5° feira) – N° 211   |
| As “Pennadas” abordaram dois assuntos: passeio de “colega” à Estação Romaria e Catolicismo   |
| Ano III - 14/07/1901 (domingo) – N° 212  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 18/07/1901 (5° feira) – N° 213   |
| Não escreveu   |
| Ano III - 21/07/1901 (domingo) – N° 214  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 25/07/1901 (5° feira) – N° 215   |
| Uma das “Pennadas” mais longas. M. F. defendeu o espiritismo e fez críticas ao texto “Hygiene” do Dr. Draenert, que criticou o espiritismo.  |
| Ano III - 28/07/1901 (domingo) – N° 216  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 01/08/1901 (5° feira) – N° 217   |
| Artigo ilegível, mas pareceu continuar o debate com o Dr. Draenert sobre o espiritismo. Diálogo com as questões da coluna “Hygiene”.   |
| Ano III - 04/08/1901 (domingo) – N° 218  |
| * Saiu o texto do Dr. Draenert sobre “Hygiene”   |
| Ano III - 08/08/1901 (5° feira) – N° 219   |
| “Pennada” com duas partes: (1°) corrida no hipódromo ∴ (2°) continuou o debate com o Dr. Draenert, que teve sua coluna publicada nesse número. A questão central do debate era o espiritismo.  |
| Ano III - 11/08/1901 (domingo) – N° 220  |
| Nessa “Pennada” M. F. escreveu diretamente à Draenert e apresentou seus argumentos sobre o espiritismo e a questão da “matéria radiante”. Acusou Draenert de escrever sobre assuntos   |

|  |
|--|
| que não conhecia. Ironizou chamando-o de “ilustre sábio”; “momento do caiporismo intelectual do Dr. Draenert.”   |
| Ano III - 15/08/1901 (5° feira) – N° 221   |
| Não escreveu, mas a saiu a coluna do Dr. Draenert (a qual M. F. criticava)   |
| Ano III - 18/08/1901 (domingo) – N° 222  |
| Manoel Felipe continuou o debate com o Dr. Draenert sobre o espiritismo: “pouco a pouco e apertando o break irei dando meu recado”.  |
| Ano III - 22/08/1901 (5° feira) – N° 223   |
| Nesse número o Dr. Draenert respondeu às “Pennadas Furtivas”. O título da coluna de Draenert era “Hygiene: o estado espiritual dos espiritas”. M. F. não escreveu.   |
| Ano III - 25/08/1901 (domingo) – N° 224  |
| M. F. continuou explicando o espiritismo e citou o Dr. Draenert (número ruim de ler).  |
| Ano III - 29/08/1901 (5° feira) – N° 225   |
| Draenert escreveu um texto com o título “Viagem Astral”, abordando o espiritismo. (número igualmente muito ruim de ler)  |
| Ano III - 01/09/1901 (domingo) – N° 226  |
| M. F. falou sobre o que era publicado nos jornais do Rio de Janeiro sobre espiritismo. Explicou e atacou Draenert.   |
| Ano III - 05/09/1901 (5° feira) – N° 227   |
| Não escreveu   |
| Ano III - 08/09/1901 (domingo) – N° 228  |
| Manoel Felipe atacou e criticou Draenert: “o sizudo cultor da ciência agrícola revelou a mais supina ignorância de espiritismo”; “exímio conhecedor de estrumes e ferragens”. Ironizou: “sábio higienista”; “prurido de sabência”. Draenert, também criticando o colaborador, afirmou em um de seus últimos textos que Manoel Felipe “escapou de ser preto”. O mesmo rebateu: “quando todos sabem que sou moreno...” |
| Ano III - 12/09/1901 (5° feira) – N° 229   |
| M. F. não escreveu, mas Draenert escreveu. O debate permaneceu.  |
| Ano III - 15/09/1901 (domingo) – N° 230  |
| Manoel Felipe apresentou uma discussão sobre o espiritismo e a matéria radiante. Citou o Dr. Draenert.   |
| Ano III - 19/09/1901 (5° feira) – N° 231   |
| M. F. não escreveu, mas Draenert escreveu. O debate permaneceu.  |
| Ano III - 22/09/1901 (domingo) – N° 232  |
| M. F. escreveu sobre os experimentos do Dr. William Crooks para comprovar as afirmações espíritas termina a “Pennada” provando o autor da “Hygiene espiritual dos espíritas”: “para no fim ver que tem garrafas vazias”. “Pennadas Furtivas” bem longa.  |
| Ano III - 26/09/1901 (5° feira) – N° 233   |
| Manoel Felipe não teve as “Pennadas” publicadas nessa edição, mas Draenert, a respeito das “Pennadas Furtivas” publicadas no número 222, respondeu ao “Fellippico”. Draenert também ironizava para atacar.   |

|  |
|--|
| Ano III - 29/09/1901 (domingo) – N° 234  |
| Começou a “Pennada” chamando Draenert de “o sábio dos olhos d’água”; “exímio estrumador do solo”. Alimentou o debate com seu interlocutor sobre o espiritismo. (esse número está muito legível e de fácil leitura) |
| Ano III - 03/10/1901 (5° feira) – N° 235   |
| Draenert escreveu e novamente ironizou chamando o colunista de “Felippico”. Manoel Felipe não teve as “Pennadas” publicadas nessa edição.  |
| Ano III - 06/10/1901 (domingo) – N° 236  |
| M. F. continuou respondendo Draenert sobre o espiritismo   |
| Ano III - 10/10/1901 (5° feira) – N° 237   |
| Draenert respondeu às “Pennadas”. Chamou M. F. de “sábio verdureiro”; “ignorante em ciência”. M. F. não escreveu nesse número.   |
| Ano III - 13/10/1901 (domingo) – N° 238  |
| Número bem ruim de ler, mas M. F. nas suas “Pennadas” prolongou o debate com Draenert.   |
| Ano III - 17/10/1901 (5° feira) – N° 239   |
| As “Pennadas Furtivas” não foram publicadas, mas Draenert continuou respondendo ao “Felipico”.   |
| Ano III - 20/10/1901 (domingo) – N° 240  |
| Manoel Felipe continuou debatendo com o Dr. Draenert. Nesse mesmo período, além da coluna “Hygiene espiritual dos espíritas”, Draenert estava publicando simultaneamente a coluna “Notícias Agrícolas”.            |
| Ano III - 24/10/1901 (5° feira) – N° 241   |
| As “Pennadas Furtivas” não foram publicadas nesse número, mas Draenert respondeu às “Pennadas” de Manoel Felipe.   |
| Ano III - 27/10/1901 (domingo) – N° 242  |
| “Pennadas Furtivas” continuou respondendo Draenert. Saiu as “Notícias Agrícolas”.  |
| Ano III - 31/10/1901 (5° feira) – N° 243   |
| M. F. não escreveu nesse número. Draenert tocou novamente na questão da cor de Manoel Felipe chamando-o de “moreno tismado”.   |
| Ano III - 03/11/1901 (domingo) – N° 244  |
| M. F. respondeu à Draenert e citou uma coluna de humor publicada no jornal <i>O Comercio</i>   |
| Ano III - 07/11/1901 (5° feira) – N° 245   |
| M. F. não escreveu. Draenert respondeu às últimas “Pennadas”.  |
| Ano III - 10/11/1901 (domingo) – N° 246  |
| “Pennadas” respondeu à Draenert, a quem chamou de “sábio higienista”. Chegou a conclusão que o debate servia de espetáculo aos leitores do <i>Lavoura</i> .  |
| Ano III - 14/11/1901 (5° feira) – N° 247   |
| Nem Manoel Felipe, nem Draenert escreveram   |
| Ano III - 17/11/1901 (domingo) – N° 248  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 21/11/1901 (5° feira) – N° 249   |

|   |
|---|
| Manoel Felipe explicou que o redator chefe do jornal pediu que as “Pennadas Furtivas” cessassem as “hostilidades”. Por isso, iria voltar a “faiscar” assunto na “pacatez da vida uberabense.” O debate entre Manoel Felipe e Draenert durou três meses e meio.  |
| Ano III - 24/11/1901 (domingo) – N° 250   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 28/11/1901 (5° feira) – N° 251  |
| M. F. escreveu sobre “um pessimismo social”, falou da função do jornalista; pareceu implicitamente se referir ao debate com Draenert; terminou a “Pennada” falando do presidente.   |
| Ano III - 01/12/1901 (domingo) – N° 252   |
| Draenert escreveu sobre o clima de Uberaba, mas não citou mais M. F., que, por sua vez, não teve suas “Pennadas” publicadas nesse número.   |
| Ano III - 05/12/1901 (5° feira) – N° 253  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 08/12/1901 (domingo) – N° 254   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 12/12/1901 (5° feira) – N° 255  |
| M. F. escreveu sobre vários assuntos nessa “Pennada”: Santos Dumont e o contato com as alturas; espiritismo (implicitamente, deu um “cutucão” em Draenert ao dizer: “para devassar o ignota”); “progresso roceiro”; informações que de Londres eram transmitidas ao <i>Jornal do Comércio</i> , deste ao <i>Minas Gerais</i> e deste último M. F. transcrevia nas suas “Pennadas” publicadas no <i>Lavoura e Comércio</i> de Uberaba. |
| Ano III - 15/12/1901 (domingo) – N° 256   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 19/12/1901 (5° feira) – N° 257  |
| Literalmente várias “Pennadas Furtivas” no texto desse número. O autor falou sobre: “a decadência do positivismo”, do progresso, do espiritismo, do que era publicado no <i>Paiz</i> . Mencionou também que havia uma livraria da Federação Espírita na Rua do Rosário, n° 141.   |
| Ano III - 22/12/1901 (domingo) – N° 258   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 26/12/1901 (5° feira) – N° 259  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 29/12/1901 (domingo) – N° 260   |
| Escreveu sobre a noite do dia 25 para o dia 26 de dezembro.   |
| Ano III – 02/01/1902 (5° feira) – N° 261  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 05/01/1902 (domingo) – N° 262   |
| Saiu a assinatura de M. F. num texto intitulado “O norte americano médio”. Contudo, pelo estilo de escrita e abordagem tudo leva a pensar que na verdade se tratava de um texto escrito por F. M.   |
| Ano III - 09/01/1902 (5° feira) – N° 263  |

|   |
|---|
| Manoel Felipe falou da cidade: “entra num barbeiro para fazer a barba, esbarra num toucinho”; “Rua do Comércio, aspecto esquisito”; mencionou também as enchentes da cidade.          |
| Ano III - 12/01/1902 (domingo) – N° 264   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 16/01/1902 (5° feira) – N° 265  |
| Não escreveu  |
| Ano III - N° 266  |
| Na digitalização essa edição está constando como o número 2669, de 1924. Possivelmente, erro da Codiube.  |
| Ano III - 23/01/1902 (5° feira) – N° 267  |
| Manoel Felipe falou do entrudo e divertimentos  |
| Ano III - 26/01/1902 (domingo) – N° 268   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 30/01/1902 (5° feira) – N° 269  |
| Não escreveu. Saiu uma nota sobre o entrudo.  |
| Ano III - 02/02/1902 (domingo) – N° 270   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 06/02/1902 (5° feira) – N° 271  |
| M. F. comentou da dispensa de um agente do Executivo. Depois falou da iluminação que deveria acompanhar o progresso da cidade   |
| Ano III - 09/02/1902 (domingo) – N° 272   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 13/02/1902 (5° feira) – N° 273  |
| O colaborador comentou a leitura de “Magnólias”. Citou La Fontaine.<br>*as “Pennadas” estão cada vez menores  |
| Ano III - 16/02/1902 (domingo) – N° 274   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 20/02/1902 (5° feira) – N° 275  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 23/02/1902 (domingo) – N° 276   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 27/02/1902 (5° feira) – N° 277  |
| Manoel Felipe fez uma espécie de diálogo com outra pessoas e escreveu também sobre casas queimadas.   |
| Ano III - 02/03/1902 (domingo) – N° 278   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 06/03/1902 (5° feira) – N° 279  |
| As “Pennadas Furtivas” abordaram a vinda de uma companhia “Tauromática”, de touros, que no ver de M. F. era uma “selvática velharia”; “circo de touradas discordante da civilização”; |

|  |
|--|
| período de quaresmas: lobisomens na urbe. Para M. F.: “antes lobisomens do que as touradas”  |
| Ano III – 09/03/1902 (domingo) – N° 280  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 13/03/1902 (5 feira) – N° 281  |
| Manoel Felipe falou das eleições municipais. Mudou de assunto. Passou a explicar que no bairro Estados Unidos, na casa de uma senhora, foram presos e espancados pela polícia pessoas que conversavam sobre política. Encerrou às “Pennadas” com duas notícias: resgate de um lobisomem caído numa cisterna; touradas na praça Comendador Quintino |
| Ano III - 16/03/1902 (domingo) – N° 282  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 20/03/1902 (5° feira) – N° 283   |
| Não escreveu   |
| Ano III - 23/03/1902 (domingo) – N° 284  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 27/03/1902 (5° feira) – N° 285   |
| Novamente questionou a postura, dessa vez não da polícia, mas de um soldado que roubou um homem. Encerrou as “Pennadas” comentando o adiamento das touradas.   |
| Ano III - 30/03/1902 (domingo) – N° 286  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 03/04/1902 (5° feira) – N° 287   |
| Não escreveu   |
| Ano III - 06/04/1902 (domingo) – N° 288  |
| * “a redação não é solidária com as doutrinas expendidas em artigos assinados ou de colaboração”. Essa nota dos redatores ajudou a pensar a relação dos mesmos no que diz respeito à doutrinas (à exemplo o espiritismo) que vinham sendo discutidas nos artigos.  |
| Ano III - 10/04/1902 (5° feira) – N° 289   |
| M. F. criticou novamente o espetáculo de touros chamando-o de “selvageria”, uma violência aos animais; não era algo civilizado.  |
| Ano III - 13/04/1902 (domingo) – N° 290  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 17/04/1902 (5° feira) – N° 291   |
| Reforça o seu olhar sobre a questão das touradas: “arte selvática”<br>* “Pennadas” menores   |
| Ano III - 20/04/1902 (domingo) – N° 292  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 24/04/1902 (5° feira) – N° 293   |
| Corridas no hipódromo/ touradas. “Pennada” bem curta.  |
| Ano III - 27/04/1902 (domingo) – N° 294  |
| Não escreveu   |

|   |
|---|
| Ano III - 01/05/1902 (5° feira) – N° 295  |
| M. F. continuou a “saga” contra o divertimento que em seu ver eram uma vergonha para a cidade: “cavalinhos de pau”. Comentou também do cinematógrafo uberabense.  |
| Ano III - 04/05/1902 (domingo) – N° 296   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 08/05/1902 (5° feira) – N° 297  |
| Escreveu novamente sobre o espetáculo dos “cavalinhos de pau”: “toda aquela palhaçada redundante num fiasco”. M. F. falou também do “moleque” negro que girava a manivela dos cavalinhos.   |
| Ano III - 11/05/1902 (domingo) – N° 298   |
| “Pennadas” não escreveu, mas saiu uma nota intitulada “Diversões” na qual se mencionou os “cavalinhos de pau” e as touradas.  |
| Ano III - 15/05/1902 (5° feira) – N° 299  |
| M. F. discorreu sobre a partida da Companhia de Touradas que, em sua ótica, retardavam a civilização; usou novamente o termo “caiporismo”   |
| Ano III - 18/05/1902 (domingo) – N° 300   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 22/05/1902 (5° feira) – N° 301  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 25/05/1902 (domingo) – N° 302   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 29/05/1902 (5° feira) – N° 303  |
| Manoel Felipe abordou em suas “Pennadas Furtivas” a “corrida de gala no hipódromo”; mulheres em seu “aprimorado chiquismo”. O hipódromo enfeitado com o high-life da população uberabense e a cidade abandonada como vasta e silenciosa tapera. |
| Ano III - 01/06/1902 (domingo) – N° 304   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 05/06/1902 (5° feira) – N° 305  |
| M. F. relatou que “passeava o pensamento pelo vasto perímetro da cidade à procura de acontecimentos”. Escreveu sobre o jogo do bicho.   |
| Ano III - 06/06/1902 (domingo) – N° 306   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 12/06/1902 (5° feira) – N° 307  |
| Não escreveu  |
| Ano III - 15/06/1902 (domingo) – N° 308   |
| Não escreveu  |
| Ano III - 19/06/1902 (5° feira) – N° 309  |
| Nas “Pennadas Furtivas” desse número M. F. comentou sobre o imposto territorial lançado pelos legisladores mineiros. Falou do “povo da roça” que vivia quase na selvageria; não sabiam o que era esse imposto.                                  |
| Ano III - 22/06/1902 (domingo) – N° 310   |

|  |
|--|
| Não escreveu   |
| Ano III - 26/06/1902 (5° feira) – N° 311   |
| M. F. falou das multas para quem não pagasse o imposto territorial. Falou também da morte de Peri, cavalo que nunca viu nem mais gordo e nem mais magro.   |
| Ano III - 29/06/1902 (domingo) – N° 312  |
| Não escreveu   |
| Ano III - 03/07/1902 (5° feira) – N° 313   |
| “Pennada” curta. M. F. comentou que estava um dia frio: iria “trocar de roupa para... ficar em casa.” Mencionou também que haveria corrida no hipódromo.   |
| Ano IV - 06/07/1902 (domingo) – N° 314   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 10/07/1902 (5° feira) – N° 315  |
| Manoel Felipe falou de um nascimento bem sucedido, ao contrário do que afirmavam as cartomantes. Também falou de si no jornal: “o mais pixote”.  |
| Ano IV - 13/07/1902 (domingo) – N° 316   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 17/07/1902 (5° feira) – N° 317  |
| M. F. discorreu sobre um “vigário” que o estava procurando para a assinatura da <i>Revista do Brazil</i> . Tratava-se, segundo ele, de um “golpe do vigário” que estava colhendo assinaturas pela cidade. Disse ainda que F. M. (Draenert) pagaria a assinatura, mas nunca recebeu a Revista.        |
| Ano IV - 20/07/1902 (domingo) – N° 318   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 24/07/1902 (5° feira) – N° 319  |
| M. F. falou sobre dois elefantes do “Circo Zoológico Francez” que estava na cidade. Saiu também nesse número uma nota, não assinada, sobre esse circo.   |
| Ano IV - 11/08/1902 (domingo) – N° 320   |
| Nessa “Pennada” comentou dos sábios: “o sábio de Uberaba”; os “sábios d’além mar”. Ao que tudo indica, “o sábio de Uberaba” ao qual o autor se referiu era o Dr. Draenert.<br>* Na digitalização da CODIUBE o arquivo que está constando como o 320 trata-se na verdade da reprodução do número 220. |
| Ano IV - 31/07/1902 (5° feira) – N° 321  |
| A “Pennada” teve como objetivo explicar que o circo havia ido embora, mas os “cavalinhos de pau” e o jogo do bicho permaneciam.  |
| Ano IV - 03/08/1902 (domingo) – N° 322   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 07/08/1902 (5° feira) – N° 323  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 10/08/1902 (domingo) – N° 324   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 14/08/1902 (5° feira) – N° 325  |

|  |
|--|
| M. F. criticou o recolhimento de doações para a festa de Nossa Senhora da Abadia. Criticou o “homem preto” que bateu à sua porta para pedir doações.   |
| Ano IV - 17/08/1902 (domingo) – N° 326   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 21/08/1902 (5° feira) – N° 327  |
| Segundo M. F., Uberaba precisava criar uma “Sociedade de Animais”. Com o “foro de cidade adiantada, Uberaba não devia adiar esta medida”. O autor relatou “barbaria” e “selvageria” com os animais.  |
| Ano IV - 24/08/1902 (domingo) – N° 328   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 28/08/1902 (5° feira) – N° 329  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 31/08/1902 (domingo) – N° 330   |
| O articulista não escreveu, mas na coluna “Cavaquinhos VIII” o autor complimentou M. F. pela manifestação a respeito dos maus tratos à animais; era preciso “civilizar certa gente”.   |
| Ano IV - 04/09/1902 (5° feira) – N° 331  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 07/09/1902 (domingo) – N° 332   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 11/09/1902 (5° feira) – N° 333  |
| Respondeu à “Cavaquinhos”, reforçando a necessidade de se acabar com a “barbaria” aos animais; diz que foi com a família passar um tempo no Alto do Abadia “respirar outros ares, longe do tumulto do centro”.<br>* O artigo está bem ruim de ler. |
| Ano IV - 14/09/1902 (domingo) – N° 334   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 18/09/1902 (5° feira) – N° 335  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 21/09/1902 (domingo) – N° 336   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 25/09/1902 (5° feira) – N° 337  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 28/09/1902 (domingo) – N° 338   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 02/10/1902 (5° feira) – N° 339  |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 05/10/1902 (domingo) – N° 340   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 09/10/1902 (5° feira) – N° 341  |

|   |
|---|
| O autor fez um comparativo entre os “ares do Abadia” e os “ares do Centro”. Segundo ele, os ares deste último era sifilítico e profano.   |
| Ano IV - 12/10/1902 (domingo) – N° 342  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 16/10/1902 (5° feira) – N° 343   |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 19/10/1902 (domingo) – N° 344  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 23/10/1902 (5° feira) – N° 345   |
| M. F., “embalado pelo atrito do progresso e pelo farfalhar das gallas da princesa do sertão”, utilizava sua voz na imprensa para combater os maus tratos aos animais. Nas “Pennadas” desse número pedia punições mais severas e reivindicava que as autoridades fizessem valer as multas. |
| Ano IV - 26/10/1902 (domingo) – N° 346  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 30/10/1902 (5 feira) – N° 347  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 02/11/1902 (domingo) – N° 348  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 06/11/1902 (5° feira) – N° 349   |
| M. F. criticou o Dr. Fidélis Reis que em um folheto o chamou de “cronista cintilante”. Ironizou quem se formou no Instituto Zootécnico.   |
| Ano IV - 09/11/1902 (domingo) – N° 350  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 13/11/1902 (5° feira) – N° 351   |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 16/11/1902 (domingo) – N° 352  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 20/11/1902 (5° feira) – N° 353   |
| Falou da chuva que caiu na “Princeza”.  |
| Ano IV - 23/11/1902 (domingo) – N° 354  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 27/11/1902 (5° feira) – N° 355   |
| M. F. fez a transcrição do trecho de uma carta mediúnica.<br>* Texto muito ruim de ler devido o estado de conservação do número.  |
| Ano IV - 30/11/1902 (domingo) – N° 356  |
| Não escreveu  |
| Ano IV - 04/12/1902 (5° feira) – N° 357   |
| M. F. comentou do presidente do Estado. Pediu no final para recorrer ao “humorístico folhetaista” do último número do <i>Lavoura</i> .  |

|  |
|--|
| Ano IV - 07/12/1902 (domingo) – N° 358   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 11/12/1902 (5° feira) – N° 359  |
| Comentou aspectos das “Pennadas” anteriores  |
| Ano IV - 14/12/1902 (domingo) – N° 360   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 18/12/1902 (5° feira) – N° 361  |
| Manoel Felipe escreveu do espiritismo comentando aspectos do catolicismo   |
| Ano IV - 21/12/1902 (domingo) – N° 362   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 25/12/1902 (5° feira) – N° 363  |
| Jornal em péssimo estado e digitalização ruim. Não foi possível ler as “Pennadas”  |
| Ano IV - 28/12/1902 (domingo) – N° 364   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 01/01/1903 (5° feira) – N° 365  |
| Abordou a “nova filosofia” crítica ao catolicismo. Citou o <i>Lavoura</i> como “jornal profano”  |
| Ano IV - 04/01/1903 (domingo) – N° 366   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 08/01/1903 (5° feira) – N° 367  |
| Várias “Pennadas” no texto desse número. M. F. contou uma situação que aconteceu na cidade; depois publicou uma poesia sua e se disse “um pixote metido a poeta, e poeta muito caipora”. Passou para outro assunto: reproduziu a mensagem que um auxiliar lhe transmitiu pelo telegrafo no Grupo Spiritista Lábaro Vespertino. A mensagem tinha tema espírita. |
| Ano IV - 11/01/1903 (domingo) – N° 368   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 15/01/1903 (5° feira) – N° 369  |
| Abordou novamente o espiritismo nas “Pennadas”   |
| Ano IV - 18/01/1903 (domingo) – N° 370   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 22/01/1903 (5° feira) – N° 371  |
| O colaborador falou da movimentação das ruas da cidade e das touradas de circo que continuava achando uma selvageria.  |
| Ano IV - 25/01/1903 (domingo) – N° 372   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 29/01/1903 (5° feira) – N° 373  |
| M. F. começou o texto falando da empresa de tourada que já “tinha exibido seus primeiros espect... digo, seus primeiros fiascos”. Mudou de assunto: mensagem telegráfica do Lábaro Vespertino: espiritismo.  |
| Ano IV - 01/02/1903 (domingo) – N° 374   |

|  |
|--|
| M. F. não teve suas “Pennadas Furtivas” publicadas, mas saiu um artigo assinado por J. A. de Paiva Teixeira (Casusa), intitulado “Minha despedida”.  |
| Ano IV - 05/02/1903 (5° feira) – N° 375  |
| Transcreveu “o mimoso contingente do príncipe da gramática portuguesa”, um de seus colaboradores do Grupo Spiritita Lábaro Badaró ∴ mudou o assunto. Passou a falar das touradas, das condições físicas dos animais e do péssimo trato dado a eles.  |
| Ano IV - 08/02/1903 (domingo) – N° 376   |
| Não escreveu. Saiu um artigo sobre a eleição federal e o Partido da Lavoura e Comércio de Uberaba  |
| Ano IV - 12/02/1903 (5° feira) – N° 377  |
| Jornal com a página das “Pennadas” em péssimas condições; não foi possível ler.  |
| Ano IV - N° 378  |
| * Esse número não saiu ou saiu errado. Do 377 se passou para 379 que na verdade deveria ser o 378.   |
| Ano IV - 15/02/1903 (domingo) – N° 379   |
| Não escreveu   |
| Ano IV - 19/02/1903 (5 feira) – N° 380   |
| M. F. começou falando dos dois circos que estavam na cidade. Segundo ele, um servia ao bom gosto, “agradável passatempo”; o outro servia a “selvageria” ∴ mudou o assunto: comentou questões da língua portuguesa ∴ mudou o assunto de novo: transcrição Lábaro Vespertino ∴ finalizou as “Pennadas” retornando ao assunto das touradas: “as touradas, porém, esse espantinho do século XX, deve ficar de uma vez sepultado nas sombras do passado e os bravos artistas, gozando dos loiros e dos comoções provenientes das quedas e contusões que levaram.” |
| Do número 381 (de 22/02/1903) ao número 417 (de 05/07/1903), do ano IV do jornal, Manoel Felipe de Souza não escreveu.   |

## ANEXOS

## ANEXO I: ÚNICA IMAGEM ENCONTRADA DE MANOEL FELIPE DE SOUZA



**Jornal Lavoura e Comércio. Edição comemorativa do aniversário do periódico.  
n. 833. Ano IX. 06/07/1907. p. 2.**

## ANEXO II: CONTO “MORTE DO ÍNDIO AFFONSO”

## MORTE DO ÍNDIO AFFONSO

## I

— Que tem, F., que está tão amarello, ou antes tão  
falso? Não é nada, *homme!* Nós somos muitos contra tres  
ou quatro.

— É verdade, mas tu bem *sabe* que tigre vamos  
caçar. É uma cartada perigosa, que bem *póde* dar-nos o  
bojo. Sim, porque somos muito superiores em numero.

— Não é a primeira alhada em que me metto; mas  
confesso que em nenhuma dellas me senti tão fraco.

— Deixem por ahí de patifaria, Srs. *valentes!* Si é  
para isso que vieram cá, bem podiam ter ficado em casa.  
E, si estão arrependidos, ainda é tempo; podem voltar.

— Menos eu, que vou bem calado, embora...

— Isso, rapaz! Seja valente, ao menos por impostura!  
Hoje é preciso fazer das tripas o coração. Precisamos  
acabar com aquelle canguçu, custe o que custar, por ser  
nosso encarniçado inimigo e de toda a nossa familia. Si não  
dermos cabe delle, elle dará cabo de nós, um por um.

— Disso estou bem certo, eu que por milagre de  
Deus já escapei das balas *caricadas* da sua carabina.  
Enquanto elle e seus filhos viverem, nós não temos garan-  
tia. A nossa tranquillidade só *póde* nascer com o ultimo  
rugido daquella fera. Portanto, camaradas, mãos á obra!  
Hoje ha de ficar tudo decidido, e, si morrer um de nós...

— Que não seja eu.

— Nem eu.

— Nem eu.

A dez legoas da cidade da Bagagem habita, d'uma especie de aldeia, uma numerosa familia de cabanos descendentes de indigenas, conhecida pelo nome de *Os Dialogos* a que acabamos de assistir passava-se entre diversos membros, os mais possantes e valentes, daquela familia, os quaes, todos a cavallo e em grupo compacto, navegavam o rio Bagagem, em demanda do vão do mesmo rio, que fica a pouca distancia da sua foz no Parahyba.

Antes de chegarem ao vão, fizeram uma *picada* através da matta, em direcção a entroncar no caminho que passa pelo mesmo vão, interrompendo-a contudo á distancia de dois metros antes de tocar a estrada.

Alli ficaram de emboscada, apertando com mãos convulsas as couchas de suas melhores espingardas de dois canos, cuidadosamente escorvadas, tendo ainda cada um de les uma ou duas garruchas pendentes da cinta, além de compridas facas de matto.

Via-se debuxado em seus semblantes um misto de odio e terror.

Ao mais leve ruido de uma folha que cahia ou de um passarinho que pousava nos ramos, elles estremeciam, levavam a mão ao gatilho das compridas *Laports*, tornavam-se completamente immoveis, sustentavam a respiração...

Quem os visse então naquella immobibilidade, envolto em d'abia claridade e na espessura da matta virgem, de cocoras, com as armas eugatilhadas e apontando para o caminho que passava a dois metros d'alli, tomal-os-ia por sombras sahidas do Averno para a execução de um plano sinistro, ou então por um grupo de estatuas de bronze sahidas da mão de inspirado artista.

Em dias do mez de Janeiro de 1887, o indio Affonso Percira, o celebre Indio Affonso, tinha ido da cidade do Patrocínio até a ponte nova do Paranahyba, construida pelo tenente-coronel Carneiro, e alli demorou alguns dias em visita de amigos seus.

No dia 10 do mesmo mez de Janeiro partiu elle da ponte do Paranahyba com destino ao lugar denominado *Cipião-Branco*, onde tinha parte de sua familia.

Nesta viagem o indio Affonso era acompanhado pelos seus dois filhos, Pedro e João, e mais um outro individuo chamado Raymundo.

Pedro Affonso nada tem de valente, rancoroso ou vingativo. Não passa de um homem rustico e vulgar.

João Affonso, pelo contrario, é um digno filho de seu pae. Veloz como o relampago, truculento e intrepido até é temeridade, não sabe o que é ter medo. O mundo inteiro conspirado contra elle não seria sufficiente para causar-lhe terror ou fazel-o recuar.

Atravessaria por entre uma saraiva de balas com a mesma serenidade e sangue frio com que transita pelas silenciosas mattas do seu paterno Paranahyba.

O seu curto passado faz-nos lobrigar, na transparencia dos reposteiros do futuro, assombrosas scenas de cor vermelha.

Si o pae tornou-se digno de figurar na historia da provincia de Minas (hoje Estado), o filho occupará nella lugar mais saliente, talvez. Si o pae já proporcionou assumpto para um romance, o filho proporcionou-o ha para dois ou tres.

Mas, que digo! Já não temos Bernardo Guimarães! Já não vive o auctor do *Indio Affonso*, que tanto se interessava pelas cousas do sertão e sabia, mais do que nua-

guem, pintar ao vivo e de modo attractante as costumes nacionaes e as lendas da patria.

O filho do indio Affonso, muito superior em robustez, agilidade e valentia, tornar-se-ha mais celebre do que elle; mas a sua celebridade não ficará escripta ou, quando muito, não passará de ligeiros artigos de jornaes.

#### IV

Tomada esta nota de saudade do grande genio que ficou-se, acompanhemos os nossos viajores, que da parte do Paranahyba se dirigem ao Capim-Branco.

Passaram já o vão do rio Bagagem e percorrem a cavallo o caminho que serpeia no atnago da espessa matta.

O indio Affonso vae adiante. Logo após seguem os seus dois filhos Pedro e João, nesta mesma ordem, e por fim, fechando a guarda de honra, o outro individuo de nome Raymundo.

Affonso parece tomado de tragico presentimento. Com olhos perscrutadores volta-se ora para a direita, ora para a esquerda, como que rezeando ver surgir alguma coisa da matta. De vez em quando faz parar o cavallo e examina o chão.

Assim, com marcha incerta e interrompida, lá vão os quatro caminhantes atravessando a matta, quando esta de subito estremece ao horrendo ribombo de uma descarga; as balas vão sibilando cravar-se nos troncos vegetaes, um fumo espesso de polvora envolve o theatro deste drama horrivel e sobe até á cupola verde-negra da floresta; com o estampido dos tiros confundem-se os gritos de odio, desespero e agonia; tudo se revolve n'um temeroso cahos!

O indio Affonso, ferido no peito por uma bala, cabe do animal e jaz por terra; mas, fazendo um supremo esforço, ergue-se do chão, tenta avançar para o lado de

guerra, plantar ao vivo e de modo atrozmente as costumes  
nacionais e as lendas da patria.

O filho do indio Affonso, muito superior em robustez,  
agilidade e valentia, tornar-se-ha mais celebre do que elle;  
mas a sua celebridade não ficará escripta ou, quando mais,  
não passará de ligeiros artigos de jornaes.

#### IV

Tomada esta nota de saudade do grande genio que  
fincou-se, acompanhemos os nossos viajores, que da parte  
do Paranahyba se dirigem ao Capim-Branco.

Passaram já o vão do rio Bagagem e percorrem  
a cavallo o caminho que serpeia no amago da espessa  
matta.

O indio Affonso vae adiante. Logo após seguem os  
seus dois filhos Pedro e João, nesta mesma ordem, e por  
fim, fechando a guarda de honra, o outro individuo de  
nome Raymundo.

Affonso parece tomado de tragico presentimento. Com  
olhos perscrutadores volta-se ora para a direita, ora para a  
esquerda, como que receiando ver surgir alguma coisa da  
matta. De vez em quando faz parar o cavallo e examina o  
chão.

Assim, com marcha incerta e interrompida, lá vão os  
quatro caminhantes atravessando a matta, quando esta de  
subito estremece ao horrendo ribombo de uma descarga;  
as balas vão sibilando cravar-se nos troncos vegetaes, um  
fumo espesso de polvora envolve o theatro deste drama  
horrivel e sobe até á cupola verde-negra da floresta; com  
o estampido dos tiros confundem-se os gritos de odio,  
desespero e agonia; tudo se revolve n'um temeroso caos!

O indio Affonso, ferido no peito por uma bala, cabe  
do animal e jaz por terra; mas, fazendo um supremo  
esforço, ergue-se do chão, tenta avangar para o lado de

onde partiram os tiros e caiu do novo fulminado por uma segunda e mais certa bala.

Então, entre as horribéis contorções da letal agonía, o gigante do deserto exalou o ultimo suspiro. E os seus daquellas plagas, habituadas a repetir os gemidos das victimas de Affonso, reproduzem agora o lramido que nos últimos anneos soltou por sua vez o algoz, e vão separando pela matta infundida até ás margens do Paranahyba a fatal noticia.

Pedro Affonso jaz por terra ferido, e João Affonso, depois de descarregar o ultimo tiro das suas armas, das do indio Affonso e de Pedro; depois de ter ferido a muitos e derribado no chão, sem vida, um dos assassinos de seu pae, imprimiu nas faces deste, ainda tepidas, um longo e doloroso beijo e, com os joelhos em terra e as mãos na sua carabina, proferiu tão horribéis juramentos de vingança, que a propria matta, como tomada de terror, pareceu tremer!

Depois tomou nos braços o seu irmão, mortalmente ferido, e levou-o até uma fazenda proxima.

Alli chegando e vendo seu irmão quasi em deliquio, sangrou uma leitúa e deu-lhe a beber o sangue quente que corria da cesura, para reanimal-o.

Aquelle expediente surtiu o desejado effeito, porque o enfermo reanimou-se, e ambos, João e Pedro, desapareceram.

## V

Morreu enfim o indio Affonso, atravessado por duas balas. Mais uma vez confirmou-se o dictado: *Quem com ferro fere...*

## VI

A tal escolta, que se havia emboscado á beira do caminho, composta de inimigos accerrimos do indio Affonso,

para legalisar (?) o assassinato, tinha-se reunido de um mandado de prisão da autoridade de Recife Alegre (de Aragnary), vindo assassinal-o no termo da Bagagem.

E quando alguém pergunta a qualquer d'elles si deu voz de prisão a Affonso, responde:

— Deus me livre! Quem é que tinha coragem de dar voz de prisão áquella fera?

De facto, o primeiro signal que a escolta deu de sua existencia alli occulta na selva, a dois metros da estrada, foi uma tremenda descarga e duas balas, que lhe arrancaram a vida.

João Affonso, porém, conhece muito todos os individuos componentes daquella singular escolta e, portanto, ninguém pôde garantir o futuro d'elles.

Seu pae, que tinha nelle inteira confiança, dizia-lhe sempre:

— João! eu tenho muitos inimigos e sei que tereis assassinado! Mas, quando eu morrer, vinga-te a minha morte! Mostra-te sempre na altura de um digno filho meu!

São estas as solennes disposições de sua ultima vontade, tantas vezes repetidas, accitadas e juradas pelo seu *placipuum* digno successor.

No dia, na hora, no momento mesmo da sua morte, quando elle presentia já o perigo imminente, reiterou, com mais instancia ainda, as mesmas recommendações, accentuando:

— Promettes, meu filho, cumprir o que te ordeno?

— Prometto, meu pae, respondeu João Affonso, em tom de decidida resolução.

— E juras o que promettes?

— Juro, meu pae, juro mil vezes, si for possível.

— Pois bem, meu caro filho, abraço-te (quem sabe?) pela ultima vez. Não sei que presentimento me diz que a minha vida está por momentos. Entretanto, morreréi com

a íntima satisfação de saber que tu ficas no mundo para vingares a minha morte. Morrerá satisfeito pela plena cangaris um momento enquanto não fizeres baixar exatidão da mira da tua carabina o ultimo dos meus inimigos.

— Juro, meu pap! juro ainda uma vez! Juro por esta cruz!

Assim dizendo, cruzou dois dedos e beijou-os.

Era este o dialogo que o indio Affonso e seu fillo João iam sustentando em termos talvez mais rusticos, porém equivalentes e, quiza, mais animados, quando aquelle baquou fulminado por duas balas.

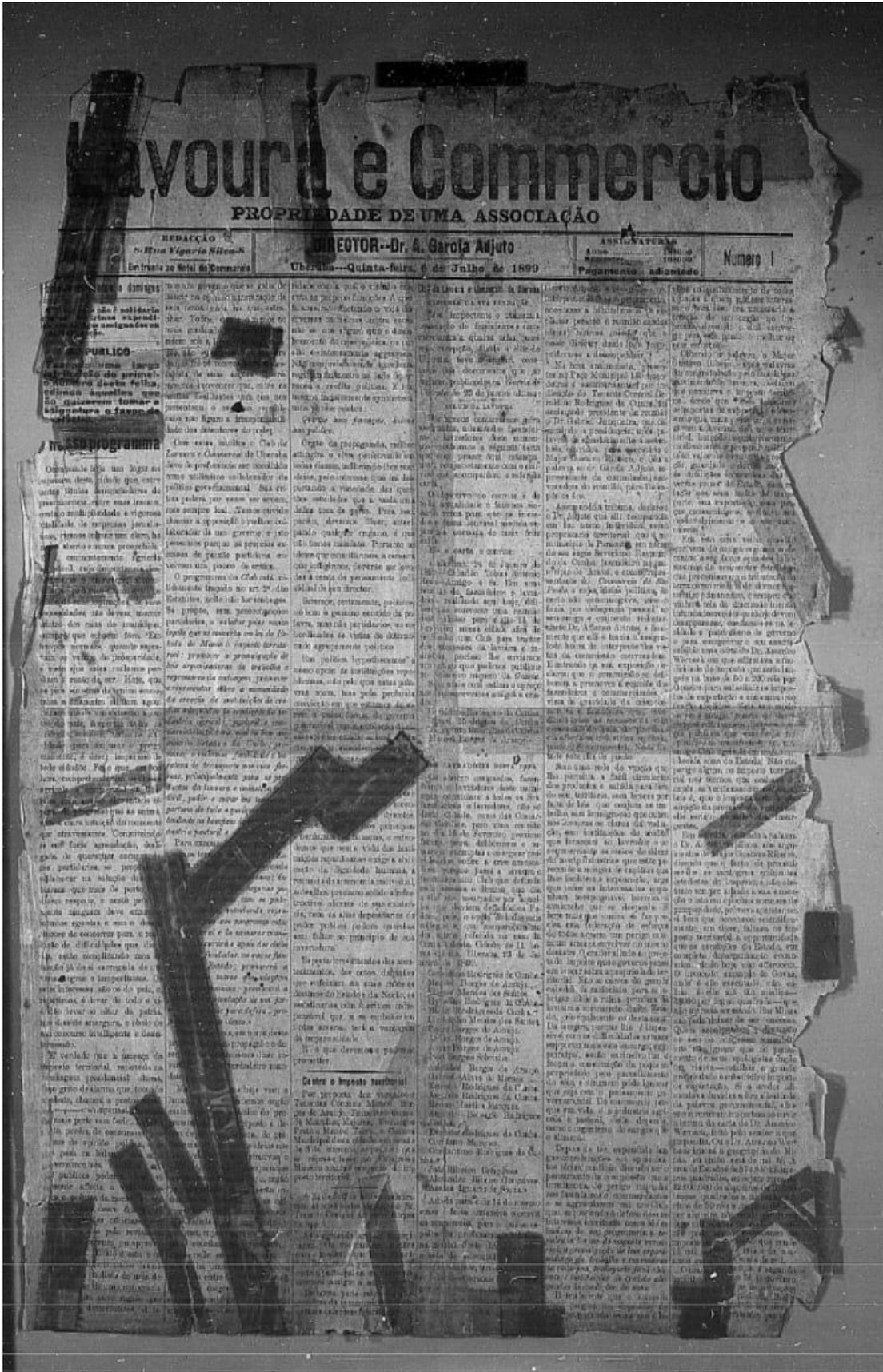
MANOEL FELIPPE.

Uberaba, 5 de Agosto de 1893.

## ATRAVÉS DAS RUSSIAS

Pela estrada imperial, seguindo a longa fita de gelos hybernaes e neves argentadas, um fogoso corcel o imperio moscovita atravessa, agitando as patas inflamadas: O feroz cavalleiro indomito lhe instiga o implacavel ardor da rapida carreira, enquanto a neve agosta os flancos lhe fustiga, deixando pela steppe a entregelada esteira. O brusco temporal nos concavos ulula, e torce aos pinheiracs a lurida managem: entanto, no estertor da ruiva que o açula, não se anima sequer a exanime pajsagem. Sobre a etherea mudez daquella terra inculca tão brilha um raio só de um astro errante e incerto.

ANEXO III: NÚMERO INAUGURAL DO JORNAL



# O Trabalho e o Comércio

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

REDAÇÃO: Rua Vigário Hilário, 21 - Entradas de São João do Comercio  
DIRECTOR-Dr. A. Garça Adjuto  
Uberlândia - Quinta-feira, 6 de Julho de 1939

ASSIGNATURA: Mensal  
Ano 1 - Número 1  
Pagamento adiantado

**PUBLICO**  
Este jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

### Programa

O programa do jornal é a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias. O jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

Este jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

### Programa

O programa do jornal é a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias. O jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

Este jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

### Programa

O programa do jornal é a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias. O jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

Este jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

### Programa

O programa do jornal é a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias. O jornal tem por finalidade a divulgação das notícias de interesse geral, a defesa dos direitos do cidadão e a promoção do bem-estar social. É dirigido por uma comissão de cidadãos e é financiado por subscrições e contribuições voluntárias.

